



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 28ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**19/10/2016
QUARTA-FEIRA
às 14 horas e 30 minutos**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: Senador Valdir Raupp**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 19/10/2016.**

28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA
Quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

1ª PARTE - SABATINA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 88/2016 - Não Terminativo -	SEN. ANA AMÉLIA	11
2	MSF 89/2016 - Não Terminativo -	SEN. ANTONIO ANASTASIA	99
3	MSF 92/2016 - Não Terminativo -	SEN. JORGE VIANA	168

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 90/2016 - Não Terminativo -	SEN. TASSO JEREISSATI	235
2	MSF 93/2016 - Não Terminativo -	SEN. JOSÉ AGRIPINO	292

3	PLS 17/2007 - Não Terminativo -	SEN. TASSO JEREISSATI	340
4	PLS 259/2009 - Não Terminativo -	SEN. VALDIR RAUPP	356
5	PRS 56/2015 - Não Terminativo -	SEN. LASIER MARTINS	379
6	PRS 48/2016 - Não Terminativo -	SEN. ARMANDO MONTEIRO	386
7	RQS 743/2016 - Não Terminativo -		396

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391
Lindbergh Farias(PT)	RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)	RR (61) 3303-6315
Gleisi Hoffmann(PT)	PR (61) 3303-6271	3 VAGO(23)	
Lasier Martins(PDT)	RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Cristovam Buarque(PPS)	DF (61) 3303-2281	5 VAGO(16)	
Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)	AL (61) 3303-6148 / 6151
Maioria (PMDB)			
Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)	PB (61) 3303.6747
Sérgio Petecção(PSD)(18)(17)	AC (61) 3303-6706 a 6713	3 Marta Suplicy(PMDB)(20)	SP (61) 3303-6510
Valdir Raupp(PMDB)(19)	RO (61) 3303-2252/2253	4 Kátia Abreu(PMDB)(25)	TO (61) 3303-2708
Ricardo Ferraço(PSDB)	ES (61) 3303-6590	5 Hélio José(PMDB)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)			
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303-6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE (61) 3303-4502/4503	3 José Aníbal(PSDB)(26)(27)	SP 3215-5736
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC (61) 3303-6529	4 Antonio Anastasia(PSDB)(12)(15)(9)	MG (61) 3303-5717
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Marcelo Crivella(PRB)(30)(34)(35)(32)	RJ (61) 3303-5225/5730
Armando Monteiro(PTB)(28)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	2 Magno Malta(PR)(29)	ES (61) 3303-4161/5867

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLPPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
- (19) Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
- (20) Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
- (21) Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

- (22) Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- (23) Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
- (24) Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- (25) Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
- (26) Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
- (27) Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).
- (28) Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
- (29) Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
- (30) Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
- (31) Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
- (32) Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
- (33) Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
- (34) Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
- (35) Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 19 de outubro de 2016
(quarta-feira)
às 14h30**

PAUTA
28ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1ª PARTE	Sabatina
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

1ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 88, de 2016****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 04/10/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 89, de 2016****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad hoc: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 04/10/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 3**MENSAGEM (SF) Nº 92, de 2016****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 04/10/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arquiração do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 90, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 93, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) *Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)\)](#)

[Avulso da matéria](#)

[Anexos \(CRE\)\)](#)

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2007

- Não Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Mercosul, com sede no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

1) *A matéria vai a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.*

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)\)](#)

[Avulso do Parecer](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações:

1) *Em 09/12/2014, foi aprovado o relatório favorável, como Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), ao Projeto na Comissão de Assuntos Econômicos.*

2) *Em 02/09/2015, foi aprovado parecer pela prejudicialidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

3) *A matéria vai a Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)\)](#)

[Parecer aprovado na comissão \(CCJ\)\)](#)

[Parecer aprovado na comissão \(CAE\)\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 56, de 2015

- Não Terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1) A Matéria vai à Comissão Diretora

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 48, de 2016

- Não Terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1) A Matéria vai à Comissão Diretora

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 743 de 2016

Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, a participação de S.Exa. no Fórum Parlamentar por ocasião da Segunda Reunião de Alto Nível da Parceria Global para a Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (PGCDE), organizado pelo Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, que acontecerá de 28 novembro a 1º de dezembro de 2016, em Nairóbi (Quênia).

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pendente de relatório.

Textos da pauta:

[Avulso da matéria](#)

1ª PARTE - SABATINA

1

PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem nº 88, de 2016 (Mensagem nº 487, de 2016, na origem), do Senhor Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.*

RELATORA: Senadora **ANA AMÉLIA**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do nome da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* da interessada, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

Nascida em Alegre, no Espírito Santo, filha de José Farani e Maria Luzia Jorge Farani, a indicada concluiu, no Instituto Rio Branco, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1981; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1989; e o Curso de Altos Estudos em 2001.

Nomeada Terceira Secretária em 1982, a diplomata foi promovida a Segunda Secretária em 1986. Por merecimento, foi promovida a Primeira Secretária em 1993; a Conselheira em 1999; a Ministra de Segunda Classe em 2003; e a Ministra de Primeira Classe em 2007.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Segunda e Primeira Secretária na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior; Primeira Secretária na Delegação Permanente em Genebra; Chefe da Divisão de Acesso a Mercados; Assessora e Chefe de Gabinete no gabinete do Ministro de Estado; Representante Permanente da Missão junto à ONU e Cônsul-Geral do Brasil em Genebra.

Foi, ainda, agraciada com as seguintes condecorações: Ordem do Mérito Santos Dumont; Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Tamandaré; Ordem do Mérito da Defesa, no grau de Comendador; Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Militar, no grau de Comendador; e com a *Ordre National du Mérit*, França.

Consta, ainda, do processado, além do *curriculum vitae* relatado, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, contendo dados básicos sobre os organismos internacionais, com sede em Genebra, que estão sob acompanhamento da Missão Permanente do Brasil.

Além do próprio Escritório das Nações Unidas (UNOG, do inglês *United Nations Office at Geneva*), Genebra é sede de várias organizações internacionais e agências especializadas da ONU, entre os quais o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), o Alto

Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Internacional para Migrações, e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS).

O documento elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores traz, em separado, informações sobre essas organizações sediadas em Genebra. No presente Relatório, não entraremos em detalhes sobre cada uma dessas organizações e agências, uma vez que, no documento encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty, e disponível a Suas Excelências, esse detalhamento já é feito.

Cabem, entretanto, algumas observações sobre o Escritório das Nações Unidas em Genebra e sobre a Missão Permanente do Brasil em Genebra.

O Escritório em Genebra é a segunda maior sede da ONU (a primeira é a de Nova York, onde estão situados, entre outros órgãos, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e a Secretaria-Geral da Organização). Em Genebra estão sediados, repita-se, diversas agências e organizações do Sistema ONU. O Escritório situa-se no Palácio das Nações, edifício cuja construção teve início em 1929 com vistas a abrigar a Sociedade – ou Liga – das Nações, primeira tentativa de organização internacional de caráter universal, criada em 1919 e substituída pela ONU após a 2ª Guerra Mundial.

Em 1924, o Brasil estabeleceu, em Genebra, sua primeira Missão Diplomática permanente junto a uma organização internacional (Delegação Permanente do Brasil à Liga das Nações), com “status” de Embaixada. Nas últimas décadas, a Missão Permanente do Brasil em Genebra foi chefiada por, entre outros, Paulo Nogueira Batista (1983-1987), Rubens Ricupero (1987-1991), Celso Amorim (1991-1993 e 1999-2001), Luiz Felipe Lampreia (1993- 1995), Luiz Felipe de Seixas Corrêa (2002-2005) e a própria Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo (2008-2013).

Sobre a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Relatório do Itamaraty informa que se trata da autoridade diretiva e coordenadora para o tema da saúde no sistema das Nações Unidas. Está encarregada de debater as questões mundiais de saúde, formular a agenda de pesquisa nessa área, estabelecer normas e padrões, articular opções de políticas com base em evidências, fornecer apoio técnico para os países e monitorar as tendências sanitárias mundiais. A OMS e seus países-membros trabalham com muitos parceiros, incluindo agências, doadores, organizações não governamentais, centros de apoio da OMS e o setor privado, destaca o documento.

Quanto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), trata-se da agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. O Escritório Internacional do Trabalho é o secretariado permanente da OIT, sua matriz operacional. A administração e o gerenciamento são descentralizados em escritórios regionais e representações em mais de 40 países, inclusive o Brasil, sob a liderança do Diretor-Geral. O escritório regional para a América Latina e o Caribe está localizado em Lima, Peru.

Estabelecido em 1994, por uma resolução do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), e lançado em janeiro de 1996, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) mobiliza e apoia os países para alcançar o acesso universal à prevenção, tratamento e cuidados no que concerne ao HIV. Reúne os recursos do Secretariado do UNAIDS e de dez Organizações do Sistema ONU (as Agências Copatrocinadoras), em esforços coordenados e especializados para unir o mundo contra a Aids. O UNAIDS é guiado por uma Junta de Coordenação de Programas (PCB), com representantes de 22 Governos de todas as regiões geográficas, além das Agências Copatrocinadoras (ACNUR, Banco Mundial, OIT, OMS, PMA, PNUD, UNESCO, UNFPA, UNICEF e UNODC) e do Secretariado do UNAIDS, e representantes de organizações não-governamentais, incluindo associações de pessoas vivendo com HIV.

Sobre o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), destacamos do Relatório do Itamaraty que foi

criado pela Assembleia Geral da ONU (AGNU), em 14 de dezembro de 1950, com o objetivo original de ajudar europeus deslocados à força durante a Segunda Guerra Mundial. Em 28 de julho de 1951, foi adotada a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, instrumento que passou a embasar os trabalhos do ACNUR.

O mandato do ACNUR, inicialmente previsto para durar somente três anos, foi continuamente estendido diante da constatação de que novas crises de refugiados continuavam a surgir, passando a abranger a assistência a vítimas de perseguição, violência e intolerância em todo o mundo. Em 1967, foi adotado o Protocolo à Convenção de 1951, que ampliou a definição de refugiado para além do continente europeu.

Em suas quase sete décadas de existência, o ACNUR já beneficiou com seu trabalho milhões de pessoas: refugiados, solicitantes de refúgio, deslocados internos, apátridas e retornados. Foi agraciado, em duas ocasiões, com o Prêmio Nobel da Paz (1954 e 1981). Emprega, hoje, mais de 9.700 pessoas e desenvolve atividades em 126 países. Sua importância é significativa, sobretudo diante das crises de refugiados pelas quais o mundo passa na atualidade.

Criado em 1859 e tendo recebido a atual denominação em 1876, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é um dos principais órgãos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Tem escritório em Brasília desde 1991. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz em três ocasiões, nos anos de 1917, 1944 e 1963.

O CICV se declara, observa o Relatório do Itamaraty, como “uma organização independente e neutra, que assegura a proteção humanitária e a assistência às vítimas de conflitos armados e de outras situações de violência”. Atua em resposta a emergências, crises e calamidades, e também desenvolve trabalhos permanentes de acompanhamento e promoção do respeito ao direito internacional humanitário e à sua implementação nas legislações nacionais dos países.

Citamos aqui algumas das organizações com as quais nosso Escritório em Genebra trata diretamente. Há outras mais. Nesse sentido, vale destacar a relevância do posto para o qual a diplomata é indicada, haja

vista a diversidade e complexidade de temas que poderão ser enfrentados pelo Brasil nesses fóruns. Inegável que Sua Excelência tem grande experiência nos assuntos multilaterais e conhece sobremaneira o posto ao qual foi indicada para voltar a chefiar.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

Relatório de Gestão Delegação do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra

Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop

A Delegação do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra ocupa-se de ampla diversidade de temas tratados na ONU e outras organizações com sede nesta cidade, em particular, direitos humanos e questões humanitárias, saúde, trabalho, migrações, refugiados e meio ambiente. A cada área corresponde uma ou mais instituições, com marco constitutivo específico, órgãos de governança e secretariado próprios, como o Conselho de Direitos Humanos e o Alto Comissariado para Direitos Humanos, o Alto Comissariado para Refugiados, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a Organização Mundial da Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização Internacional para Migrações ou, ainda, a Organização Meteorológica Mundial. Cada um desses foros tem suas agendas e dinâmicas negociadoras. Ao todo, a missão acompanha os trabalhos de 28 organizações, instituições, mecanismos e convenções em Genebra.

2.No período em que exerci a chefia do Posto, de 2013 a 2016, pude constatar a expansão da agenda de trabalho em todas as áreas, com crescente inter-relação de assuntos, como os aspectos de direitos humanos vis-à-vis questões migratórias ou de acesso à saúde, a politização e a dimensão securitária dos direitos humanos em casos particularmente complexos e sensíveis, como a questão da Síria, ou os aspectos trabalhistas e de saúde relacionados aos direitos de minorias, grupos vulneráveis e segmentos sociais menos favorecidos.

3.Para minha atuação nesses foros, sempre recebi da Secretaria de Estado orientação pronta e segura, respaldo crucial ao bom desempenho de minhas funções. As instâncias competentes do governo que se juntaram à Missão na composição de delegações a reuniões específicas aportaram o necessário amparo técnico para a qualificada representação do país. Com a sociedade civil, mantivemos permanente diálogo que muito contribuiu para a ampliação de nosso conhecimento sobre os debates em todas as organizações. O Brasil é reconhecido em Genebra como um estado membro incontornável, cuja experiência nacional, peso específico e capacidade de coordenação e conciliação são apreciados e respeitados sem reserva ou reparo. DIREITOS HUMANOS

4.A área de direitos humanos é central nos trabalhos da Missão. Seu tratamento impõe participação nas sessões regulares e especiais do Conselho de Direitos Humanos (CDH) e nas reuniões do Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU). Envolve, também, acompanhamento dos órgãos de tratado e dos procedimentos especiais do sistema internacional de direitos humanos, bem como do trabalho do Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos (EACDH). Em vista da relação estreita entre o arcabouço internacional e os marcos jurídico, político e institucional domésticos, é fundamental manter diálogo regular com as organizações da sociedade civil baseadas em Genebra e no Brasil.

5.Durante o período de minha gestão, o Brasil avançou em sua posição de liderança no Conselho de Direitos Humanos. Participou ativamente das consultas informais sobre projetos de resolução, fez intervenções sobre os principais itens da pauta nas sessões regulares e especiais e liderou importantes iniciativas sobre temas de interesse nacional. Tendo em vista o perfil de interesses do país, bem como a reconhecida tradição brasileira de defesa dos direitos humanos, o Brasil tem plena capacidade de dialogar construtivamente tanto com países desenvolvidos como com os integrantes do grupo de países afins (LMG, na sigla em inglês), o Movimento de Países Não Alinhados (MNA) e a Organização da Cooperação Islâmica (OCI). De fato, o Brasil coordenou-se com países do grupo ocidental em questões de vulto, tais como proteção de jornalistas, corrupção e defensores de direitos humanos. Ao mesmo tempo, assumiu liderança na promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais, considerados prioritários para os países em desenvolvimento (o Brasil é observador do MNA e participa como convidado de reuniões do LMG sobre temas de interesse comum). Recorde-se que o país mantém diálogo bilateral estratégico em direitos humanos com parceiros diversificados, tais como Alemanha, Estados Unidos, Suíça, Rússia e China, além de Irã.

6.No período 2013-2016, o Brasil exerceu papel proeminente na negociação de resoluções substantivas do CDH. Lideramos importantes processos negociadores que resultaram na criação de procedimentos especiais dedicados ao direito à privacidade e aos direitos de pessoas LGBTI. Após longas discussões sobre o tema, apresentação de relatório do EACDH e realização de painel do Conselho (decisão 25/117), preparou-se o caminho para a adoção, em 2015, sem recurso a voto, da resolução 28/16, que estabeleceu relator especial (RE) sobre o direito à privacidade. O RE Joseph Cannatacci foi selecionado pelo

Conselho em setembro de 2015 e apresentou seu primeiro relatório ao CDH em março deste ano. Na mesma linha, o Conselho adotou duas importantes iniciativas sobre orientação sexual e identidade de gênero (sigla em inglês) no período. Em setembro de 2014, foi aprovada a resolução 27/32, que solicitou ao Alto Comissariado relatório sobre violência e discriminação relacionada à SOGI. Na sessão de junho de 2016, foi adotada a resolução 32/2, que criou o mandato de perito independente sobre combate à violência e discriminação baseado em SOGI. As referidas resoluções integram longo processo iniciado em 2003, ocasião em que Brasil e África do Sul decidiram retirar da pauta projeto de resolução sobre direitos de pessoas LGBT, em vista da forte oposição dos estados membros.

7.Fomos, também, proponentes de resoluções recentemente adotadas sobre incompatibilidade entre racismo e democracia, impacto do racismo sobre os direitos humanos das mulheres, acesso equitativo a medicamentos, direitos humanos e HIV/AIDS e direitos humanos e saúde mental. Além disso, participamos ativamente dos grupos de proponentes de resoluções sobre temas considerados de especial relevância para o país, tais como (i) segurança de jornalistas (ii) internet, (iii) esportes e direitos humanos, (iv) mecanismos de seguimento das recomendações emanadas do mecanismo de revisão periódica universal (RPU), (v) cooperação técnica, (vi) drogas, (vii) corrupção, (viii) idosos, (ix) moradia adequada e (x) educação em direitos humanos. Como membro do GRULAC, participamos da coordenação conjunta com a União Europeia nas consultas da resolução anual "omnibus" sobre direitos da criança. Juntamente com o NAM, atuamos na elaboração e negociação do projeto sobre direito ao desenvolvimento.

8.Embora mantenha posição crítica sobre a seletividade e parcialidade de determinadas iniciativas do Conselho, o Brasil não se furta a participar das deliberações de forma construtiva. Historicamente, o país tende a apoiar, no CDH, os projetos sobre a situação em países tendo por base avaliação criteriosa do mérito intrínseco de cada iniciativa. Defendemos medidas que contribuam efetivamente à proteção das vítimas e à prevenção de novas violações, evitando-se ações que possam revelar seletividade, politização, padrão duplo, e sanções desproporcionais ou contraproducentes. Advogamos pelo enfrentamento das causas mais profundas das graves crises observadas na Síria, Líbia, Iêmen, Sudão do Sul, Sudão, Eritreia, Mali, Somália ou na República Democrática do Congo, inclusive os déficits de desenvolvimento.

9.0 crescente impacto dos atores não-estatais sobre o usufruto dos direitos humanos impõe novos desafios ao Conselho de Direitos Humanos. A atuação de empresas transnacionais, empresas privadas de segurança ou de caráter militar (PMSCs, na sigla em inglês), grupos terroristas, entre outros atores, demonstra sua crescente relevância nas deliberações sobre direitos humanos. Nessa questão, os campos dividem-se entre países que defendem parâmetros de implementação voluntária, como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, e países que apoiam a negociação de instrumento juridicamente vinculante. De modo geral, o Brasil considera que as duas abordagens podem ser mutuamente complementares, contribuindo para consolidar a normatização internacional na matéria.

10. Nos últimos anos, o tema do terrorismo adquiriu dimensão ampliada no Conselho. Tendo por base resolução de iniciativa mexicana, inicialmente apresentada em 2004, o órgão tem-se debruçado regularmente sobre a questão, de forma a esclarecer as obrigações internacionais dos estados no contexto do combate ao terrorismo. Resolução de autoria do Paquistão, adotada em 2014, identificou as consequências negativas para os direitos humanos decorrentes do uso de veículos aéreos armados não-tripulados (VANTS). Em 2015, o Egito propôs a consideração das ações terroristas sobre o usufruto dos direitos humanos. Em 2016, EUA, França, Turquia, Tunísia, Marrocos, Colômbia e Peru, entre outros, abordaram a relação entre os direitos humanos e a prevenção e o enfrentamento do extremismo violento.

11. O Brasil tem-se engajado ativamente nas deliberações do tema e apoiado as diversas resoluções adotadas sobre a matéria, fazendo contribuições substantivas de texto. O país defende que o combate ao terrorismo se dê ao amparo do direito internacional, em especial dos direitos humanos. Salientamos a necessidade de o CDH aprofundar a consideração de aspectos específicos do fenômeno, como o regime aplicável ao uso de VANTS ("drones"). Reconhecemos igualmente a importância de se definir, no plano internacional, o crime de terrorismo.

12. No quadro das execuções de cidadãos brasileiros no exterior por crimes relacionados ao tráfico de drogas, o Brasil assumiu papel vocal de liderança contra a pena de morte no CDH, sobretudo em casos que não observam o princípio da proporcionalidade e as garantias judiciais e legais inerentes às normas internacionais de direitos humanos. Além

de fazer pronunciamentos, em caráter nacional, coordenou intervenções conjuntas pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

13.No período 2013 (último trimestre) - 2016, o Conselho realizou 5 sessões especiais para examinar situações de violações de direitos humanos consideradas particularmente graves e urgentes. A Delegação defendeu o engajamento de todos os atores relevantes nas discussões da situação na República Centro-Africana (janeiro de 2014) e no Burundi (dezembro de 2015). Buscou atuar de forma construtiva nas deliberações sobre os Territórios Palestinos Ocupados (julho de 2014), bem como a respeito do impacto decorrente de ações do ISIL (setembro de 2014) e do Boko Haram (abril de 2015).

14.Ao longo dos três anos em que estive à frente da Missão, trabalhei intensamente em favor da candidatura brasileira ao Conselho de Direitos Humanos para o período 2017-2019, nas eleições que deverão ocorrer em 28 de outubro de 2016. Além de comunicações enviadas a todas as missões e gestões pessoais junto aos países que ainda não tinham definido posição, promovi eventos para divulgar os compromissos voluntários brasileiros e levantar a visibilidade do pleito brasileiro. Na 33ª sessão do Conselho, participei de reunião promovida pela Anistia Internacional, International Service for Human Rights, EACDH e as Missões de Albânia, Canadá e Mongólia, com os países candidatos, a fim de defender as credenciais brasileiras para voltar a integrar o CDH.

15.Nas Revisões Periódicas Universais, a Missão consolidou a prática de realizar intervenções sobre todos os países examinados em cada sessão, aproximadamente 45 por ano. Para tanto, baseou-se nos relatórios elaborados pelo EACDH, nos subsídios enviados pelas embaixadas nos países sob escrutínio e em contatos mantidos com representantes desses países e integrantes de organizações da sociedade civil. Em 2013, realizei gestão junto à missão de Israel com vistas ao retorno do país, de forma regular, ao mecanismo de revisão.

16.Também no período 2013 (último trimestre) - 2016, a Missão prestou assistência às visitas efetuadas ao Brasil por sete titulares de mandatos de procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos e mecanismos de órgãos de tratado. Em dezembro de 2013, visitaram o Brasil o grupo de trabalho de peritos sobre pessoas afrodescendentes e a relatora especial sobre o direito humano à água e ao saneamento. Em 2015, foram ao Brasil: o relator especial sobre a tortura e outras formas de tratamento cruéis, desumanas ou degradantes (agosto); a

relatora especial sobre questões de minorias (setembro); o Subcomitê de Prevenção da Tortura (outubro); e o grupo de trabalho sobre empresas e direitos humanos (dezembro). A relatora especial sobre direitos dos povos indígenas esteve no Brasil em março de 2016. Desde 1995, o Brasil recebeu 21 visitas de procedimentos especiais temáticos.

17. Em agosto de 2015, coordenei a apresentação do primeiro relatório periódico do país ao Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência (CDPD), ocasião em que fiz a intervenção inicial. A delegação brasileira foi chefiada pelo então secretário de direitos humanos, deputado Pepe Vargas, e integrada por representantes dos três poderes, inclusive a deputada federal Mara Gabrili (PSDB/SP). Em setembro do mesmo ano, chefieei a delegação brasileira que apresentou ao Comitê dos Direitos da Criança (CDC) os relatórios periódicos relativos ao cumprimento da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Protocolo Facultativo sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados. Ainda com respeito aos direitos das crianças, mantive contatos permanentes com a representante especial do SGNU sobre a violência contra a criança, Marta Santos Pais, de nacionalidade portuguesa, e participei de todos os debates por ela organizados ao longo de minha gestão.

18. Como se sabe, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, em 23/12/2013, a resolução 68/257, que proclamou a Década Internacional dos Afrodescendentes 2015-2024, sob o tema: "Afrodescendentes: Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento". As negociações sobre o programa de atividades da Década ocorreram entre os meses de abril e junho de 2014, em Genebra. A participação do Brasil contribuiu para que o programa de atividades, aprovado em 1º de dezembro de 2014 pela AGNU (A/Res/69/16), abrangesse os aspectos seguintes: negociação de uma declaração das Nações Unidas sobre direitos dos afrodescendentes; criação de um foro permanente dos afrodescendentes; coleta de informações relevantes, inclusive dados desagregados; e adoção de medidas especiais de promoção dos direitos de afrodescendentes.

19. O alto comissário para os direitos humanos, Zeid Ra'ad al Hussein, participou, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2015, da Reunião Regional da América Latina e Caribe da Década Internacional dos Afrodescendentes. Realizei gestões que possibilitaram a escolha de Brasília como sede do evento e acompanhei pessoalmente a visita do alto comissário ao Brasil. Em reconhecimento ao importante papel do país, fui

convidada, pelo EACDH para atuar como moderadora em evento paralelo sobre o "50º Aniversário da Adoção da Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial - ICERD", realizado à margem da 28ª sessão do Conselho de Direitos Humanos.

20.Como resultado dos estreitos contatos mantidos pela missão com o Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos, foi organizado, em julho de 2015, em Brasília, seminário de treinamento e capacitação sobre o mecanismo de revisão periódica universal. O evento teve como objeto difundir boas práticas e experiências exitosas sobre a matéria, tendo como público alvo funcionários e peritos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que tiveram sua participação inteiramente custeada pelo EACDH.

21.Durantes os três anos de minha gestão, a promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres manteve-se como prioridade. O Brasil integra os "Geneva Gender Champions" (GGC), grupo lançado pelo Escritório das Nações Unidas em Genebra (UNOG, na sigla em inglês) e pela missão dos EUA, no segundo semestre de 2015. O aniversário de 20 anos da Declaração e Plano de Ação de Beijing fortaleceu o debate em Genebra sobre os direitos das mulheres em 2015. Por iniciativa brasileira, o tema foi incorporado ao diálogo sobre transversalização dos direitos humanos, durante a 28ª sessão do Conselho de Direitos Humanos.

22.Em reconhecimento ao papel pioneiro do país nas discussões sobre o direito dos idosos, tive a honra de representar o Brasil em conferência internacional sobre o envelhecimento, realizada em abril deste ano, na Eslovênia. Na oportunidade, apresentei informações sobre políticas nacionais de promoção dos direitos dos idosos, bem como as posições brasileiras em defesa de instrumento internacional vinculante sobre a questão.

23.As complexidades inerentes à promoção e à proteção dos direitos dos povos indígenas reclamaram atenção permanente. Recebi várias lideranças indígenas brasileiras que visitaram Genebra a fim de manter encontros com mecanismos do sistema internacional de direitos humanos e participar de atividades de sensibilização em favor da proteção dos direitos de seus povos ou comunidades. Denúncias de ataques contra comunidades indígenas Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul (2015-2016) assim como atos de violência registrados durante a execução de mandados de reintegração de posse suscitaram pedidos de esclarecimentos de parte do Escritório do Alto Comissário

para os Direitos Humanos e da relatora especial sobre direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz. O relatório final de sua visita ao Brasil, em março deste ano, foi apresentado ao CDH durante sua 33a sessão, em setembro.

24.As atenções do sistema de direitos humanos da ONU voltaram-se para o Brasil na qualidade de país sede da Copa do Mundo de Futebol (2014) bem como dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio (2016). Participei, como painelistas, de evento paralelo sobre a proteção de crianças contra a exploração sexual no contexto de megaeventos esportivos, realizado durante a 25ª sessão do CDH, em março de 2014. Expus as medidas promovidas pelo país no contexto da "Agenda de Convergência para a Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente em Grandes Eventos". Em junho de 2014, durante a 26ª sessão do CDH, moderei painel intitulado "Igualdade nos esportes". O evento contou com a participação da presidente do CDH, da então alta comissária para direitos humanos, Navi Pillay, de representantes do Comitê Olímpico Internacional (COI) e da UEFA, além de ex-atletas profissionais. Para divulgar a realização da Copa do Mundo no Brasil, organizei evento no edifício sede da ONU em Genebra (Palais des Nations), ao qual compareceram cerca de 500 pessoas. Em junho de 2016, a Missão promoveu painel sobre direitos humanos e esportes, o qual contou com a participação da diretora de sustentabilidade, acessibilidade e legado do Comitê Organizador da Rio 2016, Tânia Braga. A missão participou, igualmente, de diversos eventos promovidos por organizações da sociedade civil para debater as medidas adotadas pelo governo para assegurar a observância dos direitos humanos nos Jogos.

25.Realizada em 29 de abril de 2016, por ocasião da passagem da chama olímpica por Genebra, a cerimônia "Celebrando o Espírito Olímpico", contou com a participação do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon; do então ministro do esporte, Ricardo Leyser Gonçalves; do presidente do Comitê Olímpico Internacional, Thomas Bach; do presidente do Comitê Olímpico Brasileiro e do Comitê Organizador da Rio 2016, Carlos Arthur Nuzman; e da atleta paralímpica brasileira Natália Mayara (tênis em cadeira de rodas).

26.Registro, por fim, ter sido indicada, pelo GRULAC, para integrar, em 2016, o Grupo Consultivo do Conselho de Direitos Humanos, que tem por atribuição pré-selecionar e propor ao presidente do CDH listas tríplexes de candidatos para ocupar

vagas a serem preenchidas em procedimentos especiais do Conselho.

27.Independentemente da eleição do Brasil para o Conselho, a agenda em direitos humanos do país permanecerá intensa. No primeiro semestre de 2017, o Brasil apresentará no Conselho seu relatório nacional do mecanismo de revisão periódica universal. No próximo ano, o país deverá avançar nos esforços para atualizar os relatórios aos órgãos de tratados. Estão previstas, tentativamente, três visitas de relatores especiais ao país em 2017 (saúde, dívida externa e tráfico de pessoas). A fim de dar seguimento às prioridades brasileiras no Conselho, a delegação deverá apresentar resoluções sobre temas como direito à privacidade, orientação sexual e identidade de gênero, direito à saúde, discriminação e racismo e direito dos idosos, entre outros. A Missão deverá também seguir e monitorar a situação de direitos humanos em países que merecem especial atenção do CDH.

SAÚDE

28.No período 2013 (último trimestre) - 2016, DELBRASGEN acompanhou as atividades da Organização Mundial da Saúde e das entidades que gravitam ao seu redor: UNAIDS, UNITAID, Secretariado da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, Codex Alimentarius (FAO/OMS), Agência Internacional para a Pesquisa sobre o Câncer (IARC), Programa Especial para Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais (TDR), Programa Especial de Pesquisa, Desenvolvimento e Treinamento em Pesquisa sobre Reprodução Humana (HRP, na sigla em inglês), assim como manteve contatos com o "Pool" de Patentes, Fundo Global de Luta contra o HIV/Aids, Tuberculose e Malária, e a Aliança GAVI.

29.Ao longo dos últimos três anos, o Brasil foi membro ativo do Conselho Executivo da OMS e já apresentou, junto à OPAS/Washington, candidatura para retornar ao Conselho, a partir de maio de 2017. De modo permanente, a Missão participa da concertação de posições no âmbito do Grupo das Américas da OMS (GRUA/OMS).

30. Dentre os grupos políticos de coordenação em saúde, cumpre citar o dos ministros da saúde dos BRICS, que se reúne anualmente em Genebra, à margem da Assembleia Mundial de Saúde. O Brasil assumiu a presidência do grupo em 2014 e organizou exitoso evento paralelo à Assembleia daquele ano, intitulado "Acesso a medicamentos: desafios e oportunidades para países em desenvolvimento". Na condição de coordenador

do grupo na ocasião, organizei reunião de trabalho dos ministros da saúde dos BRICS na residência oficial e acompanhei, pessoalmente, as demais atividades do BRICS saúde durante minha gestão.

31. A Missão coordenou posições no âmbito da iniciativa "Política Externa e Saúde Global" (FPGH, na sigla em inglês). Criada em 2007, o FPGH representa foro de concertação entre diferentes regiões do mundo, no qual África do Sul, Brasil, França, Noruega, Senegal, Indonésia e Tailândia, membros fundadores, exploram, a cada ano, o desenvolvimento conjunto de temas da agenda multilateral da saúde, a cada ano, sob distintas óticas. Em 2016, o FPGH tem buscado articular-se, na OMS e na Assembleia-Geral da ONU, por exemplo, em torno do tema da resistência antimicrobiana e da relação entre trabalhadores de saúde e crescimento econômico.

32. À margem da Assembleia Mundial da Saúde (AMS), segue as reuniões anuais de ministros da saúde da UNASUL, que contam com o apoio do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), dirigido até maio de 2016 pelo ex-ministro da saúde do Brasil, José Gomes Temporão.

33. Cabe sublinhar que está em curso o processo de escolha do próximo Diretor-Geral da OMS, a ser eleito, por escrutínio secreto, na 70ª AMS, em maio de 2017. Acompanhei reuniões bilaterais do ministro da saúde Ricardo Barros, à margem da última Assembléia, com os três candidatos já anunciados: (i) Philippe Douste-Blazy (França); (ii) Tedros Adhanom Ghebreyesus (Etiópia); e (iii) Sania Nishtar (Paquistão).

34. Merece destaque, igualmente, o esforço da OMS de adaptar-se à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, iniciada com a aprovação, em maio passado, de resolução na 69ª AMS, que contou com o apoio do Brasil.

35. Contribuímos para a bem-sucedida negociação, após quatro anos de trabalhos, do marco de interação da OMS com atores não-estatais (FENSA, na sigla em inglês). Primeiro documento dessa natureza aprovado no sistema ONU, visa estabelecer critérios precisos para uma relação sem conflitos de interesse entre, de um lado, entes não-estatais, tais como empresas privadas, entidades filantrópicas, academia e ONGs e, de outro, a OMS.

36. O Brasil foi também ativo participante na criação de um novo pilar dentro da estrutura da OMS para enfrentar emergências de saúde. Avançamos a noção de que a nova

estrutura, conquanto relevante, não deveria ser constituída em detrimento das demais atividades em prol da saúde pública, historicamente desenvolvidas pela OMS.

37. No período 2013 (último trimestre) - 2016, a Missão observou a crescente abordagem de temas de saúde pela lente da segurança, tais como a resistência antimicrobiana, o deslocamento transfronteiriço de doenças e epidemias devido aos fluxos migratórios, o acesso de agentes de saúde a países em conflito (ex. "médicos de coturno" em áreas conflagradas), e o lançamento da "Agenda Global de Segurança em Saúde".

38. No dia 1º de fevereiro de 2016, a OMS declarou os focos de microcefalia e desordens neurológicas associadas ao vírus zika como "Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional", nos termos do Regulamento Sanitário Internacional 2005. O tema ganhou destaque internacional e colocou o Brasil no epicentro dos debates de saúde global.

39. Participei de sessões informativas na OMS para esclarecer os principais elementos da exitosa resposta do governo brasileiro à epidemia. Mantive contato estreito com a Diretora-Geral (DG) da OMS, Dra. Margaret Chan, e a Diretora da OPAS, Dra. Carissa Etienne, com vistas a assegurar o fluxo de informações entre Brasília e Genebra, bem como a organização das visitas feitas pela DG-OMS ao Brasil em março passado e por ocasião da abertura dos Jogos Olímpicos, em agosto último.

40. O Brasil tomou parte nos debates sobre a revisão do "Regulamento Sanitário Internacional 2005" (RSI 2005), ocorrida na esteira da crise do ebola, e defendeu cautela em relação a eventuais obrigações acrescidas. O RSI 2005 é o instrumento normativo para a resposta internacional a emergências no âmbito da OMS. À luz de iniciativas de alguns países em reação ao vírus zika, postulamos o detalhamento e a especificação de critérios para casos em que estados membros decidam aplicar restrições de comércio e de viagens mais estritas do que as recomendadas pela própria OMS.

41. Se na resposta ao vírus zika o Brasil recebeu o apoio e a cooperação da DG-OMS, é relevante registrar que a DG-OMS solicitou-me facilitar contato com o ministro da saúde Ricardo Barros com vistas a que o Brasil pudesse disponibilizar estoques de vacinas produzidas por Biomanguinhos para acelerar a resposta internacional aos surtos de febre amarela urbana em Angola e na República Democrática do Congo, ora em curso.

42. No tocante à revisão do regime de partilha de vírus da influenza com potencial pandêmico (marco PIP), cujos resultados serão apresentados à 70ª AMS, em 2017, defendemos o equilíbrio entre o acesso às cepas de vírus e a partilha de benefícios. Além de possível expansão para o compartilhamento de materiais e benefícios relacionados a outras doenças infecciosas (ex. zika, ebola), está em debate forma de enquadramento de dados de sequenciamento genético no âmbito do marco PIP.

43. O tema da resistência antimicrobiana (AMR) adquiriu relevância em 2015, com o debate e a aprovação do Plano de Ação Global sobre AMR na OMS. Bactérias e outros microorganismos resistentes a medicamentos podem impedir o tratamento de doenças transmissíveis e não transmissíveis e ameaçar a eficácia até mesmo de procedimentos cirúrgicos hoje corriqueiros. A atuação do Brasil foi fundamental para garantir que o tema seja tratado com base em evidências científicas e análise de risco ("risk analysis"). Força tarefa presidida pelo economista britânico, Lorde Jim O'Neill, contribuiu para elevar o perfil do assunto internacionalmente, na OMS, no G7, no G20 e na Assembleia Geral das Nações Unidas. Em abril passado, recebi O'Neill na Missão, a pedido, para intercambiar opiniões sobre a AMR.

44. O assunto interessa ao Brasil não só pelo ângulo da saúde pública, mas também pelo vínculo entre saúde humana, animal e vegetal. As medidas de controle e restrição que vêm sendo debatidas abarcam a área animal e vegetal, e podem elevar custos para a agropecuária e agricultura brasileiras, afetando grandes produtores e exportadores. O Brasil defende que medidas acordadas internacionalmente para o combate à resistência antimicrobiana sejam equitativas e equilibradas, privilegiem campanhas de conscientização e prevenção, evitem restrições ao acesso a medicamentos para aqueles que mais precisam e levem também em consideração a segurança alimentar e nutricional.

45. O debate sobre pesquisa e desenvolvimento em saúde prossegue no contexto do seguimento ao relatório do "Grupo Consultivo de Especialistas sobre Pesquisa e Desenvolvimento: Financiamento e Coordenação" (CEWG, na sigla em inglês). Temas como o Observatório Global das necessidades de P&D em saúde, roteiro para pesquisa em áreas potencialmente de emergência, entre outros aspectos relativos ao aprimoramento do sistema de inovação e propriedade intelectual, continuam em discussão, a despeito de divisões profundas de perspectiva

entre países desenvolvidos, em desenvolvimento, e a indústria farmacêutica. No contexto dessa discussão, o ministério da saúde aportou, em 2015, contribuição voluntária de USD 1 milhão para a implementação de projetos de demonstração, dentre os quais um liderado pela Fiocruz para o desenvolvimento de vacina contra a esquistossomose.

46. O Brasil integra o Mecanismo de Estados-Membros sobre produtos médicos abaixo do padrão/ espúrios/ falsamente rotulados/ falsificados/ contrafeitos ("MSM/SSFFC", na sigla em inglês). Desde 2015, a ANVISA lidera, com o apoio desta missão, o grupo de trabalho no âmbito do MSM, encarregado de elaborar recomendações às autoridades reguladoras com vistas à prevenção, detecção e combate a produtos médicos SSFFC, bem como desenvolver material de treinamento.

47. A Missão acompanhou, também, as atividades do painel de alto nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre inovação e acesso a medicamentos, anunciado em 19 de novembro de 2015. O relatório acaba de ser publicado (setembro 2016). Co-presidido por Ruth Dreyfus - ex-Presidente da Confederação Suíça, e Festus Mogae - ex-Presidente de Botswana, foi integrado também por dois brasileiros: o embaixador Celso Amorim, e o Dr. Jorge Bermudez, da Fiocruz.

48. Cabe sublinhar que a missão liderou a negociação da "Declaração de Brasília", adotada por ocasião da 2ª Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito, em Brasília, em novembro de 2015. O documento atualizou o debate sobre o tema, com a inclusão de questões como equidade, mobilidade e proteção dos usuários mais vulneráveis.

49. A missão integrou, ainda, o Grupo de Trabalho Conjunto FAO/OMS, que redigiu a Declaração e o Plano de Ação de Roma sobre Nutrição (inclusive formas de má nutrição, como desnutrição, sobrepeso e obesidade), aprovados na Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição, em Roma, em novembro de 2014.

50. A implementação do Plano de Ação Global para Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNTs) 2013-2020 é tema de interesse do ministério da saúde, e, também, tem sido objeto de atento acompanhamento por esta Missão. As DCNTs causam 80% das mortes no mundo e exigem atuação virogosa (e onerosa) dos sistemas de saúde dos estados, inclusive no combate, politicamente delicado, aos fatores de exacerbação de riscos, tais como o fumo, o açúcar, o sal, bebidas alcóolicas e

gordura saturada. Registre-se que foram iniciados os preparativos para a terceira Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU sobre a Prevenção e o Controle de DCNTs, em 2018.

51. Em maio de 2014, a 67ª Assembleia Mundial da Saúde adotou histórica resolução sobre o fortalecimento do papel dos sistemas de saúde no combate à violência interpessoal contra mulheres e meninas, e contra crianças. Realizei gestões pessoais para que o relatório global sobre violência e saúde da OMS, relativo a 2014, registrasse apenas dados validados pelo Governo brasileiro sobre a situação da violência interpessoal no Brasil.

52. Em 2014, o Brasil apresentou, também, resolução sobre hepatites virais. Dessa iniciativa resultou a estratégia setorial da OMS para hepatites virais 2016-2021, com foco na prevenção, segurança alimentar e da água, políticas de redução de danos para as pessoas que usam drogas injetáveis e intervenções para diminuir o consumo de álcool, além de medidas de tratamento e controle da doença.

53. Ainda durante a 67ª AMS, a missão presidiu a negociação que levou à aprovação de resolução sobre o combate à tuberculose. O texto constitui a estratégia global da OMS para a doença e, ao assinalar o problema da tuberculose multi-resistente, encarece maior colaboração transfronteiriça. As ações previstas têm por objetivo reduzir 95% das mortes até 2035 e 90% dos novos casos. Na ocasião, o Brasil organizou evento paralelo intitulado "Vencendo a luta contra a tuberculose".

54. Foi aprovada, na mesma sessão, resolução intitulada "Seguimento à Declaração Política de Recife sobre Recursos Humanos em Saúde: compromissos renovados em direção à cobertura universal de saúde", para consagrar os avanços obtidos no 3o Fórum Global de Recursos Humanos em Saúde, ocorrido no Brasil, em 2013.

- CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO (CQCT)

55. O Brasil é membro fundador da Convenção-Quadro sobre Controle do Tabaco (CQCT), cujo Secretariado é chefiado pela brasileira Vera Luiza da Costa e Silva (mandato 2014-2018). Sua designação foi apoiada por reiteradas gestões que empreendi em 2013. Desde então, tenho mantido estreita interlocução com a Dra. Costa e Silva.

56. A CQCT é instrumento juridicamente vinculante. O Brasil mantém perfil alto nas reuniões da Conferência das Partes (COP) e integra diferentes grupos de trabalho (GTs). São pautas importantes seja da perspectiva da saúde, seja do ponto de vista econômico-comercial. Refiro-me, por exemplo, ao GT sobre preços e impostos para reduzir a demanda de tabaco; o GT sobre responsabilização jurídica; e o GT sobre alternativas economicamente sustentáveis ao cultivo do tabaco.

57. A Missão está seguindo os preparativos para a 7ª sessão da Conferência das Partes (COP7), que será realizada em Nova Delhi, Índia, entre os dias 7 e 12 de novembro de 2016.

- CODEX ALIMENTARIUS

58. O Codex Alimentarius, programa conjunto FAO/OMS, vem sendo acompanhado pela Delegação do Brasil em Genebra e pela Representação do Brasil junto à FAO, em Roma. A eleição do brasileiro Guilherme da Costa a Vice-Presidente da Comissão, em 2015, contou com vigorosa campanha a que me dediquei pessoalmente.

- AGÊNCIA INTERNACIONAL PARA A PESQUISA SOBRE O CÂNCER (IARC, na sigla em inglês)

59. A IARC, com sede em Lyon, foi criada em 1965, por meio da resolução WHA18.64 da Assembleia Mundial da Saúde (OMS). O Brasil foi readmitido como o 23º Estado participante da IARC em 16 de maio de 2013, mediante a Decisão GC/55/R1 do Conselho Diretor da IARC. O Diretor do Instituto Nacional do Câncer José Gomes da Silva Alencar, representa o Brasil, único membro da América do Sul e Central.

60. A IARC emite pareceres técnicos ("monografias") sobre a carcinogenicidade de diversas substâncias, tais como, recentemente, o glifosato utilizado na agricultura nacional, o café e a carne processada. Apesar de não participar diretamente das reuniões, a Missão mantém interlocução com a Agência, de modo a informar sobre a repercussão de suas publicações no âmbito da OMS.

- UNITAID

61. O Brasil participa como membro permanente do Conselho Executivo da UNITAID, que se reúne duas vezes por ano. A entidade é financiada por mecanismo inovador, baseado em taxa aplicada a passagens aéreas. Sua missão é promover projetos para ampliar o acesso, a preços reduzidos, a medicamentos

para combate à malária, tuberculose e HIV/AIDS. A estrutura de governança inclui, além de países, representantes de ONGs, comunidades de pessoas afetadas pelas doenças e entidades filantrópicas, como a fundação Bill e Melinda Gates.

62. Além do aporte de recursos substantivos, o Brasil, em representação conjunta do Itamaraty e do Ministério da Saúde, é instado rotineiramente a deliberar sobre projetos de financiamento e temas relativos à gestão da entidade. O embaixador Celso Amorim foi selecionado para a presidência do Conselho Executivo, em junho passado, em substituição ao ex-ministro da saúde e das relações exteriores da França, Phillippe Douste-Blazy, atualmente candidato ao cargo de diretor-geral da OMS.

- UNAIDS

63. O Programa da ONU para Combate ao HIV/AIDS, também sediado em Genebra, conta com presença importante de brasileiros em seu secretariado, em virtude das exitosas experiências do País que serviram de inspiração para a própria criação da entidade. Seu vice-diretor executivo e secretário-geral assistente da ONU é o médico Luiz Loures. A diretoria de direitos humanos, gênero, mobilização de comunidades e prevenção é ocupada pela médica Mariângela Simão, também brasileira.

64. O surgimento de outras emergências de saúde pública, como o ebola e o vírus zika, assim como o deslocamento de prioridades orçamentárias nos países doadores tradicionais para lidar com os fluxos recentes de migrações em massa reduziram os recursos disponíveis para o UNAIDS, o que obrigará a entidade a rever custos e programas, enquanto busca manter o nível de engajamento na luta contra o HIV/AIDS, com vistas à erradicação da epidemia até 2030, conforme meta da Agenda 2030.

- FUNDO GLOBAL DE LUTA CONTRA O HIV/AIDS, TUBERCULOSE E MALÁRIA

65. O Fundo Global de luta contra o HIV/Aids, Tuberculose e Malária foi criado com base em resolução da AGNU em 2001, e, desde então, consolidou-se como o principal mecanismo de financiamento para o combate às três doenças. Mobiliza USD 4 bilhões a cada ano, o que o torna a instituição internacional de saúde com maior orçamento. A Missão tem participado de debates e mantido contato com seus diretores, ainda que o Brasil não contribua para o Fundo.

- ALIANÇA GLOBAL PARA VACINAS E IMUNIZAÇÃO (GAVI, na sigla em inglês)

66. A Aliança Global para Vacinas e Imunização transformou-se na principal plataforma para campanhas de imunização em países de baixa renda. Desde sua criação, em 2000, vacinou mais de 500 milhões de crianças e 300 milhões de adultos. Em quinze anos de operação, registrou compromissos financeiros da ordem de US\$ 10 bilhões.

67. O Brasil declarou filiação à GAVI, em 2006. Em 2011, anunciou doação de USD 20 milhões em 20 anos e sancionou lei específica nessa matéria (Lei 12.413, de 31/05/2011). Não foi possível, até o momento, viabilizar a assinatura dos instrumentos legais de filiação à GAVI, o que impede a participação direta do país em suas atividades.

68. Nos próximos meses, o universo de foros relacionados à saúde contará com extensa agenda de reuniões e encontros, a grande maioria deles em Genebra:

- 4 e 5 de outubro. 16ª reunião do Comitê de Finanças e Prestação de Contas (FAC, na sigla em inglês) e 15ª reunião do Comitê de Políticas e Estratégia (PSC, na sigla em inglês) da UNITAID;

- 4 a 11 de outubro de 2016 (Lyon, França). 117º Encontro de Monografias da IARC, que revisará o risco de carcinogenicidade, em humanos, do pentaclorofenol e compostos relacionados.

- 10 e 11 de outubro - Fórum do Plano Global de Ação sobre Saúde Mental (mhGAP, na sigla em inglês) da OMS;

- 18 a 20 de outubro - Grupo Consultivo Estratégico de Especialistas sobre Imunização (SAGE, na sigla em inglês) da OMS;

- 24 a 26 de outubro - Congresso da Iniciativa de Hospitais Amigos da Criança;

- 31 de outubro - Diálogo Financeiro da OMS;

- 1º de novembro - Fórum de candidatos ao cargo de diretor-geral da OMS;

- 7 a 12 de novembro (Nova Délhi) - 7ª sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco;

- semana de 21 de novembro - 5ª reunião do Mecanismo de Estados-Membros sobre produtos médicos abaixo do padrão/espúrios/ falsamente rotulados/ falsificados/contrafeitos ("SSFFC");

- 14 a 18 de novembro - 38ª sessão do Comitê de Especialistas em Dependência de Drogas da OMS;

- 21 a 24 de novembro (Xangai) - 9ª Conferência Global sobre Promoção da Saúde;

- 5 a 9 de dezembro - 39ª Reunião do Conselho Coordenador de Programas do UNAIDS;

- 13 e 14 de dezembro - 26ª sessão do Conselho Executivo da UNITAID;

2017 - 18 a 20 de janeiro - 25ª sessão do Comitê de Programa, Orçamento e Administração da OMS;

- 23 de janeiro a 1º de fevereiro - 140ª sessão do Conselho Executivo da OMS;

- 21-28 de março - 118º Encontro de Monografias da IARC, que revisará o risco de carcinogenicidade, em humanos, da soldagem, fumos de solda e outros compostos relacionados. (Lyon, França)

- maio/2017 - 59ª reunião do Conselho Diretor da Agência Internacional de Pesquisa para o Câncer (Lyon, França)

- 18 e 19 de maio - 26ª sessão do Comitê de Programa, Orçamento e Administração da OMS;

- 22 a 31 de maio - 70ª Assembleia Mundial da Saúde;

SETOR HUMANITÁRIO

69. A escalada da crise humanitária global, nos últimos anos, levou à intensificação do contato do Brasil com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Além de participar das sessões regulares do Comitê Permanente e do Comitê Executivo, a Missão foi convidada para reuniões específicas organizadas pelo ACNUR sobre a crise de refugiados da Síria e do Oriente Médio. Nesse contexto, a Missão informou sobre os principais elementos da Resolução Normativa nº 17 do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), de novembro de 2013, renovada por mais dois anos pela RN nº 20, de setembro de 2015, a qual propiciou a emissão de vistos em bases humanitárias para a acolhida no

Brasil de mais de 3,5 mil pessoas afetadas pela crise na Síria. Negociou, também, Memorando de Entendimento com o ACNUR voltado à cooperação no processamento de solicitações de vistos nas repartições consulares brasileiras em Amã, Beirute e Istambul.

70.A Missão integrou processo de consultas na sede do ACNUR, em preparação à Conferência Ministerial comemorativa do 30º aniversário da Declaração de Cartagena sobre Refugiados, realizada em Brasília, em dezembro de 2014. O país copresidiu as negociações da Declaração e Programa de Ação de Brasil, adotados no marco do processo "Cartagena+30".

71.Em reconhecimento ao papel do país no campo humanitário, o Brasil foi chamado a integrar Grupo de Alto Nível de Apoio à Síria (HLM, na sigla em inglês). Chefeiei a delegação brasileira às diversas reuniões do HLM em Genebra e em Roma, sob a coordenação do Subsecretário e Coordenador de Ajuda Emergencial da ONU. A participação no Grupo foi útil na medida em que permitiu apresentar as posições brasileiras e acessar informações privilegiadas sobre o conflito. Com a criação do Grupo Internacional de Apoio à Síria (ISSG, sigla em inglês), no início de 2016, o HLM passou a reunir-se em Genebra apenas em nível de peritos com o objetivo de intercambiar informações e promover cooperação sobre questões humanitárias.

72.Durante minha gestão, foi possível superar controvérsia a respeito do status associativo do Brasil na Organização Internacional de Migrações (OIM). Embora tenhamos depositado o instrumento de acessão à OIM em junho de 2012, o Secretariado da OIM insistia em cobrar contribuições a partir de 2004, ano em que a adesão do país foi aprovada pelo Conselho da Organização. Com o decisivo apoio da Secretaria de Estado, a Missão promoveu intenso trabalho, incluindo gestões pessoais junto aos principais membros da OIM, com vistas a chegar a entendimento mutuamente aceitável que eliminasse a pendência anterior a 2012. A superação da controvérsia permitiu a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Acordo referente à Posição Legal, Privilégios e Imunidades da OIM no Brasil, em agosto de 2015, o que abriu caminho para a abertura do escritório da OIM no país.

73.A Missão exerceu a função de coordenador "pro tempore" do GRULAC-OIM, no segundo semestre de 2015. Proferi, nessa condição, intervenção conjunta em defesa do adensamento das relações da OIM com o Sistema ONU, contribuindo para a aprovação de mandato conferido ao Diretor Geral da OIM para

iniciar a negociação de acordo de associação com as Nações Unidas. Com efeito, a assinatura do referido instrumento ocorreu em 19 de setembro de 2016. Registre-se, ademais, recente pagamento da contribuição obrigatória do Brasil relativa ao ano de 2014 e de parcela de 2015, o que permitiu ao país reter seu direito de voto.

74.No contexto dos trabalhos preparatórios para a Cúpula de Sendai sobre Redução de Risco de Desastres, em 2015, a Missão preparou subsídios e participou das negociações para a elaboração do documento final. O Marco de Ação resultante consiste em compromissos, metas e terminologias, de natureza voluntária, que deverão ser internalizados pelos estados membros até o ano de 2030. Embora não tenha sido possível concluir o texto da declaração e do plano de ação em Genebra, o anteprojeto levado para Sendai constituiu base para as negociações e elemento central do acordo finalmente logrado no encontro.

75.A esse respeito, assinale-se que a Missão mantém interlocução, nesta cidade, com o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR, na sigla em inglês), estabelecido em 1999 pela Resolução 54/219 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), com o propósito de assegurar a implementação da Estratégia Internacional para a Redução do Risco de Desastres. Atualmente o UNISDR tem a função de apoiar a implementação do Marco de Ação de Sendai.

76.DELBRASGEN também participou das tratativas promovidas, nesta cidade, pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária (UNOCHA) sobre a Cúpula Humanitária Mundial, realizada em Istambul, em maio de 2016. Boa parte das discussões preparatórias foram realizadas em Genebra.

77.O processo que levou ao encerramento das atividades da Iniciativa Nansen, criada com o objetivo de abordar os desafios de proteção de deslocados transfronteiriços no contexto de desastres e da mudança do clima, requereu o acompanhamento ativo da Missão. Após consulta global em Genebra, em outubro de 2015, com a presença de mais de uma centena de países, foi adotada declaração que endossou a "Agenda de Proteção", com recomendações na área do deslocamento. Em 2016, o Brasil decidiu integrar a Plataforma sobre Deslocados por Desastres, que deverá dar sequência à agenda da antiga Iniciativa Nansen.

78.A finalização, em 2014, do "Projeto Piloto Rio" do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, abriu caminho para a negociação do texto de novo acordo de sede com o CICV. A renovação da diretoria da Sociedade Brasileira da Cruz Vermelha permitiu, também, dar continuidade às tratativas de instrumento semelhante com a Federação Internacional da Cruz Vermelha, igualmente sediada em Genebra.

79.A Missão engajou-se ativamente no processo preparatório da 32ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha, em 2015. Durante a Conferência, participamos das negociações dos diversos instrumentos adotados. Integrei como painelistas, juntamente com participantes da prefeitura e estado do Rio de Janeiro, evento paralelo "Humanitarian action in situations other than armed conflict: lessons from ICRC's pilot project in Rio", copatrocinado pelo CICV e pela Missão.

80.Diante da evolução da crise de migrantes e refugiados, tudo indica que o setor humanitário da missão deverá ser crescentemente acionado. Com efeito, o ACNUR e a OIM deverão consolidar a tendência de expansão verificada nos últimos anos no que respeita tanto ao número de reuniões quanto às demandas bilaterais. Espera-se que parte expressiva dos compromissos assumidos na Cúpula sobre Grandes Movimentos de Migrantes e Refugiados, realizada em setembro de 2016, em Nova York, necessitará de detalhamento técnico a ser conduzido pelas agências competentes em Genebra. Embora a próxima Conferência do CICV esteja prevista apenas para 2019, os trabalhos a respeito da reunião de estados sobre direito humanitário internacional, assim como sobre instrumento relativo a pessoas detidas em conflitos, terão lugar em Genebra. O conflito na Síria continuará a demandar apoio técnico e ajuda humanitária por parte das agências aqui sediadas.

81.A agenda de reuniões e eventos, já definidos, da área humanitária nos próximos meses inclui:

- 67ª Sessão do Comitê Executivo do ACNUR (3-7/10);
- 2ª Reunião Preliminar do Processo Intergovernamental para a discussão do fortalecimento do respeito ao Direito Internacional Humanitário (12/10);
- 19ª Sessão do Comitê Permanente de Programas e Finanças da OIM (2-3/11);
- 3ª Sessão do GT sobre Terminologias e Indicadores do UNISDR, (14-18/12);

- 107ª Sessão do Conselho da OIM (5-8/12); e
- Diálogo Anual do Alto Comissário para Refugiados sobre Desafios de Proteção (8-9/12).
- TRABALHO

82. Nos últimos anos, um conjunto de temas tem marcado a agenda da Organização Internacional do Trabalho: reformas internas, governança, sistema de controle, negociação de novos instrumentos normativos e vinculação a temas fundamentais da agenda internacional, como os objetivos do desenvolvimento sustentável e a crise de refugiados. O Brasil manteve protagonismo nas negociações normativas, reuniões técnicas, grupos de trabalho e fóruns setoriais da organização, que se aproxima de seu centenário (2019), sempre em observância às instruções recebidas.

83. Constituída pelo Tratado de Versalhes, em 1919, a OIT pauta-se pelo princípio de que não há paz sem justiça social e estabelece padrões laborais mínimos. Desde sua origem, a OIT conserva caráter "sui generis" no âmbito das Nações Unidas. Fundada quase 30 anos antes da ONU, a organização se diferencia por sua estrutura tripartite. Ao congregar trabalhadores, empregadores e governos, a OIT reúne os três pilares da chamada economia real. Por contar com entidades patronais e sindicais com voz e voto nas deliberações, constitui foro de particular intersecção entre política interna e política externa. Ademais, as conferências internacionais do trabalho são ocasião propícia para importantes encontros bilaterais entre os chefes da delegação brasileira, via de regra o titular da pasta do Trabalho, e seus homólogos de diversos países, além de permitir também reuniões com o diretor-geral da OIT.

84. Em virtude de sua importância industrial, o Brasil é um dos dez membros não eletivos (permanentes) do Conselho de Administração (CA) da OIT e situa-se entre os estados-membros com maior número de ratificações das normas internacionais do trabalho (80 em vigor). Não é sem justa razão que participa com uma das delegações mais numerosas nas Conferências Internacionais do Trabalho (CIT) - por sua vez a maior reunião multilateral realizada anualmente em Genebra: em 2016, foram cerca de seis mil os delegados credenciados. As organizações sindicais e patronais brasileiras figuram entre as mais influentes em seus respectivos grupos. A seguir, comento temas de relevo na atuação brasileira em temas laborais ao longo dos últimos três anos.

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA SOBRE TRABALHO INFANTIL

85. A III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, realizada em Brasília entre 08 e 10 de outubro de 2013, foi objeto de exame pelo Conselho de Administração da OIT, em sua 320^a sessão, em novembro daquele ano. Em atmosfera de consenso, após gestões pessoais que realizei, inclusive como painelistas em evento na OIT para informar sobre a Conferência, o CA-OIT endossou a Declaração de Brasília e solicitou sua integração no Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC). O exame da Declaração de Brasília deu ocasião, igualmente, para que os estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) interviessem pela primeira vez em conjunto no CA-OIT.

PROTOCOLO (P29) E RECOMENDAÇÃO (R203) SOBRE TRABALHO FORÇADO

86. O principal resultado da 103^a CIT (2014) foi a aprovação do Protocolo Adicional à Convenção 29 da OIT sobre Trabalho Forçado, juntamente com Recomendação que o complementa, tema acompanhado de perto pela então ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos do Brasil. Durante os trabalhos da Comissão, a delegação brasileira participou ativamente das negociações, em estreita coordenação com o Grupo de Países da América Latina e Caribe (GRULAC), tendo atuado como porta-voz do grupamento em diversos momentos.

PRIMEIRA INTERVENÇÃO BRICS

87. Em novembro de 2014, a sessão do Conselho de Administração da OIT foi marcada por concertação do BRICS que resultou em primeira intervenção conjunta do grupo no âmbito da OIT. Abordou-se a estratégia de cooperação para o triênio 2015-2017. A articulação serviu ainda para fazer avançar o debate sobre as possíveis modalidades para o diálogo entre os cinco países em temas laborais. Nas sessões seguintes do Conselho de Administração e da Conferência Internacional do Trabalho, o BRICS seguiu intervindo como grupo. Consolidando esse entendimento alcançado, os ministros do Trabalho passaram a reunir-se à margem das CITs.

A MULHER NO AMBIENTE DE TRABALHO

88. Em março de 2015, participei na OIT de painel em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. O evento, aberto pelo diretor-geral da OIT, contou com a presença de entidades representativas de movimentos de defesa dos direitos da mulher e organizações internacionais. No painel, transpareceu a convergência de visões entre o Brasil e o Secretariado da

OIT no que concerne a questões de gênero, equidade e diversidade no mundo do trabalho.

RECOMENDAÇÃO SOBRE A TRANSIÇÃO DA ECONOMIA INFORMAL À ECONOMIA FORMAL (R204)

89. Após intensas negociações, a 104ª Sessão da CIT (2015) aprovou Recomendação sobre a Transição da Economia Informal à Economia Formal. O novo instrumento reconhece a alta incidência e a diversidade com que se apresenta a informalidade no mundo, o que impõe desafio à garantia de direitos fundamentais dos trabalhadores. O texto propõe aos governos a adoção de medidas, em consulta com os atores sociais, com vistas a estimular a formalização e a adequação dos empregos às normas sócio-laborais. A atuação brasileira mereceu reconhecimento positivo, de outras delegações e do Secretariado da OIT, à luz dos resultados do Grupo de Trabalho Tripartite dedicado ao tema (criado no Brasil em 2014), o que permitiu melhor compreender as preocupações e interesses de cada uma das partes, bem como a elaboração de fórmulas consensuais. Em reconhecimento à atuação construtiva brasileira, coube ao país relatar ao plenário da conferência as conclusões da Comissão encarregada de elaborar o texto da Recomendação.

ESTRATÉGIA DA OIT PARA A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

90. A 325ª Sessão do Conselho de Administração da OIT (novembro 2015) aprovou a Estratégia de Cooperação para o Desenvolvimento da Organização - revisada, em boa medida, por solicitação dos BRICS e do Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC), em ambos os casos após gestões brasileiras. A nova versão da estratégia contextualiza a ação da OIT no marco dos ODS; além disso, reconhece o papel da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e, como complemento, da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

91. No período 2015-2017, a referida estratégia concentrará esforços nos seguintes "programas globais de referência": Trabalho Melhor; Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Forçado e Infantil; Ação Global para a Prevenção (acidentes e doenças de trabalho); Emprego para a Paz e a Resiliência, e; Piso de Proteção Social.

INICIATIVA SOBRE NORMAS E CONTROVÉRSIA SOBRE O DIREITO DE GREVE

92. Um dos mais difíceis impasses na OIT, durante meu período à frente de DELBRASGEN, diz respeito às diferentes

interpretações da bancada de sindical e patronal quanto ao direito de greve, durante os trabalhos da Comissão de Aplicação de Normas (CAN) nas CITs de 2012 a 2014. A paralisia na CAN levou o secretariado a propor diversas iniciativas com o propósito de esclarecer a questão jurídica substantiva central, bem como aprimorar a eficiência do próprio sistema de controle de normas. Participei diretamente das negociações com vistas à busca de solução consensual, seja por meio do grupo de governos seja em coordenação com o DG da OIT, de modo a restabelecer a normalidade das atividades da CAN na Conferência de 2015.

93. Decisivo para a superação do impasse foram os resultados de reunião tripartite sobre a Convenção 87 (liberdade sindical), ocorrida em fevereiro de 2015, quando empregadores e trabalhadores chegaram a acordo sobre a condução da CAN de maneira a evitar a paralisia dos anos anteriores e propuseram mudanças procedimentais. Nesse sentido, restabeleceu-se grupo de trabalho do Conselho de Administração dedicado ao funcionamento da CAN e decidiu-se, no CA de 2015, lançar mecanismo de revisão de normas (Standards Review Mechanism, SRM), para avaliar a atualidade das normas em vigor e a possibilidade de sua ab-rogação, derrogação, ou revisão, bem como a identificação dos melhores métodos para a adoção de reformas ou novos instrumentos normativos.

MOBILIDADE DE PESSOAS EM LARGA ESCALA

94. A OIT tem dedicado especial atenção aos movimentos migratórios internacionais e à atual crise de refugiados. O estudo geral da Comissão de Especialistas em Aplicação de Convenções e Recomendações, publicado em 2016, versou sobre instrumentos relativos aos trabalhadores migrantes. A delegação brasileira proferiu intervenção, quando da discussão do tema pela Comissão de Aplicação de Normas da 105^a CIT, em que destacou a premência do respeito aos direitos humanos dos migrantes, a diferença jurídica entre migrantes e refugiados e a importância do diálogo tripartite na elaboração de políticas para a migração laboral. Além disso, o tema será objeto de discussão em uma das comissões temáticas da CIT em 2017.

95. Com relação à crise de refugiados, em particular, a missão participou de Segmento de Alto Nível da 326^a Sessão do Conselho de Administração (março de 2016) e de Reunião Técnica Tripartite sobre o Acesso de Refugiados e Pessoas Deslocadas Forçosamente ao Mercado de Trabalho, em julho de 2016. Em ambas, defendeu o respeito aos direitos dos

refugiados, conforme os instrumentos internacionais em vigor, bem como o apoio da comunidade internacional aos países de acolhida de grandes contingentes de refugiados e pessoas deslocadas pela força. Ademais, na Reunião Técnica Tripartite em apreço, a delegação brasileira exerceu a presidência do grupo de governo e, como tal, foi instrumental para a obtenção de consensos em diversos pontos do documento aprovado como "princípios orientadores" a serem ainda submetidos ao Conselho de Administração na próxima sessão, de novembro de 2016.

AGENDA 2030 - 105ª CIT

96. A conferência deste ano, em todas as suas reuniões especializadas, foi marcada pelo compromisso da OIT e dos atores que compõem o mundo do trabalho com a agenda 2030. A Organização se envolveu intensamente na negociação dos objetivos de desenvolvimento sustentável e no momento dedicasse a sua implementação. A 105ª Conferência Internacional do Trabalho, em 2016, foi a primeira CIT após a adoção da Agenda 2030. A Missão teve papel de relevo na obtenção de consenso para a adoção de resolução que atualiza e reafirma a Declaração da OIT de 2008 sobre Justiça Social para uma Globalização Equitativa, um dos principais fundamentos normativos da agenda do trabalho decente (integrada no ODS 8), que preconiza a criação de empregos, a proteção social, os direitos trabalhistas e o diálogo social.

97. Na 105ª CIT, acompanhei o ministro Ronaldo Nogueira em reuniões com o DG Guy Ryder, com seus homólogos da Argentina, Áustria, Moçambique, Paraguai e Tunísia, bem como com os chefes de delegação da CPLP e do BRICS.

CADEIAS GLOBAIS DE SUPRIMENTO

98. A delegação brasileira engajou-se ativamente para construir o consenso em comissão temática da 105ª CIT (2016) que abordou o tema das cadeias globais de suprimento. Objeto de controvérsias para sua inclusão na agenda da Conferência, bem como de intensas negociações ao longo de seus trabalhos, da comissão resultou extenso programa de ação para a OIT.

PROCESSO DE SELEÇÃO DO DIRETOR-GERAL DA OIT

99. Coordenando-se com o GRULAC e a CPLP, o Brasil foi um dos países que indicaram ao Conselho de Administração o nome de Guy Ryder para o exercício de novo mandato na direção-geral da OIT. O DG Ryder soube construir consensos produtivos e alavancar o perfil da organização nos últimos anos.

100. A agenda da OIT nos próximos meses abordará uma diversidade de temas ao abrigo do mandato da organização:

2016 - 26-30/9: Reunião de peritos para adoptar diretrizes de política para a promoção de meios de vida sustentáveis nas zonas rurais dirigidas aos setores agroalimentares;

- 3-5/10: Grupo de trabalho especial para o exame da Declaração da OIT sobre Empresas Multinacionais e Política Social;

- 3-6/10: Reunião de peritos sobre a violência contra as mulheres e os homens no mundo do trabalho;

- 10-14/10: Grupo de trabalho tripartite do mecanismo de exame de normas;

- 24-26/10: Fórum de diálogo mundial sobre as dificuldades e oportunidades do teletrabalho para os trabalhadores e empregadores nos setores de serviços de tecnologia da informação, comunicação e financeiros;

- 27/10-10/11: 328.^a Sessão do Conselho de Administração; - 21-30/11: Reunião de peritos para adotar versão revisada do Repertório de recomendações práticas sobre segurança e saúde nos portos;

2017 - 20-24/02: Reunião de peritos para adotar pautas sobre o trabalho decente e o turismo socialmente responsável;

- 9-23/3: 329.^a Sessão do Conselho de Administração;

- 24-28: Reunião setorial tripartite para tratar dificuldades e oportunidades em relação ao trabalho decente no âmbito dos serviços de saúde, com atenção especial ao emprego e às condições de trabalho;

- Abril/2017: Grupo de trabalho do Comitê Tripartite Especial da Convenção do Trabalho Marítimo (2006) ; - 5-16/6: 106.^a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho;

- 17/6: 330.^a Sessão do Conselho de Administração.

MEIO AMBIENTE

101.No que se refere a meio ambiente e desenvolvimento sustentável, a Missão é responsável pelo seguimento das Convenções cujos secretariados estão sediados em Genebra ou arredores e pela participação em reuniões multilaterais, quando aqui realizadas, sobre variados tópicos, como água,

energia, desertificação, mercúrio, biodiversidade e mudança do clima.

- CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE FLORA E FAUNA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO (CITES)

102. Ainda que o Brasil atualmente não faça parte do Comitê Permanente da CITES, a Missão acompanhou a 65ª e a 66ª sessões do Comitê Permanente, em preparação para a 17ª Conferência das Partes da Convenção (Johanesburgo, 24/09-5/10/2016). Iniciativas brasileiras, como a realização do Seminário Regional sobre as espécies de tubarões incluídas no Anexo II da CITES, na cidade de Recife, em 2013, e a tecnologia de emissão de licenças eletrônicas CITES, desenvolvida pelo IBAMA, Autoridade Administrativa da CITES no Brasil, receberam destaque no âmbito da Convenção.

CONVENÇÃO DE RAMSAR SOBRE ZONAS ÚMIDAS

103. A Convenção de Ramsar, em vigor desde 1975, não integra o sistema ONU e está ao abrigo da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN). Ramsar estabelece o quadro jurídico para a ação nacional e a cooperação internacional em matéria de conservação e sustentabilidade das zonas úmidas e de seus recursos. As reuniões do Comitê Permanente (CP) têm sido dominadas por problemas de natureza operacional e administrativa.

104. Mesmo na qualidade de observador, temos logrado defender temas de interesse do país nas reuniões do CP. Dentre eles, evitar o tratamento da mudança do clima no âmbito da Convenção de Ramsar. Ainda que o Brasil apoie a cooperação entre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) e a Convenção de Ramsar, a Missão atuou, conforme instruções, para que houvesse respeito aos respectivos mandatos. Nesse sentido, durante a COP-12, o Brasil incluiu declaração relativa à mudança do clima com o reconhecimento da primazia da UNFCCC e o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês) sobre o tema. O país também atribui grande importância às Iniciativas Regionais (IRs), medidas essenciais para a implementação da Convenção, que estabelecem ações concretas para a conservação de macro-regiões de interesse comum.

105. Após a COP-12, em sessão conflituosa, o Comitê Permanente decidiu demitir o então Secretário-Geral da Convenção, o britânico Christopher Briggs, e iniciar processo

de seleção do novo titular. Posteriormente, foi aceita a contratação da colombiana Martha Rojas-Urrego para o cargo.

- CONVENÇÕES DE QUÍMICOS E RESÍDUOS (BASILÉIA, ESTOCOLMO, ROTERDÃ)

106. São três as Convenções do chamado "cluster" de químicos e resíduos tóxicos, sediadas em Genebra, e que têm agenda regular de reuniões na cidade:

(a) Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, cujo objetivo é coibir o tráfico ilegal e prevê a intensificação da cooperação internacional para a gestão ambientalmente adequada desses resíduos perigosos;

(b) Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, que estabelece a obrigação dos estados-membros de adotarem medidas de controle relacionadas a todas as etapas (produção, importação, exportação, disposição e uso) do ciclo de vida das substâncias classificadas como Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), com possibilidades de serem transportados por longas distâncias e de se acumularem em tecidos gordurosos de organismos vivos. A convenção prevê também a eliminação e o banimento de substâncias químicas abrangidas pelo seu mandato, além da adoção de medidas de redução de eliminações não intencionais;

(c) Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, que tem como objetivo o controle do movimento transfronteiriço de produtos químicos perigosos, com base no princípio do consentimento prévio do país importador e na responsabilidade compartilhada no comércio internacional desses produtos.

107. O Brasil é Parte das Convenções da Basileia, Roterdã e Estocolmo desde sua entrada em vigor e desenvolveu ampla estrutura para a governança da segurança química. Em 2000, foi criada a Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ), para a troca de informações e coordenação de políticas nacionais. Em 2003, o Ministério do Meio Ambiente publicou o Perfil Nacional da Gestão de Substâncias Químicas, que contém amplo levantamento sobre o ciclo de vida de substâncias químicas, desde sua produção, importação, exportação, armazenagem, transporte, distribuição, uso, até sua eliminação final. O governo brasileiro apresentou, em abril de 2015, o Plano Nacional de Implementação (NIP) da Convenção

de Estocolmo, elaborado em processo de amplas consultas aos setores interessados.

108. Durante minha gestão, conforme instruções, a Missão atuou de forma a resguardar os dispositivos da Convenção contra tentativas de flexibilização dos controles criados. O Brasil defende que a implementação efetiva das ações de países em desenvolvimento dependerá diretamente do cumprimento das obrigações de financiamento e transferência de tecnologia dos países desenvolvidos.

109. Criar mecanismo de cumprimento para as Convenções de Roterdã e de Estocolmo tem-se revelado assunto sensível, sobre o qual não tem sido possível chegar a consenso. A Missão tem-se envolvido nas discussões sobre o tema e defendido a necessidade de que regras de cumprimento sirvam para estimular a participação e o engajamento das partes com vistas ao alcance dos objetivos fundamentais das convenções.

110. O processo das chamadas "sinergias", instituído em 2006, com o objetivo de racionalizar procedimentos administrativos das Convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo tem igualmente recebido a atenção de DELBRASGEN. Nesse sentido, assinalem-se os avanços obtidos a partir da aproximação entre as convenções, tanto do ponto de vista operacional, quanto da economia de recursos humanos e orçamentários.

111. O Brasil tem defendido a função essencial dos centros regionais das Convenções de Basileia e Estocolmo como coordenadores de atividades de capacitação e treinamento nas regiões, fundamentais à implementação efetiva dos dispositivos das Convenções. Um dos centros regionais para a Convenção de Estocolmo está sediado na Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB) da Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, que tem destacada atuação na região latino-americana e em países de língua portuguesa.

112. Durante minha gestão, ocorreram conjuntamente, em 2015, as Conferências das Partes das três convenções, que adotaram decisões com vistas a avançar na aplicação do regime de químicos e resíduos perigosos e contribuir para o manejo adequado dessas substâncias. Dentre os resultados das COPs, destaco a adoção de novos guias técnicos da Convenção de Basileia, que servem de referência no manejo ambientalmente adequado de diversos tipos de resíduos perigosos, inclusive eletroeletrônicos ("e-waste") e poluentes orgânicos persistentes (POPs).

113. A COP da Convenção de Estocolmo decidiu ampliar a lista de POPs, sem ressalvas de nossa parte, com a inclusão das três substâncias recomendadas pelo órgão científico da convenção. Por sua vez, a COP da Convenção de Roterdã acordou incluir, no Anexo III, o metamidofós, pesticida altamente tóxico, cuja utilização no Brasil foi banida em 2012. Ainda que não se tenha logrado consenso internacional, o país apoiou a inclusão do amianto crisotila no anexo III da Convenção de Roterdã.

114. O Brasil logrou reconduzir a Doutora Estefânia Moreira à Presidência do Comitê de Revisão de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPRC), bem como renovar seu mandato como perita brasileira até 2020.

115. Os principais eventos da agenda futura das referidas Convenções são os seguintes:

- encontro anual conjunto para ampliar a cooperação e coordenação entre os centros regionais sob as Convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo (31/10 a 02/11/2016)

- 13ª COP da Convenção de Basileia, 8ª COP da Convenção de Estocolmo e 8ª COP da Convenção de Roterdã (24/04 a 05/05/2017).

116. Em 2009, foi estabelecido o comitê negociador intergovernamental da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, produtos e processos que utilizam mercúrio; disciplinas sobre o comércio da substância; e recomendações sobre armazenamento, tratamento e locais contaminados. O Brasil teve atuação protagônica para incluir, no texto da convenção, dispositivos sobre a concessão de recursos financeiros, assistência técnica e transferência de tecnologia a países em desenvolvimento. Embora ainda não esteja em vigor, espera-se em breve atingir o número de ratificações necessárias.

- PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC)

117. O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima foi estabelecido em 1988 e hoje constitui o principal foro internacional para compilação, avaliação e disseminação do conhecimento científico sobre mudança do clima. Por seu importante trabalho, em 2007, o IPCC foi distinguido com o Prêmio Nobel da Paz. O Brasil tem sido representado, no IPCC, pela Doutora Thelma Krug, que ocupa uma das três vice-presidências do Painel.

118. Embora o secretariado do IPCC esteja sediado na Organização Meteorológica Mundial, em Genebra, as discussões técnicas ocorrem de forma descentralizada, no âmbito de três grupos de trabalho e duas forças tarefa. Da mesma forma, as reuniões dos órgãos do Painel são realizadas em diversas cidades, de acordo com calendário previamente acordado entre as partes. As discussões futuras sobre o planejamento estratégico do Painel também demandarão o engajamento brasileiro, com o intuito de melhor alinhar os ciclos do IPCC com os da UNFCCC.

- SISTEMA GLOBAL HARMONIZADO DE CLASSIFICAÇÃO E ROTULAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS (GHS)

119. Durante minha gestão, DELBRASGEN acompanhou a 28^a, 29^a, 30^a e 31^a sessões do Subcomitê de Peritos do Sistema Global Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS, na sigla em inglês), em coordenação com o perito brasileiro do ministério do Trabalho. O subcomitê foi criado pela Resolução do ECOSOC 1999/65, de 26 de outubro de 2009, como órgão subsidiário do Comitê de Peritos em Matéria de Transporte de Mercadorias Perigosas e do Sistema Mundial Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos. Sua origem remonta ao reconhecimento, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), na década de 1980, da necessidade de criação de parâmetros internacionais para a classificação e rotulagem de químicos perigosos no ambiente de trabalho. As normas emanadas do GHS têm efeitos econômicos e em questões trabalhistas.

120. Os encontros têm permitido ao Brasil atualizar o Subcomitê sobre o status de implementação do GHS em nível nacional. No que se refere a substâncias, a regulamentação trabalhista brasileira está em vigor desde maio de 2011, e, desde 2015, com respeito a misturas.

- ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL (OMM)

121. A OMM desempenha papel fundamental na coordenação entre fornecedores e usuários de informações sobre o clima. Sua atuação tem impacto direto em áreas como saúde, agricultura, transportes, turismo, energia e aviação. Como se sabe, o acesso a dados climáticos é particularmente importante para a prevenção de danos causados por desastres naturais e para a defesa do meio ambiente. O Brasil é membro da OMM desde seu estabelecimento, em 1950, e segue comprometido com a instituição.

122.O Brasil ocupa posição de destaque no "WMO Information System" (WIS), por meio da atuação do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) na operação do "Global Information System Center" (GISC-Brasília), em representação da Associação Regional Terceira (América do Sul). A Agência Nacional de Águas (ANA) tem prestado importante contribuição técnica aos trabalhos da OMM, que recentemente elaborou estudo de caso para o Manual de Avaliação de Recursos Hídricos da OMM ("Manual of Water Resources Assessment"), denominado "Water Resources Assessment in the Paranaíba River Basin".

123.Durante minha gestão, destaco a realização do 17º Congresso Meteorológico Mundial, órgão decisório da OMM que se reúne a cada 4 anos. O Congresso decide sobre políticas e aprova planos de longo prazo e orçamento. No 17º Congresso foi reeleito, por aclamação, o Dr. Antonio Divino Moura, então Diretor do INMET, como primeiro vice-presidente da OMM, o que entendo ser um reconhecimento do espaço ocupado pela meteorologia brasileira no principal foro internacional sobre a matéria. No mesmo Congresso, o Brasil apoiou a expansão das políticas da OMM de acesso gratuito de dados climatológicos. A 69ª Sessão do Conselho Executivo da OMM, reunir-se-á de 10 a 18 de maio de 2017, em Genebra.

- TRATADO INTERNACIONAL SOBRE RECURSOS FITOGENÉTICOS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (TIRFAA)

124.A missão acompanhou as reuniões realizadas em Genebra do Grupo de Trabalho Ad Hoc Aberto para Aperfeiçoamento do Sistema Multilateral (GT-SML), no âmbito do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA). A 5ª reunião do GT-SML (Genebra, julho 2016) trabalhou no aperfeiçoamento das propostas de reformulação do Sistema Multilateral, que deverão ser definidas durante a 6ª, e última, reunião GT-SML prevista para os dias 15 a 19 de novembro de 2016, em Roma.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- GRUPO DE OBSERVAÇÃO DA TERRA

125.O Grupo de Observação da Terra (GEO, sigla em inglês) é entidade de caráter intergovernamental, criada em 2003, com o objetivo de garantir a produção e o compartilhamento de dados de satélites e "in situ" de observação da Terra, por meio do aprimoramento e da valorização dos sistemas de observação existentes. O Secretariado do GEO funciona na sede da OMM, em

Genebra, e sua estrutura de governança compreende um Conselho Executivo de doze membros, originários de cinco regiões geográficas (Américas, Europa, Comunidade dos Estados Independentes, Ásia e África).

126.A IV Cúpula Ministerial do Grupo de Observação da Terra (GEO), juntamente com a XII Sessão Plenária do GEO ocorreram na Cidade do México, em novembro de 2015. Na ocasião, foi aprovada a iniciativa AmeriGEOSS, programa regional que visa compartilhar dados de observação da Terra sobre agricultura, redução do risco de desastres, água, e biodiversidade, além do monitoramento dos ecossistemas nas Américas.

127. O Brasil, membro fundador, tem participado ativamente do processo de consolidação do GEO e de implementação do Sistema Global de Sistemas de Observação da Terra (GEOSS, na sigla em inglês). Tem atuado igualmente na defesa da política de distribuição livre e gratuita de dados de satélites. Durante período de seis anos, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) manteve funcionário cedido ao Secretariado do GEO. Tal medida em muito contribuiu para estreitar o contato com o Grupo, além de facilitar o acesso do Governo brasileiro a informações sobre seu funcionamento. A missão acompanha regularmente as reuniões do organismo e presta assistência à participação de representantes de órgãos da administração pública federal que integram o Grupo.

- ORGANIZAÇÃO EUROPEIA PARA PESQUISA NUCLEAR (CERN)

128.A Organização Europeia para Pesquisa Nuclear (CERN), sediada na fronteira entre a Suíça e a França, no perímetro de Genebra, é um dos maiores e mais respeitados centros científicos mundiais voltados para a pesquisa em física, particularmente na área de física de partículas. Fundada em 1954, a Organização resultou de assinatura de Convenção que reúne hoje 21 Estados-Membros da Europa e Israel. Foi berço das pesquisas que deram origem à rede mundial de computadores, a "world wide web", e abriga o experimento do Grande Colisor de Hádrons (LHC, na sigla em inglês).

129.Existe longa e produtiva relação entre o CERN e a comunidade científica brasileira. Em 2010, o Brasil solicitou formalmente ao Conselho da Organização considerar sua acessão na qualidade de membro associado. Em 2013, foi entregue minuta de acordo para a consideração do Governo brasileiro, que, neste momento, está sendo analisado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. Caso o Brasil venha efetivamente a associar-se ao CERN, o que envolveria elevada contribuição

financeira, passaria a acompanhar as reuniões do Conselho, que acontecem três vezes ao ano, e demais atividades da Organização, bem como a manter contato frequente com o ponto focal brasileiro. A Missão tem apoiado missões técnicas brasileiras ao CERN, bem como visitas de representantes do CERN a autoridades brasileiras da área de ciência e tecnologia.

DESAFIOS

130. O principal desafio que enfrentei na chefia da Delegação Permanente do Brasil junto às Nações Unidas e Outras Organizações Internacionais em Genebra foi compatibilizar os recursos humanos e materiais do posto à diversidade de agendas das organizações internacionais e mecanismos acompanhados pela Missão. Com muita frequência, há sobreposição de datas e, às vezes, mesmo de horários de reuniões, negociações informais, compromissos oficiais e eventos, o que exigiu de mim e de todos na Missão grande empenho e extensos dias de trabalho.

131. Para tanto, foi imprescindível ter contado com a competência e dedicação de meus colaboradores. À excepcional equipe que tive o privilégio de chefiar no período em que estive à frente da Delegação do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, os meus encarecidos agradecimentos.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 88, DE 2016

(nº 487/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 487

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Os méritos da Senhora Maria Nazareth Farani Azevêdo que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de setembro de 2016.

EM nº 00263/2016 MRE

Brasília, 10 de Agosto de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os organismos internacionais e *curriculum vitae* de **MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 576 - C. Civil.

Em 14 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO

CPF.: 183.635.121-68

ID.: 1402 MRE

1957 Filha de José Farani e Maria Luzia Jorge Farani, nasce em 15 de agosto, em Alegre/ES

Dados Acadêmicos:

1981	CPCD - IRBr
1989	CAD - IRBr
2001	CAE - IRBr, O Princípio da Precaução e o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC - As Implicações para o Processo de Reforma Agrícola

Cargos:

1982	Terceira-Secretária
1986	Segunda-Secretária
1993	Primeira-Secretária, por merecimento
1999	Conselheira, por merecimento
2003	Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2007	Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1982-83	Coordenação-Geral de Ensino/Instituto Rio Branco
1983-85	Divisão de Informação Comercial, Assistente
1985-88	Divisão de Operações de Promoção Comercial, Assistente
1988-91	Embaixada em Washington, Segunda-Secretária
1991-95	Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Segunda e Primeira-Secretária
1995-97	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Chefe de Gabinete
1997-01	Delegação Permanente em Genebra, Primeira-Secretária
2001	Departamento Econômico
2001-03	Divisão de Acesso a Mercados, Chefe
2003-08	Gabinete do Ministro de Estado, Assessora e Chefe de Gabinete
2008-13	Missão junto à ONU, Genebra, Representante Permanente
2013	Consulado-Geral do Brasil em Genebra

Condecorações:

1989	Ordem do Mérito Santos Dumont, Brasil, Medalha
1996	Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial, Brasil
1997	Ordem do Mérito Naval, Mérito Tamandaré, Brasil
2001	Ordem de Rio Branco, Comendador, Brasil
2003	Ordem do Mérito da Defesa, Comendador, Brasil
2005	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil

2006	Ordre National du Mérit, França
2006	Ordem do Mérito Militar, Comendador, Brasil
2007	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial, Brasil

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS E ORGANISMOS
INTERNACIONAIS SEDIADOS EM GENEVRA**



**Informação Ostensiva
Agosto de 2016**

Escritório das Nações Unidas em Genebra e Delegação Permanente do Brasil em Genebra

Escritório das Nações Unidas em Genebra

A segunda maior sede da Organização das Nações Unidas (ONU) está situada em Genebra, na Suíça (a primeira é a de Nova York, onde estão situados, entre outros órgãos, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e a Secretaria-Geral da Organização).

No Escritório da ONU em Genebra estão sediados, entre outros, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas; o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Escritório das Nações Unidas em Genebra (UNOG, do inglês *United Nations Office at Geneva*) tem como sede o Palácio das Nações, edifício cuja construção teve início em 1929 com vistas a abrigar a Sociedade – ou Liga – das Nações, primeira tentativa de organização internacional de caráter universal, criada em 1919 e substituída pela ONU após a 2ª Guerra Mundial.

Ademais de órgãos, programas e agências das Nações Unidas, a cidade de Genebra é também sede de outras organizações internacionais independentes do sistema ONU, como a Federação Internacional da Cruz Vermelha.

Missão Permanente do Brasil em Genebra

Em 1924, o Brasil estabeleceu, em Genebra, sua primeira Missão Diplomática permanente junto a um Organismo Internacional (Delegação Permanente do Brasil à Liga das Nações), com “status” de Embaixada.

Nas últimas décadas, a Missão Permanente do Brasil em Genebra foi chefiada por, entre outros, Paulo Nogueira Batista (1983-1987), Rubens Ricupero (1987-1991), Celso Amorim (1991-1993 e 1999-2001), Luiz Felipe Lampreia (1993-1995), Luiz Felipe de Seixas Corrêa (2002-2005) e Maria Nazareth Farani Azevedo (2008-2013).

Desde 2013, desempenha a função de Delegada Permanente do Brasil em Genebra a Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop.

Organização Mundial da Saúde (OMS)



Membros	194 membros: Niue, Ilhas Cook e todos os países membros da ONU, à exceção de Liechtenstein
Ano da fundação	1948
Ano de adesão do Brasil	1948
Sede da OMS	Genebra, Suíça Endereço: Avenue Appia 20 1211 Genève 27 Suisse
Diretora-Geral	Margaret Chan
Escritório da OMS no Brasil	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - 70800-400 - Brasília
Diretor do Escritório no Brasil	Joaquín Molina

Informações gerais

A Organização Mundial da Saúde (OMS) é a autoridade diretiva e coordenadora para o tema da saúde no sistema das Nações Unidas. Está encarregada

de debater as questões mundiais de saúde, formular a agenda de pesquisa nessa área, estabelecer normas e padrões, articular opções de políticas com base em evidências, fornecer apoio técnico para os países e monitorar as tendências sanitárias mundiais. A OMS e seus países-membros trabalham com muitos parceiros, incluindo agências, doadores, organizações não governamentais, centros de apoio da OMS e o setor privado.

No século 21, a saúde é uma responsabilidade compartilhada, envolvendo acesso igualitário para cuidado essencial e defesa coletiva contra ameaças transnacionais.

A Assembleia Mundial da Saúde é o órgão decisório supremo para a Organização Mundial da Saúde. Os encontros ocorrem, geralmente, em maio de cada ano, e contam com a participação de delegações dos 194 países-membros. A principal função é determinar as políticas da Organização. A Assembleia indica o Diretor-Geral, supervisiona as políticas financeiras da organização, bem como revisa e aprova o programa de orçamento proposto. Examina, ademais, relatos da comissão executiva, à qual fornece instruções relativas a assuntos que podem requerer ação, estudo, investigação ou relato.

O Secretariado da OMS conta com cerca de 8.000 funcionários, incluindo especialistas de saúde e de outras áreas, bem como funcionários de apoio contratados por períodos fixos, trabalhando nos escritórios-sedes, nos seis escritórios regionais e nos países.

A Organização é dirigida pelo Diretor-Geral, que é indicado pela Assembleia Mundial da Saúde quando da nomeação da Junta Executiva.

Perfil da Diretora-Geral da OMS



A Doutora Margaret Chan é a Diretora-Geral da OMS, indicada pela Assembleia Mundial da Saúde em 9 de novembro de 2006. A Assembleia indicou a Doutora Chan para o segundo mandato de cinco anos na 65ª sessão em maio de 2012. O mandato da Doutora Chan iniciou-se em 1 de julho de 2012, e continuará até 30 de junho de 2017.

Antes de ser eleita Diretora-Geral da OMS, a Doutora Chan foi Diretora-Assistente para doenças transmissíveis, bem como representante do Diretor-Geral para gripe pandêmica.

Antes de ingressar na OMS, foi Diretora de Saúde de Hong Kong. Durante os nove anos de exercício como Diretora, enfrentou o primeiro surto de gripe aviária H5N1, em 1997. Derrotou de forma exitosa a onda de surtos da síndrome aguda respiratória (SARS) em Hong Kong em 2003. Ela também lançou novos serviços para prevenir doenças e promover melhores condições de saúde.

A Doutora Margaret Chan é natural da República Popular da China, e graduou-se em Medicina pela Universidade de Ontário do Oeste, no Canadá.

Principais funções da OMS

O 12º Programa Geral de Trabalho da OMS, intitulado "Não somente a ausência de doenças", estabelece uma visão estratégica e uma missão de seis anos (2014-2019) para a OMS e proporciona um enquadramento para a criação de prioridades e responsabilidades. O documento reflete os três componentes principais da reforma da OMS (programas e prioridades, governança e gestão) e está organizado

com base em seis prioridades de liderança da OMS: Regulações Internacionais de Saúde (2005); aumentar o acesso a produtos médicos; determinantes sociais, econômicos e ambientais; Doenças Não Transmissíveis; cobertura universal de saúde; Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relacionados a saúde.

Entre as principais funções da OMS, estão as seguintes:

- Proporcionar liderança em assuntos críticos para a saúde, e engajamento para o estabelecimento de parcerias visando ação conjunta quando for necessário;
- Elaborar a agenda de pesquisa e estimular a geração, tradução e disseminação de conhecimento;
- Estabelecer normas e padrões, e promover e monitorar sua implementação;
- Articular opções de políticas éticas e baseadas em evidências;
- Promover apoio técnico, catalisando mudanças e construindo capacidade institucional sustentável; e,
- Monitorar a situação da saúde e acessar tendências da saúde.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Foram concluídas em agosto de 2015 as negociações que culminaram na adoção, no mês seguinte, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Resultado de processo iniciado em 2013 e que seguiu mandato emanado da Conferência Rio+20, os ODS deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Chegou-se a um acordo que contempla 17 Objetivos e 169 metas, envolvendo temáticas diversificadas, como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação.

O novo arcabouço representa novo paradigma que aperfeiçoa o conceito tradicional de desenvolvimento, estabelecendo uma agenda abrangente e universal.

Breve Histórico da OMS

- 1945: na ocasião da criação das Nações Unidas, em 1945, uma das questões discutidas foi o estabelecimento de uma organização de saúde mundial. A constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) entrou em vigor em 7 de abril de 1948. O dia 7 de abril passou a ser o Dia Mundial da Saúde.

- 1948: delegados de 53 dos 55 países membros fundadores da OMS compareceram à primeira Assembleia da Organização em junho de 1948. Decidiram que as principais prioridades da OMS seriam a malária, saúde das mulheres e crianças, tuberculose, doenças venéreas, nutrição e saúde ambiental – alguns ainda permanecem como prioridade atualmente. O trabalho da OMS, desde então, ampliou-se para, também, cobrir problemas de saúde que não eram sequer conhecidos em 1948, incluindo novas doenças como o HIV/Aids. Em 1948, a OMS assumiu a responsabilidade pela Classificação Internacional de Doenças (CID), que remonta aos anos de 1850. A CID é usada para classificar doenças e outros problemas de saúde, e tornou-se o padrão internacional usado para fins clínicos e epidemiológicos.
- 1952: O Doutor Jonas Salk (EUA) desenvolveu a primeira vacina bem-sucedida contra a pólio.
- 1952 – 1964: Programa Global de controle da boubá (erupção cutânea também conhecida como frambesia ou *yaws*). Uma das primeiras doenças que chamou a atenção da OMS, a boubá é uma doença degenerativa que afligiu cerca de 50 milhões de pessoas em 1950. O Programa Global de controle dessa doença, em operação entre 1952-1964, usou penicilina de longa ação para tratá-la com uma única injeção. Por volta de 1965, o Programa já havia examinado 300 milhões de pessoas em 46 países, e reduzido a incidência global da doença em mais de 95%.
- 1967: O cirurgião sul-africano Christiaan Barnard conduziu o primeiro transplante de coração.
- 1974: A Assembleia Mundial da Saúde adotou a resolução para a criação do Programa de Extensão em Imunização, a fim de trazer vacinas básicas para todas as crianças do mundo.
- 1977: A primeira Lista de Remédios Essenciais surgiu em 1977, dois anos depois de a Assembleia Mundial da Saúde introduzir os conceitos de remédios essenciais e política nacional de remédios. Atualmente, 156 países dispõem de uma lista nacional de remédios essenciais.
- 1978: A Conferência Internacional em Cuidados de Primeiros Socorros, em Almata, Cazaquistão, estabeleceu a meta histórica de “saúde para todos”.
- 1979: Erradicação da varíola – doença que havia mutilado e causado a morte de milhões. No fim dos anos de 1970, foi uma das maiores conquistas da OMS. A campanha para a erradicação dessa doença mortal pelo mundo foi coordenada pela OMS entre 1967 e 1979. Foi a primeira e, até agora, a única vez que uma doença

infecciosa foi erradicada.

- 1983: O Instituto Pasteur, da França, identifica o vírus HIV.

- 1988: A iniciativa global de erradicação da pólio é estabelecida. Desde seu lançamento em 1988, a iniciativa reduziu o número de casos de pólio em mais de 99%. Conduzido pelos governos nacionais, OMS, Rotary Internacional, centros para prevenção e controle de doenças dos Estados Unidos e a UNICEF, o programa já imunizou mais de dois milhões de crianças, graças à mobilização de mais de 20 milhões de voluntários e trabalhadores da saúde. Como resultado, cinco milhões de crianças estão andando atualmente e mais de 1,5 milhão de mortes infantis foram evitadas. A meta é erradicar a pólio em todo o mundo, de forma que nenhuma criança tenha paralisia causada por essa doença.

- 2003: A Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) foi reconhecida pela primeira vez, e, então, controlada.

- 2003: Convenção-Quadro da OMS para Controle do Tabaco. O dia 21 de maio de 2003 foi um dia histórico para a saúde pública. Após cerca de quatro anos de negociações intensas, a Assembleia Mundial da Saúde adotou, de maneira unânime, o primeiro tratado global público de saúde da OMS. O tratado foi elaborado para reduzir as mortes e doenças relacionadas ao tabaco pelo mundo.

- 2004: Adoção de uma estratégia global em dieta, atividade física e saúde.

- 2005: A Assembleia Mundial da Saúde revisa os Regulamentos Internacionais de Saúde.

- 2012: Adoção do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, durante a V Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

- 2013: Publicação do Plano Global de Ação para prevenção e controle de Doenças Não Transmissíveis (2013-2020).

- 2016: Marco de Ação de Resposta Estratégica e Plano de Operações Conjuntas para orientar a resposta internacional à propagação do vírus Zika.

OPAS/OMS Brasil

A Organização Pan-Americana da Saúde é um organismo internacional de

saúde pública com um século de experiência, dedicado a melhorar as condições de saúde dos países das Américas. A integração às Nações Unidas acontece quando a entidade se torna o Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. A OPAS/OMS também faz parte dos sistemas da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Organização exerce um papel fundamental na melhoria de políticas e serviços públicos de saúde, por meio da transferência de tecnologia e da difusão do conhecimento acumulado por meio de experiências produzidas nos Países-Membros. É um trabalho de cooperação internacional, promovido por técnicos e cientistas vinculados à OPAS/OMS, especializados em epidemiologia, saúde e ambiente, recursos humanos, comunicação, serviços, controle de zoonoses, medicamentos e promoção da saúde.

Todo esse esforço é direcionado para alcançar metas comuns, como iniciativas sanitárias multilaterais, traçadas pelos governos que fazem parte da OPAS/OMS, sempre com uma atenção especial aos grupos mais vulneráveis: mães e crianças, trabalhadores, idosos, pobres, refugiados e desabrigados.

O atual Representante da OPAS/OMS no Brasil é o Doutor Joaquín Molina.

OMS/OPAS e combate à disseminação do vírus Zika

A Diretora-Geral da (OMS), após ouvir o Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), declarou Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional (ESPII) em 1º de fevereiro último, em razão do aumento de casos de infecção pelo vírus Zika identificados em diversos países e de uma possível relação da doença com quadros registrados de malformação congênita e síndromes neurológicas. Em 17 de fevereiro, a OMS divulgou Marco de Ação de Resposta Estratégica e Plano de Operações Conjuntas para orientar a resposta internacional à propagação do vírus Zika, cujo total alcançaria USD 56 milhões, sendo USD 25 milhões para atividades da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e USD 31 milhões para outros parceiros.

A OMS, e de maneira mais próxima a OPAS, está envolvida no combate à disseminação do vírus Zika desde a notificação dos primeiros casos no Brasil. A estratégia de resposta integrada da OMS/OPAS com entidades parceiras está dividida em três áreas: vigilância, resposta e pesquisa. Em matéria de resposta, o enfoque da OPAS/OMS é no fortalecimento da capacidade dos sistemas nacionais de resposta ao Zika, com prioridade aos seguintes elementos: capacitação técnica, estabelecimento de protocolos e rotinas, monitoramento, suporte para o controle de vetores, provisão de insumos, comunicação pública e mobilização de recursos. No campo da pesquisa, a OMS tem promovido a produção de conhecimento nas áreas de diagnóstico, sintomatologia, transmissão e possíveis distúrbios associados ao vírus, a fim de

produzir diretrizes cientificamente validadas e multilateralmente aceitas. Nessa tarefa, conta com o apoio da Rede para Alerta Global e Resposta a Surtos (GOARN) – extenso conglomerado de instituições científicas, acadêmicas, laboratoriais e de organismos internacionais.

Em fevereiro de 2016, a Dra. Margaret Chan, Diretora-Geral da OMS, e a Dra. Carissa Etienne, Diretora da OPAS, fizeram visita ao Brasil, a qual teve por objetivo conhecer e apoiar os esforços do Governo brasileiro na resposta ao crescimento dos casos de microcefalia e outros distúrbios neurológicos associados à disseminação do vírus Zika no país.

Organização Internacional do Trabalho



Países-membros:	187 membros (todos os países-membros da ONU, à exceção de Andorra, Butão, República Popular Democrática da Coreia, Mônaco, Liechtenstein, Micronésia e Nauru)
Ano da fundação	1919
Ano de adesão do Brasil	1919
Sede da OIT	Genebra, Suíça Endereço: 4 route des Morillons - CH-1211 Genève 22 -Switzerland -
Diretor-Geral	Guy Ryder
Escritório da OIT no Brasil	Endereço: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35 - Brasília - DF / Brasil - 70800-400 Tel.: +55.61.2106-4600 Fax: +55.61.3322-4352
Diretor do Escritório no Brasil	Peter Poschen

Perfil biográfico Guy Ryder

Diretor-Geral da OIT



Nasceu em Liverpool, Reino Unido, em 1956, e graduou-se nas Universidades de Cambridge e Liverpool. Começou sua carreira no Departamento Internacional do Congresso Sindical em Londres. Em 1985, tornou-se Secretário da Seção de Indústria da Federação Internacional dos Empregados Comerciais, Clericais, Profissionais e Técnicos (FIET), em Genebra. Em 1988, tornou-se Diretor-Assistente e, em 1993, Diretor do Escritório em Genebra da Confederação Internacional de Entidades Sindicais Livres.

Em 1988, tornou-se Diretor do Bureau para Atividades dos Trabalhadores da Organização Internacional do Trabalho e, em 1999, foi indicado para o cargo de Chefe de Gabinete do Diretor-Geral.

Em 1992, tornou-se Secretário-Geral da Confederação Internacional das Entidades Sindicais Livres (ICFTU), em Bruxelas, cargo ocupado até novembro de 2006, quando tornou-se Secretário-Geral da Confederação Sindical Internacional (ITUC).

Em setembro de 2010, retornou à OIT como Diretor Executivo do Departamento de Normas e Princípios Fundamentais do Trabalho. Desde 2012, é Diretor-Geral da OIT. Seu mandato encerra-se em 2017 e ele é candidato à reeleição, com apoio do Brasil.

Informações gerais

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. O Trabalho Decente, conceito formalizado pela OIT

em 1999, sintetiza essa missão histórica, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

São os seguintes os quatro objetivos estratégicos da OIT: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação, a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

Estrutura da OIT

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a única agência tripartite das Nações Unidas composta por representantes de Governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores. Essa estrutura tripartite faz da OIT o único fórum no qual Governos e parceiros sociais da economia de 185 países-membros possam debater, e elaborar livremente padrões e políticas.

O Escritório Internacional do Trabalho é o secretariado permanente da OIT, sua matriz operacional. A administração e o gerenciamento são descentralizados em escritórios regionais e representações em mais de 40 países, inclusive o Brasil, sob a liderança do Diretor-Geral. O escritório regional para a América Latina e o Caribe está localizado em Lima, Peru.

Diretor-Geral da OIT

O Diretor-Geral é eleito a cada cinco anos pela Direção da OIT. O Diretor-Geral está sujeito às instruções dessa Direção, sendo responsável pela condução eficiente do Escritório Internacional do Trabalho.

Tribunal Administrativo da OIT

O Tribunal Administrativo da OIT examina queixas referentes a emprego por agentes do Escritório Internacional do Trabalho, e de outras organizações internacionais que tenham reconhecido a sua jurisdição. Atualmente está aberto para aproximadamente 46.000 funcionários civis ativos, ou ex-funcionários, de cerca de 60 organizações.

Os centros e escritórios da OIT

A OIT é referência mundial como fonte de conhecimento no tema do trabalho. A Organização dispõe de institutos e centros que fornecem pesquisa

especializada, treinamento e apoio para os escritórios e integrantes da OIT.

Histórico

A OIT foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Fundou-se sobre a convicção primordial de que a paz universal e permanente somente pode estar baseada na justiça social. A OIT desempenhou, desde sua criação, papel importante na definição das legislações trabalhistas, e na elaboração de políticas econômicas, sociais e trabalhistas nacionais. É responsável pela formulação e aplicação das Normas Internacionais do Trabalho. As convenções, uma vez ratificadas por decisão soberana de um país, passam a fazer parte de seu ordenamento jurídico.

O Brasil está entre os membros fundadores da OIT, e participa da Conferência Internacional do Trabalho desde sua primeira reunião. Na primeira Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 1919, a OIT adotou seis convenções. A primeira delas respondia a uma das principais reivindicações do movimento sindical e operário do final do século XIX e começo do século XX: a limitação da jornada de trabalho a 8 horas diárias e 48 semanais. As outras convenções adotadas nessa ocasião referiram-se à proteção à maternidade, à luta contra o desemprego, à definição da idade mínima de 14 anos para o trabalho na indústria e à proibição do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos. Albert Thomas tornou-se o primeiro Diretor-Geral da OIT.

Em 1926, a Conferência Internacional do Trabalho introduziu inovação importante: com vistas a supervisionar a aplicação das normas, criou a Comissão de Peritos, composta por juristas independentes, encarregada de examinar os relatórios enviados pelos Governos sobre a aplicação de Convenções por eles ratificadas (as “memórias”). A cada ano, essa Comissão apresenta seu próprio relatório à Conferência. Desde então, seu mandato foi ampliado para incluir memórias sobre convenções e recomendações não ratificadas.

Entre 1919 e 1939, foram adotadas 67 convenções e 66 recomendações. A eclosão da Segunda Guerra Mundial interrompeu temporariamente esse processo. Em agosto de 1940, a localização da Suíça no coração de uma Europa em guerra levou o novo Diretor-Geral, John Winant, a mudar temporariamente a sede da Organização de Genebra para Montreal, no Canadá. Em 1944, os delegados da Conferência Internacional do Trabalho adotaram a Declaração de Filadélfia que, como anexo à sua Constituição, constitui, desde então, a carta de princípios e objetivos da OIT. A Declaração reafirmou o princípio de que a paz permanente só pode estar baseada na justiça social, e estabelecia quatro ideias fundamentais, que constituem valores e princípios básicos da OIT até hoje: que o trabalho deve ser fonte de dignidade; que o trabalho não é uma mercadoria; que a pobreza, em qualquer lugar, é uma ameaça à

prosperidade de todos; e que todos os seres humanos tem o direito de perseguir o seu bem estar material em condições de liberdade e dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidades.

No final da guerra, nasce a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de manter a paz através do diálogo entre as nações. A OIT, em 1946, se transforma em sua primeira agência especializada.

Em 1969, ano em que comemorava seu 50º aniversário, a OIT recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Ao apresentar o prestigioso prêmio, o Presidente do Comitê do Prêmio Nobel ressaltou que “a OIT tem uma influência perpétua sobre a legislação de todos os países” e deve ser considerada “a consciência social da humanidade”.

Em 1998, a Conferência Internacional do Trabalho, na sua 87ª Sessão, adotou a Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, definidos como o respeito à liberdade sindical e de associação; o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; a efetiva abolição do trabalho infantil; e a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

A Declaração associa a esses 4 direitos e princípios 8 convenções, que passam a ser definidas como fundamentais. Estabelece que todos os Estados Membros da OIT, pelo simples fato de a integrarem e de terem aderido à sua Constituição, são obrigados a respeitar esses direitos e princípios, havendo ou não ratificado as convenções a eles correspondentes. A Conferência define também a ratificação universal dessas convenções como um objetivo, senta as bases para um amplo programa de cooperação técnica da OIT com os seus Estados-Membros com o objetivo de contribuir à sua efetiva aplicação e define um mecanismo de monitoramento dos avanços realizados.

Em junho de 2008, durante a 97ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, que se realiza anualmente em Genebra, representantes de governos, empregadores e trabalhadores, adotaram um dos mais importantes documentos da OIT: a Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Equitativa. O documento corresponde a uma das primeiras manifestações de um organismo internacional com preocupações sobre o mundo globalizado e a grave crise financeira internacional, que iria eclodir a partir de setembro de 2008.

OIT no Brasil

No Brasil, a OIT tem mantido representação desde a década de 1950, com programas e atividades que refletem os objetivos da Organização ao longo de sua história. Além da promoção permanente das Normas Internacionais do Trabalho, do emprego, da melhoria das condições de trabalho e da ampliação da proteção social, a atuação da OIT no Brasil tem se caracterizado, no período recente, pelo apoio ao

esforço nacional de promoção do trabalho decente em áreas tão importantes como o combate ao trabalho forçado, ao trabalho infantil e ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e comercial, à promoção da igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça no trabalho e à promoção de trabalho decente para os jovens, entre outras.

Em maio de 2006, o Brasil lançou a Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD), em atenção ao Memorando de Entendimento para a promoção de uma agenda de trabalho decente no país, assinado em junho de 2003. A Agenda define três prioridades: a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; a erradicação do trabalho escravo e eliminação do trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática. As organizações de empregadores e de trabalhadores devem ser consultadas permanentemente durante o processo de implementação da Agenda.

O Brasil é pioneiro no estabelecimento de Agendas Subnacionais de Trabalho Decente. O Estado da Bahia lançou sua Agenda em dezembro de 2007, e o Estado de Mato Grosso realizou, em abril de 2009, a sua Conferência Estadual pelo Trabalho Decente, com o mesmo objetivo.

Em maio de 2006, a ANTD foi lançada em Brasília pelo então Ministro do Trabalho e Emprego (MTE), por ocasião da XVI Reunião Regional Americana da OIT, durante a qual também foi lançada, pelo Diretor-Geral da OIT, a Agenda Hemisférica do Trabalho Decente (AHTD). Com o objetivo de contribuir à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais, a ANTD se estrutura em torno de três prioridades: (i) a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidade e de tratamento; (ii) a erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil, em especial, em suas piores formas; e, (iii) o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como instrumento de governabilidade democrática. Elaborada por um grupo de trabalho interministerial, com assistência técnica permanente da OIT, e submetida à consulta no âmbito da Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI), a ANTD estabelece resultados esperados e linhas de ação para cada uma das prioridades definidas.

O processo de implementação da ANTD ganhou novo impulso no final de 2007, com a constituição de um Grupo Técnico Tripartite (GTT) de consulta e monitoramento. Também se avançou, nesse período, na discussão sobre os indicadores para monitorar os avanços nas diversas dimensões do trabalho decente, e na experiência pioneira de elaboração de Agendas estaduais (Bahia, Mato Grosso) e intermunicipais (região do ABC Paulista) de Trabalho Decente.

O passo seguinte foi a elaboração do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), a partir de uma proposta construída por um grupo interministerial mais amplo que o anterior, também coordenado pelo então MTE e com a assistência

técnica da OIT. No dia 4 de junho de 2009, foi formalizado, por Decreto Presidencial, o Comitê Executivo Interministerial encarregado da elaboração do PNETD, concebido como um instrumento de implementação da ANTD.

Durante 2009, o PNETD foi intensamente discutido por diversas áreas do Governo Federal e pelo Grupo de Trabalho Tripartite (GTT), em um importante processo de diálogo social. Como resultado, foi construído um consenso tripartite em torno às prioridades e resultados do PNETD, referendado por um documento firmado por representantes de governo, empregadores e trabalhadores durante a 98ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (junho de 2009). Na ocasião, uma Declaração Conjunta assinada pelo Presidente Lula e pelo Diretor-Geral da OIT reafirmou o compromisso entre o Governo brasileiro e a OIT em relação ao tema.

O mesmo Decreto que criou o Comitê Interministerial instituiu o Subcomitê da Juventude, com o objetivo de elaborar uma Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ). Esse objetivo foi cumprido durante o ano de 2010, através de um amplo e produtivo processo de diálogo tripartite. A ANTJ se organiza em torno a quatro prioridades: (i) mais e melhor educação; (ii) conciliação entre estudos, trabalho e vida familiar; (iii) inserção digna e ativa no mundo do trabalho; (iv) diálogo social.

Cooperação Sul-Sul tripartite com a OIT

A cooperação entre o Brasil e a OIT teve início em 1992 por meio da implementação, no Brasil, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que contou com o apoio técnico da OIT e já beneficiou mais de 1 milhão de crianças. Desde 2005, o foco da parceria Brasil-OIT se voltou para a cooperação técnica Sul-Sul triangular em benefício de países em desenvolvimento, destacadamente na prevenção e eliminação do trabalho infantil e do trabalho forçado, na promoção da proteção social, no fortalecimento de inspeções de trabalho e no fomento à ATD.

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS)



Países-membros	Grupos Regionais de apoio
	<p>Grupo África - Leste e Sul África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Eritreia, Etiópia, Quênia, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, Ruanda, Seychelles, Sudão do Sul, Suazilândia, Uganda, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue.</p> <p>Grupo África - Norte e Oriente Médio Arábia Saudita, Argélia, Djibouti, Egito, Iémen, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Qatar, Somália, Sudão, Síria, Tunísia, Bahrain, Iraque, Kuwait, Síria e Emirados.</p> <p>Grupo África - Oeste e Central Benin, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro Africana, Chade, Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo.</p>

	<p>Grupo – América Latina e Caribe Argentina, Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guyana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela.</p> <p>Grupo - Ásia e Pacífico Afeganistão, Austrália, Bangladesh, Brunei, Butão, Camboja, China, Fiji, Índia, Indonésia, Ilhas Marshall, Japão, Kiribati, Laos, Malásia, Maldivas, Micronésia, Mongólia, Myanmar, Nauru, Nepal, Nova Zelândia, Paquistão, Palau, Papua Nova Guiné, Filipinas, RD Coreia, República da Coreia, Solomon Islands, Singapura, Sri Lanka, Tailândia, Timor Leste, Tuvalu, Vietnã, Tonga.</p> <p>Grupo – Europa da Leste e Ásia Central Albânia, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Bósnia e Herzegovina, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Montenegro, República da Moldova, Rússia, Tajiquistão, República da Macedônia, Ucrânia, Uzbequistão.</p> <p>Grupo – Outros países Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslovênia, Elováquia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Irlanda,</p>
--	---

	Israel, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Sérvia, Suécia, Suíça, Turquia.
Ano de estabelecimento	1994
Sede da UNAIDS	Secretariado da UNAIDS UNAIDS Secretariat 20, Avenue Appia CH-1211 Geneva 27 Switzerland
Diretor Executivo	Michel Sidibé
Escritório da UNAIDS no Brasil	CASA DA ONU Setor de Embaixadas Norte - SEN, Quadra 802 - Lote 17 CEP: 70800-400 – Brasília-DF TEL: 3038-9217 E-mail: brazil@unaids.org Site: www.unaids.org.br
Contatos da UNAIDS no Brasil	- Georgiana Braga-Orillard (Diretora do UNAIDS no Brasil)

Informações Gerais

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) é uma parceria inovadora que encoraja, mobiliza e apoia os países para alcançar o acesso universal à prevenção, tratamento e cuidados no que concerne ao HIV. Reúne os recursos do Secretariado do UNAIDS e de dez Organizações do Sistema ONU (as Agências Co-patrocinadoras), em esforços coordenados e especializados para unir o mundo contra a Aids.

Estabelecido em 1994, por uma resolução do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), e lançado em janeiro de 1996, o UNAIDS é guiado por uma Junta de Coordenação de Programas (PCB), com representantes de 22 Governos de todas as regiões geográficas, além das Agências Co-patrocinadoras (ACNUR, Banco Mundial, OIT, OMS, PMA, PNUD, UNESCO, UNFPA, UNICEF e UNODC) e do

Secretariado do UNAIDS, e cinco representantes de organizações não-governamentais, incluindo associações de pessoas vivendo com HIV.

Para garantir que os países recebam o melhor apoio técnico especializado, e para evitar duplicação de esforços, uma “divisão do trabalho”, baseada nas vantagens comparativas de cada Agência, orienta o apoio oferecido pelo Programa Conjunto (Secretariado do UNAIDS e Co-patrocinadores). Cada uma das organizações que integram o UNAIDS lidera em pelo menos uma área técnica.

O Secretariado do Gabinete Executivo da UNAIDS é um fórum para tomada de decisões em alto nível sobre temas estratégicos para a Organização. É composto pelo Diretor Executivo, pelos Vice-Diretores Executivos das filiais do Programa e da filial de Gerenciamento e Governança e pelo Diretor do Escritório Executivo.

Perfil do Diretor Executivo - Michel Sidibé



O Senhor Michel Sidibé é o Diretor Executivo do UNAIDS, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids.

A nomeação de Sidibé se efetivou no dia 1º de janeiro de 2009, com o cargo de Secretário Geral Adjunto das Nações Unidas.

Antes do UNAIDS, Sidibé trabalhou mais de 25 anos no serviço público. Começou sua trajetória em saúde e desenvolvimento mundial preocupando-se pela saúde e o bem-estar dos Tuaregs nômades da região de Timbuktu, no Mali, sua terra natal. Posteriormente, assumiu o papel de Diretor nacional da federação de desenvolvimento internacional “Terre des Hommes”.

Em 1987, começou a trabalhar com o UNICEF na República Democrática do Congo. Durante seus 14 anos no UNICEF, Sidibé supervisionou os programas de 10 países de língua oficial francesa na África. Também atuou como Representante Nacional do UNICEF em diferentes países africanos, como Swazilândia, Burundi e Uganda.

Em 2001, ocupou o posto de Diretor do Departamento de Apoio Nacional e Regional do UNAIDS. Em 2007, Sidibé foi nomeado Diretor Executivo Adjunto de programas do UNAIDS e Secretário-Geral Assistente das Nações Unidas. Como tal, dirigiu o apoio que o UNAIDS oferece às respostas regionais e nacionais, e às iniciativas relacionadas às políticas, evidências científicas, monitoramento e avaliação em âmbito mundial.

Sidibé tem dois diplomas de pós-graduação em Planejamento Social e Demografia, e em Desenvolvimento Internacional e Economia Política, pela Universidade de Clermont. É também mestre em Economia. Em 2007, Sidibé foi nomeado professor honorário da Universidade de Stellenbosch, na África do Sul.

Nascido em 1952, Sidibé é natural do Mali.

Metas da UNAIDS para 2016-2021

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) lidera e inspira o mundo para alcançar sua visão compartilhada de zero nova infecção por HIV, zero discriminação e zero morte relacionada à AIDS. Na sua 37ª reunião, a Junta de Coordenação do Programa (PCB, da sigla em inglês) adotou uma nova estratégia para acabar com a epidemia da AIDS como ameaça à saúde pública até 2030.

A Estratégia UNAIDS 2016-2021 é um dos primeiros documentos do sistema das Nações Unidas a ser alinhado aos ODS, que estabeleceram o marco para a política de desenvolvimento global nos próximos 15 anos, incluindo o fim da epidemia da AIDS até 2030. As metas para o período 2016-2020 são conhecidas como **'90-90-90'**:

- Até 2020, 90% de todas as pessoas vivendo com HIV saberão que têm o vírus;
- Até 2020, 90% de todas as pessoas diagnosticadas como portadoras do vírus HIV receberão tratamento ininterruptamente;
- Até 2020, 90% de todas as pessoas recebendo tratamento antirretroviral apresentarão supressão viral.

UNAIDS no Brasil

O UNAIDS mantém representação no Brasil desde o ano 2000, em Brasília. Desde 2010, é o ponto focal do Secretariado junto à CPLP, na área de cooperação em HIV/Aids.

Entre as ações desenvolvidas pelo UNAIDS no Brasil estão a campanha #ZeroDiscriminação e mostra internacional de filmes sobre o tema, além de projetos e campanhas sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH)



Países-membros: É composto por 47 Estados-membros das Nações Unidas, que são eleitos pela maioria dos membros da Assembleia Geral das Nações Unidas em eleições diretas e secretas. A Assembleia Geral leva em consideração a contribuição dos Estados candidatos para a promoção e proteção dos Direitos Humanos, bem como seus compromissos voluntários e empenho nessa área. A composição do Conselho é baseada em uma distribuição geográfica equitativa. Os assentos estão distribuídos da seguinte forma:

1. Países Africanos: 13 assentos
2. Países Asiáticos: 13 assentos
3. Países Latino-Americanos e Caribenhos: 8 assentos
4. Países da Europa Ocidental e outros: 7 assentos
5. Países da Europa Oriental: 6 assentos

Os membros eleitos servem por um período de três anos. É possível a reeleição. Os países não são elegíveis para nova reeleição imediata após servirem por dois períodos consecutivos.

Os atuais membros do Conselho, para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, por grupos regionais, são os seguintes (os números entre parênteses indicam o ano de término do atual mandato):

Países Africanos:

África do Sul (2016)
 Argélia (2016)
 Botsuana (2017)
 Burundi (2018)
 República do Congo (2017)
 Costa do Marfim (2018)
 Etiópia (2018)
 Gana (2017)

República do Quênia (2018)

Marrocos (2016)
 Namíbia (2016)
 Nigéria (2017)
 Togo (2018)

Países Asiáticos:

Bangladesh (2017)
 China (2016)

Índia (2017)
Indonésia (2017)
Quirguistão (2018)
Maldivas (2016)
Mongólia (2018)
Filipinas (2018)
Catar (2017)
República da Coreia (2018)
Arábia Saudita (2016)
Emirados Árabes Unidos (2018)
Vietnã (2016)

Países Latino-Americanos e
Caribenhos:

Bolívia (2017)
Cuba (2016)
Equador (2018)
El Salvador (2017)
México (2016)
Panamá (2018)
Paraguai (2017)
Venezuela (2018)

Países da Europa Ocidental e
outros:

Bélgica (2018)
Alemanha (2018)
França (2016)
Países Baixos (2017)
Portugal (2017)
Suíça (2018)
Reino Unido (2016)

Países da Europa Oriental:

Albânia (2017)
Geórgia (2018)
Letônia (2017)
Rússia (2016)
Eslovênia (2018)
Antiga República Iugoslava da
Macedônia (2016)

A Presidência do Conselho é composta por cinco pessoas – um Presidente e quatro Vice-Presidentes – representando os cinco grupos regionais. Eles servem por um ano, de acordo com o ciclo anual do Conselho.

Ano de fundação: O Conselho de Direitos Humanos foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 15 de março de 2006, pela Resolução 60/251. Sua primeira sessão ocorreu de 19 a 30 de junho de 2006. Substituiu a Comissão sobre os Direitos Humanos da ONU, que foi, por 60 anos, o principal mecanismo intergovernamental da ONU responsável pelos Direitos Humanos.

Adesão e/ou participação do Brasil: Todos os 193 países-membros das Nações Unidas podem, em princípio, tomar parte no Conselho. O Brasil participou do Conselho entre 2006 a 2011 (eleição e reeleição) e entre 2013 e 2015. O Brasil tenciona regressar ao órgão (mandato 2017-2019) nas eleições que terão lugar em outubro/novembro de 2016 em Nova York. A candidatura brasileira concorre com Cuba e Guatemala para as duas vagas destinadas ao GRULAC.

Sede: Genebra

Principais órgãos: O Conselho é um órgão deliberativo, cujo Secretariado é fornecido pelo Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas (EACDH).

No entanto, o CDH trabalha com vários mecanismos, com o fim de fortalecer a promoção e a proteção dos Direitos Humanos em todo o mundo, atuando em situações de violações dos Direitos Humanos e fazendo recomendações sobre elas, incluindo a resposta às emergências. Em sua atuação no Conselho, como membro pleno ou observador, o Brasil também tem buscado reforçar a função preventiva do órgão.

Esses mecanismos incluem:

- a) a Revisão Periódica Universal (RPU), pela qual o Conselho avalia a situação dos Direitos Humanos em todos os 193 Estados-Membros da ONU; e
- b) os Procedimentos Especiais da ONU, já utilizados pela antiga Comissão sobre os Direitos Humanos. Seus mandatos podem ser temáticos ou sobre países, e podem ser realizados por um relator especial ou perito independente, ou por grupo de trabalho criado para esse fim pelo CDH. Seus titulares são indicados

pelo Conselho, e exercem suas funções a título pessoal. Eles analisam, monitoram, aconselham e relatam publicamente as situações dos Direitos Humanos em países ou territórios específicos, ou violações dos Direitos Humanos específicas. Há, no momento, 42 Procedimentos Especiais temáticos e 14 sobre países. Desses, há um Relator Especial brasileiro, a saber, o Senhor Léo Heller, Relator Especial sobre o direito humano à água potável e ao saneamento; e o Senhor Paulo Sérgio Pinheiro, atual Presidente da Comissão de Inquérito e futuro Relator Especial sobre a situação dos Direitos Humanos na República Árabe da Síria.

Chefia: Trata-se de Órgão colegiado, com alterações regulares de sua Presidência. O atual Presidente do Conselho em 2016 é o Embaixador Choi Kyonglim, da República da Coreia.

Choi Kyonglim
Presidente do Conselho de Direitos Humanos



Choi Kyonglim é o Representante Permanente da República da Coreia junto às Nações Unidas em Genebra desde 5 de outubro de 2015. Antes de assumir a posição, era Vice-Ministro para o Comércio no Ministério do Comércio, Indústria e Energia. De 2012 a 2013, foi Vice-Ministro para Acordos de Livre Comércio no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio. Entre 2009 e 2012, foi Embaixador da Coreia no Brasil. Anteriormente, entre 2005 e 2009, exerceu diversas funções no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio, incluindo as de Conselheiro Sênior do Ministro para o Comércio, Coordenador Sênior para Negociações de Acordos de Livre Comércio e Diretor Geral para Política de Acordos de Livre Comércio.

Atual Chefe da Missão brasileira junto ao CDH: Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop.

Representante(s) do Organismo no Brasil: Por tratar-se de Órgão colegiado de fundo deliberativo, sem caráter executivo, o CDH não dispõe de Representantes no Brasil.

Demais informações:

O Conselho é encarregado de fortalecer a promoção e a proteção dos Direitos Humanos em todo o mundo, buscando atuar em situações de violações dos Direitos Humanos e fazendo recomendações para evitar a recorrência dessas violações, inclusive em situações emergenciais. Seus principais mecanismos para exercer a função de monitoramento são a Revisão Periódica Universal, e os Procedimentos Especiais da ONU.

O Conselho desempenha, ainda, papel de grande importância na formação de consenso internacional em prol dos Direitos Humanos, bem como no progresso do Direito Internacional sobre a matéria.

Os atuais “procedimentos especiais” incidem sobre os seguintes países: Belarus, Camboja, República Centro-Africana, Côte d'Ivoire, Eritreia, República Popular Democrática da Coreia, Haiti, Irã, Mali, Myanmar, Palestina, Somália, Sudão e Síria, e abrangem os seguintes temas: moradia adequada; afrodescendentes; pessoas com albinismo; pessoas com deficiência; detenções arbitrárias; venda de crianças, prostituição e pornografia infantil; direitos culturais; promoção de ordem internacional democrática e equitativa; direito à educação; obrigações de direitos humanos relacionadas ao usufruto de um meio-ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável; desaparecimentos forçados ou involuntários; execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias; pobreza extrema e direitos humanos; direito à alimentação; efeitos da dívida externa e obrigações financeiras internacionais correlatas sobre o gozo pleno dos direitos humanos, particularmente direitos econômicos, sociais e culturais; direitos de livre associação e reunião pacíficas; promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão; liberdade de religião ou de crença; direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental; situação dos defensores de direitos humanos; independência de juízes e advogados; direitos de povos indígenas; direitos humanos de deslocados internos; uso de mercenários como meio de impedir o exercício do direito dos povos à autodeterminação; direitos humanos de migrantes; assuntos de minorias; pessoas idosas; direito à privacidade; promoção da verdade, justiça; reparação e garantias de não-recorrência; formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas; formas contemporâneas de escravidão, incluindo suas causas e suas consequências; direitos humanos e solidariedade internacional; promoção e proteção de direitos humanos no combate ao terrorismo; tortura e outros tratamentos ou punições cruéis, inumanas ou degradante; implicações para os direitos

humanos de um tratamento e eliminação de materiais e substâncias perigosas de forma ambientalmente sã; tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças; medidas coercitivas unilaterais; direitos humanos, corporações transnacionais e outros negócios; direito humano à água potável segura e ao saneamento; discriminação contra mulheres perante a lei e na prática; violência contra mulheres, suas causas e suas consequências; violência e discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero.

Relações bilaterais: O Brasil participou ativamente dos trabalhos que levaram à criação do Conselho, com o intuito de corrigir os problemas encontrados com a antiga Comissão, e foi eleito em 9 de maio de 2006, para um mandato de 2 anos. Em 21 de maio de 2008, reelegeu-se para seu segundo mandato até a metade de 2011. Não sendo possível novo pleito, de acordo com as regras do Conselho, o Brasil deixou o órgão entre 2011 e 2012, sendo novamente eleito para o período 2013-2015. O Brasil tenciona regressar ao órgão (mandato 2017-2019) nas eleições que terão lugar em outubro/novembro de 2016 em Nova York. A candidatura brasileira concorre com Cuba e Guatemala para as duas vagas destinadas ao GRULAC.

O Brasil mantém profícuo diálogo com o CDH, e realizou convite permanente aos detentores de mandatos especiais. Desde 1995, 24 relatores especiais e grupos de trabalho foram recebidos oficialmente pelo Brasil.

Zeid Al Hussein
Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos



Assumiu suas funções como Alto Comissário em 1º de setembro de 2014. De nacionalidade jordaniana, trata-se do primeiro Alto Comissário asiático, árabe e muçulmano.

Anteriormente, Zeid era Representante Permanente da Jordânia junto às Nações Unidas em Nova York, cargo que ocupou de setembro de 2010 até julho de 2014 e que já havia ocupado entre 2000 e 2007. Entre 2007 e 2010, Zeid foi Embaixador da Jordânia em Washington. Entre 1996 e 2000, foi Representante Permanente Alternado da Jordânia junto às Nações Unidas em Nova York. Em janeiro de 2014, presidiu o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Zeid é graduado pela The Johns Hopkins University e possui doutorado em filosofia pela Universidade de Cambridge. É casado e tem duas filhas e um filho.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)



Ano de Fundação	1950
Sede Central	Genebra
Mandato	Assegurar que qualquer pessoa possa exercer o direito de buscar e gozar de refúgio seguro em outro país e, caso assim deseje, regressar ao seu país de origem. Promover os direitos e o bem-estar dos refugiados.
Línguas oficiais	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais Órgãos	Comitê Executivo (ExCom)
Principais Chefias da Organização	Filippo Grandi (Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados)
Representante do ACNUR no Brasil	Isabel Márquez Daniel

PERFIL BIOGRÁFICO

FILIPPO GRANDI

Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados
(mandato 2016-2020)



Filippo Grandi nasceu em 1957, em Milão, na Itália. Formado em história pela Universidade Estatal de Milão e em filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma, possui o título de doutor *honoris causa* pela Universidade de Coventry, no Reino Unido.

Iniciou sua carreira no ACNUR em 1988, tendo servido em países como Sudão, Síria, Turquia, Iraque e República Democrática do Congo. Também liderou operações de resposta a emergências humanitárias no Quênia, Benin, Gana, Libéria, Iêmen, Afeganistão e na região dos Grandes Lagos na África Central. Em 2004, atuou como vice-representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para assuntos políticos na Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA). Em 2005, passou a trabalhar na Agência das Nações Unidas para Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), da qual veio a tornar-se comissário-geral em 2010, cargo em que permaneceu até 2014.

Seu mandato como Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados teve início em 1º de janeiro de 2016 e se estenderá até 31 de dezembro de 2020, quando poderá ser reconduzido para novo mandato de cinco anos.

INFORMAÇÕES GERAIS

Processo de criação

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi criado pela Assembleia Geral da ONU (AGNU), em 14 de dezembro de 1950, com o objetivo original de ajudar europeus deslocados à força durante a Segunda Guerra Mundial. Em 28 de julho de 1951, foi adotada a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, instrumento que passou a embasar os trabalhos do ACNUR.

O mandato do ACNUR, inicialmente previsto para durar somente três anos, foi continuamente estendido diante da constatação de que novas crises de refugiados continuavam a surgir, passando a abranger a assistência a vítimas de perseguição, violência e intolerância em todo o mundo. Em 1967, foi adotado o Protocolo à Convenção de 1951, que ampliou a definição de refugiado para além do continente europeu.

O trabalho do ACNUR já beneficiou milhões de pessoas, entre refugiados, solicitantes de refúgio, deslocados internos, apátridas e retornados, e foi reconhecido, em duas ocasiões, com o Prêmio Nobel da Paz (1954 e 1981). De apenas 34 funcionários no momento de sua fundação, o ACNUR emprega, hoje, mais de 9.700 pessoas e desenvolve atividades em 126 países. O orçamento do ACNUR, por sua vez, foi ampliado de US\$ 300 mil em seu primeiro ano para mais de US\$ 7,2 bilhões em 2015.

Em 2003, a AGNU decidiu estender o mandato do ACNUR "até que o problema dos refugiados seja resolvido". A organização celebrou 60 anos em dezembro de 2010 e firmou-se como uma das principais agências humanitárias do mundo, uma vez que a situação dos refugiados no mundo continua a exigir atenção constante.

Escopo da Organização

O mandato do ACNUR é definido em seu Estatuto, aprovado pela AGNU em 1950. O art. 1º do documento estabelece que:

"O Alto Comissário das Nações Unidas, agindo sob a autoridade da Assembleia Geral (da ONU), deverá assumir a função de prover proteção internacional, sob os auspícios da ONU, aos refugiados que se enquadrem no escopo do presente Estatuto, e de buscar soluções permanentes para os problemas dos refugiados, por meio de assistência aos Governos e, mediante aprovação dos Governos interessados, a organizações privadas, de forma a facilitar a repatriação voluntária de tais refugiados ou sua assimilação em novas comunidades nacionais."

O Estatuto do ACNUR também enfatiza o caráter humanitário e estritamente apolítico do seu trabalho e define como competência da agência assistir a qualquer pessoa que se encontra fora de seu país de origem e não pode (ou não quer) regressar ao mesmo "por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política". Posteriormente, definições mais amplas do termo refugiado passaram a considerar também como refugiado quem teve que deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos.

Embora seu mandato não se refira expressamente a deslocados internos, o ACNUR vem desenvolvendo atividades em benefício dessa população desde, pelo menos, a década de setenta. Para que possa oferecer sua assistência a deslocados internos, contudo, o ACNUR precisa contar com o consentimento do estado em que tenha ocorrido o deslocamento. Sua atuação baseia-se nos Princípios Orientadores sobre Deslocamentos Internos, elaborados em 1998, que definem como deslocados internos as pessoas que tenham sido obrigadas a deixar suas casas ou lugares de residência habitual, sem cruzar fronteiras internacionais, como resultado ou para evitar os efeitos de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou de causas humanas. Em 2005, o ACNUR assinou acordo com outras agências humanitárias pelo qual assumiu a responsabilidade por oferecer proteção e abrigo a deslocados internos.

Também na década de setenta, o ACNUR foi incumbido pela AGNU de oferecer assistência às pessoas abrangidas pela Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954 e pela Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia de 1961. Uma série de resoluções aprovadas pela AGNU desde 1995 fortaleceram o mandato do ACNUR para identificar pessoas apátridas, proteger seus direitos e prevenir e reduzir a apatridia ao redor do mundo.

Estados membros

Ao contrário do que se verifica com outras agências do sistema ONU, não há processo específico de adesão ao ACNUR. As atividades da agência são financiadas quase integralmente por contribuições voluntárias, com exceção dos cargos de direção geral, que são financiados pelo orçamento regular das Nações Unidas.

Um bom indicativo do grau de adesão dos estados às atividades da agência é o número de ratificações à Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, e/ou ao seu Protocolo de 1967: 148 Estados ratificaram ao menos um dos dois instrumentos, ambos dos quais fazem referência explícita à obrigação de cooperação com o ACNUR.

De toda maneira, o ACNUR está submetido ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e à AGNU, da qual fazem parte todos os 193 estados membros da ONU.

Principais Órgãos

O principal órgão subsidiário do ACNUR é o seu Comitê Executivo (ExCom), atualmente composto por 98 membros – dentre os quais, o Brasil. A adesão ao ExCom depende de resolução da AGNU, que cria novas vagas a pedido do estado interessado, e de posterior eleição pelo ECOSOC.

O ExCom é responsável por aprovar, bienalmente, os programas do ACNUR e o orçamento necessário para sua execução. O órgão reúne-se anualmente em Genebra (geralmente, em outubro) e, no restante do ano, é representado por um Comitê Permanente.

Importância do ACNUR e desafios a enfrentar

O ACNUR é a única agência internacional dedicada exclusivamente ao tema dos deslocamentos forçados e da apatridia. Trata-se de fenômenos extremamente sensíveis, que passam por deterioração acentuada nos últimos anos. O número global de pessoas deslocadas à força aumentou 75% nas últimas duas décadas, passando de 37,3 milhões em 1996 para 65,3 milhões em 2015. Dessas 65,3 milhões de pessoas, 21,3 milhões são refugiadas, 3,2 milhões são solicitantes de refúgio e 40,8 milhões são deslocadas internas. Em média, 34 mil pessoas foram deslocadas à força por dia ao longo do ano de 2015. Enquanto isso, apenas 201 mil refugiados retornaram a seus países de origem em 2015, o terceiro pior índice dos últimos vinte anos. Ademais, estima-se que haja cerca de 10 milhões de pessoas apátridas no mundo, embora registros governamentais atestem a existência de apenas 3,7 milhões de pessoas sem nacionalidade.

Credita-se o aumento exponencial de pessoas deslocadas à proliferação de conflitos armados ao redor do mundo, que costumam motivar a movimentação de enormes contingentes de civis. O convívio com situações de conflito gera grandes desafios operacionais para o ACNUR – cujos funcionários não só encontram dificuldades para cumprir sua missão adequadamente, como também são, por vezes, obrigados a pôr em risco suas próprias vidas.

Com a crise econômico-financeira que atingiu fortemente a Europa e a América do Norte desde 2008, tem havido cada vez menos disposição para incrementar contribuições por parte daqueles países que são, tradicionalmente, seus principais doadores. Em 2015, a agência recebeu apenas 51% dos recursos necessários para a execução das atividades aprovadas para o ano, que fechou

com déficit de US\$ 3,5 bilhões. Atualmente, o ACNUR conta apenas com US\$ 2,5 bilhões do total de US\$ 7,1 bilhões projetados para o orçamento de 2016.

A agência encontra-se, portanto, na difícil posição de conjugar uma demanda crescente por seus serviços, em cenários muitas vezes desafiadores, com uma diminuição de sua capacidade operacional decorrente de grave escassez de recursos.

Relacionamento bilateral

São extremamente positivas as relações entre o Brasil e o ACNUR. O país participa do ExCom desde a sua criação, em 1951, e foi a primeira nação do Cone Sul a ratificar a Convenção de 1951, no ano de 1960. A legislação brasileira sobre refúgio é tida como avançada e o Brasil é reconhecido internacionalmente como país acolhedor, que abriga, hoje, quase 9 mil refugiados, de 79 nacionalidades. O ACNUR participa, por meio de seu Escritório em Brasília, de todas as reuniões do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão responsável pelas deliberações sobre pedidos de refúgio em território brasileiro.

O Brasil tem-se empenhado para contribuir para o financiamento dos trabalhos do ACNUR nos últimos anos, tanto por meio de contribuições financeiras quanto de doações de gêneros alimentícios, já tendo figurado, em 2011, entre os 25 maiores doadores da agência. Em 2016, o Brasil será o 42º maior doador do ACNUR, com participação de cerca de US\$ 1,2 milhão de dólares no orçamento da agência para este ano.

Em carta de despedida datada de dezembro de 2015, encaminhada por ocasião do encerramento de seu mandato, o então Alto Comissário António Guterres manifestou "profunda gratidão" ao governo brasileiro "pelo inabalável apoio" ao ACNUR e descreveu o Brasil como "doador generoso, país anfitrião e importante parceiro na sensibilização pela causa dos refugiados". A missiva assinala entre os fatores que fortaleceram os laços do ACNUR com o Brasil, recentemente, a liderança desempenhada pelo país na Conferência Cartagena+30, sediada em Brasília, que resultou na adoção da Declaração e do Plano de Ação do Brasil, e a solidariedade demonstrada pelo país em relação aos refugiados sírios, por meio do estabelecimento, pelo CONARE, de programa de vistos humanitários em favor de pessoas afetadas pelo conflito na Síria.

Comitê Internacional da Cruz Vermelha



Sede	Genebra (Suíça)
Fundação	1863
Chefia	Peter Maurer (desde 1º de julho de 2012)
Mandato	O mandato original do CICV restringe-se à promoção do direito internacional humanitário em situações de conflito armado (Convenções de Genebra de 1949 e dos Protocolos de 1977). Atualmente, no entanto, o CICV coordena ações humanitárias em outras áreas complexas e, em alguns casos, de competência de políticas domésticas dos estados, como migração, degradação ambiental, mudança do clima, violência urbana, sequestros e desaparecimentos forçados, doenças endêmicas e proibição de certas armas especialmente letais (como as de fragmentação).
Orçamento	Não há contribuição obrigatória ao CICV. A organização costuma anunciar o valor de que precisará para realizar suas atividades ao longo do ano e fazer apelos à comunidade internacional por contribuições voluntárias que cubram as despesas.
Outras informações	A organização tem cerca de 13 mil funcionários em 80 países. O escritório regional do CICV em Brasília cobre Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Brasil e CICV mantêm, desde 2009, Diálogo Estratégico. As atividades do CICV no Brasil baseiam-se nos parâmetros estabelecidos em Acordo de Sede firmado em 1991.

PERFIL BIOGRÁFICO

Peter Maurer nasceu em Thun, Suíça, em 1956. Diplomata de carreira, Maurer foi Representante Permanente da Suíça junto à ONU em Nova

York (2004-2009) e Secretário de Estado de Relações Exteriores, cargo mais alto do serviço diplomático suíço (2010-2012). Assumiu a Presidência do CICV em julho de 2012, em sucessão a Jakob Kellenberger.

HISTÓRICO

Criado em 1859 e tendo recebido a atual denominação em 1876, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é um dos principais órgãos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Tem escritório em Brasília desde 1991. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha recebeu o Prêmio Nobel da Paz em três ocasiões, nos anos de 1917, 1944 e 1963.

O CICV se declara como “uma organização independente e neutra, que assegura a proteção humanitária e a assistência às vítimas de conflitos armados e de outras situações de violência”. Atua diretamente “no campo”, agindo em resposta a emergências, crises e calamidades, mas também desenvolve trabalhos permanentes de acompanhamento e promoção do respeito ao direito internacional humanitário e à sua implementação nas legislações nacionais dos países.

A estrutura deliberativa do CICV é composta pela Assembleia, o Conselho da Assembleia e a Diretoria. A Assembleia é o órgão máximo diretivo do CICV. Supervisiona todas as suas atividades e formula a política a ser seguida, define os objetivos gerais e a estratégia institucional, bem como aprova o orçamento da instituição. Composta por 15 a 25 membros de nacionalidade suíça, a Assembleia tem caráter de colegiado. Vinculado a ela, o Conselho da Assembleia prepara as atividades da Assembleia e toma decisões em assuntos de sua competência, em determinadas opções estratégicas no que se refere à política geral de recursos, pessoal e comunicação. Formado por cinco membros eleitos pela Assembleia, é coordenado pelo presidente do CICV.

A Diretoria é o órgão executivo do CICV, responsável por observar e garantir o cumprimento dos objetivos gerais e a estratégia institucional definida pela Assembleia ou pelo Conselho da Assembleia.

O BRASIL E O CICV

O Brasil ratificou a grande maioria dos tratados de Direito Internacional Humanitário (DIH), incluindo as Convenções de Genebra, seus três Protocolos Adicionais e os Estatutos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Para dar cumprimento às obrigações de implementação e difusão do DIH no Brasil, foi criada a Comissão Nacional para a Difusão e Implementação do DIH, em 2003, com o objetivo de apoiar a

ratificação de instrumentos internacionais de DIH e promover troca de experiências e informações sobre a implementação das obrigações de DIH. O CICV é membro observador da Comissão, cuja presidência é exercida pelo Itamaraty.

Como sinal da importância que confere aos temas humanitários, o Brasil mantém, desde a visita ao país do então Presidente do CICV, Jakob Kellenberger, em ago/09, Diálogo Estratégico com a organização. O estabelecimento desse diálogo tem se refletido no grande número de encontros de alto nível entre o Brasil e o CICV, além de outros órgãos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

Representantes do CICV, por sua vez, têm reafirmado seu interesse em desenvolver relação mais próxima com o Brasil e dado mostras de valorizar o apoio brasileiro para a solução de crises humanitárias. Em entrevista concedida após retornar de visita à Síria, publicada pelo jornal O Globo, o Presidente do CICV, Peter Maurer, afirmou que o Brasil e outros países emergentes "definitivamente têm um papel" a desempenhar em conflitos como o sírio, e acrescentou que "o Brasil não é apenas um país com interesses crescentes na sua própria região, como está tomando posições em muitas questões na agenda internacional. E as pessoas escutam o Brasil".

O CICV tem desenvolvido atividades no Brasil, sendo a de maior destaque o "Projeto Rio". Realizado entre 2009 e 2013, o projeto buscou aplicar a expertise humanitária do CICV a contextos de violência urbana em sete comunidades do Rio de Janeiro, com foco nas áreas de acesso à saúde e à educação e de segurança. Os resultados foram apresentados em evento intitulado "Humanitarian action in situations other than armed conflict: lessons from the ICRC's Pilot Project in Rio de Janeiro". Copatrocinado pelo CICV e pelo Brasil, o evento foi realizado em Genebra em dezembro de 2015, à margem da 32ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA

Em 1919, foi criada a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, com vistas à necessária coordenação entre as sociedades nacionais. A Federação integra o Movimento Internacional da Cruz Vermelha, ao lado do CICV e das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (dentre as quais, a Cruz Vermelha Brasileira).

Enquanto o CICV exerce as funções de órgão executivo central, a Federação encarrega-se da coordenação entre as Sociedades Nacionais – organizações autônomas, que operam em parceria com as autoridades públicas de seus respectivos países na consecução de programas nas áreas de educação,

saúde e bem-estar social e na prestação de assistência a vítimas de conflitos armados, desastres naturais e outras emergências.

Com secretariado baseado em Genebra, a Federação age segundo sua própria Constituição, "com direitos e obrigações de entidade societária com personalidade jurídica" (art. 1º da sua Constituição, art. 6º dos Estatutos do Movimento). O principal órgão deliberativo da Federação Internacional é a Assembleia Geral, que se reúne uma vez a cada dois anos e é composta por representantes das Sociedades Nacionais.

Assim como o Comitê Internacional obteve o status de observador na Assembleia Geral da ONU (AGNU) em 1990, a Federação foi admitida na mesma qualidade em 1994, por meio da Resolução 49/2, adotada por consenso e copatrocinada por 130 países. As três principais razões para a concessão de status de observador, elencadas na resolução, seriam o papel específico exercido pela Federação; as funções especiais das sociedades que a integram; e a intenção de promover a cooperação entre a ONU e a Federação.

1ª PARTE - SABATINA

2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

RELATÓRIO Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 89, de 2016 (Mensagem nº 488, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora Márcia Maro da Silva, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.*

RELATOR: Senador FERNANDO BEZERRA COELHO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em razão de preceito regimental, a indicada nasceu em 29 de dezembro de 1963, na cidade do Rio de Janeiro-RJ. É filha de Newton Nonato da Silva Filho e Darci Maro da Silva.

É mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília-DF (2000) e Doutora em Ciências Sociais pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais da Argentina (2004).



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1985, sendo nomeada Terceira-Secretária em 1986 e promovida a Segunda-Secretária em 1992. Tornou-se Primeira-Secretária em 2000, Conselheira em 2006 e Ministra de Segunda Classe em 2009. Em 2007 defendeu a tese “O papel do Itamaraty no reconhecimento da independência de Angola: recuperação da memória histórica”, aprovada como conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Dentre os cargos que assumiu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, no Brasil e no exterior, e na administração federal, cumpre destacar: assessora na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (1997/99); Cônsul-Adjunta em Buenos Aires (1992/94 e 2001/05); Primeira Secretária e Conselheira na Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) em Washington (2005/09), onde permaneceu como Ministra-Conselheira; e Embaixadora em Harare, desde 2011.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República da Tunísia, cumprindo, inclusive, o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a *relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado*. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse país, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil.

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia em 1956. No mesmo ano, foi aberto Consulado brasileiro em Túnis e, em 1961, foi instituída Embaixada residente. Desativada temporariamente em 1999, por motivos orçamentários, a missão diplomática brasileira foi reaberta em 2001.

Entretanto, o relacionamento bilateral só intensificou-se a partir dos anos 2000, com aumento do número de visitas de alto nível. A Tunísia apoiou a iniciativa brasileira para combater a fome, superar a pobreza e aumentar o volume de recursos destinados ao financiamento do desenvolvimento, por intermédio da Declaração de Nova York, em setembro de 2004. O Brasil, por outro lado, tem acompanhado atentamente os desdobramentos da chamada Revolução Tunisiana de 2011, e manifestado apoio ao êxito do processo de transição democrática naquele país.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Após a mencionada revolução, o país busca maior inserção internacional com caráter mais universalista e pragmático. Nesse sentido, tem concedido atenção especial ao Brasil, que considera como potencial fonte de investimentos, além de modelo de transição democrática, de participação política e, sobretudo, de políticas para a inclusão social. Esse contexto de aproximação tem favorecido o estabelecimento de diversas atividades de cooperação política, técnica, empresarial e na área social.

No campo econômico-comercial, as relações bilaterais estão aquém de seu potencial. O comércio Brasil-Tunísia, embora apresente volume não desprezível, representa pouco mais de 1% do comércio brasileiro com a África, ao passo que o PIB tunisiano representa cerca de 2% da economia do continente. Há, assim, potencial para incremento das relações comerciais entre os dois países, dadas as complementaridades entre ambas economias.

O Brasil representa cerca de 50% do comércio da Tunísia com a América do Sul e o governo tunisiano tem manifestado crescente interesse em iniciar negociações para concretizar acordo de preferências tarifárias com o Mercosul. Nesse sentido, em dezembro de 2014, por ocasião da XLVII Cúpula do Mercosul, foi assinado o Acordo Quadro de Comércio e Cooperação entre o MERCOSUL e a Tunísia. Esse tratado tem como objetivo fortalecer o diálogo econômico entre as partes. Ele estabelece, ainda, comitê conjunto encarregado de, entre outras funções, definir parâmetros e servir de foro para eventual negociação de acordo de livre comércio com a Tunísia.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL EM TÚNIS,
REPÚBLICA DA TUNÍSIA
EMBAIXADOR JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO**

Transmito a seguir relatório de atividades à frente da Embaixada em Túnis durante o período que se iniciou em 13 de dezembro de 2015 e se estendeu até 3 de agosto de 2016, em gestão de duração abreviada em razão do convite que me foi formulado para regressar à Secretaria de Estado e ocupar cargo que muito me honra.

A - TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E ISLÃ POLÍTICO NA TUNÍSIA

2. Cheguei a Túnis no final de ano que, em matéria de terrorismo, representou o ponto mais baixo na história recente do país. Houve em 2015 três atentados de grandes proporções. Os dois primeiros (no Museu do Bardo, com 21 mortos, e em hotel à beira-mar em Sousse, com 38) visavam estrangeiros e a indústria do turismo, vital para a economia tunisiana. O terceiro e último, ocorrido em novembro, tinha alvo interno específico: vitimou 13 membros da guarda presidencial que se achavam dentro de um ônibus, no coração da capital do país. Essa onda de violência extremista permitiu a muitos analistas nutrir então visão largamente pessimista da dinâmica dos acontecimentos no país, de resto alimentada pelos diversos alertas de risco de viagem à Tunísia emitidos, para seus nacionais, pelas autoridades de alguns países ocidentais.

3. Em contraste, a contrabalançar previsões alarmistas sobre os possíveis rumos do país, impunha-se a realidade inegável de que a Tunísia é, como se sabe, palco da única estória com saldo amplamente positivo no marco das insurreições populares que eclodiram em 2011, dentro da então chamada "primavera árabe". Não é simples acaso que se tenha concedido o Prêmio Nobel da Paz de 2015 a quatro entidades representativas da sociedade civil tunisiana que foram responsáveis, conjuntamente, por colocar pressão sobre os atores políticos para que cumprissem o calendário de reformas conducentes à transição para a democracia. Hoje, decorridos mais de cinco anos após a deposição do ex-presidente Ben Ali, o processo político no país permanece fiel aos ideais originais de liberdade e democracia, o que não é pouco numa região marcada pela instabilidade política e pela estagnação econômica.

4. O êxito, até o presente, da transição política explica-se por características individuais e provavelmente intransferíveis do país. Observadores da cena local referem-

se frequentemente ao que seria uma espécie de "exceção tunisiana" no mundo árabe. Entre tais características estariam, dentre outras, as seguintes: i) a homogeneidade relativa da população, desprovida de clivagens étnicas, tribalistas ou sectárias; ii) a orientação predominantemente laica do Estado e da sociedade; iii) os direitos avançados das mulheres; iv) a tradição reformista e constitucionalista do sistema político; v) a arraigada vocação apolítica das forças armadas e vi) o caráter moderado e comparativamente aberto do chamado "islã político" tunisiano.

5. A predominância de tendências moderadas no movimento islamista denominado "Ennahda" na Tunísia, inspirado originalmente na Irmandade Muçulmana do Egito, é componente sem o qual não teria sido possível contemplar os processos de transformação ora em curso no país. Nas eleições legislativas de outubro de 2014, nenhum dos partidos políticos obteve maioria absoluta. O "Nidaa Túnis", de orientação secular, e o "Ennahda" elegeram, nessa ordem, as duas maiores bancadas no parlamento. De forma surpreendente, optaram por formar uma até então improvável coalizão, amplamente majoritária e integrada por dois outros partidos menores, com o objetivo de dar estabilidade política ao país. Essa solução de governabilidade pela via da aliança de forças dentro de uma coalizão resultou numa paisagem política incomum, em que secularismo e islamismo estão juntos, do mesmo lado, integrando o mesmo Gabinete.

6. A Tunísia tem sido, assim, capaz de superar, até aqui, pela via da composição e do entendimento, o principal dilema com que se defrontaram os processos de mudança política nos países árabes e que está relacionado à possibilidade de coexistência entre islã e democracia, ou, posto de outra forma: como preservar a democracia quando o resultado mesmo do jogo democrático, expresso nas urnas, indicar vitória ou expressiva votação em favor de partidos islamistas? Ilustram a dificuldade de dar resposta satisfatória a essa questão diversos episódios, tais como os acontecimentos que se sucederam às vitórias da Frente Islâmica da Salvação na Argélia, nos anos 90, do Hamas na Palestina, em 2006, ou da Irmandade Muçulmana no Egito, mais recentemente.

7. No X congresso do "Ennahda" realizado em maio último, a cuja sessão de abertura compareci, junto com grande parte de meus colegas acreditados em Túnis, o movimento deu passos significativos na direção de consolidar sua orientação moderada, ao admitir a separação entre as esferas política e religiosa para a atuação de seus militantes na Tunísia. É a primeira vez que isso ocorre com uma organização política que se definiu e continua a definir-se como islamista, que

apregoava a implementação da "charia" e o advento da grande comunidade ("umma") islâmica mundial. Embora seja cedo para prever seu impacto concreto, ou mesmo a duração no tempo dessa decisão do "Ennahda" de circunscrever sua atuação ao marco jurídico democrático de um único Estado, forçoso é admitir que se trata de sopro de renovação. É prova de que uma corrente islâmica pode contextualizar-se e passar assim a refletir mais fielmente a sociedade de que emana. É prova também de que a Tunísia permanece como uma sorte de laboratório de experiências democráticas no mundo árabe, com todas as dificuldades que isso implica e que se refletem, por exemplo, na vida relativamente curta que tiveram os Gabinetes parlamentares desde que a coalizão majoritária se instalou no poder no início de 2015. Nem mesmo o governo de coalizão trouxe a estabilidade prometida.

B - DESAFIOS ATUAIS. SEGURANÇA E ECONOMIA.

8. Embora ainda esteja longe de poder ser considerada como consolidada em definitivo, a transição para a democracia na Tunísia parece já ter vencido etapas importantes, como a adoção da nova constituição e a realização de eleições legislativas e presidenciais, em 2014. Hoje, os dois principais desafios a serem superados pelo país, pelo menos os mais prementes e de que cujo êxito depende a própria sustentabilidade da experiência democrática, são a segurança e a retomada do crescimento econômico. O governo pode exibir resultados satisfatórios ao enfrentar o primeiro desafio, mas não no que se refere à economia.

9. Nos quase oito meses transcorridos desde que cheguei à Tunísia, o governo e as forças de segurança locais começaram a colher os frutos das medidas adotadas para prevenir e conter ataques terroristas. Houve, na percepção de todos com quem conversei, em especial com meus colegas do corpo diplomático acreditado em Túnis, sensível melhora nas condições de segurança vigentes no país, em especial na capital, em comparação com o ano passado.

10. Em resposta à sucessão de atentados de 2015, o governo tunisiano revelou-se capaz de articular e colocar em prática conjunto de medidas de prevenção e repressão às atividades e aos grupos terroristas. O esforço incluiu, entre outras providências: i) aperfeiçoamento da coordenação entre as diferentes forças que atuam no combate ao terrorismo, que incluem as polícias, a Guarda Nacional (Ministério da Interior) e as Forças Armadas (Ministério da Defesa); ii) reforma dos serviços e métodos da inteligência da polícia e do exército para permitir a participação, não raro até mesmo remunerada, de elementos das comunidades mais afetadas pelo

fenômeno terrorista, especialmente nas periferias das grandes cidades, nas zonas de difícil acesso do interior e na região da fronteira com a Líbia. As medidas na área de inteligência habilitaram o Governo a passar da reação à prevenção, de uma posição meramente defensiva para outra, mais ativa, de desmantelamento de diversas das chamadas "células terroristas adormecidas".

11. Maiores recursos foram alocados pelo governo à aquisição de equipamentos modernos e adequados à luta anti-terrorista, num programa que contou também com o apoio financeiro e logístico de parceiros internacionais da Tunísia como os Estados Unidos, a Alemanha, o Reino Unido, a França, a Itália e a União Europeia.

12. Na vertente política interna, o "Ennahda", sobre o qual pesavam acusações de tolerância e conivência com grupos extremistas islâmicos, dissociou-se explicitamente de quaisquer vínculos com aqueles grupos e passou a apoiar inequivocamente os esforços do governo de Habib Essid, hoje demissionário, no combate ao terrorismo. A partir do terceiro e último grande atentado de 2015, as forças de segurança têm permanecido em estado de alerta máximo. Em 2016, tiveram sua atuação quase unanimemente aprovada, pela classe política, pela imprensa e pela opinião pública, em ocasiões de maior risco securitário, como foram as revoltas contra o desemprego, em janeiro, que afetaram várias cidades do país, o ataque de grupos terroristas líbios à cidade fronteiriça de Ben Guerdane, em março, e as operações de busca, cerco e prisão de elementos terroristas foragidos em Tataouine, no sul, e em Mnhla, subúrbio de Túnis. As duas operações resultaram na morte de cinco terroristas (entre os quais dois tidos como de alta periculosidade) e na prisão de cerca de 40 pessoas, direta ou indiretamente envolvidas no planejamento e preparação de ataques contra diversos alvos em todo o país.

13. Em vista dos resultados até agora considerados, interna e externamente, satisfatórios na luta contra o terrorismo e na melhoria como um todo da situação securitária na Tunísia, tenho verificado que a grande maioria de meus colegas, chefes de missões diplomáticas e diplomatas estrangeiros, acreditam não haver necessidade permanente de uso de veículos blindados, guarda-costas armados ou dispositivos especiais de segurança em seus deslocamentos e nas sedes das Embaixadas.

14. Na fragilidade do desempenho econômico da Tunísia, e nas consequências sociais daí derivadas, reside talvez a maior fonte de incertezas sobre as perspectivas do país. A taxa de crescimento do PIB em 2015 limitou-se a 0,5%. Apenas a agricultura e a pesca tiveram crescimento. É certo que os

problemas securitários tiveram impacto decisivo no setor do turismo, responsável por cerca de 14% do PIB e que registrou cerca de 5 milhões de visitantes no ano passado, contra 6,7 milhões em 2014 e 7,3 milhões em 2010, ano considerado referência para o setor. Mas houve queda também nas atividades da indústria, refletida, conforme dados do Banco Central da Tunísia (BCT), no recuo tanto das importações de bens de capital (-16%) como das exportações dos setores mecânico (-4,9%) e têxtil (-11%), na comparação com 2014. No que vai desse ano, não há qualquer sinal de retomada da atividade econômica.

15. A situação das contas externas da Tunísia é tida como insustentável, na avaliação de analistas locais, e foi apontada, juntamente com a promoção do emprego e a aprovação das reformas estruturais, como o principal desafio do Governo no campo econômico. Não obstante as preocupações inspiradas pelos indicadores macroeconômicos, o índice de desemprego que oscila entre 15 e 16% continua a atingir duramente a juventude e constitui o mais dramático problema da sociedade tunisiana hoje.

16. Mais recentemente, acelerou-se o processo de desvalorização do dinar tunisiano, como resultado combinado de fatores estruturais e conjunturais que têm tido impacto negativo sobre o setor externo da economia local. Um deles é a crise crônica, que se arrasta há alguns anos, no setor mineral, vital para a captação de divisas. Embora o preço do fosfato e de seus derivados esteja em alta, a queda contínua na produção dos últimos cinco anos, por problemas de gestão e de confrontos com os sindicatos, provocou prejuízos estimados em US\$ 2,5 bilhões. O volume anual médio de produção da Companhia de Fosfatos de Gafsa passou de 8 milhões de toneladas, em 2010, aos atuais 4 milhões de toneladas. Recuo semelhante ocorreu com relação aos derivados: 1 milhão e 600 mil toneladas em 2010, contra 850 mil toneladas hoje. Não há perspectiva de resolução dos referidos conflitos de gestão no curto prazo.

17. Não obstante fatores conjunturais como esse, a vasta maioria dos analistas afirma que a depreciação cambial reflete questões estruturais que se traduzem em contínuo e crescente déficit comercial, acumulado em US\$2,5 bilhões nos cinco primeiros meses de 2016 e 9,4% maior que o registrado no mesmo período de 2015. Um dos problemas de fundo é a prevalência, na visão dos economistas, de um estado disseminado de falta de competitividade internacional e de baixa produtividade das empresas e do setor produtivo em geral, resultado, em parte, de práticas há muito arraigadas na sociedade local, a exemplo do meio expediente nos setores

privado e público durante todos os meses de verão e o Ramadã, que submete as cadeias de produção a importante desaceleração por período prolongado. A escassez de créditos e a fragilidade do setor bancário é outro componente que afeta a competitividade da economia, numa situação que não deverá ser revertida sem que as instituições financeiras do país sejam recapitalizadas, com fundos estimados em pelo menos 870 milhões de euros, e os bancos públicos, em particular, passem pelas reformas planejadas pelo governo e previstas em projeto de lei em tramitação no legislativo.

C - RELAÇÕES BILATERAIS

18. Apresentei cartas credenciais ao Presidente Béji Caïd Essebsi em 3 de março último, exatamente uma semana antes da chegada a Túnis, em visita oficial, do então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira. Herdara de todos os meus antecessores um nível extraordinariamente fluido e fácil em todos os aspectos do relacionamento bilateral com a Tunísia, a que a visita do chanceler brasileiro vinha dar continuidade e buscar estimular ainda mais.

19. Durante o dia 11 de março, sempre acompanhado por mim, o Embaixador Mauro Vieira cumpriu programa que teve início no museu do Bardo, onde foi realizada oferenda floral em homenagem às vítimas do atentado terrorista ali ocorrido em março de 2015, seguida de visita guiada ao acervo do museu. A presença no Bardo repercutiu positivamente junto aos tunisianos.

20. Em seguida, participou de audiência com o presidente Béji Caïd Essebsi, com a presença do chanceler Khémaïes Jhinaoui, no Palácio de Cartago. Durante o encontro, foram renovados os laços de amizade e de cooperação entre os dois países e manifestada a intenção de aprofundá-los. O ministro brasileiro voltou a entrevistar-se com seu colega tunisiano na sede da chancelaria para discutir temas das agendas bilateral, regional e global. Na ocasião, foram assinados Memorandos de Entendimento nas áreas social e de turismo, além de projeto de cooperação técnica entre a ABC e a Embrapa, pelo lado brasileiro, e o Ministério da Agricultura, na Tunísia, para valorização do eucalipto na Tunísia. Após breve conferência de imprensa, Jhinaoui ofereceu almoço à delegação brasileira.

21. Na parte da tarde, houve audiência no palácio da Kasbah com o chefe de governo, Habib Essid, hoje demissionário. O programa da visita foi concluído com a participação do Embaixador Vieira em encontro empresarial Brasil-Tunísia,

pioneiro do gênero e realizado na sede da UTICA, principal entidade patronal do país. O bloco de encerramento do evento, co-presidido pelo ministro do Desenvolvimento, Investimento e Cooperação Internacional, Yassine Brahim, foi precedido de encontro privado com o próprio Brahim e com a presidente da UTICA – entidade que integra o quarteto agraciado com o Prêmio Nobel da Paz de 2015 –, Ouided Bouchamaoui. O encontro empresarial despertou grande interesse entre os agentes econômicos locais, reunindo representantes de mais de 60 empresas dos dois países.

22. Além dos atos assinados durante a visita – (i) Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Desenvolvimento Social e Cidadania; (ii) Memorando de Entendimento para Cooperação no Campo do Turismo; e (iii) Projeto sobre desenvolvimento e valorização do cultivo de eucalipto na Tunísia –, existem outros quatro textos de acordos em discussão, sendo três bilaterais e um no âmbito do Mercosul, cuja situação descrevo abaixo:

a) Acordo de Cooperação na Área de Educação. Em maio passado, a parte tunisiana apresentou contraproposta de redação do artigo 5, referente à entrada em vigor, sobre a qual o lado brasileiro ainda não se manifestou;

b) Memorando de Entendimento para Promoção do Comércio e dos Investimentos. Como se recorda, a proposta brasileira foi acolhida positivamente pelo Ministério do Desenvolvimento, Investimento e Cooperação Internacional. Contudo, o Ministério do Comércio, também competente para tratar do assunto, ofereceu certa resistência à assinatura do Memorando, sob o argumento de que deveria fazer aporte substantivo ao texto antes de subscrevê-lo. A Chancelaria, por seu turno, preferiu não arbitrar a questão. O assunto poderá ser retomado pela parte brasileira com vistas a avançar.

c) Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Trata-se de proposta brasileira. À apresentação do texto pelo lado brasileiro, seguiu-se troca de correspondência com comentários e sugestões de emendas, a serem negociadas oportunamente. Durante audiência a mim concedida em março, o ministro do Desenvolvimento, Investimento e Cooperação Internacional, Yassine Brahim, ressaltou ser interesse de seu país reforçar os laços econômicos com o Brasil, para o que contribuiria a negociação do ACFI. A questão deve ser

retomada.

d)Acordo Mercosul- Tunísia. Após as discussões e apresentações de caráter geral ocorridas nesta capital em maio de 2015, dois processos passaram a correr paralelamente: a ratificação, pelo lado tunisiano, do acordo quadro de cooperação econômica Mercosul-Tunísia e as consultas intra-bloco para a apresentação de texto-base para negociar um acordo de livre comércio. O primeiro foi concluído em novembro passado, enquanto o segundo culminou na remessa do mencionado texto às autoridades tunisianas competentes, o que fez no último mês de julho.

D - CONCLUSÃO E SUGESTÕES

23. No breve intervalo de tempo que me coube a honra de estar à frente da Embaixada do Brasil na Tunísia, saio convencido de que esse é um país que se presta como talvez poucos outros a um esforço diplomático de nossa parte de aproximação bilateral. É ao mesmo tempo um país árabe, africano, democrático e relativamente pequeno, disposto a acercar-se mais e carente de cooperação com número mais diversificado de parceiros internacionais.

24. Um bom ponto de partida seria implementar os acordos assinados durante a visita do então chanceler Mauro Vieira e completar a negociação dos acordos bilaterais ainda pendentes. Mas me parece que se poderia e deveria ir além. Permito-me assim sugerir quatro linhas de atuação que poderiam ser perseguidas no futuro imediato:

a)dar sequência aos contatos com o Ministério da Defesa da Tunísia para que se concretize a viagem ao Brasil do titular daquela pasta. Trabalhei intensamente com esse objetivo. Recordo que o Ministro Farhat Horchani estava com visita marcada ao Brasil para o período de 29 de maio a 2 de junho último, quando cumpriria intenso programa de visitas e assinaria memorando de entendimento proposto pelo Brasil para cooperação bilateral na área de defesa. Entre as visitas previstas no programa, constava a Embraer, já que as conversações estão avançadas entre a empresa e o Ministério da Defesa local para a compra de aviões "Super Tucano". A visita foi adiada no último momento pela parte tunisiana, mas pode e deve ser retomada. Cabe aos tunisianos propor nova data, em princípio. É provável que o Ministro Horchani seja mantido no cargo durante o

processo em curso de formação de novo gabinete de governo ;

b) dinamizar o comércio bilateral e a promoção de negócios. Não se trata de tarefa fácil, já que os vínculos econômicos e comerciais com os países europeus são muito bem estabelecidos e se beneficiam da proximidade geográfica e da infraestrutura existente. O comércio Brasil-Tunísia é muito incipiente e está concentrado em produtos tradicionais. Há um único investimento importante de empresa brasileira na Tunísia, uma fábrica de cimentos que pertence à Votorantim e foi adquirida à Cimpor (Cimentos de Portugal). Houve encontro empresarial Brasil-Tunísia realizado na sede da UTICA, grande central patronal da Tunísia, em março último, o qual, embora de caráter ainda exploratório, foi avaliado de modo positivo por ambas as partes, conforme mencionado antes. Poder-se-ia partir do ocorrido naquele encontro para tentar reorganizar-se as bases das relações entre empresários dos dois países. Observo, por oportuno, que a Embaixada não conta com setor de promoção comercial (Secom) estruturado. Poder-se-ia cogitar da possibilidade de criá-lo, sobretudo se a Embaixada passar a agregar atividades de promoção comercial com a Líbia àquelas desenvolvidas com a Tunísia, a exemplo do que hoje ocorre na área consular, onde grande parte do atendimento em Túnis é feito para líbios, após a evacuação de nossa Embaixada em Trípoli;

c) dar início a cooperação bilateral em matéria de meio-ambiente. Visitei o ministro do meio ambiente e dele obtive lista de temas prioritários para uma possível cooperação bilateral nesse domínio, em que temos tecnologia e um leque de políticas públicas que poderiam servir de base para o intercâmbio com a Tunísia;

d) contemplar a possibilidade de engajar o Brasil em alguma modalidade de apoio concreto à consolidação da democracia na Tunísia, o que se poderia fazer em cooperação com uma das agências do sistema da ONU, cujo coordenador residente, Munir Tabet, chegou-me a propor informalmente que considerássemos a ideia, ou com a organização intergovernamental IDEA ("Institute for Democracy and Electoral Assistance"), de que o Brasil tornou-se membro nesse ano e dispõe de diversos programas na Tunísia, em especial na área de igualdade de gênero. Encontrar alguma forma de associar o nome do Brasil diretamente ao apoio à experiência democrática na Tunísia era algo que pretendia explorar em setembro próximo, após o retorno das férias dos tunisianos. Fica então aqui a sugestão.

25. Ao concluir esse relatório, deixo registro da excelente cooperação que recebi de todos os integrantes da equipe da Embaixada em Túnis, tanto de diplomatas como de demais funcionários do quadro, além dos contratados locais, valorosos, com conhecimento da realidade local e sem os quais nossa atuação seria simplesmente impraticável. Quero crer que pudemos, todos, trabalhar sempre em equipe, em ambiente de cordialidade e abertura.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 89, DE 2016

(nº 488/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 488

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

Os méritos da Senhora Márcia Maro da Silva que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de setembro de 2016.

EM nº 00264/2016 MRE

Brasília, 16 de Agosto de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MÁRCIA MARO DA SILVA**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MÁRCIA MARO DA SILVA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 577 - C. Civil.

Em 14 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE MÁRCIA MARO DA SILVA

CPF.: 768.888.787-91

ID.: 9240 MRE

1963 Filha de Newton Nonato da Silva Filho e Darci Maro da Silva, nasce em 29 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1995 CAD - IRBr
 2000 Mestrado em Ciência Política pela Universidade de Brasília/DF
 2004 Doutorado em Ciências Sociais pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, Buenos Aires, Argentina
 2007 CAE- IRBR, O Papel do Itamaraty no Reconhecimento da Independência de Angola: recuperação da memória histórica

Cargos:

1985 CPCD - IRBr
 1986 Terceira-Secretária
 1992 Segunda-Secretária
 2000 Primeira-Secretária, por merecimento
 2006 Conselheira, por merecimento
 2009 Ministra de Segunda Classe

Funções:

1986-89 Subsecretaria-Geral de Assunto Políticos Multilaterais e Especiais
 1988 Embaixada em Cingapura, Terceira-Secretária em missão transitória
 1989-92 Divisão de Temas Especiais
 1991 Embaixada em Abidjan, Terceira-Secretária em missão transitória
 1992-94 Consulado-Geral em Buenos Aires - Cônsul-Adjunta
 1994-97 Embaixada em Pretória, Segunda-Secretária
 1997-99 Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - Assessora
 1999-01 Ministério da Ciência e Tecnologia, Gabinete - Assessora
 2001-05 Consulado-Geral em Buenos Aires - Cônsul-Adjunta
 2005-09 Missão junto à OEA, Washington - Primeira-Secretária e Conselheira
 2011 Embaixada do Brasil em Harare

Publicações:

2008 SILVA, Márcia. "A Independência de Angola". Editora FUNAG.

Condecorações:

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz;
 Medalha do Pacificador;

JOÃO PEDRO CORRÊA COSTA
 Subsecretário, Substituto, do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento de África
Divisão da África Oriental e Setentrional

TUNÍSIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Agosto de 2016

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Tunisiana
CAPITAL	Túnis

ÁREA	163.610 km ²
POPULAÇÃO (FMI, 2015 est.)	11,1 milhões de habitantes
IDIOMAS	Árabe (oficial), árabe tunisino, francês, tamazight
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã 99% (sunita)
SISTEMA POLÍTICO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral. Assembleia dos Representantes do Povo (" <i>Majlis Nawwāb ash-Sha'ib</i> ") composta por 217 deputados eleitos diretamente para mandatos de cinco anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente Béji Caïd Essebsi (desde dez/2014)
CHEFE DE GOVERNO	Habib Essid – demissionário (atuando desde fev/2015, perdeu o voto de confiança do parlamento em 31/07/2016). Youssef Chahed – Primeiro-Ministro designado em agosto de 2016, encarregado de formar novo governo.
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Khemaïes Jhinaoui (desde jan/2016)
PIB nominal (FMI, 2015 est.)	US\$ 44,3 bilhões
PIB PPP (FMI, 2015 est.)	US\$ 127,2 bilhões
PIB nominal per capita (FMI, 2015 est.)	US\$ 3984,8
PIB PPP per capita (FMI, 2015 est.)	US\$ 11.450,2
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2015)	0,8% (2015 est.); 2,3% (2014); 2,2% (2013); 3,7% (2012); -1,9% (2011); 2,6% (2010); 3,1% (2009)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0.721 (90ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA	75,9 anos (PNUD, 2013)
ALFABETIZAÇÃO	98,06% (UNESCO, 2015 est.)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	17,6 % (PNUD, 2013)
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar tunisiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Sabri Bachtoubji (desde 19 de abril de 2013)
EMBAIXADOR EM TÚNIS	A ser designado.
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	65 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: *MDIC*

BRASIL → TUNÍSIA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	232,07	290,27	437,58	243,26	342,18	480,88	488,88	426,68	310,15	360,89
Exportações	150,26	169,23	221,18	137,97	217,84	376,47	351,41	290,60	237,55	302,97
Importações	81,81	121,04	216,41	105,29	124,34	104,4	137,47	136,08	72,59	57,92
Saldo	68,45	48,19	4,77	32,68	93,5	272,06	213,94	154,52	164,95	245,05

Perfis biográficos

Beji caïd essebsi

Presidente da República



Nascido em Sidi Bou Said, na região metropolitana de Túnis, em 1926, Essebsi iniciou sua militância política em 1941 ao se juntar, aos quinze anos, à juventude do partido político Neo-Destour, o qual liderou o processo de independência tunisiano. Graduou-se em direito, em 1950, em Paris.

Após a independência da Tunísia, em 1956, Essebsi ocupou diversos cargos de destaque na administração do então presidente Habib Bourguiba (1957-1987). Foi ministro do Interior de 1965 a 1969 e ministro da Defesa de 1969 a 1970. Divergências políticas com o então presidente tunisiano acabaram por afastá-lo da vida pública durante a década de 1970. Em abril de 1981, volta a atuar no governo de Bourguiba como ministro das Relações Exteriores (1981-1986). Em 1987, é nomeado embaixador na Alemanha e, entre 1990 e 1991, ocupou a presidência da Câmara dos Deputados.

Em fevereiro de 2011, no contexto das revoltas populares que levaram à queda do presidente Ben-Ali e de seu gabinete, Essebsi foi nomeado primeiro-ministro interino, cargo que ocupou até dezembro daquele ano.

Em 2012, fundou o partido secular Nidaa Tounes, que se tornou a principal força política do período pós-transição. Candidatou-se à Presidência da República, em novembro de 2014. Após a vitória nas urnas, assumiu a presidência do país em 31 de dezembro de 2014.

Habib essid

**Primeiro-ministro
(demissionário)**



Nascido na cidade de Sousse, em 1/6/1949, Habib Essid possui formação acadêmica em economia, pela Universidade de Túnis, e mestrado em economia agrícola, pela Universidade de Minnesota.

Essid iniciou sua carreira pública no Ministério da Agricultura. Entre 1993 e 1997, foi chefe de gabinete do ministro da Agricultura. Ocupou a mesma posição no Ministério do Interior entre 1997 e 2001. Foi, em seguida, designado secretário de estado para a pesca (2001-2002) e, mais tarde, secretário de estado para o meio ambiente (2002-2003).

Após a Revolução tunisiana, foi nomeado ministro do Interior em março de 2011. Foi escolhido por Hamadi Jebali, então primeiro-ministro, para ser seu conselheiro em assuntos de segurança após as eleições de 23 de outubro de 2011. Em 5 de janeiro de 2015, foi nomeado pelo partido Nidaa Tunes como primeiro-ministro.

Em 31/07/2016, perdeu o voto de confiança do parlamento.

Youssef Chahed

**Primeiro-ministro
(designado)**



Nascido em 18 de setembro de 1975, na cidade de Túnis, Youssef Chahed possui formação em engenharia agrônoma pelo Instituto Nacional de Agronomia da Tunísia (1998).

Obteve mestrado em economia ambiental e recursos naturais (1999) pelo Instituto Nacional de Agronomia de Paris-Grignon, na França, e posteriormente doutorado em economia agrícola (2003) pela mesma instituição. Integrou o Instituto Superior de Agricultura da França e atuou como professor visitante na Universidade de São Paulo e na Universidade de Tóquio (2003-2009). Prestou consultoria na área de agricultura e políticas agrárias para diversas instituições, como o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e a Comissão Europeia (2003-2015).

Foi um dos membros fundadores do partido político Al Joumhouri (2012). Posteriormente, filiou-se ao partido Nidaa Tunes (2013). Foi nomeado secretário da Pesca, em 2015, e apontado como ministro dos Negócios Locais, em janeiro de 2016. Em agosto do mesmo ano, foi designado primeiro-ministro da Tunísia, ficando encarregado de formar um novo governo.

Khemaïes Jhinaoui

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nascido em 5/4/1954, Khemaïes Jhinaoui possui formação em direito público. Detém, ainda, diploma de estudos avançados em ciência política e relações internacionais, obtido em 1979.

Jhinaoui atua na carreira diplomática desde os anos 1990. Em 1996, chefiou o escritório de representação da Tunísia em Tel Aviv. Entre 1999 e 2004, atuou como embaixador junto ao Reino Unido. De 2004 a 2005, foi chefe de gabinete do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Abdelwahab Abdallah. De 2006 a 2007, foi diretor-geral para a Europa e a União Europeia da Chancelaria Tunisiana. Exerceu, depois, o cargo de embaixador na Rússia (2008-2011).

No governo provisório da Tunísia pós-revolucionária, atuou entre julho e dezembro de 2011 como secretário de estado dos Negócios Estrangeiros. Após a conclusão do processo de transição tunisiano, em dezembro de 2014, foi designado para a função de conselheiro diplomático do presidente Essebsi, cargo que ocupou até sua nomeação, em 6/1/2016, como ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia.

Relações bilaterais

O Brasil esteve entre os primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia, em 1956. No mesmo ano, foi aberto consulado brasileiro em Túnis, e, em 1961, foi instituída Embaixada residente. Desativada temporariamente em 1999, por motivos orçamentários, a missão diplomática brasileira foi reaberta em 2001.

O relacionamento bilateral intensificou-se a partir dos anos 2000, favorecido pela percepção comum de que os dois países atuam, tradicionalmente, de maneira equilibrada e construtiva na esfera internacional. Constatou-se, desde então, maior concertação de posições em temas variados da agenda global, bem como aumento do número de visitas de alto nível.

Destacam-se, nesse contexto, as visitas do então chanceler Celso Amorim a Túnis, em três ocasiões (2005, 2008 e 2009), e de seu homólogo tunisiano ao Brasil, em 2002, bem como missão à Tunísia do então ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), Miguel Jorge, acompanhado de numerosa delegação de empresários, em 2009, no contexto de périplo pelo Norte da África. Mais recentemente, em março de 2016, o então chanceler brasileiro Mauro Vieira realizou visita a Túnis, a qual foi também ocasião para a realização de seminário empresarial, que contou com relevante participação de ambos os lados.

Relações com a Tunísia pós-revolucionária

Após a Revolução tunisiana de janeiro de 2011, ganhou ímpeto movimento de revisão da política externa tunisiana, tradicionalmente voltada para as relações com a Europa. Esse movimento, articulado durante o processo de transição democrática (2011-2014), conferiu à política externa do país um caráter mais universalista e pragmático, no qual, sem descuidar das parcerias tradicionais, o país passou a privilegiar uma aproximação com países em desenvolvimento, com ênfase no mundo árabe, na África subsaariana, bem como em forças emergentes. Nessa nova estratégia de inserção internacional, concentrada na diversificação de parcerias e diminuição de dependências, a Tunísia tem concedido particular atenção ao Brasil, que considera como potencial fonte de investimentos, além de modelo de transição democrática, de participação política e de desenvolvimento com inclusão social.

Por sua vez, o Brasil manifestou, consistentemente, seu apoio à nação tunisiana ao longo da transição política no país, processo que foi internacionalmente considerado como democrático, transparente e participativo. Já em março de 2011, o Brasil contribuiu com US\$ 224 mil ao escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), com destinação à Tunísia, em razão do influxo de refugiados do conflito na Líbia. Desde o período pós-revolucionário, ademais, o Brasil tem enviado à Tunísia missões políticas, com alto nível de representação, além de missões técnicas, voltadas a prospectar novas áreas de cooperação, bem como oportunidades no campo econômico e comercial.

Em maio de 2011, o embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, então subsecretário-geral para assuntos políticos III do Itamaraty, realizou visita a Túnis. O gesto do Brasil, que foi um dos primeiros países a enviar alto funcionário em missão à Tunísia pós-revolucionária, foi interpretado como sinal do apoio brasileiro à renovação de ideais e valores proporcionada pela Primavera Árabe e reforçou as perspectivas de ampliação do relacionamento.

Com vistas a dar seguimento às novas demandas tunisianas, organizou-se missão de prospecção a Túnis, capitaneada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em fevereiro de 2012. A missão, que buscou identificar projetos nas áreas de agricultura, extensão rural, meio ambiente e pequenas e médias empresas, contou com a participação de técnicos da Embrapa, da Emater-DF, da Universidade Federal de Viçosa e do Banco do Brasil.

Outro importante marco no processo de dinamização das relações com a Tunísia pós-revolucionária foi a visita do então chanceler Antonio Patriota a Túnis, em abril de 2012. Na ocasião, o Ministro brasileiro foi recebido pelo então presidente Moncef Marzouki, pelo primeiro-ministro Hamadi Jebali, bem como por seu homólogo, Rafik Abdessalem. Em todas as reuniões, foi claramente manifestado o desejo das autoridades tunisianas de promover o adensamento das relações bilaterais, tanto no plano político e econômico quanto no plano da cooperação técnica, sobretudo nas áreas agrícola e social.

Em setembro de 2012, em atendimento às demandas tunisianas por maior conhecimento da experiência brasileira na área do combate à fome e à pobreza, realizou-se em Túnis o "Simpósio Internacional sobre Políticas Públicas para a Inclusão Social", organizado conjuntamente pelo governo brasileiro, pela Organização da Alimentação e da Agricultura (FAO) e pelo governo tunisiano. Ao final do simpósio, que despertou vivo interesse no lado tunisiano, foi ressaltado o desejo de assegurar a participação brasileira em esquemas de cooperação em futuros projetos tunisianos de inclusão social.

Em outubro de 2012, à margem da III Cúpula América do Sul – Países Árabes, em Lima, o presidente Marzouki e sua homóloga brasileira mantiveram encontro bilateral, no qual o mandatário tunisiano reforçou o interesse de seu país em contar com a experiência do Brasil na formulação das políticas públicas tunisianas de inclusão social e combate à pobreza.

Em abril de 2013, o então secretário-geral da presidência da república, Gilberto Carvalho, visitou Túnis para participar do Fórum Social Mundial. O representante brasileiro proferiu palestra sobre a transição democrática brasileira e as políticas de inclusão social do governo brasileiro e manteve encontros com o presidente Moncef Marzouki, com o presidente da Assembleia Constituinte, Ben Jaafar, e com três ministros tunisianos.

A variedade temática e a amplitude das demandas tunisianas de colaboração apresentadas ao longo dos encontros com autoridades brasileiras no período pós-revolucionário corroboram a percepção de que o Brasil passou a ser visto como interlocutor

político privilegiado, capaz de fazer, a partir de suas próprias experiências bem sucedidas, aporte significativo ao desenvolvimento socioeconômico tunisiano.

Nesse contexto, teve lugar, em abril de 2014, em Túnis, reunião do "**Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia**", iniciativa voltada à avaliação e reorganização da cooperação bilateral. Os trabalhos foram copresididos pelo então subsecretário-geral político III do Itamaraty e pelo secretário de estado dos Negócios Estrangeiros tunisiano, segundo na hierarquia daquele Ministério, e contaram com a participação do diretor do escritório da Agência Brasileira de promoção de Exportações e Investimentos (APEX) na África e do Ponto Focal da FAO em Brasília para o Programa "Purchase from Africans for Africa" (PAA-África), além de diversos Ministérios temáticos tunisianos.

A reunião constituiu oportunidade para que Brasil e Tunísia identificassem projetos e iniciativas de cooperação em áreas como desenvolvimento social, governança participativa, agricultura, saúde e meio ambiente, entre outras. No campo econômico, as discussões ressaltaram o desejo comum dos dois países de diversificar a pauta comercial, seja no setor de bens, seja no de serviços, bem como de estimular investimentos de parte a outra. Por outro lado, a reunião, realizada apenas dois meses após a promulgação da nova Constituição tunisiana, permitiu que o Brasil reiterasse o apoio às transformações democráticas que se consolidavam na Tunísia. Remonta à reunião também o início das conversas sobre acordo comercial Mercosul-Tunísia e sobre Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

Em março de 2016, com o intuito de seguir com o processo de dinamização do relacionamento bilateral e de apoio às transformações democráticas na Tunísia, o então chanceler Mauro Vieira realizou visita a Túnis. A visita, que se iniciou com uma oferenda floral em homenagem às vítimas do atentado terrorista perpetrado no museu do Bardo, em março de 2015, simbolizou a continuidade da solidariedade brasileira à Tunísia em meio aos desafios enfrentados por aquele país, em especial no plano da segurança. Na ocasião, além do encontro com o chanceler tunisiano, Khemaines Jhinaoui, a autoridade brasileira foi também recebida pelo primeiro-ministro Habib Essid e pelo presidente Essebsi. A visita também ensejou a realização de seminário empresarial Brasil-Tunísia, copresidido pelo ministro Mauro Vieira e pelo ministro do Investimento e da Cooperação Internacional, Yassine Brahim. Mais de 60 empresas dos dois países participaram do evento.

Cooperação

Como resultado das iniciativas de aproximação entre Brasil e Tunísia dos últimos cinco anos, vêm-se intensificando as relações de cooperação entre os dois países.

Cooperação técnica no domínio do eucalipto

Durante a visita do ministro Mauro Vieira a Túnis, em março de 2016, foi assinado o documento do projeto "Desenvolvimento e Valorização das Plantações de Eucalipto na

Tunísia”. Trata-se do primeiro projeto de cooperação técnica que o Brasil desenvolve com a Tunísia. A iniciativa, executada pela ABC em parceria com a Embrapa, consiste em transferência de tecnologia e "know-how" para o melhoramento genético do eucalipto e capacitação na área de tecnologia da madeira e deverá contribuir para o êxito de programas de reflorestamento desenvolvidos pelo governo tunisiano. A primeira atividade do projeto deverá ocorrer em fins de agosto e início setembro de 2016, quando cinco especialistas do Departamento de Florestas e do Instituto Nacional de Pesquisas em Engenharia Rural, Água e Florestas da Tunísia, participarão de capacitação nas áreas de clonagem e melhoramento genético na Embrapa Florestas, em Colombo, PR.

Troca de experiências no domínio social

Manifestado reiteradas vezes nos encontros bilaterais mantidos no contexto pós-revolucionário, o interesse tunisiano na experiência brasileira com políticas sociais advém do objetivo tunisiano de equacionar as desigualdades sociais e regionais, que constituíram uma das principais causas da Revolução de janeiro de 2011.

Nessas condições, na visita do ministro Mauro Vieira a Túnis, em março de 2016, foi assinado memorando de entendimento para a cooperação na área de Desenvolvimento Social e Cidadania, que deverá catalisar as iniciativas de cooperação que já vêm sendo desenvolvidas nessa área e lhes conferir visibilidade. São exemplos de tais iniciativas a organização de seminário de políticas sociais em Túnis, em setembro de 2012, e a participação de delegações tunisianas em seminários e eventos sobre a mesma temática organizados pelo então ministério de Desenvolvimento Social brasileiro e pelo Banco Mundial no Brasil.

Com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Tunísia tem mantido contatos com a ABC, com vistas a estabelecer intercâmbio regular de pesquisadores entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e instituição congênere tunisiana para a discussão de políticas sociais. Em particular, o lado tunisiano gostaria de conhecer a experiência brasileira no que se refere à coordenação intersetorial de políticas públicas, à gestão local, à definição de público alvo, bem como a sistemas de monitoramento e avaliação. Em setembro de 2014, representante do IPEA participou, em Túnis, do seminário "Em Direção a um Sistema de Proteção Social Inclusivo e Integrado", organizado pelo Ministério dos Assuntos Sociais tunisiano. Entre junho e julho de 2015, realizou-se missão de prospecção da ABC, em parceria com o IPEA e o MDS, voltada a elaborar projeto de uma cooperação trilateral entre os parceiros (governo brasileiro, governo tunisiano e o Unicef) com vistas a possibilitar, ademais, a participação do IPEA no processo de elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tunisiano.

O lado tunisiano também tem demonstrado interesse nas políticas brasileiras relacionadas ao programa nacional de alimentação escolar. O país magrebino, que conta com

apoio do Unicef e financiamento russo para modernizar seu próprio programa de alimentação escolar, avalia que o Brasil possui boa experiência nessa área. Nesse contexto, missão interministerial tunisiana realizou, em abril de 2014, visita ao Brasil, organizada pela ABC, em parceria com o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA). O lado tunisiano manifestou interesse em poder contar com a consultoria do Centro de Excelência em Brasília tanto para desenvolver capacidades específicas quanto para renovar o desenho do seu programa nacional de alimentação escolar.

Ainda no domínio social, há também perspectivas de cooperação em áreas como juventude, cidadania e governança participativa.

Educação básica

Por ocasião do Comitê de Seguimento Brasil-Túnisia, em abril de 2014, o Ministério da Educação Básica tunisiano propôs a assinatura de acordo bilateral na área de educação. Na minuta de acordo, foram arroladas as seguintes áreas de cooperação: engenharia pedagógica, avaliação, formação de professores, atividades escolares cotidianas, governança, integração de tecnologia na educação, pesquisa e inovação na educação, ensino técnico e tecnológico e planejamento educacional. As negociações voltadas para a assinatura do instrumento encontram-se avançadas.

Troca de experiências na área de transparência e combate à corrupção

A Tunísia também tem buscado conhecer as experiências do Brasil no domínio do incentivo à participação social, à transparência e ao combate à corrupção. Os dois países iniciaram entendimentos nesse domínio em abril de 2013, quando o então ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) e o então ministro da Governança e da Luta contra a Corrupção da Tunísia mantiveram encontro à margem de reunião da Rede Árabe para a Integridade e a Luta contra a Corrupção, em Beirute. Em junho de 2013, a CGU enviou missão técnica a Túnis para apresentar iniciativas brasileiras na área de transparência. Na ocasião, o lado tunisiano manifestou o desejo de dar seguimento a essa cooperação por meio do envio de missão a Brasília, encarregada de estudar as iniciativas do “Portal da Transparência” e do “Orçamento Participativo”.

Por ocasião do Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia, em abril de 2014, o lado brasileiro estendeu convites para que a Tunísia enviasse missões ao Brasil para examinar as experiências brasileiras nesse domínio de cooperação. Essas oportunidades não foram exploradas até o momento, por causa da dissolução do Ministério da Governança e da Luta contra a Corrupção da Tunísia, em 2014. Em janeiro de 2016, na última reforma ministerial tunisiana, contudo, os ministérios da Função Pública e da Governança e Luta contra a

Corrupção foram recriados e fundidos numa só pasta, renovando expectativas de ressurgimento da cooperação nesse domínio.

Outros domínios de colaboração

Por ocasião da reunião do Comitê de Seguimento em 2014, Brasil e Tunísia expressaram o interesse no estabelecimento de relações de parceria e troca de experiência no **domínio eleitoral** entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) brasileiro e a Instância Superior Independente para as Eleições (ISIE) tunisiana. Para tanto, o Presidente do TSE endereçou convite ao seu homólogo tunisiano para organizar visita de trabalho ao Brasil. Na visita do então ministro Mauro Vieira a Túnis, em março de 2016, o convite do TSE foi renovado. Em abril de 2016, o presidente da ISIE dirigiu nova carta ao TSE, aceitando o convite. As datas ainda não foram definidas.

Vale também destacar cooperação no domínio da **saúde**, que, voltada para a capacitação de médicos tunisianos para transplante de fígados entre pacientes vivos, tem sido desenvolvida diretamente pelo Hospital Sírio-Libanês e o Hospital da Marsa, na Tunísia. Trata-se de cooperação com caráter estruturante na área de saúde, que se distingue por visar à autonomia das instituições tunisianas beneficiadas. Técnicos do Hospital brasileiro, que avaliam que a Tunísia poderá converter-se em referência regional nesse tipo de tratamento médico em médio prazo, já realizaram visitas e seminários de treinamento em Túnis. Aguarda-se o envio de equipe tunisiana para treinamento no Brasil.

No **domínio da inteligência e da prevenção ao terrorismo**, há cooperação nascente entre o Brasil e a Tunísia. A Tunísia consta entre os países convidados para participar do Centro de Inteligência de Serviços Estrangeiros estabelecido para a segurança dos Jogos Olímpicos de 2016.

Ademais das iniciativas de cooperação já elencadas, Brasil e Tunísia têm prospectado projetos e iniciativas em diversos outros domínios, como **geologia**, **defesa**, **gestão ambiental** e **capacitação de pequenas e médias empresas**, o que evidencia o grande potencial da parceria entre os dois países.

Assuntos consulares

De acordo com dados da Embaixada em Túnis, há 65 brasileiros vivendo na Tunísia. O setor consular da Embaixada presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais brasileiros para tomador, público ou privado, da Tunísia.

Política interna

Histórico

Em quase três mil anos de história, a Tunísia recebeu influência de povos como berberes, cartagineses, romanos, árabes e otomanos. Em contexto de dificuldades econômicas locais e no auge do imperialismo europeu, a Tunísia tornou-se protetorado francês, em 1881. Sob administração francesa, consolidou-se sistema de educação bilíngue, que possibilitou às elites tunisianas acesso a universidades francesas, onde se formaram as primeiras lideranças que contestaram o domínio francês.

A resistência tunisiana ganhou intensidade durante a primeira metade do século XX. Em 1920, foi fundado o partido "Destur", de orientação nacionalista. Em 1934, cisão interna na agremiação política levou à criação do partido "Neo-Destur", que além da defesa da independência tunisiana, sustentava a preservação do caráter laico do Estado. O novo partido, sob a liderança de Habib Bourguiba, graduado em direito em Paris, ganhou, paulatinamente, proeminência na contestação ao domínio francês.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, a contestação à presença francesa ganhou renovado impulso. O assassinato do líder sindical Farhat Hached, em dezembro de 1952, provocou intensa onda de protestos e greves no país, a qual duraria até 1954, quando a França concedeu autonomia interna à Tunísia e iniciou negociações com o "Neo-Destur" para a concessão da independência, formalmente obtida em março de 1956. Em 1959, Bourguiba elegeu-se como o primeiro presidente do país, após a supressão de revolta liderada pelo secretário-geral do Neo-Destur, Saleh Ben Youssef (1955-56), e a proclamação da República, em 1957.

O **período Bourguiba** foi marcado, por um lado, pelos esforços de modernização e secularização do país, capitaneados pelo estado tunisiano e, por outro lado, pelas crescentes restrições a liberdades civis e políticas. Cinco meses após a formalização da independência, em agosto de 1956, adotou-se o "Código de Estatuto Pessoal", legislação até então inédita no mundo árabe. A nova legislação garantiu importantes direitos às mulheres, tais como o divórcio, idade mínima e consentimento mútuo para o matrimônio, acesso a herança e a guarda dos filhos, entre outros. Esses avanços, contudo, foram acompanhados por certos retrocessos no âmbito político. Na década de 1960, a Tunísia tornou-se regime de partido

único, tendo o "Neo-Destur" sido renomeado "Partido Socialista Desturiano" (PSD), em 1964; e, em 1975, Bourguiba tornou-se presidente vitalício do país.

No início da década de 1980, em decorrência do segundo choque do petróleo (1979), e da queda de sua produção agrícola, a Tunísia mergulhou em grave crise econômica, a qual foi acompanhada por protestos em favor de maiores liberdades e contra a carestia, em especial no preço dos alimentos. Em resposta, o governo tunisiano empreendeu movimento de tímida abertura, permitindo a realização de eleições legislativas multipartidárias em 1981. Embora o pleito tenha resultado em vitória massiva do PSD, ganhou proeminência, naquele contexto, o "Movimento da Tendência Islâmica" (MTI), grupo de orientação islamista fundado naquele ano sob a liderança de Rached Ghannouchi. O MTI, acusado, ao longo dos anos 1980, de estar por trás dos seguidos protestos contra a carestia no país, as chamadas "revoltas do pão", e chocando-se frontalmente com o projeto laico de Bourguiba, foi duramente reprimido pelo governo tunisiano.

O recrudescimento da repressão política aos islamistas e a grave crise econômica acabaram por tornar a situação política de Bourguiba insustentável. Em 1987, sob a alegação de que o mandatário tunisiano estaria senil, o então primeiro-ministro Zine El-Abidine Ben Ali destituiu Bourguiba e assumiu a Presidência.

O **governo Ben Ali** foi marcado, inicialmente, pela adoção de medidas de abertura política. O mandato vitalício do presidente da República foi abolido e nova lei de partidos políticos foi aprovada, permitindo a legalização de diversos agrupamentos. O MTI, que passou a chamar-se "*Ennahda*" (Renascença), em 1989, permaneceu proscrito. Sua liderança, embora inicialmente libertada por Ben Ali, voltou a ser perseguida, tendo partido para o exílio, em especial na Europa.

As medidas de abertura anunciadas não resultaram em maior participação no governo do país. O PSD, renomeado Aliança Constitucional Democrática (RCD, na sigla em francês), continuou hegemônico na vida política e administrativa do país. Ben Ali, por sua vez, foi sucessivamente reeleito Presidente (1994, 1999, 2004 e 2009) em pleitos contestados por entidades independentes. No plano econômico, intensificaram-se reformas liberalizantes, voltadas para a atração de investimentos externos, baseadas em amplo programa de privatizações que favoreceram setores vinculados ao governo. Embora a renda *per capita* tunisiana tenha triplicado durante o período, ampliaram-se as desigualdades sociais e regionais no país. Bem Ali, desprovido da legitimidade de que Bourguiba gozara, enquanto líder da independência nacional e propulsor da modernização tunisiana, ancorou sua sustentação no chamado "milagre tunisiano" e na ampliação dos gastos com políticas de assistência social, em particular com subsídios a gêneros de primeira necessidade.

A Revolução Tunisiana de 2011

Ao final da década de 2000, as tensões econômicas e políticas inerentes ao modelo tunisiano agravaram-se. Embora a economia do país mantivesse boas taxas de crescimento, os setores produtivos não foram capazes de absorver crescente contingente de mão de obra, em especial os mais jovens e recém-formados. A taxa de desemprego chegou a 13% da população ativa, em 2010, sendo superior a 20% entre jovens com diploma universitário e em cidades do interior do país. O regime político, por sua vez, revelava-se incapaz de responder às crescentes demandas por renovação e por maiores liberdades civis e políticas.

Em 17 de dezembro de 2010, a autoimolação de um jovem vendedor ambulante, Moahammed Bouazizi, no interior do país (Sidi Bouzidi), em protesto contra a arbitrariedade policial de que fora vítima, desencadeou onda de manifestações populares no país. A persistência e a ampliação das manifestações acabaram tornando insustentável a permanência de Ben Ali no poder. Em 14/1/2011, o Presidente tunisiano fugiu do país, após 23 anos no poder, exilando-se na Arábia Saudita. Os protestos tunisianos e a queda de Ben Ali marcaram o início da chamada "**Primavera Árabe**", onda de revoltas e insurreições populares que varreu grande parte dos países árabes naquele ano.

Após a fuga de Ben Ali, em conformidade com a Constituição tunisiana, o presidente do Parlamento, Foued Mebazaa, assumiu como presidente interino do país. A liderança política tunisiana, juntamente com alguns setores moderados da oposição, iniciou movimento em direção à realização de transição política branda. Nesse contexto, o primeiro-ministro Mohammed Ghannouchi, no cargo desde 1999, buscou formar governo de unidade nacional e convocar novas eleições gerais em 60 dias, o que se mostrou inviável diante da persistência dos protestos populares, que passaram a contar com a participação de islamistas. Os manifestantes exigiam a renúncia do governo provisório, identificado com o RCD, e a convocação de uma assembleia constituinte.

Em fevereiro de 2011, em decorrência dos protestos populares, Ghannouchi demitiu-se. Para seu lugar, Mebazaa indicou Beji Caid Essebsi, político que ocupou cargos de elevado perfil durante os governos Bourguiba e Ben Ali. Durante seu período à frente da chefia de governo, foi permitida a legalização de mais de uma centena de partidos políticos, dentre os quais o Ennahda, e organizaram-se eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Ao prevalecer a opção pela realização de eleições constituintes como primeira etapa de seu processo transitório, a Tunísia diferenciou-se de outros países da região que passaram pela "Primavera Árabe", os quais optaram pela organização de eleições legislativas e presidenciais antes da definição de marco constitucional.

A ANC e a formação do Governo transitório

Em outubro de 2011, realizaram-se as primeiras eleições livres na história da Tunísia republicana. O pleito, que definiu os 217 membros da ANC, resultou em expressiva vitória do Ennahda (89 assentos). Em segundo lugar, ficou o nacionalista de esquerda

"Congresso para a República" (CPR) (29 assentos), seguido do socialista "Ettakatol" (20 assentos). Analistas atribuem a vitória eleitoral do Ennahda à adoção de discurso moderado, no qual prometia assegurar os direitos humanos fundamentais e o estado de direito, fato que esvaziou as críticas de seus opositores, bem como à elevada fragmentação dos partidos e candidatos laicos (o pleito contou com mais de 115 partidos políticos registrados). Após cerca de cinquenta anos de regimes autoritários laicos, a vitória do Ennahda, duramente reprimido pelos governos anteriores, foi também vista por parte relevante do eleitorado tunisiano como garantia de real ruptura com o passado.

Em novembro de 2011, o Ennahda anunciou a formação de coalizão governista com o CPR e com o Ettakatol, que juntos respondiam por cerca de dois terços dos representantes eleitos. O acordo que consolidou a chamada "troica" permitiu a formação de governo transitório, responsável por conduzir o país durante a elaboração da nova Constituição e a subsequente realização de eleições gerais. Nesse contexto, coube a Mustapha Ben Jaafar ("Ettakatol") a presidência da ANC, a Moncef Marzouki (CPR) a Presidência da República e a Hamadi Jebali ("Ennahdha"), o cargo de primeiro-ministro. O Ennahda passou também a ocupar, entre outras, as principais pastas políticas (Interior, Justiça, Negócios Estrangeiros e Defesa). Em dezembro de 2011, a ANC adotou Constituição provisória para guiar a vida política do país no período transitório.

Polarização entre islamistas e secularistas

Ao iniciar o segundo ano da revolução tunisiana, tornou-se evidente a crescente polarização entre islamistas e secularistas, que dominou os debates da ANC e resultou em graves episódios de intimidação e violência que passaram a pontuar o cotidiano da vida política e social tunisiana.

Após a derrota nas eleições para a ANC, as forças secularistas buscaram reagrupar-se em novos partidos. Em abril de 2012, sob a liderança do ex-primeiro-ministro Beji Caid Essebsi, foi lançado o partido "Nidaa Tunes" ("Apelo à Tunísia"), que buscou reunir as principais lideranças secularistas e centristas do país, muitas das quais oriundas do antigo RCD, em oposição ao que Essebsi definiu como a "ameaça extremista". Desde sua criação, o Nidaa Tunes passou a constituir a maior força de oposição no país durante o período transitório.

Por outro lado, distúrbios capitaneados por forças salafistas atacavam manifestações intelectuais e culturais "ofensivas à moral islâmica" em todo o país. A violência salafista ganhou intensidade ao longo de 2012, com ataques à embaixada dos EUA e à escola americana em Túnis, em setembro daquele ano.

Paralelamente, tornaram-se comuns episódios de intimidação a políticos opositores e a lideranças sindicais pelas chamadas "Ligas de Proteção da Revolução" (LPR), grupos paraestatais com presença de militantes do Ennahda.

A disputa entre secularistas e islamistas traduziu-se, no âmbito da ANC, em intenso debate sobre o caráter laico ou religioso do estado tunisiano, sobre os direitos das mulheres, bem como sobre a forma de governo a ser adotada no país. Os impasses nos debates da ANC levaram a seguidas postergações da conclusão do texto da carta tunisiana, prevista inicialmente para outubro de 2012.

A violência política no país atingiu seu ponto mais grave com o assassinato de dois líderes oposicionistas particularmente vocais em suas críticas ao governo liderado pelo Ennahda: Chokri Belaïd, em fevereiro de 2013, e Mohamed Brahmi, em julho do mesmo ano. Os episódios acarretaram graves crises institucionais, com a oposição secular acusando o Ennahda de conivência com a violência política. Após o assassinato de Belaïd, o primeiro-ministro Hamadi Jebali apresentou pedido de renúncia, sendo substituído por Ali Larayedh, então ministro do Interior e também vinculado ao Ennahda. A morte de Brahmi, por sua vez, ensejou grandes manifestações em Túnis contra o Ennahda, bem como o boicote de 72 parlamentares da oposição secular aos trabalhos da ANC, que foram interrompidos por falta de quórum. A oposição passou a exigir a imediata substituição do governo transitório liderado pelo Ennahda, argumentando que, até outubro de 2013, já se teria esgotado o prazo de dois anos que havia sido acordado para que fosse alcançado consenso sobre a constituição, bem como convocadas novas eleições.

Diálogo nacional

Apesar do impasse político instaurado, não se observou ruptura do diálogo entre islamistas e a oposição secular. Os líderes do Ennahda, Rached Ghannouchi, e do Nidaa Tunes, Beji Essebsi, passaram a manter, a partir de agosto, encontros com vistas a negociar saída política para a crise. Em outubro de 2013, foi instaurado o chamado “Diálogo Nacional” entre a troica e a oposição, patrocinado por quatro entidades da sociedade civil tunisiana (o chamado “Quarteto”): União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT), União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato (Utica), Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia (ONAT) e Liga Tunisiana dos Direitos do Homem (LTDH). Entre outros pontos, o mapa do caminho proposto pelo Quarteto para as negociações previa: (i) a nomeação de governo de perfil técnico; (ii) a finalização dos trabalhos constituintes; e (iii) a adoção de novo código eleitoral e a definição do calendário de eleições gerais.

Ponto de partida para o início do diálogo foi o compromisso do Ennahda de abrir mão de seus cargos no governo em favor da formação de governo de “competências”, o que permitiu o início das negociações em torno da composição do futuro **governo tecnocrático**. A oposição laica, por sua vez, reconheceu a legitimidade dos trabalhos da ANC como poder constituinte e legiferante até a realização das eleições gerais do país.

Em dezembro de 2013, como resultado do diálogo nacional, foi anunciada a escolha do então ministro da Indústria, Mehdi Jomaa, como novo primeiro-ministro. O

acordo quanto ao novo chefe de governo, sem vínculos partidários, permitiu a retomada dos trabalhos da ANC, que aprovou o texto da nova Carta tunisiana em janeiro de 2014.

A nova **Constituição tunisiana** consagrou amplo espectro de liberdades e direitos, entre os quais a liberdade de crença e a igualdade legal entre os gêneros, e declarou, em seu preâmbulo, que a Tunísia se constitui como uma República civil, baseada no estado de direito. O sistema de governo adotado foi o do semipresidencialismo, com presidente eleito pelo voto direto e primeiro-ministro indicado pela coalização majoritária. O Legislativo, unicameral, ficou a cargo da "Assembleia dos Representantes do Povo", que conta com 217 parlamentares eleitos para mandatos de 5 anos. A adoção da nova Constituição da Tunísia, internacionalmente reconhecida como uma das mais progressistas e democráticas do mundo árabe, teve grande repercussão internacional, sendo considerado evento histórico não somente para o povo tunisiano, mas também para a região.

A realização de eleições gerais e a conclusão do período transitório

Na sequência da finalização da constituição e como previamente acordado no diálogo nacional patrocinado pela sociedade civil, o Ennahda abriu mão da chefia de governo e Jomaa foi empossado como primeiro-ministro em janeiro de 2014, juntamente com novo gabinete, de caráter técnico e apartidário. O novo governo foi incumbido de liderar a Tunísia até a realização de eleições legislativas e presidenciais.

A ANC promulgou, em maio de 2014, nova lei eleitoral, que passou a exigir que os partidos apresentem lista de candidatos que contemple, em igual número, homens e mulheres. Após intensos debates, foi retirada do texto da lei proibição a candidatos que tivessem sido afiliados ao RCD, antigo partido de Ben Ali. A organização do pleito ficou a cargo da Instância Superior Independente para as Eleições (ISIE), órgão não vinculado ao governo tunisiano, o que garantiu maior transparência e credibilidade à organização das eleições. No mês seguinte, definiu-se calendário eleitoral, com a realização do pleito legislativo, em outubro de 2014, e presidencial, em novembro e dezembro do mesmo ano.

Em paralelo à organização das eleições, o governo Jomaa empenhou-se no retorno da Tunísia à normalidade institucional. Em maio de 2014, as Ligas de Proteção da Revolução foram dissolvidas pelo judiciário tunisiano e seus bens confiscados. No mesmo período, foi lançado diálogo nacional sobre a economia, com vistas a definir medidas a serem adotadas para a revitalização da economia tunisiana, profundamente afetada por três anos de instabilidade.

Entre outubro e dezembro de 2014, foi realizado, sob a liderança do governo tecnocrático, o ciclo eleitoral (eleições legislativas e presidenciais) que marcou a **conclusão do processo de transição tunisiano**.

Prêmio Nobel da Paz

Em outubro de 2015, foi anunciado que o "Quarteto do Diálogo Nacional Tunisiano" seria laureado com o "Prêmio Nobel da Paz". O comitê avaliador da honraria justificou a escolha do Quarteto pela sua *"contribuição decisiva para a construção de uma democracia pluralista na Tunísia"*, *"país que passou pela transição democrática mais bem sucedida após a Primavera Árabe"*. A cerimônia do Nobel ocorreu em dezembro 2015.

Com efeito, o Diálogo Nacional auspiciado pelo Quarteto, que permitiu a continuidade dos trabalhos da Constituinte e a formação do governo tecnocrático, com apoio de forças tanto islamistas quanto seculares, foi amplamente reconhecido como "inflexão crítica" na trajetória da transição tunisiana, contribuindo para sua conclusão pacífica. A atuação do Quarteto também foi emblemática da importância adquirida pela sociedade civil organizada como vetor dos desejos de transformação política ambicionados pelo povo tunisiano.

O governo brasileiro felicitou, em nota à imprensa, o povo e o governo tunisianos e, em especial, as entidades do Quarteto pela premiação. Do mesmo modo, os presidentes das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) e de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados enviaram moção de congratulação à embaixada da Tunísia em Brasília.

Quadro político pós-transição

A partir das eleições que concluíram o processo de transição tunisiano, o Nidaa Tunes, partido criado no período de transição para reunir a oposição laica, converteu-se na principal força política do país, havendo conquistado 85, dos 217 assentos da Assembleia, e eleito Beji Caid Essebsi como presidente. O Ennahda, que obteve 69 assentos (três a menos do que o necessário para bloquear as principais decisões do Legislativo), permaneceu como uma força política de grande expressão, embora tivesse perdido a capacidade de liderar a formação do novo governo.

No pleito presidencial, o Ennahda não indicou candidato. O presidente do período de transição, Moncef Marzouki, embora tenha saído candidato a reeleição pelo partido CPR, contou com a preferência da base eleitoral do Ennahda para atingir o expressivo patamar de 45% dos votos. Em dezembro de 2015, embalado por essa expressiva votação, Marzouki liderou a fundação do partido "Movimento Tunísia Vontade" (MTV), o qual congrega, sobretudo, militantes dos direitos humanos, como o próprio Marzouki, profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes, estudantes e pequenos e médios empresários e produtores rurais.

Comentadores do quadro político tunisiano no período pós-eleitoral têm indicado que a estabilidade e a coesão social na Tunísia ainda dependem de que nenhuma das duas principais forças políticas tunisianas busque promover projeto hegemônico e excludente de poder. Da mesma forma que, com vistas a assegurar a governabilidade durante o período de

transição, o Ennahda buscou matizar seu discurso ideológico e acomodar forças seculares para formar uma coalizão governista, o governo liderado pelo Nidaa Tunes enfrenta o desafio de engajar diferentes setores da sociedade e da comunidade política tunisianas na promoção da inclusão socioeconômica das populações do interior e na mitigação das disparidades sociais e inter-regionais que estiveram na origem da Revolução de 2011.

Naquele contexto, o Nidaa Tunes buscou incorporar, além de outros partidos de menor expressão, também o Ennahda na formação de nova coalização governista, o que assegurou à coligação maioria contundente no Legislativo (apenas Nidaa Tunes e Ennahda detinham juntos 70% das cadeiras). Ao formar o novo governo tunisiano, em fevereiro de 2015, o Ennahda foi, assim, contemplado com um ministério (Emprego e Formação Profissional) e três secretarias de estado (Reestruturação dos Estabelecimentos Hospitalares, Tributação e Finanças e Cooperação Internacional).

Não obstante, já ao longo de 2015, o **Nidaa Tunes enfrentou penoso processo de fratura**. Segundo analistas da política tunisiana, desde a formação do Nidaa Tunes, conviviam em seu seio múltiplas correntes ideológicas, cuja afinidade se forjara no contexto da oposição ao governo islamista do Ennahda e na disputa das eleições de 2014. Ao longo de 2015, a escalada das divergências entre distintas facções do partido levou ao anúncio, por 32 deputados da legenda, da suspensão temporária de sua adesão à bancada do Nidaa, dos quais 21 chegaram a assinar fichas de desfiliação já em dezembro de 2015.

Com vistas a recompor a base do governo, realizou-se, em janeiro de 2016, ampla reforma ministerial, com destaque para a nomeação de personalidades políticas com afinidade com o Ennahda para as pastas do Interior, Justiça, Minas e Energia e Assuntos Religiosos. A clara necessidade de acomodar uma maior participação do Ennahda no gabinete ministerial como forma de garantir a sobrevivência da coalizão governista foi, contudo, intensificada, à medida que o Nidaa experimentou novas dissidências nos primeiros meses de 2016. A partir da desfiliação, até março de 2016, de um total de 29 deputados dissidentes do Nidaa, foi criada nova legenda, o "Movimento para um Projeto da Tunísia". O Nidaa passaria, assim, a contar com apenas 56 deputados, ao passo que o Ennahda manteve seus 69 assentos.

Não obstante tenha alcançado a maior bancada parlamentar, o Ennahda manteve-se fiel à composição liderada pelo Nidaa. O partido islamista, durante seu X congresso, em maio de 2016, reconheceu a separação entre as esferas política e religiosa de sua atuação, passando a definir-se como partido político civil. Trata-se de importante desenvolvimento histórico. Possivelmente pela primeira vez, no mundo árabe, organização islamista admite a distinção entre as esferas política e religiosa e opta por circunscrever sua atuação ao marco jurídico democrático de um único estado.

Em meio a esses desenvolvimentos, a aliança entre Nidaa e Ennahda saiu fortalecida. A partir da revitalização da base governista, e diante de dificuldades do governo de Essid em equacionar os desafios econômicos do país, o presidente Essebsi propôs, em

junho, a formação de "governo de união nacional", com a participação ampliada do Ennahda e de partidos da oposição, bem como da UGTT e da UTICA. Em julho, foi assinado por partidos governistas e de oposição, bem como por representantes das duas entidades sindicais, o "Pacto de Cartago", que estabeleceu as prioridades do novo governo de união nacional: (i) combate ao terrorismo; (ii) aceleração do crescimento econômico e geração de emprego; (iii) combate à corrupção, aplicação de boas práticas de governança e saneamento das finanças públicas; (iv) busca de uma política social eficaz; e (v) aplicação de políticas específicas para cidades e comunidades locais.

No mesmo mês, com vistas a abrir caminho para a formação do governo de união nacional, o parlamento tunisiano retirou moção de confiança ao primeiro-ministro Habib Essid, que passou a ser considerado demissionário. Em agosto de 2016, Essebsi designou o ministro dos Assuntos Locais, Youssef Chahed, jovem político vinculado ao Nidaa Tunes, para a chefia de governo. O novo primeiro-ministro, designado com apoio do Ennahda, terá 30 dias para formar novo governo. A renovação da aliança entre Nidaa e Ennahda, em que pesem as dificuldades inerentes a suas contradições, tem sido vista como mais um gesto em favor da união nacional, além de contribuir para que maior proporção da população tunisiana se veja representada no jogo político nacional.

O novo governo de união nacional terá importantes desafios pela frente, em especial no que diz respeito ao combate ao **desemprego** e ao terrorismo. Cerca de 700 mil tunisianos (15,2% da população economicamente ativa) encontram-se sem trabalho. O desemprego tem vitimado principalmente a população mais jovem, em especial aqueles com educação superior (estima-se que até 62% dos jovens tunisianos com diploma universitário não contem com emprego formal). O desemprego tem-se mostrado mazela social resiliente, que tem motivado diversos episódios de conflagração política, para além da própria Revolução de janeiro de 2011.

A Tunísia também se vem deparando, desde 2015, com desafios inéditos no domínio da **segurança**, associados a atentados terroristas de monta. No dia 18/3/2015, homens armados realizaram disparos contra civis nas imediações do Museu Nacional do Bardo, deixando 22 pessoas mortas e pelo menos outras 22 feridas, na sua maioria turistas europeus. Em 26/6/2015, atentado com as mesmas características teve lugar em hotel no Balneário de Sousse, deixando 38 mortos, na maioria turistas britânicos.

Esses dois atentados impactaram fortemente o turismo na Tunísia (queda estimada em 50% nas reservas de pacotes por turistas estrangeiros), atividade que representa cerca de 15% do PIB. Em reação, o governo intensificou as ações de segurança e deu início a estado de emergência, que perdurou entre agosto e out/2015.

No dia 25/11/2015, contudo, um terceiro atentado terrorista vitimou membros da guarda presidencial tunisiana, no centro de Túnis, deixando saldo de 11 mortos. Desde então,

passou a vigorar novo estado de emergência no país, o qual tem sido renovado reiteradamente.

Em 7/3/2016, o "Estado Islâmico na Líbia" invadiu a cidade tunisiana de Ben Guerdane, sendo repellido por vias militares. Com duração de 3 dias, os enfrentamentos resultaram em 65 mortos, dos quais 45 combatentes do EI, 13 militares tunisianos e 7 civis.

Política externa

A política externa tunisiana, por motivos históricos e geográficos, tem se caracterizado por alinhamento às potências ocidentais, posições moderadas em relação aos principais temas do Magrebe e do Oriente Médio, e apego ao multilateralismo. Em razão dos laços econômico-comerciais (mais de 70% de seu intercâmbio comercial), da cooperação e da ajuda ao desenvolvimento direcionada ao país, bem como da expressiva presença de migrantes tunisianos na Europa (aproximadamente 85% da diáspora tunisiana), os países europeus, sobretudo França, Itália e Alemanha, constituem as parcerias mais tradicionais da Tunísia em termos econômicos e políticos. As relações com os Estados Unidos da América (EUA), fundadas em considerações estratégico-militares e no apoio à estabilidade tunisiana, também se revestem de importância histórica para o país magrebino.

Após a Revolução de janeiro de 2011, ganhou ímpeto movimento de revisão da política externa tunisiana, que passou a buscar maior diversificação de suas parcerias e redução de suas dependências externas. Esse movimento, articulado durante o processo de transição democrática (2011-2015), conferiu à política externa tunisiana caráter mais universalista e pragmático, no qual, sem descuidar das parcerias tradicionais, a chancelaria tunisiana também buscou privilegiar aproximação com países em desenvolvimento, com ênfase no mundo árabe, na África subsaariana, bem como em forças emergentes, notadamente Brasil, China, Índia, Rússia e Turquia.

Com a conclusão do período de transição, em janeiro de 2015, o novo governo tunisiano tem igualmente buscado, nas palavras do atual presidente Beji Caïd Essebsi, *“recuperar a imagem e o prestígio internacionais da Tunísia promovendo nova inserção do país no contexto internacional à luz de sua condição de jovem nação árabe e democrática”*. A reconstrução desta imagem de país estável, seguro, democrático e dinâmico é essencial para recobrar a confiança dos estados e investidores estrangeiros no sistema político e na economia tunisianos.

A fim de reforçar a atuação da diplomacia nas áreas prioritárias da segurança e da economia, o atual governo da Tunísia decidiu criar, na estrutura da chancelaria tunisiana, “Comitê Nacional de Luta contra o Terrorismo”, com mandato para aperfeiçoar a coordenação com os demais órgãos internos e concentrar iniciativas de cooperação

internacional da Tunísia no setor de segurança, bem como expandir e fortalecer sua rede de adidâncias comerciais no exterior.

No contexto do combate à proliferação de ideologias extremistas e de atividades terroristas no Magrebe, o novo governo tunisiano tem redobrado esforços para assegurar apoio dos países europeus, dos EUA e de seu entorno geográfico. Esse movimento é ilustrado pelo fato de que as três primeiras visitas bilaterais do presidente Beji Caïd Essebsi tenham sido à Argélia, à França e aos EUA.

No âmbito multilateral, cabe recordar que a Tunísia cumpriu três mandatos como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1959–1960, 1980–1981, 2000–2001), número significativo para país magrebino de pequenas dimensões geográficas. O país é atualmente candidato a vaga no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas para o triênio 2017-2019.

União Europeia

A Tunísia foi o primeiro país mediterrâneo com o qual a União Europeia estabeleceu área de livre comércio, em vigor desde 2008, quando foi completada a eliminação de tarifas prevista no Acordo de Associação, de 1995. Em 2015, foram iniciadas negociações para ampliar o escopo do acordo de livre comércio, de modo a incluir serviços, compras governamentais, competição, direitos de propriedade intelectual e proteção aos investimentos, o que deverá conduzir a gradual integração da economia tunisiana ao Mercado Comum Europeu. O reforço da aproximação econômica com a União Europeia é considerado pelo governo tunisiano como vantajoso, pois deverá resultar em maior integração a importantes cadeias globais de valor.

No domínio político, a Tunísia é reconhecida como "parceira privilegiada" da União Europeia e espera contar com apoio europeu adicional no combate ao terrorismo e no controle do fluxo de migrantes africanos pelo Mediterrâneo em direção à Europa. Contudo, na perspectiva da atual política externa tunisiana, o modo mais eficaz de obter resultados concretos nessas áreas é a erradicação de suas causas mais profundas: a pobreza, o desemprego e os desequilíbrios regionais.

Estados Unidos

A tradicional aliança da Tunísia com os EUA, forjada durante a Guerra Fria e revitalizada após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, fundamenta-se na visão norte-americana da Tunísia como ator moderado e liberal, bem como nos interesses econômicos tunisianos. A parceria com os EUA reforçou-se durante visita do presidente Beji Caïd Essebsi a Washington em maio passado, quando se anunciaram novas iniciativas de cooperação nos setores de defesa, educacional, turístico, financeiro e comercial. Na mesma ocasião, os EUA conferiram à Tunísia o estatuto de “aliado preferencial não membro da OTAN”, o que deverá abrir caminho para maior cooperação militar entre os dois países. A

presença norte-americana na economia tunisiana, contudo, é bem mais reduzida do que a dos países europeus.

Vista pelos países ocidentais como exemplo de transição democrática no contexto da chamada “Primavera Árabe”, a Tunísia tem recebido expressivo fluxo de visitas de alto nível, bem como renovadas promessas de ajuda financeira e cooperação. Desde a adoção da nova constituição, em janeiro de 2014, já visitaram o país os presidentes da Alemanha, da Itália, da Palestina e da Sérvia, o rei do Marrocos e os ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos da América, da França, de Malta, entre outros. O governo norte-americano, em maio de 2015, reiterou sua intenção de conceder à Tunísia garantia de crédito de 500 milhões de dólares para que o país magrebino possa captar recursos no mercado internacional em condições mais favoráveis. O governo italiano anunciou, por sua vez, aporte de 86 milhões de euros para a execução de projetos de cooperação e auxílio direto ao orçamento público da Tunísia. Por outro lado, o recrudescimento do radicalismo religioso é fonte de extrema preocupação para os parceiros tradicionais do país. A Tunísia é citada como um dos principais países de origem de jihadistas estrangeiros recrutados voluntariamente para lutar na Síria e no “Estado Islâmico” (estima-se que cerca de três mil jovens tunisianos se associaram a grupos extremistas na região). Nesse quadro, o temor de que a Tunísia possa ser alvo de radicalização ou desestabilização em função da deterioração das condições socioeconômicas no país e da crise na vizinha Líbia também contribui para engajamento internacional ainda maior com a consolidação democrática e o fortalecimento da segurança no país.

Entorno regional

Em seu entorno geográfico, o país busca dar novo alento a iniciativas de integração regional. A consolidação da **União do Magrebe Árabe (UMA)**, criada em 1989 e integrada por Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia, tem sido ativamente defendida por esta última. O ideal de integração econômica e política da UMA, contudo, sofreu, desde o início, dificuldades relacionadas às divergências entre Marrocos e Argélia a respeito da soberania do Saara Ocidental. Ciente das dificuldades de integração decorrentes, a Tunísia vem propondo avanços concentrados em temas econômicos. Estudos do Banco Mundial indicam ser possível criar mais de 40 mil empregos e alcançar incremento de 2% a 3% no PIB regional caso venha a concretizar-se a livre circulação de bens entre as fronteiras dos cinco países da UMA.

A cooperação política, militar e econômica com a **Argélia** tem sido reforçada nos últimos anos. As relações bilaterais foram recentemente descritas pelo presidente Beji Caïd Essebsi como “privilegiadas e excepcionais”, sendo consideradas essenciais para o combate ao jihadismo e para a estabilidade da região. A Argélia apoiou a transição política tunisiana e tem desempenhado papel crucial na manutenção da estabilidade e da segurança no território tunisiano. Ao amparo de acordo militar assinado em maio de 2014, a Argélia destacou forças militares para o rastreamento de grupos terroristas no país vizinho. Teriam sido instalados 80

postos de controle e 20 zonas militares, com 60.000 militares, ao longo dos 956 quilômetros da fronteira comum, em condições de atuar em território tunisiano. Importa, ainda, mencionar que a economia da Tunísia tem-se beneficiado da ajuda financeira e do afluxo de turistas argelinos.

O **Marrocos** é também um relevante parceiro da Tunísia na região. Ambos os países adotaram modelos econômicos similares e, ao contrário dos demais países magrebins, optaram por relações próximas com as potências ocidentais desde os primórdios de suas independências. A convergência entre os dois países é facilitada, ainda, pela posição neutra adotada pela Tunísia em relação à questão do Saara Ocidental.

A crise na **Líbia** é tema premente da agenda política e de segurança do Magrebe e tem tido impacto direto sobre a estabilidade e a economia da Tunísia. Estima-se que até 1,5 milhão de líbios, número que equivale a aproximadamente 10% da população tunisiana, buscaram refúgio na Tunísia desde 2011, o que se tem traduzido em elevados custos para o governo e a sociedade tunisianos. Além disso, o conflito líbio resultou em drástica diminuição das remessas da diáspora tunisiana no país vizinho, onde até recentemente residiam cerca de 300 mil cidadãos tunisianos, e do comércio bilateral formal.

Preocupam Túnis, ainda, o aumento do tráfico de armas e a fluida circulação de jihadistas oriundos da Líbia em território tunisiano, dadas a extensão e a porosidade da fronteira comum (459 km). As regiões sul e oeste da Tunísia, crescentemente utilizadas como ponto de trânsito para grupos armados, contrabandistas e traficantes de armas e de drogas com conexões no Magrebe, Sahel e Levante, são hoje também importantes áreas de recrutamento de combatentes voluntários por parte de grupos extremistas. Investigações tunisianas sobre os atentados no Museu do Bardo e em Sousse, concluíram que, em ambos os casos, os autores receberam treinamento na Líbia. Recorde-se, ademais, que, em março de 2016, cerca de 100 homens fortemente armados, em sua grande maioria tunisianos, atacaram, a partir da Líbia, bases do exército e da polícia tunisiana na cidade fronteiriça de Ben Guerdane. O ataque, que resultou na morte de 13 militares e de 7 civis, foi rechaçado com sucesso pelas forças de segurança da Tunísia.

Além das questões de segurança, outra preocupação do governo tunisiano tem sido garantir a integridade de seus nacionais em território líbio. Tornaram-se frequentes sequestros de funcionários governamentais e cidadãos comuns tunisianos por milícias líbias.

Temendo agravamento da situação e repercussões negativas em seu território, a Tunísia tem buscado ampliar seus apoios externos e contribuir ativamente no encaminhamento de solução negociada para a crise líbia, tendo reiterado oposição a quaisquer intervenções militares externas no país vizinho. Na visão tunisiana, compartilhada pela grande maioria da comunidade internacional, a consolidação de governo capaz de exercer controle efetivo sobre o território líbio é condição fundamental para a estabilidade de toda a região.

Nesse contexto, o governo tunisiano tem-se engajado, particularmente, no apoio ao novo governo de acordo nacional líbio, formado a partir da assinatura, sob mediação da ONU, do Acordo Político Líbio, em dezembro de 2015. Quatro dias após a instalação do novo governo em Trípoli, em 31/3/2016, a Tunísia anunciou intenção de reabrir de sua Embaixada em Trípoli. Em meados de abril de 2016, realizou-se, em Túnis, conferência internacional em apoio ao novo governo líbio, que reuniu representantes de cerca de 40 países. No mês seguinte, o primeiro-ministro Habib Essid visitou Trípoli (6/5/2016) e o primeiro-ministro líbio Fayez Serraj visitou Túnis (12/5/2016). Por ocasião das visitas foram anunciadas iniciativas de cooperação para o controle de fronteiras e a retomada de voos regulares entre a Líbia e a Tunísia.

A Tunísia, cuja vocação árabe-magrebina é inequívoca, também acompanha atentamente a situação em todo o **mundo árabe**. Apesar do engajamento com os países ocidentais, o país manteve historicamente importante atuação, ainda que discreta, no seio da comunidade dos países árabes, tendo hospedado, na década de 1980, as sedes da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e da Liga dos Estados Árabes (LEA).

Em relação às situações na Síria e no Iêmen, a Tunísia tem-se alinhado às posições e decisões da LEA. A Tunísia não reconhece o regime de Bachar al-Assad como autoridade legítima na **Síria**, mantendo apenas serviços consulares em Damasco. No que concerne ao conflito israelo-palestino, o país reconhece o Estado da Palestina e, recordando a necessidade de zelar pelos direitos do povo palestino, tem defendido solução pacífica para a disputa, baseada na fórmula dos dois estados.

Deve-se destacar, ainda, a relevância atribuída às relações com as **monarquias do Golfo**, importantes parceiros econômicos. Desde dezembro de 2015, o presidente Essebsi já realizou três viagens à região, visitando Arábia Saudita, Bahrein, Kuwait e Qatar. Nas ocasiões, anunciaram-se importantes financiamentos para projetos de infraestrutura tunisianos. Despontam, em especial, o anúncio do crédito de US\$ 3,5 bilhões, concedido por banco bahreinita "Gulf Financial House", para projeto de estabelecimento de centro financeiro na região do porto de Túnis, bem como de financiamento saudita da ordem de US\$ 350 milhões para obras de infraestrutura energética na Tunísia. Estima-se, ademais, que a ajuda fornecida pelo Qatar à Tunísia, desde a Revolução de 2011, ultrapassaria a cifra de US\$ 1 bilhão.

Atores emergentes

Para além do aprofundamento das relações com seus parceiros tradicionais, o país tem buscado também ampliar seu leque de parcerias, com interesse especial pelos países emergentes, nomeadamente Brasil, China, Índia e Turquia, e pela África subsaariana. Objetivo declarado do governo de transição, a diversificação das relações internacionais da Tunísia continua a ser perseguida pelas atuais autoridades, como forma de forjar laços

financeiros e comerciais com economias em rápida expansão (em contraposição ao baixo crescimento da Europa). Além da diminuição de dependências externas, o movimento de aproximação a parceiros extrarregionais no mundo em desenvolvimento busca igualmente conquistar maior legitimidade para sua política externa, identificada no período pós-revolucionário como demasiadamente concentrada em parceiros do Norte, em particular na Europa.

A fim de dar impulso às relações com parceiros não tradicionais, a Chancelaria tunisiana anunciou, no início deste ano, planos para elevar o nível de algumas de suas representações diplomáticas na Ásia, na África subsaariana e em países escandinavos.

O país assinou, em 2004, com a **Turquia** acordo para o estabelecimento de zona de livre comércio. O principal parceiro comercial da Tunísia na Ásia, no entanto, é a **China**, com quem mantém relações políticas cordiais e projetos bilaterais de cooperação nas áreas de defesa, turismo, energia, transporte e telecomunicações. A participação de empresas chinesas em grandes projetos de infraestrutura tende a crescer. A **Índia**, por sua vez, ainda tem presença econômica tímida na economia tunisiana e esboça aproximação política com o país magrebino.

África subsaariana

No que diz respeito à política externa para a África subsaariana, os principais interesses tunisianos tendem a ser tanto econômicos quanto políticos. O presidente Beji Caïd Essebsi, em seu discurso na cerimônia de abertura da XXIV sessão ordinária da Assembleia da União Africana, em janeiro de 2015, declarou que a Tunísia está determinada a restaurar “o prestígio e o brilho” de suas históricas relações com os países africanos subsaarianos na era Bourguiba e afirmou que, hoje mais do que nunca, a luta contra o terrorismo deve unir a África, a exemplo da unidade continental forjada em torno da batalha contra o colonialismo. A diplomacia tunisiana tem defendido, ademais, o fortalecimento dos mecanismos continentais de resolução de conflitos, a fim de garantir soluções africanas para problemas africanos. A ampliação de mercados para seu intercâmbio comercial e econômico constitui outro objetivo do fortalecimento das relações com a África subsaariana, que tem apresentado ao longo dos últimos anos taxas de crescimento econômico acima da média mundial.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

A economia tunisiana encontra-se em processo de **recuperação lenta** após os fracos resultados no início desta década, associados às transformações políticas domésticas e à crise financeira internacional. Segundo dados do FMI, o PIB da Tunísia somou, em 2015, aproximadamente US\$ 44,3 bilhões, e o PIB PPP *per capita*, US\$ 11 mil. Desde 2011, a economia tem crescido a taxas moderadas (2-3%), especialmente em razão do fraco desempenho das economias europeias, principal destino das exportações tunisianas, e de movimentos grevistas e manifestações sociais que têm afetado negativamente setores-chave da economia.

Em 2015, a estimativa de crescimento do PIB manteve-se entre 0,6% (Banco Mundial, est.) e 0,8% (FMI, est.), em razão de queda no desempenho da indústria e, sobretudo, da queda na atividade turística, causada pela série de atentados terroristas em território tunisiano ao longo do ano. Apenas a agricultura e a pesca tiveram crescimento. Segundo dados do Banco Central da Tunísia (BCT), a desaceleração da atividade econômica em 2015 repercutiu, ademais, no recuo tanto das importações de bens de capital (-16%) como das exportações dos setores mecânico (-4,9%) e têxtil (-11%), na comparação com 2014. Nesse contexto, estimativas internacionais apontam que a economia tunisiana deverá manter a tendência de recuperação lenta pelo menos até 2018, quando é esperado que o PIB possa crescer cerca de 2,9%.

As dificuldades com a aceleração do crescimento econômico trazem sérias dificuldades para a redução do **nível de desemprego** na Tunísia, hoje calculado em 15,2%. Observadores econômicos estimam que o país precisaria apresentar taxa de crescimento do PIB de 5 a 6% ao ano para reduzir o nível do desemprego, sobretudo entre a população jovem, o qual esteve na origem da Revolução de janeiro de 2011. Embora o desemprego hoje seja menor do que em 2011, quando alcançou 16,7%, ainda é superior ao registrado no período pré-revolução (em torno de 13%).

Desde a década de 1970, a Tunísia adotou modelo econômico orientado para a industrialização e as exportações. A transformação estrutural da economia tunisiana foi viabilizada por ambiciosa política de investimentos públicos em infraestrutura e capital humano e pela atração de investimento externo direto com importantes incentivos fiscais a indústrias exportadoras.

O setor de serviços é, hoje, o principal da economia tunisiana, respondendo por 64,2% do PIB, enquanto a indústria e a agricultura representam 27,7% e 8,1%, respectivamente (FMI, est.). Produtos mecânicos, eletroeletrônicos, têxteis e de couro são os principais manufaturados produzidos no país. Entre os produtos agropecuários, destacam-se azeitonas, tomates, frutas cítricas, tâmaras, carne e laticínios.

O **turismo**, responsável por cerca de 15% do PIB e aproximadamente 14% da oferta de empregos no país, ainda sofre os efeitos da instabilidade vivida durante e após a Revolução de janeiro de 2011. O impacto foi mais severo nos dados de turismo internacional, setor que, em 2010, correspondia a cerca de 7% do PIB tunisiano. Com grande número de vítimas estrangeiras, os atentados terroristas no Museu do Bardo e na cidade de Sousse, em março e junho de 2015, respectivamente, impactaram fortemente o desempenho do setor, com redução de cerca de 50% das reservas de pacotes turísticos por estrangeiros. Computando apenas os visitantes estrangeiros, o número de turistas em 2015 ficou próximo de 5,3 milhões, contra 6,7 milhões em 2014 e 7,3 milhões em 2010, ano considerado referência para o setor. Essa redução nos pacotes de turismo internacionais acarretou, em 2015, perdas estimadas em pelo menos US\$ 1,5 bilhão (cerca de 3% PIB) e contribuiu para a desvalorização do dinar tunisiano em relação ao dólar e ao euro. Em que pesem apelos da ministra do turismo tunisiano para que parceiros europeus suspendessem informes oficiais desestimulando viagens ao país, o turismo estrangeiro manteve tendência de queda nos primeiros três meses de 2016, apresentando redução de cerca de 50% em comparação com o mesmo período de 2015. O governo tunisiano projeta que, em 2016, o setor do turismo deverá manter desempenho similar ao ano de 2015, apresentando recuperação a partir de 2017. Iniciativas do governo tunisiano voltadas para melhoria do quadro de segurança do país têm sido bem acolhidas pela comunidade internacional e poderão contribuir para agilização da recuperação do setor.

Desde a Revolução tunisiana, o **dinar tunisiano tem apresentado tendência de depreciação**, como resultado combinado de fatores estruturais e conjunturais que têm tido impacto negativo sobre o setor externo da economia local. Para além do mencionado impacto do turismo, sentido mais fortemente em 2015, outro fator a contribuir para a desvalorização cambial é a **crise crônica no setor mineral**, que se desenrola desde 2011, sobretudo na exploração de fosfato e derivados, principais recursos minerais do país e matéria-prima para fertilizantes, plásticos e tintas. Embora o preço internacional do fosfato esteja em alta, a queda contínua na produção dos últimos cinco anos, por problemas de gestão e de confrontos com os sindicatos, provocou prejuízos estimados em US\$ 2,5 bilhões. Foram produzidas 11 milhões de toneladas de fosfato entre 2011 e 2014, ao passo que, apenas em 2010, esse número foi de 8,2 milhões de toneladas. A queda rebaixou a Tunísia da quinta à nona posição na lista dos principais produtores mundiais, com perda de mercados frente a países como Marrocos, Jordânia e Arábia Saudita. Em 2015, não obstante recuperação modesta no setor, a quantidade de fosfato produzida manteve-se limitada a cerca de 50% da produção em 2010.

Diferentemente de seus vizinhos da costa mediterrânea, a Tunísia não é grande produtor de petróleo. Entre 1970 e 1986, a Tunísia viveu seu apogeu na produção de petróleo, chegando a produzir 120 mil barris/dia. Contudo, o país atualmente produz 55 mil barris/dia, o que corresponde a apenas 3% da produção da Argélia, por exemplo. **A Tunísia importa,**

hoje, 60% do petróleo que consome (em sua maior parte proveniente da Líbia) e 47% do gás natural, proveniente, em sua totalidade, da Argélia. Em 2013, a Tunísia descobriu novas reservas de petróleo, que poderão elevar a produção do país em 10%, até 2021. Estima-se, todavia, que as reservas de petróleo atualmente sendo exploradas na Tunísia deverão estar esgotadas até o ano de 2040.

Em 2015, a **atividade industrial apresentou queda moderada**, de cerca de 1,5%, em comparação com 2014. De acordo com relatório do Banco Africano de Desenvolvimento, os setores de vestuário, eletroeletrônicos, mecânica e agroindústria são responsáveis por 75% das empresas de exportação do país e 65% dos empregos na indústria. O setor está bem integrado às cadeias globais de valor, vínculo que foi aprofundado com a entrada em vigor de zona de livre comércio com a União Europeia, em 2008. Em que pese o adensamento desses vínculos com a Europa (atualmente, o comércio tunisiano-europeu representa mais de 70% das trocas internacionais da Tunísia), analistas tunisianos ressentem-se de que o setor industrial do país tenha passado a operar em nichos restritos das cadeias globais de produção, em geral em segmentos com potencial limitado de agregação de valor. As instalações industriais estão, ademais, concentradas na região costeira do país, o que reforça desigualdades econômicas regionais históricas. Alguns setores da sociedade tunisiana criticam, ainda, o alegadamente reduzido impacto das indústrias voltadas para a exportação no real desenvolvimento humano do país.

Desde 2011, o governo tunisiano tem adotado **políticas monetária e fiscal expansionistas**, com o objetivo de melhorar o crescimento econômico e atenuar a taxa de desemprego. Os efeitos colaterais destas medidas foram crescimento do déficit fiscal do Governo, que chegou a 6% do PIB em 2013, e incremento da inflação, que também superou os 6%. Ao longo de 2015, o novo Governo tunisiano buscou, no campo econômico, trabalhar para a melhora das contas públicas (redução do déficit e controle da inflação), por meio, sobretudo, da substituição da antiga política de subsídios por novas políticas públicas no domínio social, algumas das quais baseadas em modelos brasileiros. Previsões internacionais apontam que o déficit tunisiano, que chegou a cerca de 5% em 2015, deverá ainda cair para pouco menos de 4% até 2018. A inflação, que também ficou ao redor de 5% em 2015, deverá cair para cerca de 3,8% já em 2016.

Como forma de compensar os déficits orçamentários, o Governo tunisiano tem buscado, ademais, **fontes externas de financiamento**. O recurso ao endividamento externo também tem sido uma consequência de **repetidos déficits nas transações correntes** do país (9,6% do PIB, em 2016). Sobretudo na sequência dos principais êxitos do processo de transição, diversos parceiros externos responderam a apelos por acesso a fontes de financiamento oficial. Vale mencionar, por exemplo, que, em abril de 2014, o governo dos EUA anunciou que repassaria à Tunísia US\$ 500 milhões em garantia a empréstimos que viesse a contrair no mercado financeiro internacional, o que foi instrumental para que o país

iniciasse negociações para receber US\$ 1,75 bilhão em empréstimos do FMI. Em setembro de 2015, a Tunísia efetuou emissão de títulos que permitiram a obtenção de empréstimo no valor US\$ 400 milhões para financiar o orçamento do Estado em 2015. O sucesso dessa operação, embora tenha elevado a dívida externa do país para 53% do seu PIB, pode ser avaliado como voto de confiança do mercado internacional e dos parceiros externos nas instituições políticas e econômicas do país e nas boas perspectivas da economia tunisiana.

Comércio exterior

O **intercâmbio comercial** da Tunísia com o resto do mundo, segundo dados do FMI, foi de US\$ 31,07 bilhões, em 2015, o que representou queda de 25% em relação ao intercâmbio de 2014 (US\$ 41,58 bilhões). Nos últimos anos, a balança comercial do país tem mantido padrão deficitário (déficit de US\$ 8,05 bilhões em 2014; e de US\$ 3,42 bilhões em 2015).

As **exportações tunisianas**, que representam 32% do PIB do país, totalizaram US\$ 13,83 bilhões, em 2015, e foram destinadas, majoritariamente, aos seguintes mercados: França (34,7% do valor total); Itália (18,5%); e Alemanha (13,2%). Os principais produtos de exportação da Tunísia são máquinas elétricas, vestuário e gorduras e óleos (sobretudo azeite de oliva).

A preponderância das economias europeias também é notada na lista dos países de origem das **importações tunisianas**, que é encabeçada por França (24,5% do valor total), Itália (19,5%) e Alemanha (8,9%). Máquinas elétricas, máquinas mecânicas, combustíveis e automóveis são os principais itens da pauta de importações do país.

Comércio bilateral

O comércio Brasil-Tunísia experimentou expansão de 55,5% entre 2006 e 2015, passando de US\$ 232,1 milhões para US\$ 360,9 milhões, ainda que se tenham registrado retrações pontuais em 2009, em 2013 e em 2014. O patamar do comércio bilateral em 2015 representou cerca de 74% do pico do intercâmbio bilateral (US\$ 488,9 milhões, em 2012), ainda que tenha crescido 16,4% em relação ao valor de 2014 (US\$ 310 milhões). Em 2015, o **Brasil tornou-se o 10º principal exportador para a Tunísia** (1,8% do total importado).

Há, contudo, potencial ainda a ser explorado para o incremento das relações comerciais entre os dois países, dadas as complementaridades entre as economias tunisiana e brasileira. O cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Tunísia em 2012 permitiu identificar oportunidades de adensamento das trocas econômicas bilaterais, em especial, nos seguintes setores: i) petróleo e derivados; ii) veículos e autopeças; iii) soja e óleo de soja; iv) medicamentos; v) fios de cobre; vi) milho; vii) produtos de ferro/aço; viii) obras de plásticos; ix) trigo; e x) madeira).

A pauta exportadora do Brasil para a Tunísia, em 2014, foi dominada pelo açúcar e derivados (46,1% do valor total), soja em grãos e sementes (20,2%) e café (7,5%). Entre as importações brasileiras provenientes da Tunísia, destacam-se combustíveis (23,3% do total), adubos (21,4%) e produtos químicos inorgânicos (16,9%).

Promoção das trocas comerciais

O lado tunisiano tem envidado esforços para ampliar sua penetração no mercado brasileiro. Em maio de 2014, foi realizado o “Fórum Econômico Tunísia-Brasil”, na sede da FIESP. O então Ministro da Indústria, Minas e Energia tunisiano, Kamel Ben Naceur, liderou a participação tunisiana no evento e apresentou grande interesse de seu país em maior aproximação econômica com o Brasil. Em maio de 2015, teve lugar, em São Paulo, o Seminário “Brasil-Tunísia: perspectivas de cooperação econômica e comercial”, organizado em parceria pela Embaixada da Tunísia no Brasil e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira.

Desde a realização do comitê de seguimento (abriu de 2014), o lado tunisiano vinha manifestando o desejo de receber missão empresarial brasileira, com a chancela do Governo, possivelmente organizada pela APEX. A missão empresarial realizada no contexto da visita a Túnis do então ministro Mauro Vieira, além de reciprocidade os gestos tunisianos, constituiu sinal político da confiança do governo e do empresariado brasileiros no futuro das relações econômicas com a Tunísia pós-revolucionária. Entre 2014 e 2015, ademais, missões empresariais do estado de Goiás realizaram visitas à Tunísia

Negociação de acordo comercial Tunísia-Mercosul

A Tunísia possui rede de acordos comerciais que inclui acordos com a União Europeia e com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), além do Acordo de Agadir (com Egito, Jordânia e Marrocos), do GAFTA (Greater Arab Free Trade Agreement) e de acordos de preferências fixas com Argélia e Irã. O país foi beneficiado, ademais, com preferências unilaterais no âmbito do Sistema Geral de Preferências (SGP) de países desenvolvidos.

Desde 2009, o governo da Tunísia tem mantido consultas com o Brasil sobre a possibilidade de que seja assinado acordo comercial com o Mercosul. No contexto pós-revolucionário, a necessidade de diversificar seus parceiros econômicos internacionais levou a Tunísia a buscar nova aproximação com a América Latina, região que responde por menos de 1% do comércio tunisiano com o mundo.

No contexto da reunião do Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia, em abril de 2014, o interesse político tunisiano foi renovado e, como resultado, negociações foram retomadas. De sua parte, os países membros do Mercosul demonstram engajamento nas negociações com a Tunísia, no contexto de crescente interesse do bloco em identificar novas frentes negociadoras no continente africano.

Em dezembro de 2014, por ocasião da XLVII Cúpula do Mercosul, foi assinado o Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o Mercosul e a Tunísia. O instrumento, que agora segue os trâmites de ratificação exigidos pelas legislações domésticas de cada país envolvido, tem como objetivo fortalecer o diálogo econômico entre as partes, além de estabelecer Comitê Conjunto encarregado de, entre outras funções, definir parâmetros e servir de foro para eventual negociação de acordo de livre comércio (ALC) com a Tunísia.

Em maio de 2015, teve lugar, em Túnis, reunião voltada para a troca de informações tarifárias, com vistas ao início das negociações sobre o texto-base de eventual acordo comercial. Todas as partes reafirmaram, na ocasião, interesse em negociar ALC com ampla cobertura de produtos para promover a expansão e diversificação do comércio. Foi constatado haver oportunidades de diversificação da pauta de comércio entre o Mercosul e a Tunísia, uma vez que as exportações tunisianas para o bloco se concentram em fertilizantes (superfosfatos, quase 70%), e a do Mercosul, em produtos agrícolas (cereais, soja e açúcar). Estudos técnicos apontam, ademais, que, no caso do Brasil, eventual conclusão de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Tunísia deverá proporcionar, em princípio, vantagens para as exportações brasileiras de bens agrícolas, pelo grau elevado de sua competitividade e pela elevada média tarifária praticada pela Tunísia em relação a produtos exportados pelo Brasil (em torno de 25%). Em julho de 2016, a Presidência Pró-Tempore uruguaia concluiu o processo de preparação do projeto de texto-base de ALC, o qual foi transmitido para análise do lado tunisiano.

Investimentos

Finda a transição política, o governo tunisiano tem envidado esforços para recobrar a confiança dos investidores estrangeiros, parcialmente corroída em razão do quadro de convulsão social e da piora da situação de segurança no contexto pós-revolucionário. Os **investimentos externos diretos (IEDs)** são responsáveis por um terço das exportações e um quinto dos empregos no país, de acordo com dados do Departamento de Estado estadunidense. No relatório "*Doing Business 2016*", do Banco Mundial, a Tunísia figura na primeira posição entre os países da África do Norte no que se refere a perspectivas propícias a negócios e investimentos estrangeiros (74ª posição no ranking mundial, uma à frente do Marrocos).

A Tunísia, em razão de sua posição geográfica, instituições públicas sólidas e acordos de livre comércio, é destino potencialmente atrativo para investimentos produtivos brasileiros. Há projetos de infraestrutura atualmente em estudo pelo governo da Tunísia (sobretudo renovação e expansão das malhas viária e ferroviária). Dada a grande vantagem competitiva brasileira nesses setores, os projetos, quando anunciados, poderão suscitar interesse de empresas brasileiras.

Não obstante essas oportunidades, até o momento, **há um único investimento importante de empresa brasileira na Tunísia**: uma fábrica de cimentos que pertence à Votorantim e foi adquirida da Cimpor (Cimentos de Portugal). A situação recomenda reforço da cooperação entre as respectivas agências de promoção de investimentos e dos contatos entre as comunidades empresariais brasileira e tunisiana.

Somando-se às ações de fomento a negócios e investimentos bilaterais, Brasil e Tunísia iniciaram, em junho de 2014, negociações voltadas para a assinatura de acordo baseado na proposta brasileira de **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)**. Igualmente voltado para a promoção de investimentos, o ACFI oferece fórmula alternativa a modelos tradicionais de acordos de proteção de investimentos, os quais preveem cláusulas de arbitragem obrigatória investidor-estado e expropriação indireta. A proposta brasileira de ACFI visa a estabelecer mecanismo intergovernamental bilateral para divulgação de oportunidades, intercâmbio de informações e lançamento de iniciativas de facilitação de negócios. A ênfase em mitigação de riscos e prevenção de controvérsias substitui a ênfase na judicialização de conflitos, constante dos acordos tradicionais.

Anexos

Cronologia política

1574	A Tunísia é incorporada ao Império Turco-Otomano.
1881	Em contexto de crise financeira, a Tunísia torna-se protetorado francês.
1920	Fundação do Partido nacionalista tunisiano "Destur".
1934	Cisão no "Destur" leva à fundação do partido laico "Neo-Destur", sob a liderança de Habib Bourguiba.
1952	Assassinato do líder sindical Farhat Rached dá início a onda de protestos contra a presença francesa na Tunísia.
1956	A Tunísia torna-se independente. Eleições para a Assembleia Constituinte são vencidas pelo Neo-Destur. Habib Bourguiba passa a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro. É aprovado o Código do Estatuto Pessoal, que, entre outros, aboliu a poligamia, estabeleceu idade mínima para o casamento e concedeu o direito de divórcio às mulheres.
1957	Assembleia Constituinte proclama a República. Bourguiba passa a ocupar, interinamente, a Presidência do país.
1959	Aprovada a Constituição tunisiana. Bourguiba é eleito Presidente.
1963-1964	A Tunísia adota regime de partido único. O Neo-Destur passa a chamar-se Partido Socialista Desturiano (PSD).
1975	Habib Bourguiba torna-se Presidente vitalício.
1981	Em meio a crise econômica, realizam-se as primeiras eleições parlamentares multipartidárias no país. PSD obtém ampla maioria dos assentos em disputa. É fundado o Movimento da Tendência Islâmica (MTI), partido de orientação islamista, sob a liderança de Rached Ghannouchi.
1986	Bourguiba nomeia Zine Al-Abidine Ben Ali para o cargo de Ministro do Interior e incumbe-o de erradicar o MTI, que vinha se convertendo na maior força de oposição ao Governo.
1987	Ben Ali é guindado a Primeiro-Ministro e afasta Bourguiba do poder, alegando sua incapacidade devido à senilidade.
1989	MTI é renomeado Ennahda. O partido segue proscrito. Ben Ali é confirmado no cargo de Presidente, após eleições presidenciais. Após as eleições, reinicia-se processo de dura repressão política aos islamistas, cuja liderança parte para o exílio.
1994	Ben Ali é reeleito e o partido do Governo <i>Rassemblement Constitutionnel Démocratique</i> (RCD) obtém vitória em todos os 257 municípios do país.
1995	Assinatura do Acordo de Associação com a União Europeia.
1996	Governo tunisiano inicia uma série de reformas destinadas a aumentar a

	participação de partidos da oposição na vida política do país. Sem comprometer a predominância do RCD, aumentou-se o número de assentos reservados para a oposição, tanto no Parlamento como nos Governos locais.
1999	Realizam-se eleições presidenciais e parlamentares. Ben Ali obtém 99% dos votos e é eleito para novo mandato de 5 anos. Pela primeira vez, candidatos da oposição concorreram contra Ben Ali.
2002	Adoção de Emenda Constitucional amplia poderes do Legislativo e criou uma segunda instância, a Câmara dos Conselheiros, que começou a atuar em 2005.
2004	Ben Ali é reeleito para seu 4º mandato com 96% de apoio dos eleitores.
2009	Ben Ali é reeleito para seu 5º mandato, com 89% dos votos.
2010/dez	Autoimolação de jovem tunisiano em protesto contra a arbitrariedade policial e de autoridades municipais dá início a onda de protestos contra o regime de Ben Ali.
2011/jan	Em 14 de janeiro, face à intensificação dos protestos, Ben Ali dissolve o governo e decreta estado de emergência, na tentativa de manter-se no poder. No mesmo dia, no entanto, deixa o país. O Presidente do Parlamento, Foued Mebazaa, assume como Presidente-interino e o então Primeiro-Ministro Mohammed Ghannouchi forma governo de unidade nacional.
2011/fev	O Primeiro-Ministro Mohamed Ghannouchi pede demissão, cedendo à pressão de manifestações que exigiam sua saída. Em seu lugar, assume Beji Caid Essebsi
2011/mar	Criação do “Conselho da Instância Superior para a Realização dos Objetivos da Revolução, a Reforma Política e a Transição Democrática”, em 3 de março, instância encarregada de elaborar a legislação que regerá a eleição da Assembleia Nacional Constituinte (ANC).
2011/out	Eleições para ANC. Partido islamista Ennahda obtém 41% dos assentos em disputa.
2011/dez	ANC elege o novo Presidente do país, Moncef Marzouki, e o novo Primeiro-Ministro, Hamadi Jebali.
2012/jun	Ex-Presidente Ben Ali, exilado na Arábia Saudita, é condenado à prisão perpétua por mortes decorrentes dos protestos em 2011. Arábia Saudita recusa-se a extraditá-lo.
2012/abr	Beji Caid Essebsi anuncia a formação de novo partido laico, o Nidaa Tunis, que se converte no maior partido de oposição ao Governo do Ennahda.
2012/jun	Após distúrbios provocados por grupos salafistas, Governo tunisiano instaurou "Estado de urgência" por 30 dias em 8 localidades tunisianas.
2012/set	Ataque de grupos salafistas à Embaixada e à Escola norte-americana em Túnis resultou na morte de 4 manifestantes tunisianos e 94 feridos.

2013/fev	Líder oposicionista e membro da ANC, Chokri Belaid, é assassinado na Tunísia. Em virtude do ocorrido, o Primeiro-Ministro Hamadi Jebali renuncia. Em seu lugar é indicado o então Ministro do Interior Ali Larayedh.
2013/jul	A morte do político de oposição Mohamed Brahmi, segundo membro da ANC assassinado em cinco meses, gera revoltas públicas, uma greve geral e pedidos para que o Governo renuncie. Deputados de oposição passam a boicotar os trabalhos da ANC.
2013/out	Em meio ao impasse político, inicia-se Diálogo Nacional entre Governo e oposição, patrocinado por entidades da sociedade civil tunisiana (o chamado "quarteto"): União Geral dos Trabalhadores da Tunísia - UGTT, União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato - UTICA, Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia - ONAT e Liga Tunisiana dos Direitos do Homem – LTDH.
2013/dez	Governo e oposição chegam a um acordo para a retomada dos trabalhos constituintes.
2014/jan	Texto da nova Constituição tunisiana é aprovado pela ANC. Nos termos do acordo obtido entre Governo e oposição, Mehdi Jomaa toma posse como Primeiro-Ministro à frente de Governo tecnocrático, até a realização das eleições parlamentares e presidenciais.
2014/out	O partido laico oposicionista Nidaa Tunis conquista 39% dos assentos nas eleições parlamentares.
2014/dez	Beji Caid Essebsi, candidato do Nidaa Tunis, vence as eleições presidenciais, tornando-se o quinto Presidente do país.
2015/jan	Formação de novo Governo, sob a chefia de Habib Essid. Ennahda é incluído na nova coalizão governista.
2015/mar	Ataque terrorista o Museu Bardo, em Tunis, mata 22 pessoas, a maioria turistas estrangeiros
2015/jun	Novo ataque terrorista faz 38 vítimas em balneário na cidade turística de Sousse. O Governo anuncia o fechamento de mesquitas extremistas.
2015/nov	Um terceiro atentado terrorista vitimou membros da guarda presidencial tunisiana, no centro de Túnis, deixando saldo de 11 mortos.
2016/mar	O autointitulado "Estado Islâmico na Líbia" invadiu a cidade tunisiana de Ben Guerdane, sendo repelido por vias militares.

Cronologia das relações bilaterais

1956	Reconhecimento da independência da Tunísia e abertura do consulado
-------------	--

	do Brasil em Túnis.
1961	Instalação da embaixada do Brasil em Túnis.
1999	Desativação temporária da Embaixada, por motivos orçamentários.
2001	Visita a Túnis do então secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Reabertura da embaixada em Túnis.
2002	Visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Ben Yahia.
2005	Visita de trabalho do então chanceler Celso Amorim a Túnis.
2006	Reunião da Comissão Mista Brasil-Tunísia em Brasília.
2008	Visita do então chanceler Celso Amorim a Túnis.
2009	Visita do então chanceler Celso Amorim a Túnis.
2011/mai	Visita do então subsecretário-geral de assuntos políticos III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Túnis.
2012/fev	Envio de missão técnica brasileira à Tunísia para prospecção de possibilidades de cooperação.
2012/abr	Visita do então chanceler Antonio Patriota a Túnis.
2012/set	Realização em Túnis do "Simpósio Internacional sobre Políticas Públicas para a Inclusão Social".
2012/out	Encontro presidencial bilateral à margem da III Cúpula América do Sul-Países Árabes, em Lima.
2013/abr	Visita do então secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, a Túnis para participar do Fórum Social Mundial.
2013/jun	Envio de missão técnica da Controladoria-Geral da União a Túnis.
2014/abr	Realização de reunião do Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia, em Túnis.
2014/abr	Visita ao Brasil de missão interministerial tunisiana com o objetivo de conhecer o Programa de Alimentação Escolar brasileiro.
2014/set	Representante do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) participa, em Túnis, do seminário "Em Direção a um Sistema de Proteção Social Inclusivo e Integrado".
2014/dez	Assinatura do Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o Mercosul e a Tunísia, em processo de ratificação.
2015/fev	Acordado o início de projeto de cooperação técnica para a capacitação tunisiana na área de cultivo do eucalipto.
2016/mar	Visita do então chanceler Mauro Vieira, a Túnis, ocasião em que foi realizado seminário empresarial Brasil-Tunísia.

Atos bilaterais

Título	Data de	Entrada	Publicação
---------------	----------------	----------------	-------------------

	celebração	em vigor	(D.O.U.)
Acordo Cultural	04/06/1968	30/08/1970	17/09/1970
Acordo Comercial	27/11/1990	22/09/1992	21/10/1992
Acordo sobre a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação	27/11/1990	12/05/1992	22/10/1992
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos	19/07/2001	06/08/2004	04/08/2004
Acordo sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países	13/03/2002	08/07/2004	05/07/2005
Acordo de Cooperação Técnica	13/03/2002	11/10/2004	13/10/2004
Acordo de Cooperação na Área da Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Brasil e a Tunísia	16/01/2006	19/09/2008	22/09/2009

Dados econômico-comerciais

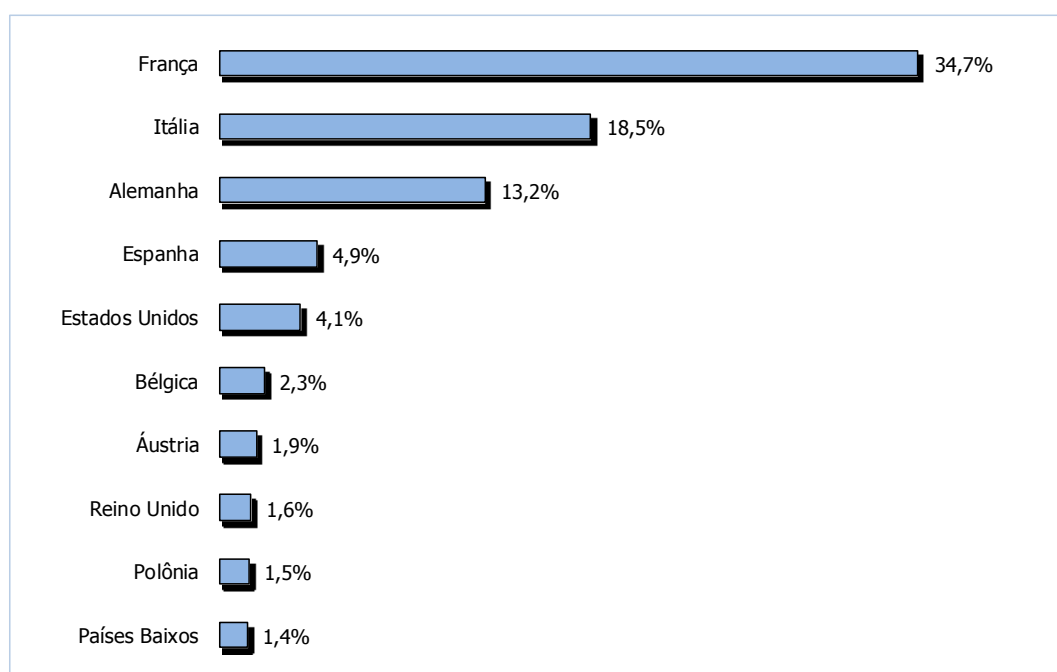
Evolução do comércio exterior da Tunísia
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	11,69	11,4%	15,01	13,9%	26,70	12,8%	-3,31
2007	15,17	29,7%	19,10	27,3%	34,26	28,3%	-3,93
2008	19,32	27,4%	24,64	29,0%	43,96	28,3%	-5,32
2009	14,45	-25,2%	19,10	-22,5%	33,54	-23,7%	-4,65
2010	16,43	13,7%	22,22	16,3%	38,64	15,2%	-5,79
2011	17,85	8,6%	23,95	7,8%	41,80	8,2%	-6,11
2012	17,01	-4,7%	24,47	2,2%	41,48	-0,8%	-7,46
2013	17,06	0,3%	24,27	-0,8%	41,33	-0,4%	-7,21
2014	16,77	-1,7%	24,81	2,3%	41,58	0,6%	-8,05
2015	13,83	-17,6%	17,25	-30,5%	31,07	-25,3%	-3,42
Var. % 2006-2015	18,2%	--	14,9%	--	16,4%	--	n.c.

Direção das exportações da Tunísia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
França	4,80	34,7%
Itália	2,55	18,5%
Alemanha	1,83	13,2%
Espanha	0,68	4,9%
Estados Unidos	0,56	4,1%
Bélgica	0,31	2,3%
Áustria	0,26	1,9%
Reino Unido	0,22	1,6%
Polônia	0,21	1,5%
Países Baixos	0,20	1,4%
...		
<i>Brasil (23ª posição)</i>	<i>0,06</i>	<i>0,4%</i>

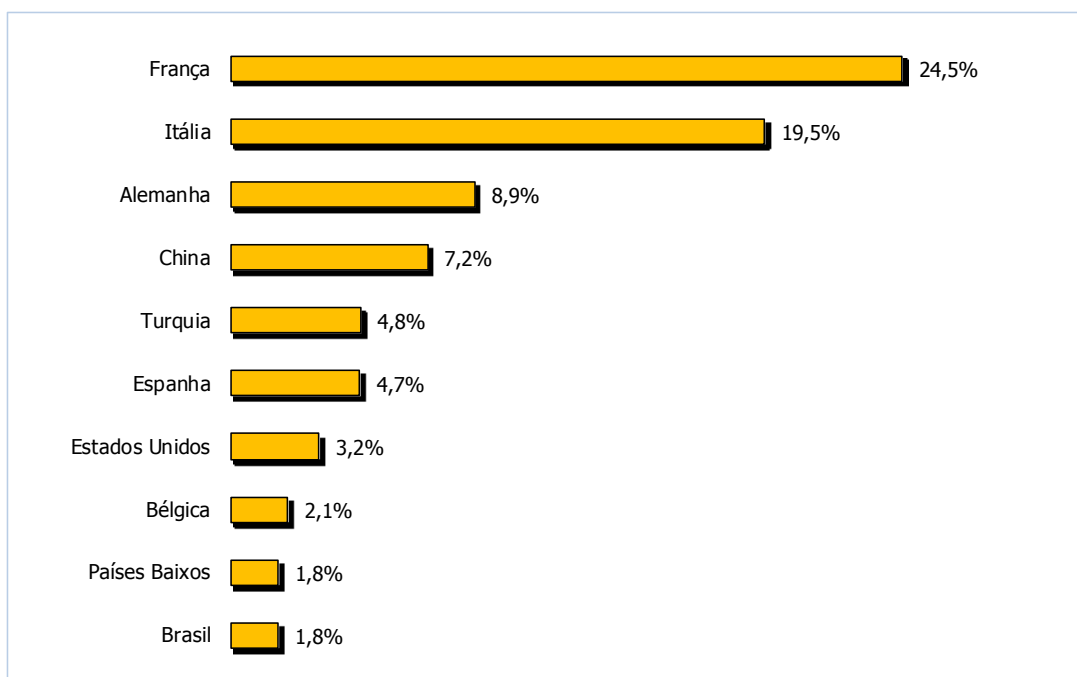
10 principais destinos das exportações



Origem das importações da Tunísia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
França	4,23	24,5%
Itália	3,36	19,5%
Alemanha	1,54	8,9%
China	1,24	7,2%
Turquia	0,82	4,8%
Espanha	0,82	4,7%
Estados Unidos	0,56	3,2%
Bélgica	0,36	2,1%
Países Baixos	0,304	1,8%
Brasil	0,303	1,8%

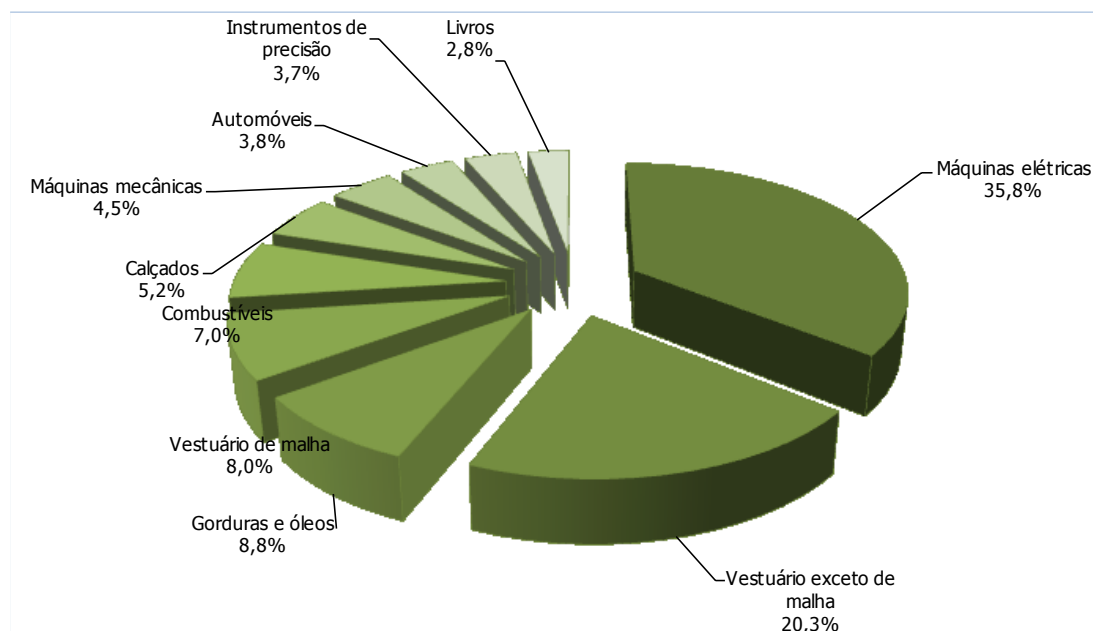
10 principais origens das importações



Composição das exportações da Tunísia
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas elétricas	3,83	27,7%
Vestuário exceto de malha	2,18	15,7%
Gorduras e óleos	0,94	6,8%
Vestuário de malha	0,86	6,2%
Combustíveis	0,75	5,4%
Calçados	0,56	4,1%
Máquinas mecânicas	0,49	3,5%
Automóveis	0,40	2,9%
Instrumentos de precisão	0,39	2,8%
Livros	0,30	2,2%

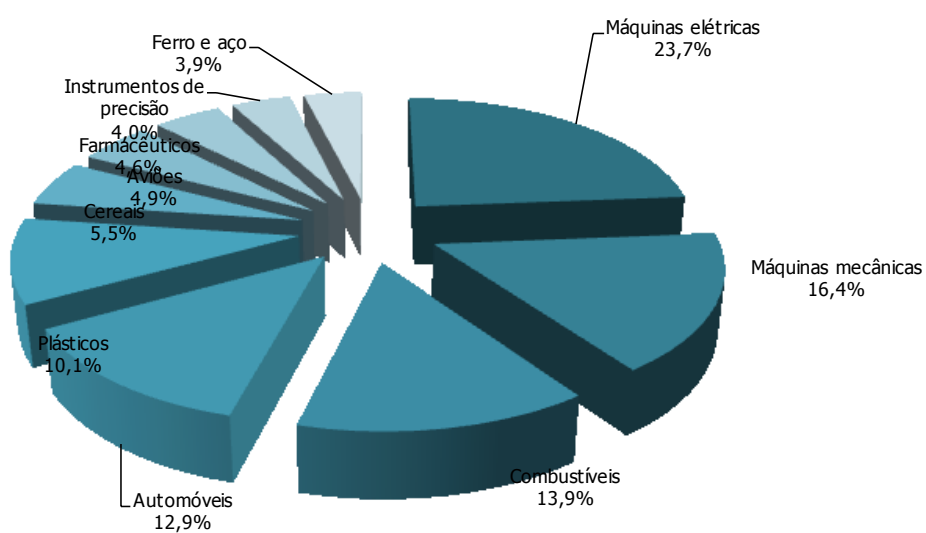
10 principais grupos de produtos exportados



Composição das importações da Tunísia
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas elétricas	2,43	14,1%
Máquinas mecânicas	1,68	9,8%
Combustíveis	1,43	8,3%
Automóveis	1,33	7,7%
Plásticos	1,04	6,0%
Cereais	0,56	3,3%
Aviões	0,51	2,9%
Farmacêuticos	0,47	2,7%
Instrumentos de precisão	0,409	2,4%
Ferro e aço	0,400	2,3%

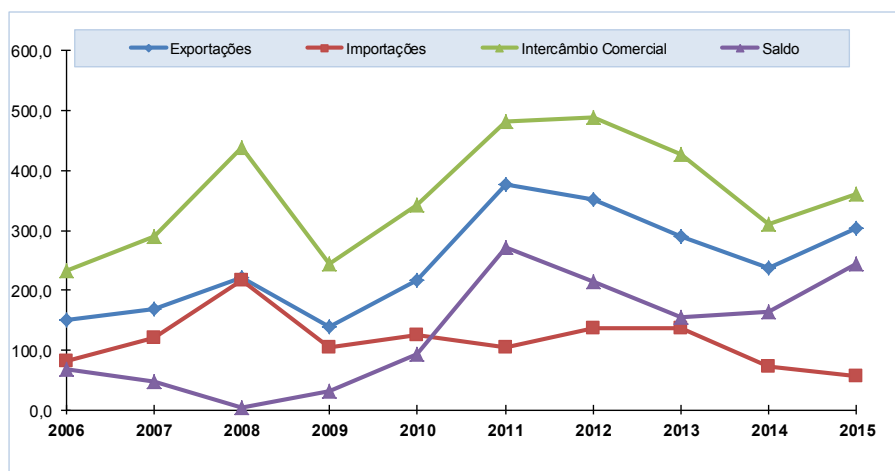
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Tunísia

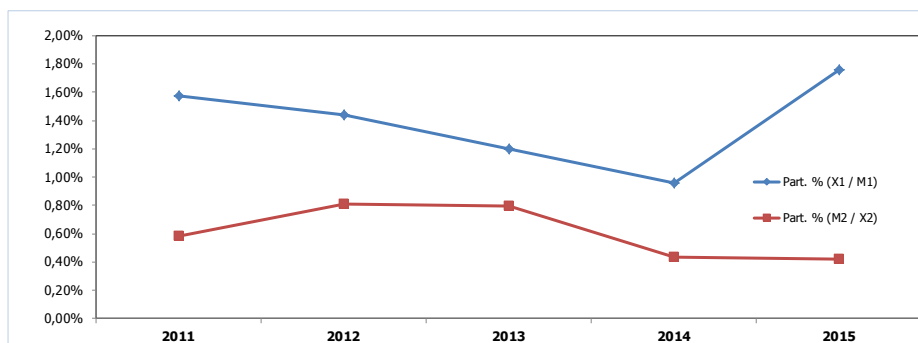
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	
2006	150,3	38,1%	81,8	40,0%	232,1	38,7%	68,5
2007	169,2	12,6%	121,0	48,0%	290,3	25,1%	48,2
2008	221,2	30,7%	216,4	78,8%	437,6	50,7%	4,8
2009	138,0	-37,6%	105,3	-51,3%	243,3	-44,4%	32,7
2010	217,8	57,9%	124,3	18,1%	342,2	40,7%	93,5
2011	376,5	72,8%	104,4	-16,0%	480,9	40,5%	272,1
2012	351,4	-6,7%	137,5	31,7%	488,9	1,7%	213,9
2013	290,6	-17,3%	136,1	-1,0%	426,7	-12,7%	154,5
2014	237,6	-18,3%	72,6	-46,7%	310,2	-27,3%	165,0
2015	303,0	27,5%	57,9	-20,2%	360,9	16,4%	245,0
2016 (jan-jun)	114,7	-31,5%	25,6	-22,6%	140,3	-30,0%	89,1
Var. % 2006-2015	101,6%		-29,2%		55,5%		n.c.



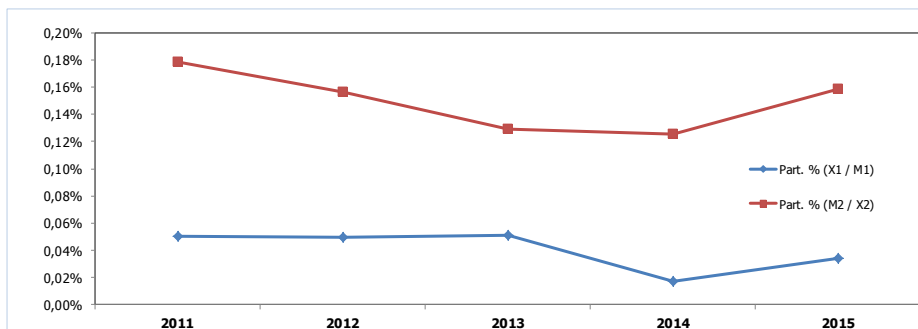
Part. % do Brasil no comércio da Tunísia
US\$ milhões

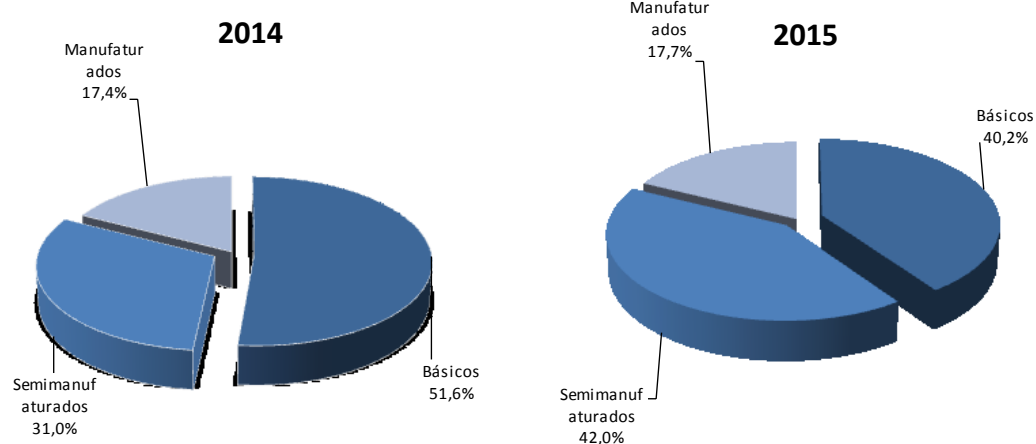
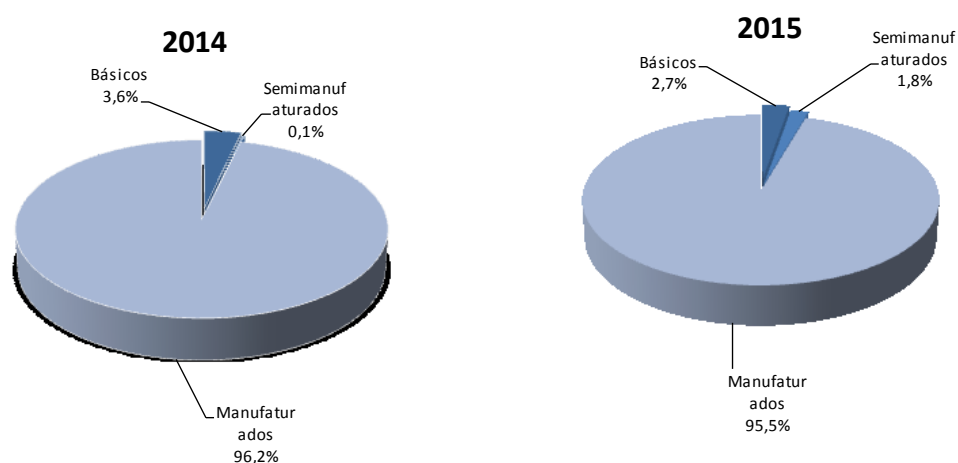
Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para a Tunísia (X1)	376	351	291	238	303	-19,5%
Importações totais da Tunísia (M1)	23.952	24.471	24.266	24.814	17.249	-28,0%
Part. % (X1 / M1)	1,57%	1,44%	1,20%	0,96%	1,76%	11,7%
Importações do Brasil originárias da Tunísia (M2)	104	137	136	73	58	-44,5%
Exportações totais da Tunísia (X2)	17.847	17.007	17.060	16.768	13.825	-22,5%
Part. % (M2 / X2)	0,59%	0,81%	0,80%	0,43%	0,42%	-28,4%



Part. % da Tunísia no comércio do Brasil
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações da Tunísia para o Brasil (X1)	114	111	122	40	58	-49,1%
Importações totais do Brasil (M1)	226.247	223.183	239.748	229.154	171.449	-24,2%
Part. % (X1 / M1)	0,05%	0,05%	0,05%	0,02%	0,03%	-32,8%
Importações da Tunísia originárias do Brasil (M2)	457	380	312	282	303	-33,7%
Exportações totais do Brasil (X2)	256.040	242.578	242.034	225.101	191.134	-25,3%
Part. % (M2 / X2)	0,18%	0,16%	0,13%	0,13%	0,16%	-11,2%

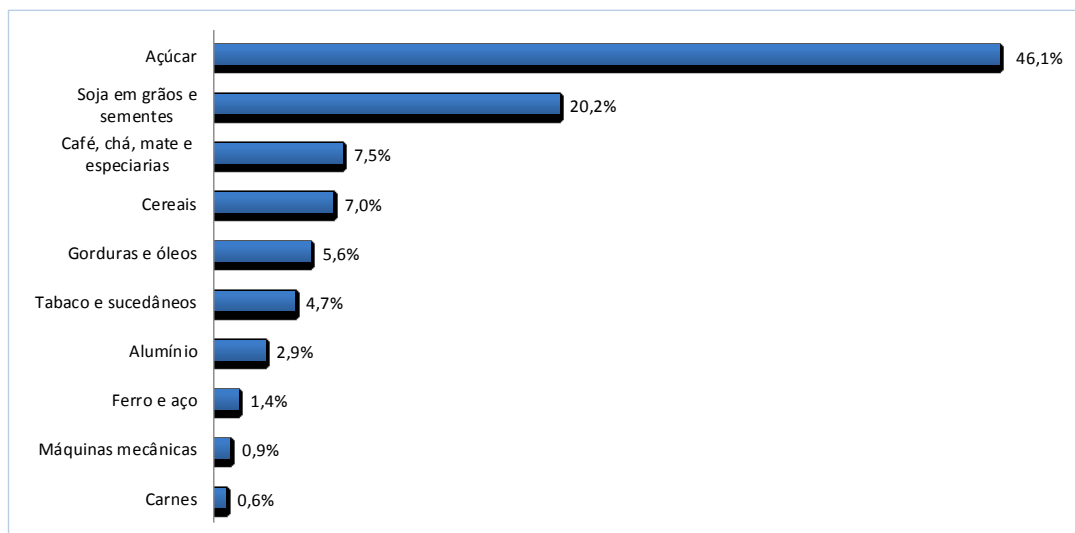


Exportações e importações brasileiras por fator agregado**Comparativo 2015 com 2014****Exportações Brasileiras⁽¹⁾****Importações Brasileiras**

Composição das exportações brasileiras para a Tunísia
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	96,15	33,1%	86,13	36,3%	139,71	46,1%
Soja em grãos e sementes	0,00	0,0%	47,48	20,0%	61,17	20,2%
Café, chá, mate e especiarias	16,40	5,6%	16,83	7,1%	22,66	7,5%
Cereais	76,92	26,5%	38,69	16,3%	21,06	7,0%
Gorduras e óleos	37,20	12,8%	0,01	0,0%	17,10	5,6%
Tabaco e sucedâneos	6,95	2,4%	9,22	3,9%	14,14	4,7%
Alumínio	6,27	2,2%	7,82	3,3%	8,89	2,9%
Ferro e aço	10,50	3,6%	3,78	1,6%	4,28	1,4%
Máquinas mecânicas	3,66	1,3%	3,68	1,5%	2,80	0,9%
Carnes	8,93	3,1%	9,33	3,9%	1,93	0,6%

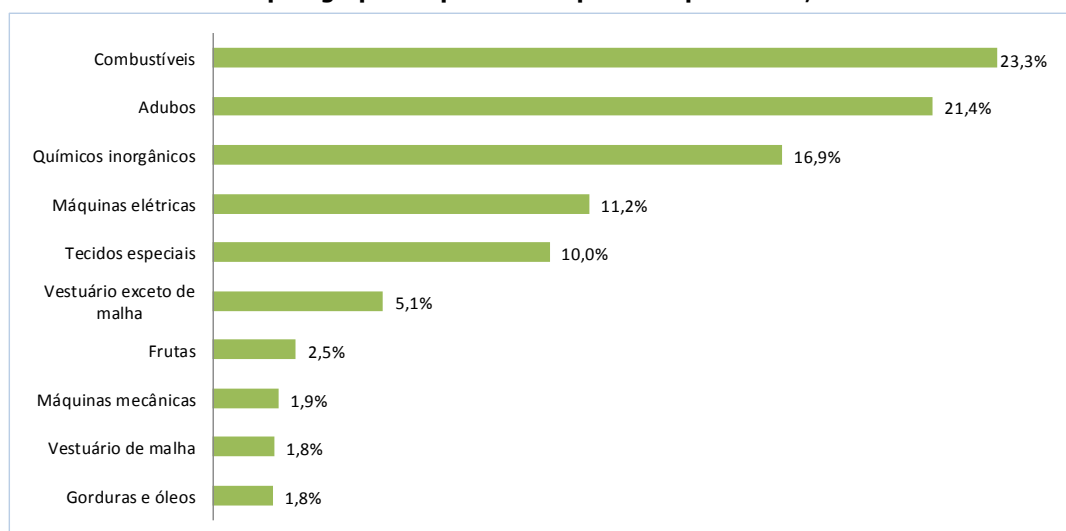
Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015



Composição das importações brasileiras originárias da Tunísia
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	13,48	23,3%
Adubos	96,49	70,9%	34,62	47,7%	12,37	21,4%
Químicos inorgânicos	10,88	8,0%	8,46	11,7%	9,79	16,9%
Máquinas elétricas	7,65	5,6%	11,09	15,3%	6,47	11,2%
Tecidos especiais	6,32	4,6%	4,61	6,4%	5,79	10,0%
Vestuário exceto de malha	3,54	2,6%	3,52	4,8%	2,93	5,1%
Frutas	1,17	0,9%	1,84	2,5%	1,43	2,5%
Máquinas mecânicas	2,00	1,5%	1,84	2,5%	1,13	1,9%
Vestuário de malha	1,51	1,1%	1,76	2,4%	1,05	1,8%
Gorduras e óleos	0,16	0,1%	0,10	0,1%	1,03	1,8%

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-jun)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-jun)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Açúcar	70,33	42,0%	48,08	41,9%	Açúcar 41,9%
Soja em grãos e sementes	48,23	28,8%	13,50	11,8%	Soja em grãos e sementes 11,8%
Gorduras e óleos	6,02	3,6%	9,62	8,4%	Gorduras e óleos 8,4%
Tabaco e sucedâneos	9,78	5,8%	8,05	7,0%	Tabaco e sucedâneos 7,0%
Café	13,45	8,0%	7,64	6,7%	Café 6,7%
Máquinas mecânicas	1,91	1,1%	7,58	6,6%	Máquinas mecânicas 6,6%
Ferro e aço	3,92	2,3%	6,36	5,5%	Ferro e aço 5,5%
Armas e munições	0,48	0,3%	2,54	2,2%	Armas e munições 2,2%
Papel	0,00	0,0%	1,96	1,7%	Papel 1,7%
Plásticos	0,24	0,1%	1,70	1,5%	Plásticos 1,5%
Subtotal	154,34	92,2%	107,03	93,3%	
Outros produtos	13,10	7,8%	7,64	6,7%	
Total	167,44	100,0%	114,67	100,0%	
Importações					
Azúgar	4,77	14,4%	9,76	38,1%	Azúgar 38,1%
Máquinas elétricas	3,24	9,8%	3,95	15,4%	Máquinas elétricas 15,4%
Químicos inorgânicos	3,46	10,5%	3,51	13,7%	Químicos inorgânicos 13,7%
Tecidos especiais	3,51	10,6%	3,35	13,1%	Tecidos especiais 13,1%
Vestuário exceto de malha	1,60	4,8%	0,99	3,9%	Vestuário exceto de malha 3,9%
Gorduras e óleos	0,32	1,0%	0,95	3,7%	Gorduras e óleos 3,7%
Alumínio	0,00	0,0%	0,66	2,6%	Alumínio 2,6%
Frutas	0,26	0,8%	0,61	2,4%	Frutas 2,4%
Máquinas mecânicas	0,68	2,1%	0,57	2,2%	Máquinas mecânicas 2,2%
Vestuário de malha	0,61	1,8%	0,30	1,2%	Vestuário de malha 1,2%
Subtotal	18,44	55,8%	24,65	96,3%	
Outros produtos	14,61	44,2%	0,94	3,7%	
Total	33,05	100,0%	25,59	100,0%	

1ª PARTE - SABATINA

3

RELATÓRIO Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 92, de 2016 (Mensagem nº 504, de 22 de setembro de 2016, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS é filho de Theophilo de Azeredo Santos e de Maria Amelia Ferraz de Azeredo Santos e nasceu no Rio de Janeiro em 14 de janeiro de 1966.

O Senhor Rodrigo de Azeredo Santos é Bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, formado em 1986; concluiu o Curso de Ciências Políticas do Instituto Católico de Paris, em 1987; e pós-graduou-se no Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais na *Schiller International University*, de Londres, em 1990.

Iniciou sua carreira no Itamaraty em 1992, como Terceiro-Secretário, após concluir o Curso de Preparação à Carreira Diplomática. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1997; a Primeiro-Secretário, em 2002; a Conselheiro, em 2006; e a Ministro de Segunda Classe, em 2009.

Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata, em 2001, e o Curso de Altos Estudos em 2008, quando teve tese aprovada com louvor intitulada “A Criação do Fundo de Garantia do Mercosul. Vantagens e Proposta”, que foi publicada, em 2011, pela Fundação Alexandre Gusmão.

Em sua profícua carreira, destaco aqui algumas das principais etapas. Entre 1992 e 1994, serviu na Divisão da Ásia e Oceania I, como Subchefe; em 1994, esteve em Missão Transitória como Vice-Cônsul, no Consulado-Geral em Hong Kong; de 1994 a 1997, serviu na Embaixada do Brasil em Moscou, como Chefe dos Setores Econômico-Comercial e de Ciência e Tecnologia; entre 1997 e 2000, chefio o Setor de Política Financeira na Embaixada do Brasil em Washington; de 2000 a 2002, ocupou o cargo de chefe do Setor de Infraestrutura e de Integração Produtiva na Embaixada do Brasil em Buenos Aires; entre 2002 e 2004, serviu na Assessoria de Relações com o Congresso; em 2004, na Direção-Geral de Promoção Comercial; de 2004 a 2007, foi subchefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial; entre 2007 e 2010, chefio a Divisão de Programas de Promoção Comercial; de 2010 a 2013, serviu na Embaixada do Brasil em Londres, como Ministro-Conselheiro, encarregado dos Setores Comercial e de Ciência e Tecnologia; em 2013, foi Coordenador-Geral do Instituto Rio Branco; desde 2013 é Diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos.

Além das atividades ligadas à carreira diplomática, o Senhor Rodrigo de Azeredo Santos é professor. De 1992 a 1993, foi Professor de

Economia Internacional no Instituto Rio Branco; entre 1998 e 1999, foi palestrante no curso de Economia da *American University*, em Washington.

O diplomata recebeu, em 2015, a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco.

Além do *curriculum vitae* do indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República Islâmica do Irã, suas políticas externas e seus relacionamentos com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A República Islâmica do Irã tem área de 1.648.000 km², onde vivem 79,11 milhões de habitantes. Seu produto interno bruto (PIB), calculado em termos de paridade de poder de compra, em 2015, foi de 1,36 trilhão de dólares, o que lhe propicia PIB per capita de 17.191,25 dólares. Sua língua oficial é o farsi (persa) e o islamismo xiita é a religião de 89% da população, sendo o islamismo sunita de outros 9%.

Seu índice de desenvolvimento humano está em 0,77, o que coloca o país em 69º lugar no panorama mundial. A expectativa média de vida naquele país está no patamar de 75,4 anos. O índice de alfabetização é de 98,03%.

Herdeiro de tradições milenares e situado no entroncamento de diversas civilizações (tendo sido a persa, ela própria, uma das mais relevantes e influentes da humanidade), o Irã desempenhou papel crucial na história da Antiguidade e na formação dos povos centro-asiáticos e médio-orientais.

É reveladora, a esse propósito, a própria condição geográfica multifacetada de que desfruta o Irã. A leste, o país faz fronteira com o Afeganistão e o Paquistão. A nordeste, seu espaço geográfico é demarcado pelo início do território do Turcomenistão. A oeste, é vizinho do Iraque e da Turquia. Ao norte, divide seus limites com o Azerbaijão e a Armênia, sendo também banhado pelo Mar Cáspio. Ao sul, há as costas do Golfo Pérsico e do Golfo de Omã, separadas entre si pelo Estreito de Ormuz. São sete

vizinhos imediatos, sem contar aqueles que dividem com a nação iraniana o espaço do Mar Cáspio e dos Golfos.

Sob o ponto de vista histórico, o Irã é, em linhas gerais e simultaneamente, o legado, por um lado, da sofisticada civilização persa e, por outro, da influência islâmica, recebida a partir da ocupação árabe de seu território, no século VII. Pode-se dizer que o Irã atual seria, de maneira simplificada, o resultado da mescla e simbiose sincréticas dessas duas significativas referências, do que é prova, por exemplo, o fato de que seu idioma é o farsi, herdado de seu passado persa, mas que é escrito em caracteres árabes, fruto da islamização do país, há quatorze séculos.

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã foram estabelecidas em 1903. Desde então, o Brasil reconhece oficialmente o importante papel do Irã como potência regional, bem como o legado histórico e civilizacional do país.

Os primeiros acordos de cooperação cultural foram assinados nos anos 50, durante o Governo de Juscelino Kubitschek. O Irã foi um dos primeiros países a instalar uma embaixada em Brasília e, em 1961, a legação brasileira em Teerã foi alçada ao status de embaixada.

O relacionamento bilateral registrou particular impulso na segunda metade da década passada, entre os anos de 2008 e 2010, quando a importância conferida ao Irã na agenda externa brasileira traduziu-se em intensa troca de visitas de altas autoridades, acompanhadas de missões empresariais e da assinatura de vários acordos e memorandos de entendimento. Essa tendência teve seu ápice com as visitas do então Presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, ao Brasil, em 2009, e do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Irã, em 2010.

O Brasil tornou-se interlocutor relevante para o Irã, principalmente em razão de seu engajamento positivo no tratamento da questão do Programa Nuclear Iraniano. Por ocasião da visita do então Presidente Lula da Silva ao país, firmou-se, em parceria trilateral com a Turquia, a “Declaração de Teerã”, sobre o referido Programa, documento que poderia ter contribuído para o desbloqueio das negociações então em

curso entre aquela nação e potências ocidentais. Não foi possível, entretanto, colocar-se em prática o acordo alcançado. Houve, na sequência dessa tentativa, nova rodada de sanções contra o Irã, no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Brasil recebeu com satisfação a exitosa conclusão, em 2015, do “Joint Comprehensive Plan of Action” (JCPOA); o instrumento ensejou o levantamento oficial de sanções contra o Irã relacionadas a seu dossiê nuclear, em janeiro de 2016. O instrumento permitirá assegurar a natureza exclusivamente pacífica do referido Programa, bem como a progressiva normalização das relações do Irã com a comunidade internacional.

O JCPOA, firmado entre o Irã e os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, mais a Alemanha, também enseja a possibilidade de retomada do intercâmbio comercial entre o Brasil e o Irã, fortemente afetado, nos últimos anos, pelas sanções impostas contra aquele país, sobretudo no tocante a seu setor bancário, o que comprometeu o estabelecimento de fluxos financeiros regulares que pudessem viabilizar exportações brasileiras em larga escala, em direção ao mercado iraniano. No futuro, quando forem equacionadas as questões em apreço, será possível vislumbrar diversas oportunidades comerciais para os empresários brasileiros no promissor mercado iraniano, notadamente no que se refere ao agronegócio, mas também em outras áreas, como equipamentos industriais e de transporte.

Nesse contexto, o Brasil considera o Irã como parceiro privilegiado, razão pela qual tem acolhido gestões diversas de autoridades iranianas e missões de empresários daquele país, igualmente interessados na expansão do intercâmbio comercial bilateral. As autoridades brasileiras têm, ademais, buscado colaborar para que o Irã possa, com a brevidade possível, equacionar as restrições bancário-financeiras de que ainda é objeto, de maneira que esteja habilitado a realizar todo seu potencial na esfera econômico-comercial, já no futuro próximo.

No tocante a novos acordos bilaterais, caberia destacar que foram ultimados, em setembro de 2015, os trâmites para a entrada em vigor do Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes

Diplomáticos, assinado em novembro de 2009 e aprovado pelo Congresso Nacional em agosto de 2014.

Há também boas perspectivas de entendimento em relação a Acordos sobre Cooperação Jurídica em Matéria Civil e Penal, de Extradicação, sobre Transferência de Pessoas Condenadas e de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

No que se refere ao relacionamento comercial Brasil-Irã, deve-se destacar que o intercâmbio bilateral vinha logrando aumentos progressivos, até 2011, quando a corrente de comércio alcançou seu ápice, no patamar de USD 2,3 bilhões.

No entanto, desde 2012, e em razão do impacto provocado pelas sanções impostas ao país, houve dificuldade em expandir e diversificar os fluxos de comércio e em estimular iniciativas bilaterais de investimento. O comércio bilateral se reduziu, por conseguinte, quase à metade de seu máximo patamar histórico, recuando para apenas USD 1,6 bilhões, em 2015.

Embora as exportações do Brasil para o Irã se concentrassem em produtos do agronegócio (sobretudo milho, açúcar, soja e carnes), não abrangidos pelas sanções da ONU, a imposição de sanções unilaterais por parte dos EUA às instituições financeiras iranianas afetou a disponibilidade de linhas de crédito para dar sustentação ao comércio entre os dois países.

O levantamento das sanções contra o Irã deverá ensejar novas oportunidades de expansão e diversificação do comércio bilateral. As trocas bilaterais atuais, situadas muito aquém de seu patamar histórico, são excessivamente concentradas em poucos produtos primários, bem como caracterizadas por grande assimetria a favor do Brasil (no primeiro semestre de 2015, as exportações brasileiras representaram 99,7% da corrente de comércio total, que era de USD 892 milhões).

Os principais produtos exportados pelo Brasil para o Irã foram milho, carnes, soja e açúcar, responsáveis pela quase totalidade da pauta.

As exportações iranianas ao Brasil, por sua vez, concentram-se em frutas secas, utensílios de cozinha, pistache e tapetes.

O Irã tem buscado diversificar seus fornecedores de grãos (há uma aproximação em curso com o Cazaquistão), o que pode vir a comprometer parcialmente vendas brasileiras. Por outro lado, na visita que efetuou ao Irã, em dezembro de 2014, o então Ministro da Agricultura, Neri Geller, logrou obter o levantamento das barreiras sanitárias que pesavam contra as exportações de carne bovina brasileira para o mercado iraniano.

Os setores que parecem apresentar maior potencial de expansão das exportações brasileiras para o Irã são os de aviação (a renovação da frota aérea civil iraniana é prioridade governamental e deverá envolver encomendas de quatro centenas de aeronaves); máquinas e equipamentos industriais relacionados às áreas de petróleo e gás; maquinário de siderurgia, processamento agrícola, irrigação e tratamento de água; equipamentos médicos, medicamentos e vacinas para animais.

O mercado iraniano também parece capaz de absorver produtos brasileiros de tecnologia média ou alta, que combinem qualidade e preço competitivo e que possam disputar mercado com produtos europeus (já que o nicho de produtos populares tem sido dominado pela China).

Contribui positivamente para a promoção comercial brasileira no Irã o fato de existir enorme receptividade à imagem do Brasil, inclusive em decorrência de posições solidárias de nosso país durante o período mais árduo das sanções. O levantamento das sanções poderá, nesse contexto, abrir espaço relevante para investimentos brasileiros em áreas como aviação, construção civil, hidroeletricidade, mineração, infraestrutura e agricultura.

Cabe ressaltar que, em decorrência do iminente desbloqueio dos ativos financeiros iranianos no exterior, haverá vultoso afluxo de capitais em direção àquele país, razão pela qual será também oportuno explorar possibilidades de investimentos iranianos no Brasil, investimentos mútuos ou aporte conjunto em terceiros países.

Símbolo desse potencial, a tendência verificada recentemente é de realização de missões de empresários iranianos ao Brasil. Esses interlocutores têm-se mostrado interessados em investir na compra ou aluguel de terras, em infraestrutura agrícola e portuária e na compra de grãos, sem intermediação de empresas multinacionais.

São, por conseguinte, alvissareiras as perspectivas econômico-comerciais, no contexto do relacionamento bilateral Brasil-Irã.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

RELATÓRIO DE GESTÃO EMBAIXADA DO BRASIL EM TEERÃ, REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ EMBAIXADOR SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO (2013-2016)

CONTEXTO

Ao assumir a Embaixada em Teerã, em 1 de junho de 2013, encontrei neste país ambiente propício ao aprofundamento das relações bilaterais entre o Brasil e o Irã, graças ao enorme capital político que havíamos acumulado nos anos anteriores. O atual excelente nível do diálogo político é tributário da intensificação dos contatos de alto nível em anos recentes, que culminaram com a inédita troca de visitas presidenciais, com a ida ao Brasil do então presidente Mahmoud Ahmadinejad, em 23 de novembro de 2009, e a vinda a Teerã do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 14 de maio de 2010.

2. De maior relevância e como resultado desse movimento de reaproximação, foi o papel construtivo que o Brasil assumiu nas negociações sobre o chamado dossiê nuclear iraniano, que continua a monopolizar a agenda interna e externa deste país há mais de 13 anos. Sustentando posição equilibrada e coerente com nossa tradição diplomática, pautamo-nos pela defesa inarredável da diplomacia, pela rejeição absoluta a qualquer solução de força e pelo rigoroso apego aos princípios basilares do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) - desarmamento, não-proliferação e uso pacífico da energia nuclear. Em 17 de maio de 2010, o Brasil articulou, juntamente com a Turquia, a Declaração de Teerã, pela qual o Irã se comprometia a enviar parte de seu estoque de urânio enriquecido à Turquia. Pretendia o Brasil engajar o Irã na retomada das negociações sobre seu programa nuclear, por meio de processo de construção de confiança entre aquele país e a comunidade internacional.

3. A iniciativa brasileira teve o condão de elevar o relacionamento com o Irã a um novo patamar. Por esse motivo, fui agraciado com acesso desimpedido e privilegiado aos principais negociadores iranianos sobre o dossiê, aos quais pude transmitir, reiteradas vezes, os interesses e preocupações brasileiros envolvidos na questão. Preocupava o Brasil a possibilidade de uma solução que implicasse na reinterpretação, pelas chamadas grandes potências, de forma excludente e discriminatória, do direito inalienável de todas as nações ao uso pacífico da energia nuclear e que estabelecesse precedente para o tratamento, pelas potências atômicas, dos programas nucleares pacíficos dos países não nuclearmente armados.

4. Nesse sentido, o Brasil – embora considerasse dispensável a adoção de um acordo para assegurar a qualquer país prerrogativas que lhe outorga o direito internacional, em particular o TNP – acolheu a conclusão entre o Irã e o chamado P5+1 (Alemanha, China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia), em 14 de julho de 2015, do Plano Abrangente de Ação Conjunta (JCPOA). O feito, sem dúvida o acontecimento mais importante que testemunhei neste país ao longo de minha missão, equacionou o conflito entre o Irã e os P5+1 acerca de seu programa nuclear, levantou as sanções impostas pelos Estados Unidos, a União Europeia e o Conselho de Segurança das Nações Unidas e descortinou a possibilidade de reintegração do Irã à comunidade internacional e reinserção na economia global.

AÇÕES REALIZADAS

5. Esse contexto positivo facilitou sobremaneira minha missão neste país. Encontrei aqui sincera disposição das autoridades iranianas em aprofundar as relações com o Brasil e, no contato rotineiro com a sociedade iraniana, pude perceber o notável apreço que este povo nutre por nosso país. Não por acaso, as expectativas sobre a realização das potencialidades do relacionamento bilateral sempre se mostraram muito elevadas.

6. Creio que, nos três anos de minha missão, o Brasil esteve à altura dessas expectativas. Pudemos, com efeito, dar continuidade ao diálogo político de alto nível, para o que contribuíram decisivamente as visitas a Teerã dos então ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota, em junho de 2013, para a posse do presidente Hassan Rouhani, e Mauro Vieira, em setembro de 2015. Demos, ademais, continuidade ao mecanismo periódico de consultas políticas, com a vinda ao Irã, em abril de 2016, do então subsecretário-geral de assuntos políticos II, embaixador José Alfredo Graça Lima, o que nos permitiu colher as impressões iranianas sobre os principais aspectos do relacionamento bilateral, a conclusão e implementação do JCPOA e demais temas relevantes da agenda regional e internacional.

7. Em fevereiro de 2014, realizaram missão a este país membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, integrada pelos senadores Cícero Lucena (PSDB/PB), Eduardo Suplicy (PT/SP) e Cyro Miranda (PSDB/GO) e deputados Nelson Pellegrino (PT/BA), Carlos Zarattini (PT/SP), Claudio Cajado (DEM/BA), Eduardo Azeredo (PSDB/MG), Jaqueline Roriz (PMN/DF) e Perpétua Almeida (PcdoB/AC). A missão foi essencial, a meu ver, para o estabelecimento de relações interparlamentares entre os dois países, um dos componentes essenciais de

qualquer ação externa bem-sucedida. Em agosto do mesmo ano, visitou o Irã o então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, acompanhado de representantes empresariais da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), BR Foods, Marfrig e JBS. Na ocasião, o Brasil logrou o levantamento da barreira sanitária à importação de carne bovina do Mato Grosso e foi decidida a criação de Comitê Consultivo Agrícola entre os dois países. A respeito, permito-me ponderar que a cooperação agrícola, inclusive pelo incremento do comércio mútuo, é um dos campos de maior potencialidade do relacionamento bilateral.

8. Na área econômico-comercial, destaco a visita ao Irã, em outubro de 2015, do então ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, à frente de comitiva composta por 34 empresários e representantes de associações setoriais. A missão foi fundamental para posicionar o Brasil dentre os primeiros países que enviaram a este país autoridade de alto nível após a conclusão do JCPOA e relançar a cooperação econômica, por meio da retomada da Comissão Econômico-Comercial Bilateral, estabelecida por memorando de entendimento celebrado em 26 de setembro de 1988, que deverá reunir-se em Brasília, em 17 e 18 de novembro vindouro. Em março de 2016, esteve no Irã o então representante da APEX em Dubai, Ely Dauly. Em junho do mesmo ano, como seguimento às conversações mantidas pelo ministro Armando Monteiro, esteve em Teerã o diretor do Departamento de Promoção Comercial, ministro Rodrigo Azeredo, acompanhado de representantes do Ministério da Fazenda, do BNDES e da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF).

9. O Setor de Promoção Comercial (SECOM) desta Embaixada tem recebido número sem precedentes de consultas de empresários brasileiros e iranianos. No último triênio, as consultas transmitidas por companhias brasileiras versaram sobre as seguintes áreas, com grande potencial de exportação para este país: açúcar, arroz, aviação civil, café, calçados de couro, carnes, cosméticos, equipamentos de impressão e empacotamento, equipamentos esportivos, equipamentos hospitalares, equipamentos para a indústria petroquímica, farmacêutico, feijão, laticínios, `lingeries`, maquinário agrícola, máquinas de solda, milho, minerais e pedras preciosas, móveis, ônibus, ração animal, soja, sucos, supermercados, utensílios de cozinha e vestuário. O SECOM assegurou a participação brasileira nas Feiras Internacionais Industriais de Teerã, em outubro de 2013 e outubro de 2014, e na Feira Internacional do Setor de Saúde, em maio de 2016, e prestou apoio à realização das visitas de representantes da

Condor (julho de 2015), Marcopolo (setembro de 2015), STR (fevereiro de 2016) e Embraer (março de 2016).

10. Apesar da contração da corrente de comércio bilateral entre 2013 e 2015, em larga medida pelo endurecimento das sanções contra este país, em 2012, o Brasil é o 7º maior parceiro comercial do Irã, atrás apenas de China, Coreia do Sul, Turquia, Índia, Alemanha e Itália. No período, as exportações brasileiras tiveram aumento pouco significativo, de US\$ 1,609 bilhão para US\$ 1,666 bilhão, e as importações tiveram queda expressiva, de US\$ 8,613 milhões para US\$ 3,285 milhões. Os números estão muito aquém do potencial do comércio bilateral e das cifras recordes registradas antes de 2012. Em 2010, as importações brasileiras registraram US\$ 123,345 milhões (queda de 97,3% em 2015) e, em 2011, as exportações atingiram US\$ 2,332 bilhões (queda de 28,5%).

11. De janeiro a junho de 2016, as exportações atingiram US\$ 913,576 milhões, e as importações superaram por ampla margem a cifra anotada em 2015, com US\$ 18,185 milhões. Os principais produtos exportados para o Irã são milho em grãos, carnes desossadas de bovino, soja, bagaços e outros resíduos de soja e açúcares de cana. Por sua vez, as principais importações brasileiras originárias deste país são objetos de serviço de mesa, pistaches, uvas secas, sucos e extratos de alcaçuz e tapetes de lã feitos à mão. Dos produtos mais exportados pelo Brasil, o Irã é o 2º maior mercado consumidor de milho em grãos, 5º de soja, 5º de carne de bovino e 8º de farelos e resíduos de soja.

12. No campo dos investimentos, destaco as negociações para potencial participação iraniana na construção de refinaria de petróleo na região Nordeste, bem como as conversações, em estágio avançado, para a aquisição por este país de significativa quantidade de ônibus urbanos, parte dos quais seria montada no próprio Irã, em fábrica a ser construída com investimentos conjuntos. O projeto dá continuidade às tratativas havidas por ocasião da visita do então ministro Armando Monteiro, em que a parte iraniana transmitira seu interesse em adquirir 140 mil automóveis para a renovação de sua frota de táxis, 65 mil caminhões e 17 mil ônibus. As conversações estão em estágio avançado e o governo iraniano confirmou a possibilidade de conceder garantia soberana ao BNDES para financiamento da operação.

13. Na área de aviação civil, as necessidades iranianas são ainda mais prementes. O país tem cerca de 250 aeronaves, das quais 230 precisam ser substituídas com urgência – sua frota é uma das mais obsoletas do mundo, com média de 27 anos de uso. O país já acordou com a Boeing e a Airbus a compra ou o

"leasing" de 227 aviões, num negócio total de US\$ 51 bilhões, e mantém conversações com a Embraer sobre a possibilidade de aquisição de jatos regionais.

14. O Setor Consular desta Embaixada ocupa-se essencialmente da emissão de vistos de entrada para iranianos interessados em visitar o Brasil e do contato com a pequena, porém unida, comunidade brasileira no Irã. Totalizando cerca de 130 pessoas, a comunidade reside em sua maioria em Teerã e é composta predominantemente por mulheres brasileiras que se casaram com iranianos em terceiros países (em especial no Japão), cônjuges que adotaram a nacionalidade brasileira e seus filhos. Com relativa frequência, registra-se a presença de atletas brasileiros, em especial jogadores e técnicos de futebol e de voleibol temporariamente contratados por clubes locais.

15. É deles, a propósito, que a Embaixada recebe os mais frequentes pedidos de assistência consular, nos casos em que enfrentam dificuldades com seus clubes para receber pagamentos ou para obter vistos de saída após rescisão contratual. Em geral, a intervenção do Setor Consular tem sido bem sucedida. Várias equipes, contudo, adotam a prática de reter os passaportes de jogadores. Suscitei o tema em diversas ocasiões com as autoridades locais, que se comprometeram a coibir a conduta dos times.

16. Outras demandas de assistência consular incluem episódios de violência doméstica e casos de esposas e filhos impossibilitados de sair do país por não contarem com a necessária anuência dos cônjuges iranianos. Pela lei local, a esposa precisa de autorização do marido para obter passaporte e viajar para fora do país. Tais casos, contudo, são bastante incomuns e não há registro recente de sua ocorrência.

17. Como parte dos esforços para estreitar os vínculos com a comunidade brasileira, procurei encorajá-la a organizar-se e promover eventos coletivos, oferecendo, inclusive, o espaço da Embaixada. Nesse sentido, a comunidade está atualmente engajada na constituição de uma associação e tem realizado periodicamente, a cada dois ou três meses, nas dependências da Missão, eventos de confraternização, tais como aulas de artesanato, celebração de datas festivas e exibição de filmes infantis.

18. A Embaixada registra grande procura por vistos de turismo (VITUR) e por vistos temporários (VITEM II), concedidos sobretudo a representantes de empresas iranianas que importam produtos brasileiros, em especial carnes. Embora não em volume expressivo, o Posto concede, em média, de 30 a 40

vistos temporários por ano para estudantes de pós-graduação matriculados em universidades brasileiras (VITEM IV). Cerca de 70% dos vistos concedidos pelo Posto são para turismo e 20%, para negócios. Durante a Copa do Mundo de 2014, contudo, a concessão de VITUR mais que duplicou, com 2043 vistos concedidos. Embora o ano de 2014 tenha sido atípico, verifica-se tendência sustentável de crescimento no número total de vistos concedidos. Em 2013 foram concedidos 1647 vistos; em 2014, 2639; em 2015, 2294; e, apenas no primeiro semestre de 2016, 1400, o que, se confirmada a tendência, deverá encerrar o ano de 2016 com número de recordes de turistas iranianos no Brasil. Ressalte-se que, pelo decreto nº 8 542, de 16 de outubro de 2015, entrou em vigor o Acordo Brasil-Irã sobre a Isenção de Vistos para Portadores de Passaporte Diplomático, de 23 de novembro de 2009.

19. Em 2014, a Embaixada abriu uma seção eleitoral de votação para a eleição presidencial. Por meio da rede de contatos estabelecida com a comunidade brasileiras, os eleitores foram informados da realização das votações para o 1º e o 2º turno. No primeiro turno, dos 36 eleitores inscritos, 22 compareceram à votação, e o Posto recebeu dez requerimentos de justificativa eleitoral. No 2º turno, 20 eleitores votaram, e duas justificativas foram apresentadas.

20. Durante o período em que estive à frente desta Embaixada, o Setor Cultural procurou promover eventos com o objetivo de divulgar a cultura brasileira para o público iraniano, o que tem padecido, no entanto, das dificuldades impostas pela restrição orçamentária vigente na administração pública.

21. Em dezembro de 2014, foi realizada a Semana Cultural Brasileira, que incluiu mostra de fotografias do artista brasileiro Ricardo Martins, intitulada "Depicting the Beauty of Brazilian Landscape and Wildlife", seis concertos e um `workshop` de ritmos brasileiros com o músico Mavi e festival de cinema com a exibição de três títulos nacionais ("O Menino e o Mundo", "Central do Brasil" e "Tapete Vermelho"). Organizada em importantes centros de cultura de Teerã, com destaque para o Conservatório de Música, a Casa dos Artistas e a Torre Milad - um dos ícones da capital iraniana - a Semana contou com público expressivo e evidenciou o interesse iraniano pela cultura brasileira, ainda pouco conhecida neste país.

22. Como forma de preservar alguma atividade cultural em contexto de severas restrições orçamentárias, o Posto lançou, em fevereiro de 2015, o projeto "Cinema na Embaixada", com a exibição de filmes brasileiros nas dependências da Missão, na última quinta-feira de cada mês. Até o momento, foram

exibidos os seguintes títulos: Xingu, Espelho d'Água, Abril Despedaçado, Tropa de Elite, O Som ao Redor, Cidade de Deus, O Palhaço, Cinema, Aspirinas e Urubus, Fala Tu, Central do Brasil, O Menino e o Mundo, O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias, Que horas Ela Volta? e Trabalhar Cansa.

23. Em dezembro de 2015, após intensa negociação com a "Iran's Art&Experience Cinema Organization", as sessões de cinema passaram a ser realizadas em sala do Museu do Cinema, um dos mais importantes centros culturais de Teerã. Contudo, a necessidade de submeter os títulos à análise prévia do Ministério da Cultura e Orientação Islâmica dificultou sobremaneira os trabalhos de divulgação cultural, e, em maio deste ano, as sessões voltaram a ocorrer na Embaixada. Apesar disso, a exibição temporária no Museu do Cinema foi importante para promover o evento e mensurar o grande interesse que o público iraniano nutre pela cultura brasileira. As sessões têm registrado audiência crescente e, em junho deste ano, o número de espectadores excedeu pela primeira vez a capacidade de lotação da Embaixada.

24. Diante do interesse do público iraniano, a "Art&Experience Cinema Organization" propôs a realização da "Semana do Cinema Brasileiro", com a exibição de filmes contemporâneos nacionais em três das maiores cidades iranianas, Teerã, Isfahan e Shiraz, e a vinda de cineasta brasileiro para a realização de `workshop` com diretores iranianos. Considero o projeto, atualmente em fase de planejamento e previsto para ocorrer entre fins de 2016 e o início de 2017, fundamental para a promoção da cultura brasileira neste país, sobretudo pelo cinema, reconhecidamente uma paixão nacional e um dos instrumentos mais eficazes de projeção da cultura iraniana no exterior - filmes, cineastas e atores iranianos são frequentemente nomeados aos principais festivais de cinema do mundo, havendo ganhado, na última década, a Palma de Ouro de Cannes, o Leão de Ouro de Veneza, o Urso de Ouro de Berlim, o Globo de Ouro e o Oscar.

25. No campo da cooperação educacional, foi acordada, em outubro de 2015, a inclusão do Irã entre os países beneficiários dos Programas de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), mantidos pelo governo brasileiro. A primeira edição do PEC-G com a participação do Irã, contudo, não recebeu candidatos interessados. O insucesso deveu-se, em grande medida, aos obstáculos impostos pelas autoridades locais à divulgação do programa diretamente ao público alvo, o que se vem buscando reverter. O Ministério da Ciência, Pesquisa e Tecnologia do

Irã transmitiu também a preferência do governo iraniano por envio ao Brasil apenas de estudantes de pós-graduação.

DESAFIOS

26. O maior desafio que se impõe ao Brasil nos próximos anos é posicionar-se como um dos principais parceiros políticos e, particularmente, econômicos do Irã, no momento em que este país empreende processo de revisão profunda de suas relações externas. Com a conclusão do acordo nuclear, descortina-se para o Irã a possibilidade de voltar a inserir-se na cena internacional e abandonar em definitivo o estado de "pária internacional" a que esteve relegado pelo menos por uma década, em função das sanções multilaterais e unilaterais que lhe foram impostas. Nesse contexto, é natural que a República Islâmica reavalie suas parcerias e prioridades, com o objetivo de normalizar suas relações com o mundo e reinserir-se nos fluxos econômicos, comerciais e financeiros internacionais.

27. As manifestações da diplomacia iraniana apontam para a normalização do relacionamento com a Europa, principalmente com Alemanha, Espanha, França, Itália, Reino Unido, além de Rússia e Turquia, e para inserção político-militar estratégica no Oriente Médio. Sugerem também o fortalecimento das relações com países na Ásia, notadamente China, Índia, Japão, Coreia do Sul e nações centro-asiáticas (Afeganistão, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão). No Oriente Médio, o Irã tem como preocupação central não ver-se aliado da região, por ser o xiísmo minoritário no Islã. Busca, nesse contexto, promover mecanismos que tornem o país presença definidora no quadro médio-oriental, capaz de contrarrestar a articulação de grandes Estados sunitas, especialmente a Arábia Saudita, cujas iniciativas regionais tendem a isolar o Irã, e da constante animosidade de Israel - fatores que favorecem a cisão do "mundo muçulmano" entre sunitas e xiítas. O nacionalismo e cultura persas representam fatores adicionais que singularizam o Irã no Oriente Médio.

28. Nesse contexto, a América Latina - como também a África - perderam posições relativas na atenção da República Islâmica. O movimento de intensificação das relações com a região durante o governo Ahmadinejad foi atípico na história diplomática deste país e fundamentou-se muito mais na tentativa de contornar o isolamento internacional do que numa estratégia consciente e sustentável de construção de parcerias. O Brasil deverá, portanto, superar contexto de relativo desinteresse pela América Latina, para o que, não

obstante, como afirmei alhures, com o alto capital político que acumulou nestes últimos anos.

29. VISITAS DE ALTO NÍVEL: o Brasil se ressentia da ausência de visitantes de alto nível ao país no último triênio, à exceção da ida a Brasília, em outubro de 2015, do ministro da Economia e Finanças, Ali Tayyebnia. Caberia ao Brasil, nesse contexto, enfatizar a conveniência da realização da visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Mohammad Javad Zarif, planejada para março deste ano e depois adiada. A parte iraniana transmitiu-me, a respeito, que o chanceler tencionaria ir ao Brasil em setembro, como parte de um extenso périplo pela América Latina. A Chancelaria local tem aceitado convites de diversas capitais latino-americanas, tornando praticamente inviável que Zarif se desloque a todas elas de uma só vez. Creio, portanto, que o Brasil deverá insistir na importância da visita bilateral, ainda que independentemente do périplo planejado.

30. Foi explorada, ademais, a possibilidade de uma visita do presidente Hassan Rouhani, que poderia ocorrer em setembro, quando o mandatário deverá ir a Nova York para a abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, ou, ainda, por ocasião da Cúpula do Movimento dos Não-Alinhados, que, sucessivamente adiada, deveria ocorrer na Venezuela ainda neste ano.

31. COOPERAÇÃO ECONÔMICA: as três missões enviadas pelo Brasil desde setembro de 2015 – a visita do então ministro Mauro Vieira, a delegação empresarial chefiada pelo então ministro Armando Monteiro e a missão técnica encabeçada pelo diretor do Departamento de Promoção Comercial – foram fundamentais para reiterar ao Irã a importância que o Brasil lhe atribui, colher de suas autoridades as prioridades em seu relacionamento com nosso país e estudar as possibilidades de cooperação econômica. Em todas as oportunidades, o governo iraniano reiterou o interesse em restabelecer as relações bancárias e financeiras com o Brasil, inclusive como forma de facilitar o financiamento de exportações e o influxo de investimentos. Nesse sentido, será fundamental que o Ministério das Relações Exteriores continue a manter contato permanente com o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos para esclarecer o complexo alcance das sanções ainda previstas pela legislação daquele país, sobre as quais o acordo nuclear nada dispõe, e que podem ser aplicadas a indivíduos e entidades estrangeiras ("non-US persons and entities") que façam negócios com determinadas pessoas, organizações e instituições iranianas.

32. Passo ainda mais importante será o êxito da Comissão Econômico-Comercial Bilateral, que deverá ocorrer em Brasília

em 17 e 18 de novembro deste ano e contemplar as subcomissões nas áreas de (i) comércio, indústria e investimentos; (ii) assuntos financeiros e cooperação aduaneira; (iii) energia, petróleo, gás e mineração; e (iv) agricultura. O impulso político, as discussões técnicas e o contato entre os respectivos setores empresariais serão essenciais para o incremento do comércio e dos investimentos entre Brasil e Irã e para um impulso decisivo que consolide o Brasil como um dos principais parceiros econômicos do Irã.

33. PROMOÇÃO COMERCIAL: o Brasil deverá enfrentar competição acirrada para posicionar-se como um dos principais parceiros econômicos deste novo Irã pós-sanções. Dão o tom do vívido interesse despertado pelo país o número sem precedentes de delegações que vieram ao país no último ano. No contexto da conclusão do acordo nuclear, visitaram o Irã mais de 140 missões, vindas de 48 países. Somente a Alemanha enviou doze diferentes missões comerciais; a Itália, por sua vez, despachou a delegação mais numerosa, com mais de 360 integrantes. A Coreia do Sul, sozinha, comprometeu US\$ 1,6 bilhão em investimentos no país apenas em 2015. Desde a conclusão do acordo nuclear, vieram a Teerã 23 chefes de estado (9 asiáticos, 7 europeus, 5 africanos e 2 latino-americanos – Bolívia e Venezuela) e 11 primeiros-ministros (6 asiáticos, 3 europeus, 1 africano e 1 latino-americano – Trinidad e Tobago), além de um sem-número de ministros de estado e demais autoridades governamentais e líderes empresariais. Cumpre observar que os mandatários latino-americanos que viajaram ao Irã não o fizeram em caráter bilateral, mas para participar da 3ª Cúpula do Fórum dos Países Exportadores de Gás, em novembro de 2015, o que concorrer para fortalecer a percepção sobre o relativo declínio do relacionamento entre nossa região e o Irã.

34. Julgo essencial uma estratégia de "outreach" do governo brasileiro junto a empresas e investidores nacionais, muitos das quais deixam de realizar lucrativos negócios com este país por desconhecimento do mercado local e de suas potencialidades, frequentemente, há que se reconhecer, imbuído de preconceitos injustificados. A missão comercial liderada pelo então ministro Armando Monteiro deverá ser encarada como apenas a primeira daquelas que o país terá que enviar ao Irã, numa busca permanente por oportunidades de negócios. O SECOM desta Embaixada deverá atender às demandas que, como previsto, serão cada vez mais numerosas, mas será preciso assegurar que conte com recursos humanos e financeiros adequados que lhe permitam fazer a interlocução necessária entre as comunidades de negócios dos dois países, apoiando missões comerciais, participando de feiras e

exibições, realizando estudos setoriais e promovendo eventos de promoção comercial no Irã.

35. ACORDOS BILATERAIS: o Brasil deverá empenhar-se para concluir os 19 acordos ora em negociação, que serão fundamentais para diversificar a cooperação bilateral, com destaque para os temas de agricultura, cooperação bancária, investimentos, navegação, petróleo & gás, saúde e serviços aéreos. Especificamente, estão sob consideração da parte brasileira (i) o Acordo sobre Assistência Mútua em Assuntos Aduaneiros, (ii) Acordo de Serviços Aéreos, (iii) Acordo sobre Navegação Marítima Mercante, (iv) Memorando de Entendimento sobre Cooperação para a Produção de Maquinário nas Áreas de Petróleo e Gás, (v) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Seguros, (vi) Memorando de Entendimento sobre Cooperação Mútua nas Áreas de Saúde, Pesquisa, Educação e Tecnologias Médicas, (vii) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Parcerias Público-Privadas, (viii) Memorando de Entendimento sobre Cooperação Portuária, (ix) Requisitos Sanitários para a Importação de Carne Congelada Desossada e (x) Carta de Intenções sobre Cooperação Bancária.

36. COOPERAÇÃO TÉCNICA, EDUCACIONAL E CULTURAL: a cooperação técnica constitui, para o Brasil, um dos instrumentos mais eficazes para a promoção e execução de sua política externa, como comprova o sem-número de projetos que contam com a participação do país, particularmente na modalidade sul-sul. Da parte do Irã, há interesse em áreas específicas, como melhoramento do plantio de soja, conservação ambiental e reflorestamento, aproveitamento de recursos hídricos, combate à desertificação e energias renováveis, que constituem campo ainda inexplorado, repleto de oportunidades para o aprofundamento das relações bilaterais. Nas áreas educacional e cultural, há vivo fascínio pela cultura brasileira, aqui ainda muito pouco conhecida. Creio que a Embaixada poderia aprimorar seus instrumentos de promoção cultural e cooperação educacional, explorando, inclusive, a possibilidade de abertura de curso de português em faculdade local, para o que será necessário assegurar recursos humanos e financeiros adequados.

37. ADMINISTRAÇÃO E PESSOAL: Teerã conta com todas as vantagens e desvantagens das grandes megalópoles, mas suas peculiaridades de natureza social e religiosa parecem impactar a lotação de pessoal da Embaixada. A qualidade de vida aqui é afetada, de um lado, pelos altos índices de poluição, altitude de 1.300 metros, secura do ar e trânsito denso e caótico. De outro lado, as regras e leis de costume exigem que mulheres e homens vistam-se de forma casta: para as mulheres, braços e pernas cobertos, além de cabeça coberta

por véu; para os homens, pernas e ombros cobertos (ou seja, os homens podem usar mangas curtas, mas não camisetas sem mangas). Existem sempre, ainda que muito menos frequentes no atual governo do Presidente Rouhani, as intervenções da chamada "polícia moral". O persistente isolamento do Irã em relação ao sistema financeiro internacional - apesar da assinatura do acordo nuclear - inviabiliza a realização de operações bancárias online no exterior e o uso de cartões de crédito internacionais; ao serem designados para missão temporária ou permanente em Teerã, os funcionários do Quadro têm suas contas no Banco do Brasil em Nova York automaticamente bloqueadas. Além do baixo índice salarial aplicado a Teerã, tais dificuldades resultam na inexistência, no Posto, há mais de dois anos, de Oficiais e Assistentes de Chancelaria em missão permanente.

38. Para os funcionários do Serviço Exterior Brasileiro, a esses elementos soma-se a defasagem salarial deste Posto em relação às demais missões diplomáticas na região. Além do agravante de não poder acessar diretamente seu salário na conta em Nova York, o servidor compara os salários recebidos aqui com os de todo o Oriente Médio - e são dos mais baixos em termos absolutos. Tal situação vê-se agora agravada pelo aumento do custo de vida e altos índices de inflação. Nos últimos cinco anos, a inflação acumulada foi de 185,2%, atrás, na região médio-oriental e norte-africana, apenas da Síria (363,7%) e bem à frente do terceiro colocado, Iêmen (70,5%). Em comparação, a taxa de inflação média para o período nos 19 países do MENA foi de apenas 15,9%, quase 12 vezes menor do que a registrada no Irã. Considero que, com vistas a conter o esvaziamento desta missão diplomática seria urgente reavaliar os salários vigentes para os servidores do Quadro - sobretudo em comparação com demais repartições brasileiras na região.

39. Da mesma forma, os salários dos funcionários locais do Posto devem ser revistos, já que o aumento anual obrigatório não alcança a corrosão acumulada do poder de compra e há anos não recebem aumento real. Durante minha gestão foi possível renovar sensivelmente o quadro de funcionários, com pessoal mais jovem e tecnicamente mais habilitado. Também foi ampliado a todos o expediente de trabalho de 8 horas por dia.

AGRADECIMENTOS

40. Ao encerrar minha missão em Teerã, registro meus empenhados agradecimentos à presidenta da República Dilma Rousseff e ao então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, que me honraram com a designação para chefiar esta relevante representação brasileira, cuja importância avulta

ainda mais nesta nova fase da história do Irã e de suas relações com o mundo.

41. Agradeço, igualmente, a Vossa Excelência e aos então ministros Luiz Alberto Figueiredo Machado e Mauro Vieira que o precederam, pelas diretrizes claras e apoio constante à consecução de minha missão.

42. Agradeço, por fim, aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e, por seu intermédio, a todos os senhores Senadores da República, pela aprovação de minha designação para a Embaixada do Brasil em Teerã, confirmada em 28 de fevereiro de 2013 pelo Plenário da Casa.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 92, DE 2016

(nº 504/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 504

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Os méritos do Senhor Rodrigo de Azeredo Santos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de setembro de 2016.

EM nº 00312/2016 MRE

Brasília, 8 de Setembro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **RODRIGO DE AZEREDO SANTOS**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de RODRIGO DE AZEREDO SANTOS para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 590 - C. Civil.

Em 22 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Atenciosamente,

DANIEL SIGELMANN
Secretário-Executivo da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE RODRIGO DE AZEREDO SANTOS

CPF.: 603.163.061-34

ID.: 66562072/IFP

1966 Filho de Theophilo de Azeredo Santos e Maria Amelia Ferraz de Azeredo Santos nasce em 14 de janeiro, no Rio de Janeiro

Dados Acadêmicos:

1986 Bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro
 1987 Curso de Ciências Políticas no Instituto Católico de Paris
 1990 Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, Schiller International University, Londres
 1992 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata pelo Instituto Rio Branco
 2001 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata pelo Instituto Rio Branco
 2008 Curso de Altos Estudos pelo Instituto Rio Branco. Tese, aprovada com louvor: "A criação do Fundo de Garantia do Mercosul. Vantagens e Proposta"

Cargos:

1992 Terceiro-Secretário
 1997 Segundo-Secretário, por merecimento
 2002 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2006 Conselheiro, por merecimento
 2009 Ministro de Segunda Classe

Funções:

1992-94 Divisão da Ásia e Oceania I, Subchefe
 1994 Consulado-Geral em Hong Kong, Vice-Cônsul, Missão Transitória
 1994-97 Embaixada do Brasil em Moscou, Chefe dos Setores Econômico-Comercial e de Ciência e Tecnologia
 1997-2000 Embaixada do Brasil em Washington, chefe do Setor de Política Financeira
 2000-02 Embaixada do Brasil em Buenos Aires, chefe do Setor de Infraestrutura e de Integração Produtiva
 2002-04 Assessoria de Relações com o Congresso
 2004 Direção-Geral de Promoção Comercial
 2004-07 Divisão de Operações de Promoção Comercial, Subchefe
 2007-10 Divisão de Programas de Promoção Comercial, Chefe
 2010-13 Embaixada do Brasil em Londres, Ministro-Conselheiro, encarregado dos Setores Comercial e de Ciência e Tecnologia
 2013 Instituto Rio Branco, Coordenador-Geral
 2013 Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, Diretor

Cargos Docentes e Outras Atividades Acadêmicas:

1992-3 Instituto Rio Branco, Professor de Economia Internacional
 1994 Faculdades Integradas UPIS, Brasília, Professor de Economia Monetária na Graduação de Ciências Econômicas
 1998-99 American University, Washington, Palestrante no curso de Economia
 2004-10 Centro Universitário de Brasília/UNICEUB, Professor de Economia Política Internacional no curso de Graduação de Relações Internacionais

Publicações:

2011 O Fundo de Garantia do Mercosul: Vantagens e Proposta, FUNAG

Condecorações:

2015 Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz

PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ**

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ	
NOME OFICIAL:	República Islâmica do Irã
GENTÍLICO:	Iraniano
CAPITAL:	Teerã
ÁREA:	1.648.000 km ²
POPULAÇÃO:	79,11 milhões (2015)
LÍNGUA OFICIAL:	Farsi (Persa)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo xiita (89%); Islamismo sunita (9%); Baha'ismo (0,5%); Cristianismo (0,17%); Zoroastrismo (0,07%); Judaísmo (0,04%).
SISTEMA DE GOVERNO:	República
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Consultiva Islâmica (Majlis); Parlamento unicameral, composto por 290 membros, eleitos para mandatos de quatro anos.
CHEFE DE ESTADO:	Líder Supremo Aiatolá Ali-Hosseini Khamenei (desde 1989)
CHEFE DE GOVERNO:	Presidente Hassan Rouhani (desde 2013)
CHANCELER:	Mohammad Javad Zarif (desde 2013)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 425,33 bilhões (2015)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 1,36 trilhões (2015)
PIB PER CAPITA (2015)	US\$ 5.376,44 (2015)
PIB PPP PER CAPITA (2015)	US\$ 17.191,25 (2015)
VARIAÇÃO DO PIB	3,96% (estimativa para 2016); 0,03%(2015); 4,34(2014); -1,91% (2013); -6,61% (2012); 3,75% (2011) - Fonte: Statista
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2015):	0,77 (69ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	75,4 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	98,03%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	11,7% (Fonte: Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA:	rial iraniano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Mohammad Ali Ghanezadeh Ezabadi (desde 2012)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 130 brasileiros residentes no Irã (2014)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-IRÃ (fonte: MDIC)									
Brasil → Irã	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	547,31	445,21	883,00	971,59	1.848,59	1.237,09	2.367,49	1.617,75	669,46
Exportações	494,54	441,95	869,16	968,63	1.837,60	1.218,11	2.332,25	1.609,14	666,18
Importações	50,77	3,26	13,84	2,96	10,99	18,98	35,24	8,61	3,28
Saldo	445,77	438,69	855,32	965,67	1.826,61	1.199,13	2.297,01	1.600,53	662,90

Informação elaborada em 12/07/2016, por Rodrigo Alexandre Oliveira de Carvalho.

APRESENTAÇÃO

O Irã é um país de confluência geográfica, situado entre a Ásia Central, a Ásia Meridional, o Cáucaso e o Oriente Médio.

Herdeiro de tradições milenares e situado no entroncamento de diversas civilizações (tendo sido a persa, ela própria, uma das mais relevantes e influentes da humanidade), desempenhou papel crucial na história da Antiguidade e na formação dos povos centro-asiáticos e médio-orientais.

É reveladora, a esse propósito, a própria condição geográfica multifacetada de que desfruta o Irã. A leste, o país faz fronteira com o Afeganistão e o Paquistão. A nordeste, seu espaço geográfico é demarcado pelo início do território do Turcomenistão. A oeste, é vizinho do Iraque e da Turquia. Ao norte, divide seus limites com o Azerbaijão e a Armênia, sendo também banhado pelo Mar Cáspio. Ao sul, há as costas do Golfo Pérsico e do Golfo de Omã, separadas entre si pelo Estreito de Ormuz. São sete vizinhos imediatos, sem contar aqueles que dividem com a nação iraniana o espaço do Mar Cáspio e dos Golfos.

O relevo do país presta-se, igualmente, ao papel de instrumento para a compreensão de muitas de suas características, sobretudo no que se refere à distribuição espacial de sua população. A paisagem iraniana é dominada por cordilheiras acidentadas, que separam diversas bacias hidrográficas ou planaltos. A parte ocidental, mais populosa, é também a mais montanhosa, com cordilheiras como as de Zagros e Elburz (esta última, abriga o ponto mais alto do país, o Damavand, com 5.604 m). A porção oriental compreende, em geral, áreas desérticas inabitadas, como a salina Dasht-e Kavir.

O território do Irã apresenta grandes planícies apenas na costa do Mar Cáspio e na extremidade setentrional do Golfo Pérsico, até seus limites, na desembocadura do rio Arvand (*Shatt al-Arab*). Planícies menores e descontínuas ocorrem no restante da costa do Golfo Pérsico, do Estreito de Ormuz e do Golfo de Omã.

O clima iraniano é, em geral, árido ou semiárido, embora a região ao longo do Mar Cáspio seja subtropical.

Muitos especialistas acreditam que a geografia e o relevo do Irã tiveram papel essencial em sua história política e econômica, ao longo dos séculos. Como visto, as montanhas abrigam diversos platôs, onde centros urbanos foram estabelecidos, tendo por base de sustentação a agricultura. O arranjo urbano típico presente nessas áreas era o de núcleos maiores, ao redor do qual orbitava uma miríade de pequenas vilas, de origem tribal. Cabe lembrar que os recursos

hídricos nesses espaços eram visivelmente mais generosos do que em outras partes do território iraniano.

Sob o ponto de vista histórico, o Irã é, em linhas gerais e simultaneamente, o legado, por um lado, da sofisticada civilização persa e, por outro, da influência islâmica, recebida a partir da ocupação árabe de seu território, no século VII. Pode-se dizer que o Irã atual seria, de maneira simplificada, o resultado da mescla e simbiose sincréticas dessas duas significativas referências, do que é prova, por exemplo, o fato de que seu idioma é o farsi, herdado de seu passado persa, mas que é escrito em caracteres árabes, fruto da islamização do país, há quatorze séculos.

PERFIS BIOGRÁFICOS

AIATOLÁ ALI-HOSEINI KHAMENEI

Líder Supremo



Nasceu em Mashhad, em 1939. Em 1957, ingressou no seminário islâmico de Najaf (Iraque). De 1958 a 1964, cursou jurisprudência e filosofia no seminário islâmico da cidade iraniana de Qom, principal centro de estudos religiosos do xiismo persa. Naquela localidade, teve como professor e mentor intelectual o Aiatolá Ruhollah Khomeini (futuro líder da Revolução Islâmica de 1979). Em 1962, ainda em Qom, Khamenei juntou-se ao Movimento Islâmico de Khomeini, que se opunha às políticas pró-americanas e ocidentalizantes do Xá Reza Pahlevi. Apesar de exílios e aprisionamentos, Khamenei permaneceu no movimento por 16 anos.

Em maio de 1963, foi preso pela Polícia Política do Xá pela primeira vez, juntamente com Khomeini. Voltou a ser preso em 1964 e em 1976. Nesta última ocasião, foi sentenciado ao degredo em Iranshahr, por três anos.

Em princípios de 1979, durante o ápice da agitação popular no Irã, Khamenei retornou a Mashhad, onde participou das manifestações contra o Governo do Xá. Na sequência da queda do monarca iraniano, Khamenei tornou-se, por decreto de Khomeini, membro do Conselho Revolucionário Islâmico, composto por importantes personalidades, entre elas *Shahid* (“mártir”) Mottahari, *Shahid* Beheshti e Hashemi Rafsanjani.

Após a Revolução Islâmica, foi Vice-Ministro de Defesa e Supervisor da Guarda Revolucionária Islâmica por breve período. Foi eleito deputado pelo distrito de Teerã (1980); representante de Khomeini no Conselho Supremo de Segurança Nacional (1981); Presidente eleito da República Islâmica e Presidente do Departamento Cultural do Conselho Supremo da Revolução (1982); Presidente do Conselho de Discernimento (1988); Chefe do Comitê de Revisão Constitucional e Líder Supremo da República Islâmica do Irã, por escolha da Assembleia dos Sábios, após a morte do Aiatolá Khomeini (1990).

HASSAN ROUHANI

Presidente da República



Nasceu em 1948, na vila de Sorkheh, província de Semnan. Formou-se em Direito pela Universidade de Teerã (1972), é Mestre (1995) e Doutor (1999) em Direito pela Universidade Caledoniana de Glasgow. Detém o título de "Hojatoleslam" (autoridade no Islã e título imediatamente inferior ao de Aiatolá) e é um "mujtahid" (um estudioso do Islã capaz de interpretar a *Charia*).

Nos anos setenta, participou de manifestações contra o Xá e, por volta de 1978, juntou-se ao grupo de Khomeini, em Paris. Após a Revolução Islâmica, foi eleito para o Parlamento (1980-84) e reeleito quatro vezes (1984-2000). Em seus últimos dois mandatos, foi Vice-Presidente do Parlamento. Na sequência da ascensão de Ali Khamenei ao cargo de Líder Supremo (1989), passou a integrar o Conselho Supremo de Segurança Nacional, como Representante do Líder, cargo ao qual renunciou, com a eleição de Mahmoud Ahmadinejad.

Em 1991, foi nomeado para o Conselho de Discernimento, poderosa instituição do sistema político iraniano (após o Líder Supremo e o Conselho de Guardiões), cuja função é a de dirimir disputas entre o Parlamento ("Majlis") e o Conselho de Guardiões.

Desde 1992, preside o Centro de Pesquisas Estratégicas, "think-tank" subordinado ao Conselho de Discernimento, que realiza estudos sobre política externa, relações internacionais, economia e cultura. É membro da Assembleia dos Sábios desde 2000 (foi reeleito em 2006 e em 2016). A Assembleia é formada por 88 "mujtahids", cuja função é avaliar o desempenho do Líder Supremo e, em caso de falta, escolher seu substituto. A Assembleia poderia, por conseguinte e em teoria, destituir o Líder.

Rouhani foi o único clérigo a integrar a equipe negociadora iraniana para o dossiê nuclear – foi Negociador-Chefe, entre 2003 e 2005, bem como Assessor de Segurança Nacional nos Governos Rafsanjani (1989-97) e em parte dos Governos Khatami (2000-2005).

Elegeram-se Presidente do Irã em 14 de junho de 2013.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã foram estabelecidas em 1903. Desde então, o Brasil reconhece oficialmente o importante papel do Irã como potência regional, bem como o legado histórico e civilizacional do país.

Os primeiros acordos de cooperação cultural foram assinados nos anos 50, durante o Governo de Juscelino Kubitschek. O Irã foi um dos primeiros países a instalar uma embaixada em Brasília e, em 1961, a legação brasileira em Teerã foi alçada ao *status* de embaixada.

Em 1965, o Xá Reza Pahlavi esteve no Brasil, ao protagonizar a primeira visita de um Chefe de Estado iraniano ao país. Em 1991, o então Chanceler Francisco Rezek liderou uma comitiva de empresários em viagem oficial a Teerã. Em 1994, foi a vez do Chanceler iraniano Ali Akbar Velayati visitar Brasília e São Paulo.

O relacionamento bilateral registrou particular impulso na segunda metade da década passada, entre os anos de 2008 e 2010, quando a importância conferida ao Irã na agenda externa brasileira traduziu-se em intensa troca de visitas de altas autoridades, acompanhadas de missões empresariais e da assinatura de vários acordos e memorandos de entendimento. Essa tendência teve seu ápice com as visitas do então Presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, ao Brasil, em 2009, e do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Irã, em 2010.

O Brasil tornou-se interlocutor relevante para o Irã, principalmente em razão de seu engajamento positivo no tratamento da questão do Programa Nuclear Iraniano. Por ocasião da visita do então Presidente Lula da Silva ao país, firmou-se, em parceria trilateral com a Turquia, a "Declaração de Teerã", sobre o referido Programa, documento que poderia ter contribuído para o desbloqueio das negociações então em curso entre aquela nação e potências ocidentais. Não foi possível, entretanto, colocar-se em prática o acordo alcançado. Houve, na sequência dessa tentativa, nova rodada de sanções contra o Irã, no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nos últimos anos, os efeitos das sanções aplicadas pela ONU, assim como de sanções impostas unilateralmente por alguns países ao Irã, em tópicos alheios ao tema nuclear, afetaram o dinamismo das relações bilaterais. Ainda assim, o diálogo político foi aos poucos sendo retomado, a partir dos encontros dos então Ministros das Relações Exteriores Antonio Patriota e Luiz Alberto Figueiredo com o Chanceler do Irã, Mohammad Javad Zarif, à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas, respectivamente em 2012 e 2013. Houve também visita oficial a Teerã realizada pelo Ministro Patriota, por ocasião da posse do atual Presidente iraniano, Hassan Rouhani, em agosto de 2013.

O então Ministro Mauro Vieira visitou Teerã, em setembro de 2015. Na sequência, houve missão empresarial àquela capital capitaneada pelo então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro. Ambas visitas configuram claro testemunho da disposição brasileira de promover o adensamento dos laços políticos e econômico-comerciais com o Irã.

O Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Irã foi implementado em 2007, em nível de Vice-Ministros. Registre-se a realização de reuniões do Mecanismo em Teerã, em setembro de 2009, em Brasília, em agosto de 2011, e novamente em Teerã, em abril de 2016.

O Brasil recebeu com satisfação a exitosa conclusão, em 2015, do "Joint Comprehensive Plan of Action" (JCPOA); o instrumento ensejou o levantamento oficial de sanções contra o Irã relacionadas a seu dossiê nuclear, em janeiro de 2016. O instrumento permitirá assegurar a natureza exclusivamente pacífica do referido Programa, bem como a progressiva normalização das relações do Irã com a comunidade internacional.

O JCPOA, firmado entre o Irã e os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, mais a Alemanha, também enseja a possibilidade de retomada do intercâmbio comercial entre o Brasil e o Irã, fortemente afetado, nos últimos anos, pelas sanções impostas contra aquele país, sobretudo no tocante a seu setor bancário, o que comprometeu o estabelecimento de fluxos financeiros regulares que pudessem viabilizar exportações brasileiras em larga escala, em direção ao mercado iraniano. No futuro, quando forem equacionadas as questões em apreço, será possível vislumbrar diversas oportunidades comerciais para os empresários brasileiros no promissor mercado iraniano, notadamente no que se refere ao agronegócio, mas também em outras áreas, como equipamentos industriais e de transporte.

Nesse contexto, o Brasil considera o Irã como parceiro privilegiado, razão pela qual tem acolhido gestões diversas de autoridades iranianas e missões de empresários daquele país, igualmente interessados na expansão do intercâmbio comercial bilateral. As autoridades brasileiras têm, ademais, buscado colaborar para que o Irã possa, com a brevidade possível, equacionar as restrições bancário-financeiras de que ainda é objeto, de maneira que esteja habilitado a realizar todo seu potencial na esfera econômico-comercial, já no futuro próximo.

No tocante a novos acordos bilaterais, caberia destacar que foram ultimados, em setembro de 2015, os trâmites para a entrada em vigor do Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, assinado em novembro de 2009 e aprovado pelo Congresso Nacional em agosto de 2014.

Há também boas perspectivas de entendimento em relação a Acordos sobre Cooperação Jurídica em Matéria Civil e Penal, de Extradicação, sobre Transferência de Pessoas Condenadas e de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

Ainda na esfera do relacionamento bilateral, cabe mencionar que deverão visitar o Brasil, nos próximos meses, o Ministro das Relações Exteriores, Javad

Zarif; o Ministro da Economia, Ali Tayebnia, para co-presidir reunião da Comissão Econômico-Comercial Bilateral; e o Presidente do Alto Conselho de Direitos Humanos, Mohammad Larijani, a fim de dar continuidade ao Diálogo Bilateral Estruturado na área de Direito Humanos.

Assuntos consulares

Teerã concentra setenta por cento da comunidade brasileira no Irã, que totaliza cerca de 130 cidadãos. É composta predominantemente de mulheres brasileiras que se casaram com iranianos em terceiros países, além de cônjuges iranianos que, em alguns casos, adotaram nacionalidade brasileira (sem prejuízo da nacionalidade iraniana), e seus filhos.

Verifica-se também no país, com relativa frequência, a presença de atletas brasileiros, que cumprem contratos de trabalho temporários em clubes locais, mormente jogadores e técnicos de futebol e vôlei.

O contato entre os membros da comunidade brasileira se tem fortalecido recentemente a partir da formação de rede de contatos virtuais e da organização de atividades periódicas pela Embaixada brasileira.

POLÍTICA INTERNA

A base do sistema político do Irã assenta-se, primordialmente, em seu eleitorado, que promove – por meio do voto direto– a escolha dos representantes a ocuparem as três instâncias de poder que compõem o Estado iraniano. Ao contrário dos regimes republicanos ocidentais, o sistema iraniano é sustentado por assembleias de natureza laica, mas conta com outras de orientação religiosa, que dividem com as primeiras as atribuições governamentais. Assim procedendo, o Irã combina, em um sistema híbrido e singular, tendências políticas de natureza republicana e teocrática, simultaneamente.

Os eleitores considerados habilitados no sistema político daquele país são todos os cidadãos ali nascidos e que atingiram a idade mínima de quinze anos. As mulheres têm o direito de votar, bem como os cidadãos residentes no exterior, devidamente cadastrados. Por intermédio do voto, os iranianos determinam a formação do Parlamento unicameral do país, o *Majlis-e-Shura-ye-Eslami*, composto por 290 membros. Cinco assentos daquele colegiado são reservados para

as minorias religiosas reconhecidas pelo regime, a saber: zoroastras, judeus e cristãos (estes últimos armênios, em sua maioria).

O *Majlis* exerce o poder legislativo no Irã, sendo responsável pela aprovação de leis, dos tratados internacionais e do orçamento nacional. Detém, também, a prerrogativa de aprovar e, em alguns casos, provocar a destituição do Governo, inclusive do Presidente. Caso um terço do *Majlis* retire sua confiança no mandatário, este contará com um mês para apresentar explicações ao legislativo, que avaliará a pertinência das referidas justificativas. Na situação em que dois terços dos parlamentares manifestem perda de confiança, o chamado Líder Supremo da nação é informado, para que tome a decisão de destituir o Presidente, se for o caso. O mandato parlamentar de um representante no *Majlis* é de quatro anos.

O voto direto determina, igualmente, o escolhido para exercer o cargo de Presidente da nação. Segundo a constituição do Irã, o Presidente é a mais alta autoridade do país, logo após o Líder Supremo. O Poder Executivo do Estado iraniano é exercido pelo Presidente, que deve ser um xiita nativo, eleito para um mandato de quatro anos. Os candidatos ao cargo devem ser previamente aprovados pelo chamado Conselho dos Guardiões. O Presidente é responsável pelo cumprimento da Constituição, nomeia e supervisiona o Conselho de Ministros, coordena as decisões de governo e submete as políticas governamentais à apreciação do Parlamento. É assessorado por oito Vice-Presidentes e 21 Ministros, todos previamente aprovados pelo Legislativo, por sua indicação. O Presidente não controla as forças armadas, prerrogativa exclusiva do Líder Supremo. Embora possa nomear os Ministros da Informação e da Defesa, costuma consultar o Líder Supremo antes de submeter seus nomes à apreciação do legislativo, para o voto de confiança.

Registre-se que, nos últimos anos, o titular do cargo, o Presidente Hassan Rouhani, buscou equacionar, como prioridade, a questão do dossiê nuclear iraniano e, dessa forma, promover a reinserção econômica e política do Irã na comunidade internacional, com o propósito de reabrir caminho para o desenvolvimento do país.

O sufrágio universal também decide quem serão os representantes a formar a chamada Assembleia dos Sábios, ou Especialistas. Eleitos para um mandato de oito anos, os oitenta e seis membros dessa câmara especializada são líderes religiosos que determinam a escolha do Líder Supremo (bem como sua eventual destituição).

O Líder Supremo é o Chefe de Estado do Irã, nomeado em caráter vitalício, em função de seus conhecimentos de teologia islâmica, pela vertente xiita. Determina a direção geral da política iraniana, ouvido o chamado Conselho de Discernimento, e atua como árbitro entre os poderes executivo, legislativo e

judiciário. Também é o comandante supremo das forças armadas, competindo-lhe declarar a guerra e celebrar a paz, bem como nomear e demitir os comandantes de cada uma das forças armadas. Suas prerrogativas incluem também o poder de nomear a principal autoridade do Poder Judiciário, que, por sua vez, designa o Procurador-Geral e o Presidente da Corte Suprema, o diretor de rádio-televisão estatal e seis dos doze membros do Conselho de Guardiões. O Líder Supremo pode ainda exonerar o Presidente, caso o considere inapto para a função.

O Líder é aclamado como a principal liderança do governo iraniano e assume a importante tarefa de indicar parte do “Conselho de Guardiões da Constituição”. O Conselho de Guardiões é um órgão de controle constitucional composto por doze juristas, sendo seis clérigos especialistas em direito religioso - nomeados pelo Líder Supremo - e seis juristas, nomeados pelo chefe do poder judiciário e aprovados pelo legislativo. O Conselho interpreta a constituição, pronuncia-se sobre a constitucionalidade (e a compatibilidade com a Charia) das leis votadas pelo legislativo e aprova - com base na ideologia - os candidatos a Presidente, a deputado e a membro da Assembleia dos Especialistas.

O Conselho é considerado o principal instrumento de manutenção das leis constitucionais e também de manifestação da vontade do Líder Supremo. Os especialistas que ali têm assento são designados, entre outras tarefas, para averiguar cada uma das candidaturas apresentadas antes da realização de um pleito eleitoral. Caso um candidato deixe de ser considerado um defensor da constituição e da lei islâmica, o Conselho poderá invalidar sua candidatura.

Há ainda o "Conselho de Discernimento do Interesse Superior do Regime", que é um órgão de arbitramento entre o *Majlis* e o Conselho de Guardiões. Uma lei aprovada pelo *Majlis* que seja eventualmente rejeitada ou contestada pelo Conselho, no exercício de suas funções de controle da constitucionalidade, é submetida ao Conselho de Discernimento, para decisão final. O órgão, criado em 1988, por decreto do Aiatolá Khomeini, compõe-se de 22 membros, nomeados pelo Líder Supremo, incluindo os seis líderes religiosos com assento no Conselho de Guardiões e os chefes dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo (o Presidente), bem como o ministro cuja pasta trata do assunto a ser discutido, acompanhado de mais uma dúzia de outras personalidades, escolhidas *ad hoc*.

No que se refere ao Poder Judiciário, cabe ressaltar que, como indicado, o Líder Supremo nomeia seu chefe, o qual, por sua vez, indica o Presidente da Corte Suprema e o Procurador-Geral. Há diversos tipos de juizados - desde os que julgam casos cíveis e criminais comuns até as "cortes revolucionárias", que apreciam crimes contra a segurança nacional e cujas decisões são inapeláveis.

POLÍTICA EXTERNA

O Irã é membro das Nações Unidas e está presente em todas suas agências especializadas. É observador na Organização para Cooperação de Xangai.

No campo da política externa, os esforços recentes do Irã, com vistas à redinamização de seu relacionamento com a comunidade internacional, têm-se desenvolvido sob o signo do levantamento das sanções multilaterais relacionadas ao dossiê nuclear daquele país.

Em julho de 2015, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou Resolução que endossou o Plano de Ação Conjunto Abrangente (“Joint Comprehensive Plan of Action” – JCPOA), negociado por Teerã com países do P5+1 (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança - China, França, EUA, Reino Unido e Rússia, mais Alemanha).

Após diversas etapas preparatórias, o chamado “Dia da Implementação” do JCPOA teve lugar em 16 de janeiro de 2016, como recompensa por ter o Irã cumprido, até aquela data, todas as obrigações previstas no referido Plano, relativas às limitações impostas a seu Programa Nuclear (restrições cujo propósito era o de assegurar a natureza pacífica do referido Programa).

O CSNU, por sua vez, recebeu relatório da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA, que confirma ter o Irã observado o disposto no JCPOA, o que ensejou o levantamento das sanções emanadas das restrições internacionais ao Programa Nuclear Iraniano. A tendência, a partir do advento do Plano de Ação e apesar de eventuais percalços, é de normalização progressiva das relações daquele país com a comunidade internacional a médio e longo prazos.

Nesse contexto, ao Irã interessa explorar, já no futuro próximo, caminhos para promover o fortalecimento de seus laços econômico-comerciais com o mundo. A atual política externa iraniana reflete, nessas circunstâncias e em larga medida, a tentativa de transformar a excelente oportunidade que é o JCPOA em resultados concretos para a economia iraniana, fragilizada por anos de restrições internacionais.

O Irã, por outro lado, é único grande país da Ásia Central e do Oriente Médio a adotar o xiismo, minoritário no Islã. Sua atuação regional também pauta-se, por conseguinte, pela necessidade de evitar o isolamento. O país equacionou seus principais desafios internos (inclusive com a conclusão do acordo relativo a seu programa nuclear) e se vê em condições de impulsionar sua projeção regional

e internacional. No Oriente Médio, o país tem buscado prestar apoio a minorias xiitas ou assemelhadas, em países como o Iêmen, a Síria, o Líbano e o Iraque.

No tocante especificamente à sua dimensão centro-asiática, caberia destacar, em particular, o relacionamento do Irã com seus dois vizinhos imediatos a leste, Paquistão e Afeganistão. Irã e Paquistão cooperam na repressão ao tráfico de drogas e à ação de grupos separatistas atuantes na fronteira comum, além de manterem importante projeto conjunto em integração energética, que prevê a construção de gasoduto para transporte de gás iraniano ao mercado paquistanês. Ambos países também atuaram conjuntamente no apoio ao Afeganistão, após a ocupação norte-americana, bem como abrigam as maiores comunidades de refugiados afegãos no mundo.

As relações Irã-Paquistão vivem momento positivo. Em março de 2016, o Presidente Rouhani realizou a primeira visita de um Presidente iraniano ao Paquistão, em mais de uma década, acompanhado de robusta delegação empresarial. A visita resultou na assinatura de Plano Estratégico de Cooperação Comercial quinquenal e em acordos de cooperação em educação, cultura e saúde.

Já no que se refere ao Afeganistão, desde a invasão norte-americana o Irã desempenha papel importante naquele país, com o qual compartilha história, língua e cultura. Os iranianos colaboraram com os EUA no estabelecimento do Governo afegão pós-Talibã e participaram ativamente da reconstrução do país.

O comércio bilateral e os investimentos iranianos (em infraestrutura, agricultura e saúde) no Afeganistão aumentaram consideravelmente. O Afeganistão é hoje o quarto principal destino das exportações extrapetrolíferas iranianas. Como mencionado, o Irã também abriga numerosa comunidade de refugiados afegãos (cerca de 2 milhões, um terço dos quais documentados), que representam cerca de 97% do total de refugiados no país. A política adotada pelas autoridades iranianas para os refugiados afegãos é reconhecida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Outro tema relevante no relacionamento bilateral com o Afeganistão é o controle fronteiriço, em área ainda sujeita à instabilidade decorrente do tráfico de drogas e da atividade de grupos terroristas. O Irã tem sido vigilante em relação à questão e mantém infraestrutura de monitoramento permanente na região limítrofe em apreço.

No Cáucaso, caberia destacar a atuação conciliadora do Irã em relação ao território de Nagorno-Karabakh. De maneira geral, o país tem interesse em promover o diálogo entre a Armênia e o Azerbaijão nesse tópico, de modo a facilitar a estabilização daquela área. Teerã considera aqueles dois países, sob o

ponto de vista histórico, como membros do "Grande Irã" do passado. Há minorias étnicas provenientes de ambas as nações no território iraniano.

No espaço geográfico da Ásia Central e Meridional, há ainda que se considerar o estratégico relacionamento sino-iraniano. A influência da China naquela área é naturalmente aspecto central para a política externa iraniana. No início de 2016, a chegada a Teerã de trem partindo da China, como parte da iniciativa chinesa "One Belt, One Road", que pretende resgatar a antiga Rota da Seda, mediante pesadas inversões na conectividade física de diversos países da Eurásia, foi celebrada como importante marco para a reconstrução daquela rota.

O Irã busca, por conseguinte, compartilhar o espaço econômico da Ásia Central com a China, de cujos projetos de infraestrutura e integração regional tende a beneficiar-se, em vista de seu interesse estratégico de retomar a posição histórica de ponto de conexão entre o Oriente e o Ocidente. Pleiteia, nesse sentido, ingresso como membro pleno na Organização para a Cooperação de Xangai.

Cabe salientar que as relações bilaterais com a China possuem dinâmica própria e ocupam espaço privilegiado na agenda iraniana, seja pelo volume das relações comerciais - a China é o principal parceiro comercial e maior importador de petróleo - seja pelo apoio decisivo prestado pelo lado chinês no auge das sanções a que esteve sujeito o Irã, bem como nas negociações relativas ao dossiê nuclear.

Caberia, por fim, destacar outro eixo fundamental da política exterior iraniana: suas relações com a Índia. O desafio iraniano, neste caso, é o de conciliar, de um lado, a proximidade com a Índia em questões políticas, econômicas (o país é o segundo maior comprador de petróleo iraniano) e de defesa e, de outro, as afinidades religiosas com o Paquistão, bem como seus interesses fronteiriços comuns, na área de segurança.

O relacionamento com a Índia tem sido tratado como prioritário por Teerã, como testemunham entendimentos recentes para angariar investimentos indianos no porto iraniano de Chabahar, que poderá transformar as rotas marítimas com o Irã no principal ponto de entrada indiano no Oriente Médio. Ademais, por meio das conexões do Irã com a Rússia e o Afeganistão, a Índia também busca alcançar, com maior eficiência, todo o mercado da Ásia Central.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia iraniana é a segunda maior do Oriente Médio e do Norte da África (MENA), a 29ª do mundo, em termos de Produto Interno Bruto, e a décima oitava, em Paridade do Poder de Compra (registre-se que a maior economia do

MENA é atualmente a da Arábia Saudita). Em 2014, o Irã figurou como o 53º importador e como o 42º exportador mundial. Seu comércio internacional somou USD 119,8 bilhões, dos quais USD 55,7 bilhões foram importações.

As sanções restringiram significativamente as exportações iranianas. Em 2011, ápice recente do comércio internacional do país, a corrente de comércio foi de USD 176 bilhões, sendo que as importações iranianas somaram USD 59,5 bilhões, montante relativamente próximo ao patamar atual.

É a seguinte a origem das principais importações iranianas (2014), por ordem de valor: China, Emirados Árabes, Coréia do Sul, Turquia e Índia. Dados sobre comércio bilateral com Emirados Árabes Unidos, Turquia, China e Suíça via de regra ocultam triangulação comercial nas operações. O Irã é grande importador de suprimentos industriais, bens de capital, alimentos e outros bens de consumo.

É o seguinte o destino da maior parte das exportações iranianas, compostas majoritariamente de petróleo, por ordem de valor (2014): China, Índia, Turquia, Japão e Coreia do Sul.

Pela primeira vez, em 37 anos (desde o advento da Revolução Islâmica), o Irã registrou superávit na balança comercial de produtos não relacionados a petróleo e derivados (*“non-oil”*). Estatísticas locais apontam que, entre 21 março de 2015 e março de 2016, o Irã registrou superávit de USD 946 milhões. As exportações, no período, somaram USD 42,4 bilhões, tendo as importações alcançado 41,4 bilhões.

Especialistas acreditam que a economia iraniana apresenta considerável potencial de crescimento, já para o futuro próximo. Além de grandes reservas de petróleo, gás e minério, o Irã conta com indústria relativamente significativa e diversificada, população jovem e qualificada, agricultura competitiva e sistema de ciência, tecnologia e inovação razoavelmente estruturado. Espera-se que o levantamento das sanções ao país e a regularização de seu comércio internacional venha a impulsionar a expansão do PIB iraniano, ao longo de 2016.

Cientes dessas possibilidades, numerosos Chefes de Estado e Governo passaram a visitar o Irã, a partir de janeiro de 2016 (após a implementação do JCPOA) em busca da revitalização das relações comerciais, acesso ao mercado iraniano e oportunidades de investimento. Têm sido frequentes também as missões comerciais ao Irã compostas por empresários europeus, chineses e russos.

Existe, por outro lado, acentuada dependência da economia iraniana em relação ao setor público, cuja participação no PIB é de aproximadamente 61%. Nesse setor, as receitas provenientes da exportação de petróleo ainda constituem parte importante do orçamento.

Entretanto, apesar de contar com grandes reservas de petróleo (4ª maior no mundo) e de gás natural (2ª maior no mundo), a economia iraniana, como um todo, caracteriza-se por baixa dependência da área petrolífera, ainda que essa realidade pareça paradoxal. Esse cenário é, sobretudo, resultado do contexto de sanções vigente nos últimos cinco anos, fato que obrigou o Governo local a buscar formas criativas de minimizar a referida dependência, já que o setor petrolífero está diretamente vinculado ao mercado externo, até então bastante restrito para exportações iranianas.

O Irã sofreu, aliás, considerável impacto econômico, por conta das sanções, especialmente em 2012. Nesse período, aliados mais próximos dos EUA aderiram às sanções unilaterais norte-americanas contra o país. Na ocasião, ampliou-se o monitoramento e punições relativos à realização de operações financeiras com o Irã.

Apontam analistas que teria havido, ademais, desacertos na gestão macroeconômica do governo Ahmadinejad, agravando ainda mais a situação. O sistema financeiro iraniano sofreu, ainda, sérios desequilíbrios, decorrentes das restrições internacionais. Registrou-se alta da inflação e crise de liquidez, devido ao congelamento de recursos externos e à corrida por imobilização do capital doméstico. No plano microeconômico houve acentuada desarticulação interna, marcada pela multiplicação desordenada de atores financeiros, desrespeito às regras regulatórias, baixa transparência das operações e endividamento excessivo.

Por outro lado, o levantamento das sanções, a partir do JCPOA, poderá conferir à economia local impulso considerável por conta de três fatores: significativa redução dos custos de transação de comércio internacional com o Irã (segundo estimativas, durante as sanções a triangulação de operações comerciais e financeiras com terceiros países representava custos adicionais de pelo menos 10% por operação realizada); aumento da produção e retomada das exportações de petróleo e gás (especialmente para o mercado europeu, a Ásia e a Oceania) e descongelamento de ativos financeiros iranianos no exterior em torno de US\$ 100 bilhões, pertencentes ao setor privado e, em menor monta, ao Governo.

No tocante especificamente ao setor de petróleo e gás, caberia mencionar que suas exportações foram reduzidas, até o levantamento das sanções, para menos de 1 milhão *bpd*, o que representou perdas diretas da ordem de USD 160 bilhões. A limitação dessas receitas, bem como o bloqueio a investimentos estrangeiros no setor, resultaram em um custo indireto de USD 500 bilhões (valor que, estimam autoridades do Irã, seria atualmente necessário para recompor o parque industrial e logístico local e expandir sua produção, até 2020).

A retomada de exportações petrolíferas tem ocorrido, de qualquer forma, em ritmo acelerado, em especial pelo restabelecimento do comércio com a Europa

(que absorvia 42% das vendas, antes das sanções). China, Coreia do Sul, Índia e Japão também figuram como compradores de peso.

O mercado internacional receava que a retomada das exportações iranianas de petróleo pudesse provocar redução ainda maior no preço da *commodity*, então no patamar de USD 30,00 / barril. A Venezuela, com apoio do Catar e do Iraque, busca acordo entre Arábia Saudita e Rússia, para congelar a produção nos níveis de janeiro de 2016. O Irã aceitaria integrar acordo dessa natureza, mas apenas após retomar níveis de produção pré-sanções. O tema encontra-se em aberto.

É prioridade iraniana atrair investimentos internacionais para modernizar e ampliar o parque industrial de petróleo e gás, em todos os segmentos – extração, transporte e refino. Nesse sentido, o Irã planeja captar entre 100 e 200 bilhões de dólares, por meio de lançamento de títulos financeiros exclusivos para investimento no setor. Elaborou-se recentemente um novo modelo de contrato - o “Iran Petroleum Contract”, cujo lançamento, apesar de ter sido progressivamente adiado, poderá ocorrer em breve.

Sobre o "Contract", especula-se que o país estaria a aguardar contexto econômico propício para seu lançamento, do que dependeria a definitiva regularização das suas relações bancárias com o sistema financeiro internacional. Cogita-se, ainda, que o Irã estaria a estudar o potencial de atratividade do novo contrato, junto às grandes empresas de petróleo no mundo.

No tocante ao desenvolvimento iraniano, de um modo geral, o governo Rouhani deverá, na segunda metade de seu mandato, buscar avanços econômicos substantivos, de cujo sucesso depende sua possível reeleição em 2017. Para tanto, conta com o fundamental apoio da virtual maioria do Parlamento, no contexto de um governo de coalização formado entre reformistas e figuras de centro, no espectro político local.

Para cumprir seu plano de trabalho, o Presidente iraniano precisará, de qualquer forma, dar início a ampla revisão do arcabouço jurídico pertinente, bem como enfrentar resistências de atores econômicos direta ou indiretamente vinculados ao setor público. Procurará, ademais, buscar o fortalecimento do poder regulatório do Banco Central, aproximar ou unificar as taxas de câmbio hoje praticadas (oficial e paralelo) e combater a inflação. A inflação, em 2013 (no auge das sanções e ano anterior à posse de Rouhani), atingiu 42%. Em 2014, recuou para 16%. O Banco Central Iraniano registrou um índice de inflação de 12,6%, em fevereiro de 2016. A meta é concluir o ano persa 1395 (21 de março de 2016 a 20 março de 2017) com inflação na casa de um dígito.

O mandatário iraniano tenciona ainda combater o contrabando e rever a política de tarifas para o comércio exterior. Será necessário igualmente reestruturar o sistema tributário doméstico, buscando ampliar a arrecadação de impostos e assim reduzir a dependência do orçamento público em relação às receitas oriundas das exportações de petróleo.

O Governo iraniano está empenhado em promover a ampliação da participação do setor privado na economia, tanto por meio da atração de investidores internacionais, quanto pela melhora do ambiente de negócios para o capital privado nacional. Caberá resguardar e aperfeiçoar as condições para participação das pequenas e médias empresas iranianas, uma das marcas do perfil produtivo do país e grandes geradoras de emprego e renda. Como sinalizado, também é prioridade do Governo atrair investimentos externos e internos para reestruturar e ampliar os setores de Petróleo e Gás, Aviação, Mineração, Logística e Turismo.

A Administração Rouhani deverá redobrar esforços também para reduzir o desemprego, cujo índice, no último semestre de 2015, atingiu 10.7%. Com população predominantemente jovem, no futuro próximo o Irã precisará criar cerca de 655 mil novos empregos por ano, de modo a estabilizar o referido índice de desocupação e evitar seu crescimento (ou 1 milhão de novos empregos por ano, caso tencione reduzi-lo para apenas um dígito).

Uma população cada vez mais escolarizada tem tido dificuldade de encontrar ocupação condizente com seu nível de qualificação, em território iraniano. Mais de 150 mil jovens com educação superior deixam o país todos os anos. Embora não existam dados absolutamente precisos, é possível dizer que há significativo contingente de trabalhadores na economia informal, em ocupações temporárias ou até mesmo empregos regulares, mas que não contribuem para a Previdência Social local.

Outro tema central para a retomada do dinamismo da economia iraniana, de importância estratégica, é o equacionamento de suas dificuldades bancário-financeiras na arena internacional. Ainda não foram plenamente reestabelecidas as operações entre bancos iranianos e o sistema financeiro internacional, o que tem prejudicado enormemente aquele país. Bancos estrangeiros temem pela possibilidade de sofrerem elevadas multas por parte de autoridades dos EUA (na figura do “Office of Foreign Assets Control” do Tesouro norte-americano), pois permaneceram vigentes as sanções unilaterais norte-americanas não-relacionadas ao dossiê nuclear. O OFAC prossegue com o monitoramento das transações bancárias com o Irã. O impasse ganhou a opinião pública local, no final de março, ocasião em que o Líder Supremo, Ali Khamenei, fez críticas aos EUA nesse tópico durante sua mensagem de fim de ano.

A relativa ausência de informações sobre a saúde do sistema financeiro iraniano e sobre a compatibilidade de seus métodos com práticas internacionais consagradas ("compliance") é também um dos empecilhos para a regularização de sua reinserção no sistema bancário internacional. É prioridade do governo reformar regras e aumentar a fiscalização no setor, com vistas a garantir sua credibilidade e, assim, facilitar a reintegração financeira do Irã.

No que se refere ao relacionamento comercial Brasil-Irã, deve-se destacar que o intercâmbio bilateral vinha logrando aumentos progressivos, até 2011, quando a corrente de comércio alcançou seu ápice, no patamar de USD 2,3 bilhões.

No entanto, desde 2012, e em razão do impacto provocado pelas sanções impostas ao país, houve dificuldade em expandir e diversificar os fluxos de comércio e em estimular iniciativas bilaterais de investimento. O comércio Brasil-Irã se reduziu, por conseguinte, quase à metade de seu máximo patamar histórico, recuando para apenas USD 1,6 bilhões, em 2015.

Embora as exportações do Brasil para o Irã se concentrassem em produtos do agronegócio (sobretudo milho, açúcar, soja e carnes), não abrangidos pelas sanções da ONU, a imposição de sanções unilaterais por parte dos EUA às instituições financeiras iranianas afetou a disponibilidade de linhas de crédito para dar sustentação ao comércio entre os dois países.

O levantamento das sanções contra o Irã deverá ensejar novas oportunidades de expansão e diversificação do comércio bilateral. As trocas bilaterais atuais, situadas muito aquém de seu patamar histórico, são excessivamente concentradas em poucos produtos primários, bem como caracterizadas por grande assimetria a favor do Brasil (no primeiro semestre de 2015, as exportações brasileiras representaram 99,7% da corrente de comércio total, que era de USD 892 milhões).

Os principais produtos exportados pelo Brasil para o Irã foram milho, carnes, soja e açúcar, responsáveis pela quase totalidade da pauta. As exportações iranianas ao Brasil, por sua vez, concentram-se em frutas secas, utensílios de cozinha, pistache e tapetes.

O Irã tem buscado diversificar seus fornecedores de grãos (há uma aproximação em curso com o Cazaquistão), o que pode vir a comprometer parcialmente vendas brasileiras. Por outro lado, na visita que efetuou ao Irã, em dezembro de 2014, o então Ministro da Agricultura, Neri Geller, logrou obter o levantamento das barreiras sanitárias que pesavam contra as exportações de carne bovina brasileira para o mercado iraniano.

Os setores que parecem apresentar maior potencial de expansão das exportações brasileiras para o Irã são os de aviação (a renovação da frota aérea civil iraniana é prioridade governamental e deverá envolver encomendas de quatro centenas de aeronaves); máquinas e equipamentos industriais relacionados às áreas de petróleo e gás; maquinário de siderurgia, processamento agrícola, irrigação e tratamento de água; equipamentos médicos, medicamentos e vacinas para animais.

O mercado iraniano também parece capaz de absorver produtos brasileiros de tecnologia média ou alta, que combinem qualidade e preço competitivo e que possam disputar mercado com produtos europeus (já que o nicho de produtos populares tem sido dominado pela China).

Contribui positivamente para a promoção comercial brasileira no Irã o fato de existir enorme receptividade à imagem do Brasil, inclusive em decorrência de posições solidárias de nosso país durante o período mais árduo das sanções. O levantamento das sanções poderá, nesse contexto, abrir espaço relevante para investimentos brasileiros em áreas como aviação, construção civil, hidroeletricidade, mineração, infraestrutura e agricultura.

Cabe ressaltar que, em decorrência do iminente desbloqueio dos ativos financeiros iranianos no exterior, haverá vultoso afluxo de capitais em direção àquele país, razão pela qual será também oportuno explorar possibilidades de investimentos iranianos no Brasil, investimentos mútuos ou aporte conjunto em terceiros países.

Símbolo desse potencial, a tendência verificada recentemente é de realização de missões de empresários iranianos ao Brasil. Esses interlocutores têm-se mostrado interessados em investir na compra ou aluguel de terras, em infraestrutura agrícola e portuária e na compra de grãos, sem intermediação de empresas multinacionais.

São, por conseguinte, alvissareiras as perspectivas econômico-comerciais, no contexto do relacionamento bilateral Brasil-Irã.

Já no âmbito de sua circunstância centro-asiática, o Irã se tem apresentado como plataforma de logística e comunicação entre Europa, Ásia Central e Leste Asiático. Nesse sentido, investe no projeto Corredor de Transporte Internacional Norte-Sul (“International North-South Transport Corridor” - NSTC) e apoia iniciativas como “A Nova Rota da Seda”, liderada pela China.

Aquele país do extremo Oriente é, como visto, seu principal parceiro comercial, com quem as transações bilaterais chegam já a US\$ 52 bilhões. Deve-se levar em conta, ademais, que o Irã tem recebido da China pacote de investimentos e

linhas de crédito, para ampliação do comércio e instalação de infraestrutura, em tópicos de interesse comum sino-iraniano.

De qualquer forma, o Irã tem buscado diversificar parcerias, razão pela qual hoje conta com tratados bilaterais de investimentos com 53 países e tratados de bitributação com outros 44. As principais vantagens do país como destino de investimentos relacionam-se à presença de grandes reservas de gás e petróleo em seu território. Além disso, o país é importante produtor de zinco, chumbo, cobalto, alumínio, magnésio e cobre.

O Irã espera, por conseguinte, atrair vultosos investimentos para a economia local, bem como *joint-ventures*. A busca de desenvolvimento econômico autóctone é enfatizada pelo Governo. O estabelecimento de parcerias, cooperação e investimentos determinará, portanto, e ao que tudo indica, posição privilegiada para aqueles que pretendam atuar de maneira eficaz no mercado iraniano.

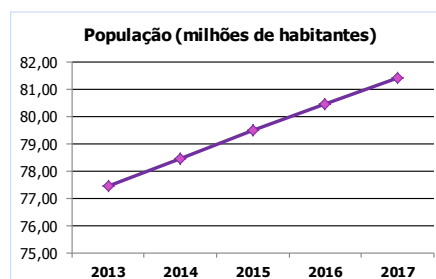
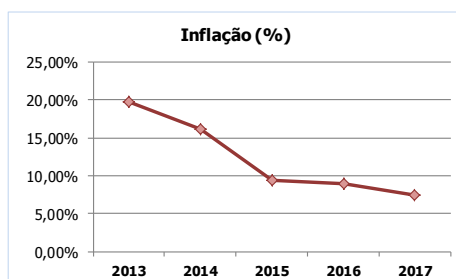
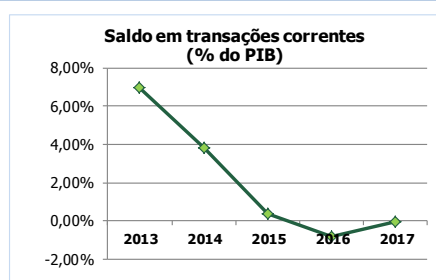
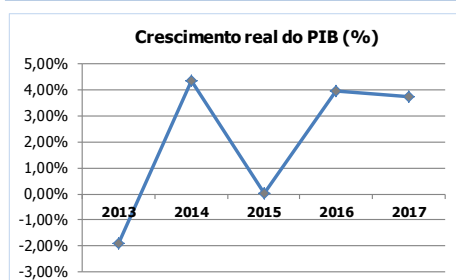
Principais indicadores socioeconômicos do Irã

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-1,91%	4,34%	0,03%	3,96%	3,74%
PIB nominal (US\$ bilhões)	380,35	416,49	387,61	386,12	409,30
PIB nominal "per capita" (US\$)	4.941	5.308	4.877	4.799	5.027
PIB PPP (US\$ trilhões)	1,28	1,36	1,37	1,44	1,51
PIB PPP "per capita" (US\$)	16.521	17.294	17.251	17.888	18.591
População (milhões de habitantes)	77,45	78,47	79,48	80,46	81,42
Desemprego (%)	10,44%	10,60%	10,80%	11,29%	11,56%
Inflação (%) ⁽²⁾	19,69%	16,18%	9,43%	9,00%	7,50%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	6,97%	3,82%	0,36%	-0,79%	-0,04%
Dívida externa (US\$ bilhões)	7,01	5,50	5,46	6,36	8,56
Câmbio (IR / US\$) ⁽²⁾	18,414	25,942	29,011	31,187	33,059
Origem do PIB (2015 Estimativa)					
Agricultura	9,3%				
Indústria	38,4%				
Serviços	52,3%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report June 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



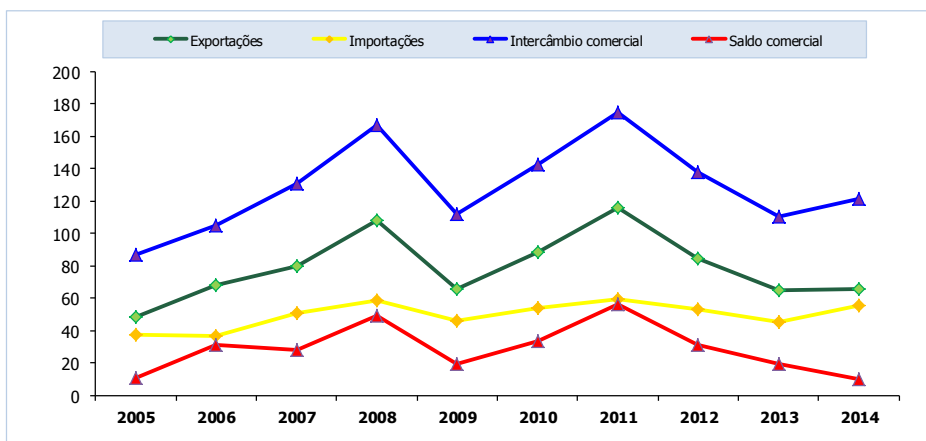
Evolução do comércio exterior do Irã
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	48,91	34,8%	37,73	22,4%	86,63	29,1%	11,18
2006	68,21	39,5%	36,89	-2,2%	105,10	21,3%	31,31
2007	79,56	16,6%	51,08	38,4%	130,63	24,3%	28,48
2008	107,96	35,7%	58,81	15,1%	166,77	27,7%	49,15
2009	65,71	-39,1%	46,25	-21,3%	111,96	-32,9%	19,45
2010	88,22	34,3%	54,30	17,4%	142,52	27,3%	33,92
2011	115,64	31,1%	59,58	9,7%	175,22	22,9%	56,06
2012	84,57	-26,9%	53,36	-10,4%	137,93	-21,3%	31,21
2013	65,10	-23,0%	45,79	-14,2%	110,89	-19,6%	19,30
2014	65,72	1,0%	55,57	21,4%	121,29	9,4%	10,14
Var. % 2005-2014	34,4%	--	47,3%	--	40,0%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.
O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Última posição disponível em 08/06/2016.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



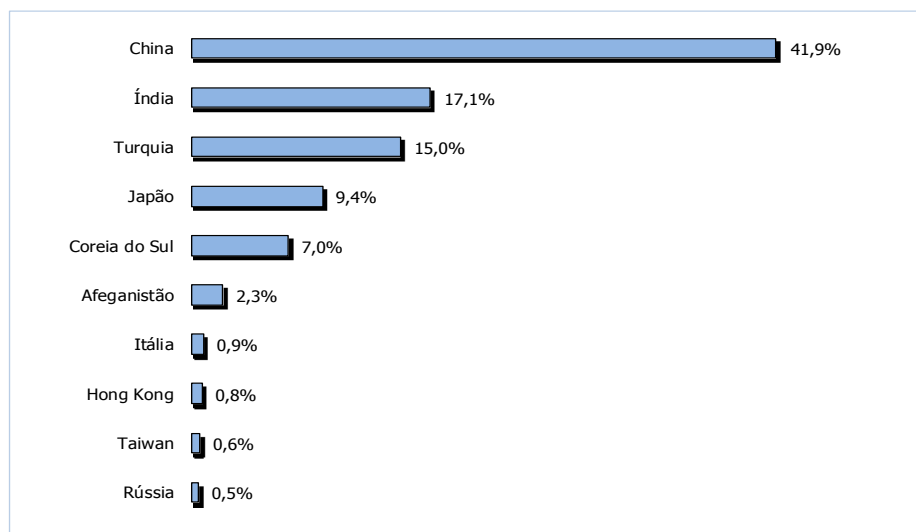
Direção das exportações do Irã
US\$ bilhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
China	27,51	41,9%
Índia	11,25	17,1%
Turquia	9,83	15,0%
Japão	6,18	9,4%
Coreia do Sul	4,58	7,0%
Afeganistão	1,51	2,3%
Itália	0,59	0,9%
Hong Kong	0,52	0,8%
Taiwan	0,41	0,6%
Rússia	0,36	0,5%
...		
Brasil (59ª posição)	0,01	0,01%
Subtotal	62,73	95,5%
Outros países	2,99	4,5%
Total	65,72	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações

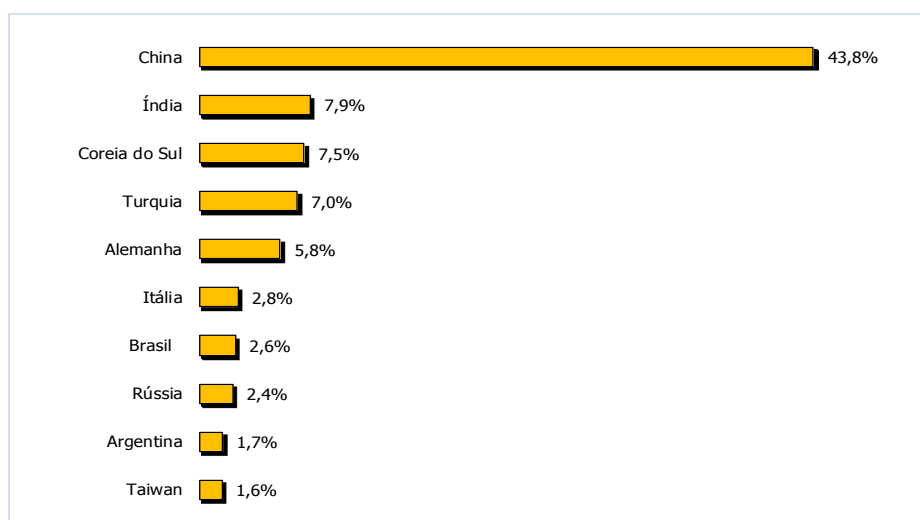


Origem das importações do Irã
US\$ bilhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
China	24,34	43,8%
Índia	4,40	7,9%
Coreia do Sul	4,17	7,5%
Turquia	3,89	7,0%
Alemanha	3,22	5,8%
Itália	1,53	2,8%
Brasil	1,44	2,6%
Rússia	1,33	2,4%
Argentina	0,93	1,7%
Taiwan	0,91	1,6%
Subtotal	46,15	83,0%
Outros países	9,42	17,0%
Total	55,57	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.
O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

10 principais origens das importações

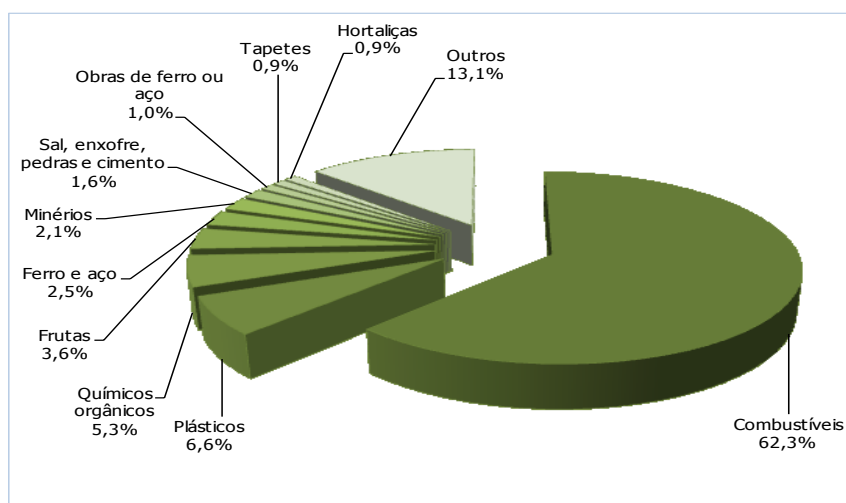


Composição das exportações do Irã
Em %

Grupos de Produtos	2 0 1 4
Combustíveis	62,3%
Plásticos	6,6%
Químicos orgânicos	5,3%
Frutas	3,6%
Ferro e aço	2,5%
Minérios	2,1%
Sal, enxofre, pedras e cimento	1,6%
Obras de ferro ou aço	1,0%
Tapetes	0,9%
Hortaliças	0,9%
Subtotal	86,9%
Outros	13,1%
Total	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap. June 2016.
O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

10 principais grupos de produtos exportados

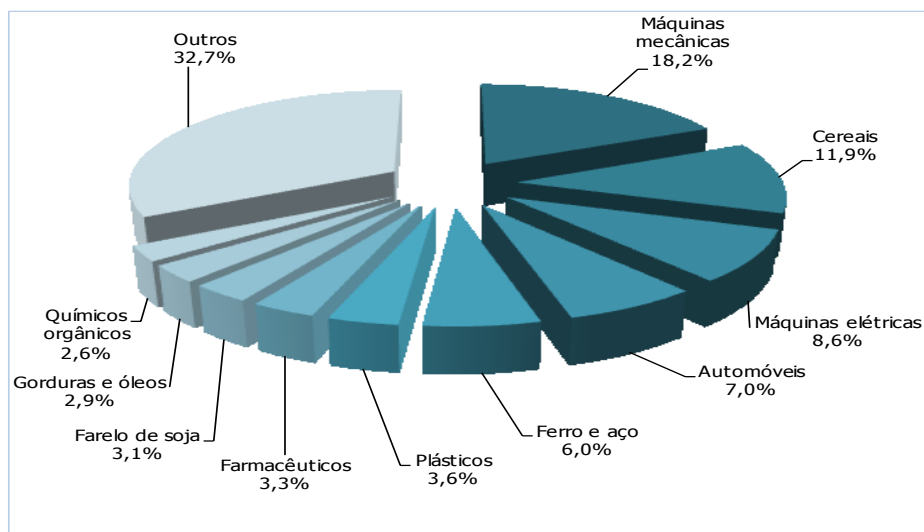


Composição das importações do Irã
Em %

Grupos de produtos	2 0 1 4
Máquinas mecânicas	18,2%
Cereais	11,9%
Máquinas elétricas	8,6%
Automóveis	7,0%
Ferro e aço	6,0%
Plásticos	3,6%
Farmacêuticos	3,3%
Farelo de soja	3,1%
Gorduras e óleos	2,9%
Químicos orgânicos	2,6%
Subtotal	67,3%
Outros	32,7%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016. O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

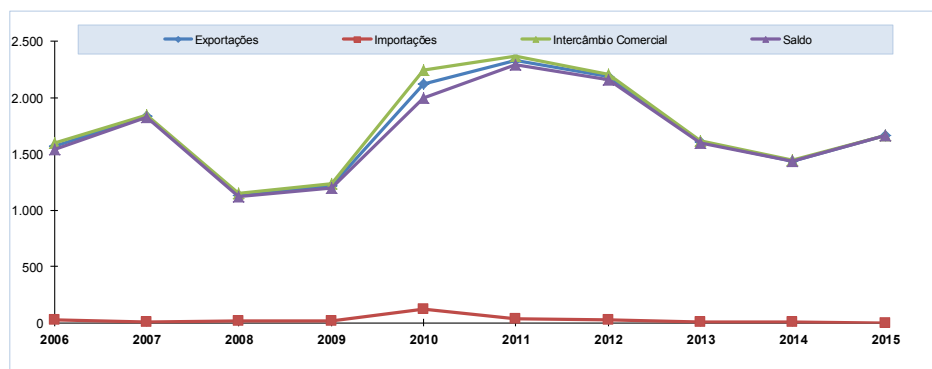
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Irã
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	1.568	61,9%	1,14%	31	943,0%	0,03%	1.599	64,6%	0,70%	1.537
2007	1.838	17,2%	1,14%	11	-64,4%	0,01%	1.849	15,6%	0,66%	1.827
2008	1.133	-38,3%	0,57%	15	34,4%	0,01%	1.148	-37,9%	0,34%	1.119
2009	1.218	7,5%	0,80%	19	28,4%	0,01%	1.237	7,7%	0,44%	1.199
2010	2.121	74,1%	1,05%	123	549,9%	0,07%	2.244	81,4%	0,58%	1.998
2011	2.332	10,0%	0,91%	35	-71,4%	0,02%	2.367	5,5%	0,49%	2.297
2012	2.184	-6,4%	0,90%	24	-32,7%	0,01%	2.208	-6,8%	0,47%	2.160
2013	1.609	-26,3%	0,66%	9	-63,7%	0,00%	1.618	-26,7%	0,34%	1.601
2014	1.439	-10,6%	0,64%	5	-41,7%	0,00%	1.444	-10,7%	0,32%	1.434
2015	1.666	15,8%	0,87%	3	-34,6%	0,00%	1.669	15,6%	0,46%	1.663
2016 (jan-mai)	766	23,9%	1,04%	8	382,7%	0,01%	773	24,8%	0,61%	758
Var. % 2006-2015	6,3%	--	--	-89,4%	--	--	4,4%	--	--	n.c.

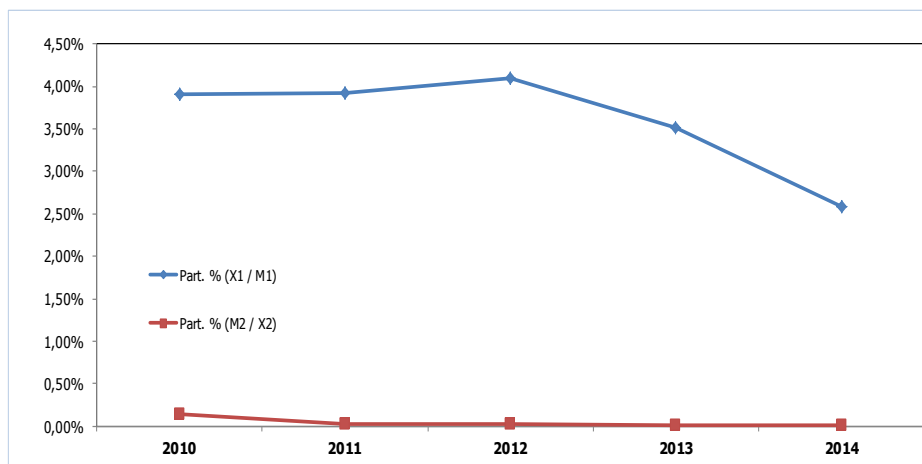
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



Part. % do Brasil no comércio do Irã
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para o Irã (X1)	2.121	2.332	2.184	1.609	1.439	-32,1%
Importações totais do Irã (M1)	54.302	59.580	53.358	45.793	55.572	2,3%
Part. % (X1 / M1)	3,91%	3,91%	4,09%	3,51%	2,59%	-33,7%
Importações do Brasil originárias do Irã (M2)	123	35	24	9	5	-95,9%
Exportações totais do Irã (X2)	88.221	115.643	84.571	65.095	65.715	-25,5%
Part. % (M2 / X2)	0,14%	0,03%	0,03%	0,01%	0,01%	-94,5%

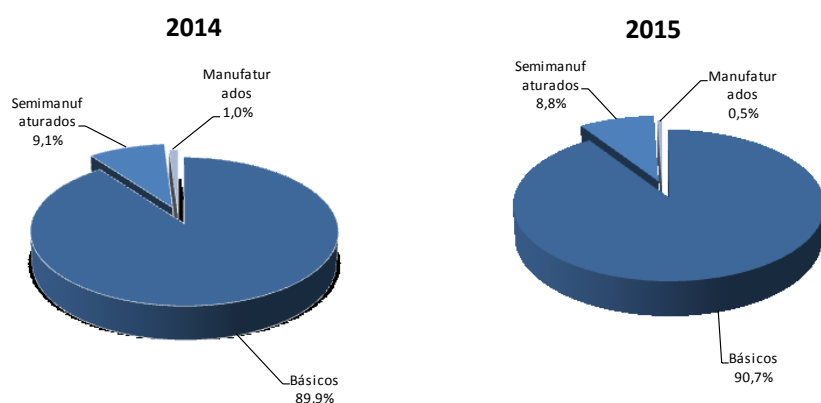
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Irã e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



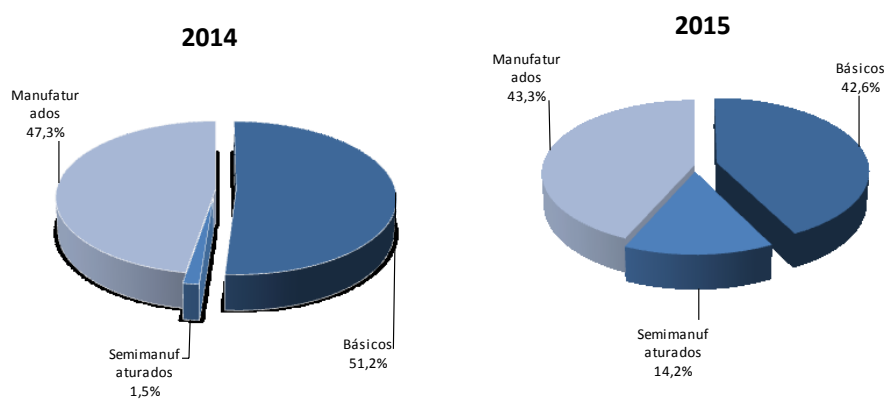
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Junho de 2016.

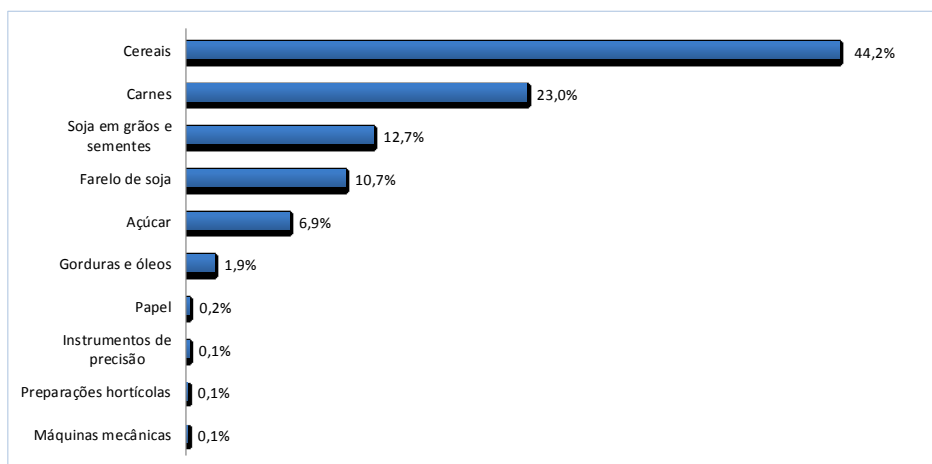
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para o Irã
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Cereais	512	31,8%	877	60,9%	737	44,2%
Carnes	287	17,8%	281	19,5%	384	23,0%
Soja em grãos e sementes	73	4,5%	33	2,3%	211	12,7%
Farelo de soja	270	16,8%	102	7,1%	179	10,7%
Açúcar	341	21,2%	97	6,7%	115	6,9%
Gorduras e óleos	85	5,3%	34	2,4%	31	1,9%
Papel	0	0,0%	0	0,0%	3	0,2%
Instrumentos de precisão	2	0,1%	2	0,1%	2	0,1%
Preparações hortícolas	0	0,0%	2	0,1%	1	0,1%
Máquinas mecânicas	7	0,4%	9	0,6%	1	0,1%
Subtotal	1.577	98,0%	1.437	99,9%	1.664	99,9%
Outros produtos	32	2,0%	2	0,1%	2	0,1%
Total	1.609	100,0%	1.439	100,0%	1.666	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

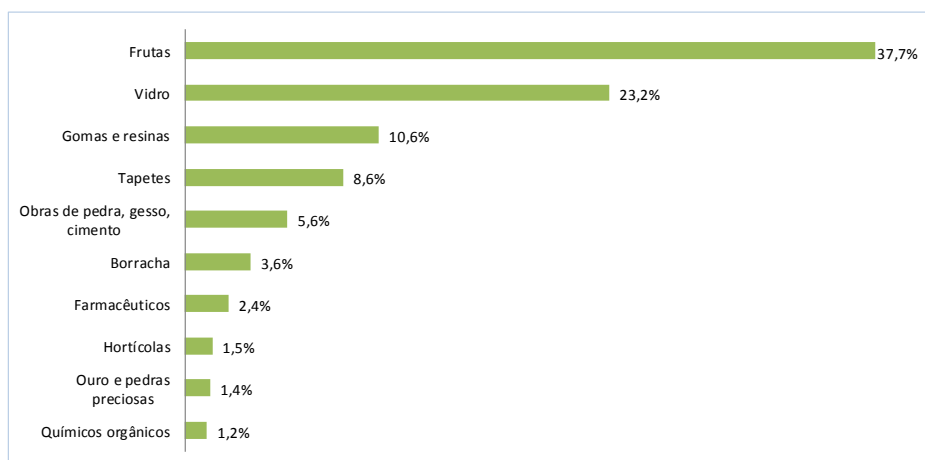


Composição das importações brasileiras originárias do Irã
US\$ milhões

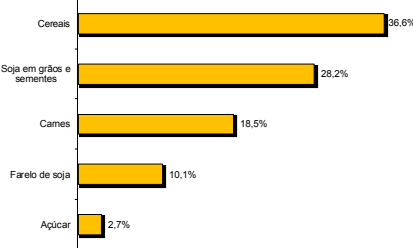
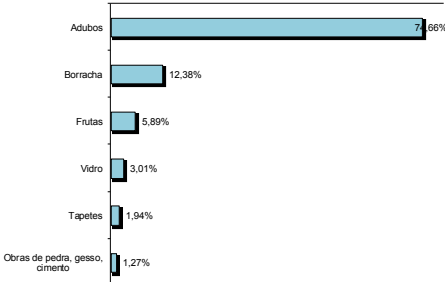
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Frutas	3,35	38,8%	2,30	45,9%	1,24	37,7%
Vidro	0,12	1,4%	0,38	7,6%	0,76	23,2%
Gomas e resinas	0,08	1,0%	0,01	0,1%	0,35	10,6%
Tapetes	0,66	7,7%	0,37	7,3%	0,28	8,6%
Obras de pedra, gesso, cimento	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,18	5,6%
Borracha	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,12	3,6%
Farmacêuticos	0,11	1,2%	0,09	1,7%	0,08	2,4%
Hortícolas	0,00	0,0%	0,03	0,7%	0,05	1,5%
Ouro e pedras preciosas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,05	1,4%
Químicos orgânicos	0,08	0,9%	0,00	0,0%	0,04	1,2%
Subtotal	4,40	51,0%	3,18	63,2%	3,15	95,9%
Outros produtos	4,22	49,0%	1,85	36,8%	0,14	4,1%
Total	8,61	100,0%	5,03	100,0%	3,29	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan- mai)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan- mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Cereais	216	34,9%	280	36,6%	
Soja em grãos e sementes	131	21,2%	216	28,2%	
Carnes	141	22,8%	142	18,5%	
Farelo de soja	89	14,4%	77	10,1%	
Açúcar	13	2,1%	21	2,7%	
Subtotal	590	95,4%	736	96,1%	
Outros produtos	28	4,6%	30	3,9%	
Total	618	100,0%	766	100,0%	
Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan- mai)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan- mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Adubos	0,00	0,0%	5,76	74,7%	
Borracha	0,00	0,0%	0,96	12,4%	
Frutas	0,82	51,6%	0,45	5,9%	
Vidro	0,22	14,0%	0,23	3,0%	
Tapetes	0,12	7,4%	0,15	1,9%	
Obras de pedra, gesso, cimento	0,08	5,1%	0,10	1,3%	
Subtotal	1,25	78,1%	7,65	99,1%	
Outros produtos	0,35	21,9%	0,07	0,9%	
Total	1,60	100,0%	7,71	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

3900 a.C.	Sialk, perto da atual Kashan, é a primeira cidade contruída no planalto
-----------	---

	iraniano.
3000 a.C.	Elamitas se instalam no oeste do atual Irã
1500 a.C.	Tribos arianas vindas da Ásia Central chegam ao sul do Irã
1000 a.C.	O zoroastrismo se consolida como a primeira religião monoteísta.
550-330 a.C.	Império Aquemênida, um dos mais relevantes da história. Seu auge se deu sob o reino de Dario.
492-479 a.C.	Persas tentam conquistar a Grécia, mas acabam repelidos.
334 a.C.	O líder macedônio Alexandre, o Grande, derrota os aquemênidas e toma o Império Persa
323 a.C.	Alexandre morre e seu império se fragmenta. Um de seus generais funda a dinastia Selêucida
230 a.C.	Tribos partas derrotam gradualmente os selêucidas e assumem o controle da Pérsia.
224	Império Sassânida se instala e inaugura a teocracia zoroastra
632	Árabes invadem o território sassânida e iniciam a islamização da Pérsia.
661	Ali, neto e genro de Maomé, é assassinado. Seguidores de Ali formam dissidência que sela o início do xiismo.
696	O árabe se torna a língua oficial das terras conquistadas pelo Islã.
750	Com o apoio de tribos persas, a dinastia Abássida derrota a dinastia Umíada, até então dominante na região. O eixo do poder regional desloca-se de Damasco para Bagdá, a capital dos abássidas.
820	A proliferação de pequenos Estados persas restringe o domínio árabe sobre a Pérsia. Surge o idioma farsi moderno, que usa escrita baseada no alfabeto árabe, mas mantém, em linhas gerais e de modo simplificado, a estrutura, o vocabulário e a lógica da língua persa original.
Século X	Início do colapso do califado islâmico, que cede espaço a diversas dinastias persas e turcas, com a dos seljúcidas.
1220	Exército mongol, sob o comando de Gengis Khan, invade, arrasa e ocupa boa parte da Pérsia.
1227	Gengis Khan morre. Seus filhos repartem o Império.
1405	Timur, comandante turco-mongol, conquista a Pérsia, que é novamente devastada por invasores.
1501	Xá Ismail I reunifica a Pérsia e funda a dinastia Safávida. O Islã xiita é declarado religião oficial.
1571-1629	Sob o reino do Xá Abbas I, o Império Safávida vive seu apogeu e estabelece relações diplomáticas com a Europa Ocidental.

1639	Império Safávida assina tratado de paz que põe fim a 150 anos de guerra com o Império Otomano.
1722	O líder afegão Mahmoud Khan invade a Pérsia e põe fim a era safávida.
1729	Xá Nader, militar safávida, expulsa afegãos, reunifica a Pérsia e cria sua própria dinastia, a Afshárida. O Xá ataca russos, otomanos e indianos.
1747	Xá Nader morre e seu império se desfaz, inaugurando uma era de caos e conflitos internos.
1750	Karin Khan, ex-general de Xá Nader, conquista a maior parte da Pérsia e restaura a estabilidade.
1794	Mohammad Khan Qajar elimina o último rei Zand e funda a dinastia Qajar, encerrando meio século de instabilidade.
1828	Ao fim de uma guerra com a Rússia, o Irã perde o controle de Geórgia, Armênia e Azerbaijão.
1906	Revolução Constitucional culmina com a criação de um Parlamento que limita os poderes da monarquia.
1914-1918	A Pérsia se declara neutra na Primeira Guerra Mundial, mas seu território é palco de intensos combates. Rússia e Grã-Bretanha ocupam partes do país.
1921	O oficial do Exército Reza Khan toma o poder e, dois anos depois, se torna Primeiro-Ministro.
1925	O Parlamento é obrigado a "votar" pela transformação de Reza Khan em chefe de Estado, encerrando a dinastia Qajar.
1926	Reza Khan é coroado imperador e adota o sobrenome Pahlavi. Seu primogênito, Mohammad Reza Pahlavi, é apontado príncipe herdeiro.
1935	Governo muda o nome do país de Pérsia para Irã.
1936	Reza Pahlavi lança campanha em favor da emancipação das mulheres e veta símbolos religiosos, inclusive o véu islâmico.
1941	Durante a Segunda Guerra Mundial, britânicos e russos ocupam a Pérsia e depõem Reza Pahlavi em represália aos seus laços com a Alemanha nazista. Mohammad Reza Pahlavi assume o trono.
1943	Reunidos em Teerã, Franklin Roosevelt, Winston Churchill e Josef Stalin assinam a "Declaração de Teerã", que promete reconhecer a independência do Irã ao fim da guerra. Soviéticos descumprem o acordo e ocupam partes do país após término do conflito.
1946	União Soviética se retira do Irã
1950	Ali Razmara se torna Primeiro-Ministro e é assassinado meses depois por um extremista islâmico. Seu substituto é o nacionalista Mohammad

	Mossadegh.
1951	Sob comando de Mossadegh, o Parlamento aprova lei para nacionalizar o petróleo, até então dominado por britânicos. Londres impõe embargo ao Irã.
1953	Reino Unido orchestra golpe de Estado com apoio americano e derruba Mossadegh. O Xá retorna ao país após breve autoexílio e retoma plenos poderes.
1957	Irã intensifica laços políticos, econômicos e militares com os EUA.
1963	Mohammad Reza Pahlavi lança a "Revolução Branca", que visa reformar o sistema agrário e ocidentalizar a sociedade. A ditadura se acirra.
1964	Líder do movimento antimodernização, o Aiatolá Khomeini parte para o exílio no exterior.
1973	Durante o choque petroleiro, Irã rejeita aderir ao embargo contra países ocidentais e aumenta exportações de petróleo.
1979	O país passa por intenso período de turbulência política. O Aiatolá Ruhollah Khomeini retorna ao país para comandar a Revolução Islâmica, a família imperial parte para o exterior e estudantes tomam a Embaixada norte-americana em Teerã, exigindo a extradição do Xá.
1980	Abolhasan Bani Sadr é eleito Primeiro-Ministro da República Islâmica. O Xá morre de câncer no Egito. O Iraque ataca o Irã.
1981	52 reféns americanos são liberados. Bani Sadr é deposto e parte para a França.
1983	Atentado mata centenas de soldados franceses e americanos no Líbano. Ocidente atribui a responsabilidade pelo ataque ao Irã e seus aliados libaneses.
1984	Os Estados Unidos admitem ter vendido armas ao Irã, para levantar fundos a favor de forças anticomunistas na Nicarágua (episódio que ganhou a alcunha de "Irã-Contras").
1988	Cessar-fogo com o Iraque é mediado pela ONU
1989	Khomeini morre e é substituído por Ali Khamenei. Ali Akbar Rafsanjani se torna Presidente.
1995	EUA impõe sanções petroleiras e comerciais contra o Irã, por suposto apoio ao terrorismo
1997	Mohammad Khatami ganha eleição e se torna o primeiro Presidente reformista.
2001	Apesar da oposição de conservadores, Khatami é reeleito. O Irã se solidariza com os EUA, após os ataques de 11 de setembro.

2002	George W. Bush inclui Irã no "eixo do mal". Dissidentes iranianos revelam existência de centrais nucleares não declaradas à ONU.
2005	Irã retoma enriquecimento de urânio. O Prefeito de Teerã, Mahmoud Ahmadinejad, ganha eleição presidencial e inicia guinada conservadora.
2006	Ahmadinejad passa a questionar publicamente o Holocausto e a advogar o fim do Estado de Israel. ONU impõe primeiras sanções multilaterais para retaliar o Programa Nuclear Iraniano.
2008	Irã testa mísseis de fabricação nacional capazes de atingir Israel. ONU adota novas sanções contra Teerã.
2009	Ahmadinejad é reeleito em meio a suspeitas de fraude, que provocam protestos populares reprimidos pelo regime.
2001	Eclode a "Primavera Árabe". Ahmadinejad entra em confronto aberto com Khamenei. Estudantes invadem embaixada britânica em Teerã.
2012	Em meio à crescente ameaça de ataque israelense, Irã sofre a imposição de sanções mais duras de sua história. O rial, moeda nacional, desvaloriza-se em patamares inéditos. Crise econômica assola a população.
2013	Hassan Rouhani é eleito Presidente, graças à plataforma de maiores liberdades e alívio para as sanções. O mandatário mantém contato telefônico com o Presidente Barack Obama, o primeiro entre dirigentes dos dois países, desde 1979.
2015	O P5+1 e o Irã chegam a um entendimento e alcançam o "Joint Comprehensive Plan of Action" (JCPoA), pelo qual o Irã compromete-se a rever seu Programa Nuclear, de modo a direcioná-lo para fins pacíficos, em troca de alívio das sanções econômico-comerciais a que estava sujeito.
2016	O JCPoA entra em vigor em janeiro ("Implementation Day"), ensejando a suspensão de sanções relacionadas ao dossiê nuclear iraniano. A Arábia Saudita executa o clérigo xiita Nimr al-Nimr, sob protestos de Teerã. Representação diplomática e repartições consulares sauditas são atacadas em Teerã, o que provoca o rompimento de relações diplomáticas entre os dois países. O Irã deixa de enviar peregrinos nacionais seus a Meca, para as cerimônias do Ramadã, por conta de desentendimentos com autoridades sauditas. O Presidente Rouhani obtém vitórias importantes no Parlamento e na Assembleia dos Sábios. Ali Larijani, líder moderado simpático à Administração Rouhani e até mesmo à agenda reformista, é reeleito para a Presidência do Parlamento.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1903	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã
1965	Visita do Xá Reza Pahlavi ao Brasil
1976	Visita ao Irã do Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen
1991	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek
1993	Visita ao Brasil do Chanceler Ali Akbar Velayati para chefiar a delegação de seu país à III Reunião da Comissão Mista Bilateral
2000	Realizada a I Reunião de Consultas Políticas, em Teerã
2002	Visita ao Irã do Ministro da Cultura, Francisco Weffort, para participar da reunião do "Diálogo das Civilizações"
2005	Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura do Irã, Mahmoud Hojjati
2005	Visita ao Brasil do Ministro da Economia e das Finanças do Irã, Feyed Safdar Hosseini, que foi recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2005	Visita oficial do Embaixador Said Jalili ao Brasil, como enviado do Presidente Ahmadinejad
2006	Visita ao Brasil do Presidente do Parlamento iraniano, Gholam Ali Haddad-Adel
2008	Realização da VI Reunião de Consultas Políticas em Brasília
2008	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim
2009	Visita ao Brasil do Ministro dos Assuntos Cooperativos do Irã, Mohammad Abbassi
2009	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã, Manouchehr Mottaki
2009	Visita ao Brasil do Presidente Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil, ocasião em que foi recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2010	Visita ao Irã do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a primeira de um mandatário brasileiro àquele país. Assinatura da Declaração de Teerã, subscrita por Brasil, Turquia e Irã, acerca do programa nuclear iraniano
2012	Participação do Presidente Ahmadinejad na Conferência Rio+20
2013	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, para assistir a cerimônia de posse do Presidente Hassan Rouhani
2014	Visita ao Brasil do Presidente do Conselho Estratégico de Relações Exteriores do Irã, Seyed Kamal Kharrazi
2015	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (setembro)

2015	Visita ao Irã do Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro (outubro)
2016	Visita a Teerã do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixador José Alfredo Graça Lima, para presidir, com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros para Europa e Américas, Embaixador Majid Takht Ravanchi, reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Irã (11 de abril)

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Data de Publicação no DOU	Situação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Irã sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	23/11/2009	28/10/2015	19/10/2015	Vigente
Acordo que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica.	21/11/1975	21/11/1975	03/12/1975	Vigente
Acordo Cultural.	22/11/1957	17/01/1963	17/01/1973	Vigente

Fonte: Divisão de Atos Internacionais – MRE

2ª PARTE - DELIBERATIVA

1



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

RELATÓRIO Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 90, de 2016 (Mensagem nº 489, de 14 de setembro de 2016, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

RELATOR: Senador **TASSO JEREISSATI**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES é filho de Fernando Paulo Simas Magalhães e de Tercília Fava Simas Magalhães e nasceu



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

em Milão, Itália, em 21 de setembro de 1950 (sendo brasileiro, de acordo com o inciso II do art. 129 da Constituição Federal de 1946).

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1975, após concluir o Curso de Preparação à Carreira Diplomática no ano anterior. Ascendeu a Conselheiro em 1987; a Ministro de Segunda Classe, em 1994; e a Ministro de Primeira Classe, em 2001. Todas as promoções por merecimento. Em 2015, passou para o Quadro Especial como Ministro de Primeira Classe.

Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, pós graduou-se no Curso de Altos Estudos em 1993, quando defendeu a tese intitulada “O Tratado de Cooperação Amazônica – Um Instrumento de Ação Diplomática”.

Em sua longa e profícua carreira, destaco aqui algumas das principais etapas. Entre 1975 e 1979 serviu como Assistente na Divisão das Nações Unidas. De 1979 a 1982 esteve na Embaixada em Washington, nos postos de Segundo e Primeiro Secretário. Já na Embaixada em La Paz, como Primeiro Secretário, serviu entre 1982 e 1985. No mesmo posto, serviu na Embaixada em Paris, entre 1985 e 1987. Foi Chefe da Coordenação de Documentação Diplomática de 1987 a 1991. Ocupou o posto de Conselheiro na Missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, entre 1991 e 1994. Foi Chefe da Divisão do Mercado Comum do Sul, em 1994 a 1997. No ano de 1995, foi Chefe de Delegação da Comissão de Comércio do Mercosul. Entre 1997 e 2001, ocupou o posto de Ministro-Conselheiro na Missão Permanente em Genebra, período em que desempenhou o cargo de Representante Alterno do Brasil junto à Organização Mundial de Comércio. Entre 2001 e 2003 foi Chefe, substituto, da Representação Especial para Assuntos do Mercosul da Presidência da República. Nesse período, foi Coordenador-Geral, em 2001, da Coordenação-Geral das Negociações Mercosul-União Europeia. De 2003 a 2008, foi Embaixador do Brasil em Rabat. Entre 2008 e 2012, foi Embaixador do Brasil em Varsóvia. De 2012 a 2014, exerceu o cargo de Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Montevideú. De 2014 a 2015 desempenhou o cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral das Relações Exteriores. De 2015 até o presente, exerce o cargo de Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior.

O diplomata recebeu, em 2003, a Ordem de Rio Branco, no Grau de Grande Oficial.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República do Paraguai, suas políticas externas e seus relacionamentos com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A República do Paraguai tem área de 406.752 km², sendo o oitavo maior país da América do Sul em extensão territorial. Nele vivem 7 milhões de habitantes. A independência do país em relação à Espanha foi proclamada em 14 de maio de 1811. Seu produto interno bruto (PIB), calculado em termos de paridade de poder de compra, em 2015, foi de 60,1 bilhões de dólares, o que lhe propicia PIB per capita de 8.585 dólares. Em 2015, a expansão do PIB paraguaio foi uma das maiores da América do Sul, atingindo 3% de crescimento. Entre os doze países da América do Sul, o PIB do Paraguai ocupa a décima posição.

Seu índice de desenvolvimento humano está em 0,679, o que coloca o país em 112º lugar no panorama mundial. A expectativa média de vida naquele país está no patamar de 72 anos. Ainda no campo dos indicadores, registre-se que a estimativa é que 300.000 brasileiros vivam naquele país, a segunda maior colônia brasileira no exterior.

As relações com o Paraguai são prioritárias para o Brasil e atravessam um excelente momento. Seus principais eixos de integração são a cooperação energética, integração de infraestrutura, cooperação fronteiriça e combate a ilícitos transnacionais. Deve-se destacar, ainda, o comércio bilateral, realizado ao amparo das normas do MERCOSUL. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1844.

A hidrelétrica de Itaipu Binacional é um projeto emblemático da integração Brasil-Paraguai. A usina responde por aproximadamente 17% da energia consumida no Brasil e 72% do consumo paraguaio. Em 2015, Itaipu – oficialmente inaugurada em 1984 – voltou a assumir a liderança mundial em produção anual de energia elétrica, ao gerar 89.215 GWh (crescimento de 1,6% em relação a 2014), superando a produção da usina de Três Gargantas (China).

O Brasil é, tradicionalmente, o principal parceiro comercial do Paraguai. Em 2015, a corrente de comércio bilateral alcançou US\$ 3,4 bilhões, sendo US\$ 2,5 bilhões em exportações brasileiras e US\$ 884 milhões em importações. Dentre os principais produtos exportados pelo Brasil, destacam-se



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

adubos e fertilizantes. Dentre os importados, soja, carne e trigo. Tanto a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) quanto a Confederação Nacional da Indústria (CNI) incluíram o Paraguai como “mercado prioritário” para a agenda de trabalho de 2016.

Brasil e Paraguai compartilham 1.339 quilômetros de fronteira, a quarta maior extensão dentre os limites brasileiros. Desse total, 700 quilômetros correspondem à chamada “fronteira seca”, na qual inexistem barreiras naturais entre os dois países.

O Brasil tem Consulados-Gerais nas cidades paraguaias de Assunção e Ciudad del Este; Consulados em Pedro Juan Caballero e Salto del Guairá; e Vice-Consulados em Encarnación e Concepción. O Paraguai, como mencionado, abriga a segunda maior comunidade brasileira no exterior (estimada em aproximadamente 300 mil pessoas). Embora a presença de brasileiros no Paraguai seja bastante diversificada, a maior parte dedica-se a atividades agropecuárias em Departamentos limítrofes com o Brasil.

Após a reintegração do Paraguai ao MERCOSUL e à UNASUL, ocorrida com a eleição do presidente Cartes em 2013, a atuação externa do Paraguai pautou-se pela busca de aprofundamento das relações com os países do entorno regional, tendo o Brasil como eixo principal.

Ainda no âmbito regional, o Paraguai tem sido bastante vocal com relação à situação na Venezuela. O presidente Horacio Cartes e outras altas autoridades paraguaias têm recebido, em Assunção, membros da oposição venezuelana, a exemplo da esposa do dirigente opositor venezuelano Leopoldo López, Lilian Tintori (02/12/15), e do governador do Estado de Miranda, Henrique Capriles (13/06/16). Nas palavras do Chanceler Eladio Loizaga, as relações entre o Paraguai e a Venezuela estão “congeladas”.

A economia paraguaia é baseada na agricultura de exportação (principalmente soja, carne e cereais), que responde por 61,9% das exportações e mais de um quarto do PIB do país, segundo o Banco Mundial. Outra fonte importante de recursos para a economia paraguaia são os pagamentos do Brasil pela energia produzida por Itaipu. Atualmente, verifica-se expansão do setor industrial, estimulada pela disponibilidade de energia e mão-de-obra barata, pelo fortalecimento da integração com o Brasil e pela abertura da economia local.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Os dados do intercâmbio comercial paraguaio refletem o alto grau de abertura comercial do país, equivalente a 69% do PIB em 2015. Por esse indicador, o Paraguai é a economia mais aberta da região. Como comparação, o coeficiente do Brasil aproxima-se de 20%, o do MERCOSUL é de 25%, e o da Aliança para o Pacífico é de 55%.

O Brasil é tanto o principal destino das exportações paraguaias como principal origem das importações daquele país. A República Popular da China representa o maior déficit bilateral do comércio paraguaio, chegando a aproximadamente US\$ 2,3 bilhões. Os principais destinos das exportações paraguaias, além do Brasil (31,6% das exportações totais), são Rússia (9,1%), Argentina (8,1%), Chile (7%) e Itália (3,5%). Os principais fornecedores do Paraguai, além do Brasil (25% das importações totais), são China (23,5%), Argentina (14,9%), Estados Unidos da América (7,9%) e Coreia do Sul (2,7%).

O capital brasileiro está presente em diversos setores da economia paraguaia, como autopeças, têxteis e vestuário, calçados, cimentos, frigoríficos e plásticos. Estima-se que o Brasil tenha o segundo maior estoque de capital investido no Paraguai (aproximadamente US\$ 530 milhões), sendo superado apenas pelos EUA (US\$ 866 milhões).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

, Relator

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL EM ASSUNÇÃO,
REPÚBLICA DO PARAGUAI
EMBAIXADOR JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO
(2013-2016)**

INTRODUÇÃO

Apresentei credenciais ao Presidente Horacio Cartes em 12 de novembro de 2013. Depois de quase um ano e meio, retornou ao Paraguai o chefe da representação diplomática brasileira, que ficara sem titular após a chamada do Embaixador para consultas, em junho de 2012, na esteira da destituição do Presidente Fernando Lugo pelo Congresso paraguaio.

2. Entre as prioridades da missão do novo Embaixador estava, pois, o esforço de recolocar no devido rumo as relações bilaterais e retomar os contatos de alto nível com as autoridades do país. Esta tarefa foi muito facilitada pela receptividade do Presidente, empossado em agosto, poucos meses antes da minha chegada. Ele e a maioria dos seus Ministros demonstram publicamente apreço pelo Brasil e procuram falar português, quando recebem autoridades e empresários brasileiros.

3. O Presidente, que é um dos maiores empresários paraguaios, assumiu o governo com a determinação de modificar a imagem do país e atrair investimentos estrangeiros, no que está obtendo êxito. Sob a minha orientação, a Embaixada passou a coadjuvar esse esforço do Presidente e seus Ministros, o que tem resultado na presença cada vez maior de empresários brasileiros no Paraguai, no comércio, na indústria e no campo.

4. O Paraguai tem atraído investimentos estrangeiros com oferta de mão-de-obra e energia baratas e com impostos reduzidos, sobretudo em comparação com os países vizinhos. O regime industrial de maquila também tem estimulado a presença estrangeira, pois permite importar insumos, montar os produtos finais no país e exportar, com pagamento de apenas 1% sobre o valor da exportação. Mais de 80 empresas brasileiras se instalaram no Paraguai nos últimos três anos, com investimentos diretos superiores a 200 milhões de dólares, em setores diversos: embalagens, plástico, confecções, autopeças, calçados, etc. O Paraguai tem

representado, para certas médias e pequenas empresas brasileiras, um primeiro passo rumo a sua internacionalização, com ganhos para o Brasil (maior competitividade) e para este país (maiores industrialização e formalização). De acordo com dados do BCP, disponíveis até 2014, no triênio 2012-2014, o Brasil foi o principal investidor estrangeiro no Paraguai, com US\$ 395 milhões, e tem o segundo maior estoque de capital investido entre 2003 e 2014 no país, com fluxos líquidos de US\$ 530 milhões, sendo superado apenas pelos EUA. Cerca de 20% do que o Paraguai exporta ao Brasil é produzido neste país por brasileiros.

5. Também tem aumentado a presença de frigoríficos brasileiros que exportam carne de qualidade para países da nossa região, Europa e Oriente Médio. Pecuaristas e agricultores brasileiros, que começaram a interessar-se pelo Paraguai há cerca de 60 anos, ajudaram a transformar o país em um dos maiores supridores mundiais de carne e grãos. A contribuição da comunidade de origem brasileira ao desenvolvimento do país, calculada em 400 mil brasileiros e descendentes (a segunda mais numerosa em todo o mundo, atrás da que vive no EUA) é reconhecida, publicamente, pelo próprio Presidente da República.

6. O fluxo bilateral Brasil-Paraguai de bens originários cresceu 94% entre 2010 e 2014, quando alcançou seu pico histórico de US\$ 4,4 bilhões (fonte: MICS). Em 2015, o comércio se retraiu, com as exportações brasileiras caindo 22% e as importações, 27%. Os principais produtos da pauta de exportação paraguaia ao Brasil foram soja triturada, carne, autopeças, trigo e arroz. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram adubos, cervejas, fumo, vidros/cerâmicas e papéis para embalagem. Os dados até julho de 2016 apontam para nova retração nas exportações do Brasil, da ordem de 20,3%. Por outro lado, o expressivo crescimento das exportações paraguaias de soja, carne, milho, trigo e arroz – além da manutenção dos níveis de venda de autopeças e confecções, produtos de destaque no setor industrial de maquila – levaram a aumento de 19,4% nas importações brasileiras de produtos de origem paraguaia (US\$ 651,6 milhões). O desempenho das exportações paraguaias em 2016 é superior, em termos relativos, ao de todos os demais parceiros do Brasil no Mercosul e ao da maioria dos países da América do Sul, que, em geral, tem apresentado queda nas vendas

ao mercado brasileiro no ano corrente.

7. Quanto à economia, após ter crescido 14,0% em 2013, 4,7% em 2014 e 3,0% em 2015, o PIB paraguaio, deverá crescer entre 3 e 3,5% em 2016, segundo projeções do Banco Central do Paraguai (BCP) e de agentes de mercado. Esses resultados são particularmente substanciais, dada a conjuntura de crescimento baixo no entorno regional durante o período. Como indicadores do bom momento do país e do ambiente positivo para negócios, o Paraguai foi classificado (i) na posição de risco "Ba1" da agência Moody's, um nível acima do Brasil, após várias revisões positivas nos últimos três anos; (ii) em quinto lugar no "Doing Business" (elaborado pelo Banco Mundial para medir a facilidade de fazer negócios) para América Latina e Caribe; e (iii) em segundo lugar na América Latina, de acordo com o "Índice de Clima Econômico" (ICE) da Fundação Getúlio Vargas, medido para julho de 2016 (tendo subido da terceira posição em janeiro). A equipe econômica do Governo Cartes buscou tirar proveito do bom desempenho do país e das baixas taxas de juros internacionais para emitir bônus no exterior – que hoje somam US\$ 2,3 bilhões de captações de recursos – para financiar projetos de desenvolvimento, como na área de infraestrutura. Em março passado, por exemplo, apoiei, em conjunto com o Banco do Brasil, a organização de uma das campanhas para captação de investidores, que levou o Presidente do BCP e o Ministro da Fazenda do Paraguai a São Paulo para encontros com investidores e também para encontrar-se com empresários na FIESP.

8. Com esse cenário, foram estabelecidas as prioridades da Embaixada, com ações voltadas à promoção do comércio e dos investimentos, à cooperação em segurança e defesa e o combate à criminalidade (contrabando, tráfico de armas e drogas).

AÇÕES REALIZADAS

9. No que tange à retomada das relações bilaterais, houve, nos últimos dois anos e meio, visitas de alto nível de autoridades brasileiras ao Paraguai, como os Ministros das Relações Exteriores, do Comércio, da Defesa, dos Esportes e da Ciência e Tecnologia. Além de reunir-se com os seus contrapartes para tratar dos temas afetos às respectivas pastas, foram recebidos, sempre que possível, pelo Chanceler Eladio Loizaga e pelo Presidente Cartes, em clara demonstração de

apreço pelo Brasil.

10. No mesmo contexto, foi possível realizar em 2016 a primeira reunião do mecanismo 2+2, com a presença dos Ministros das Relações Exteriores e da Defesa. Foi destacada a cooperação militar do Brasil com o Paraguai, que, desde os anos 40, vem propiciando treinamento, intercâmbio de experiências, participação em forças de paz das Nações Unidas e manutenção de material de emprego militar. Em 2015, o Exército Brasileiro cedeu ao Paraguai caminhões para transporte de tropas.

11. Integram a Embaixada Adidos de Defesa e Militares das três Forças, bem como Adidos da Polícia Federal e da Receita Federal. Em contato permanente com os seus homólogos paraguaios, foi possível aumentar sensivelmente o combate aos crimes transfronteiriços, que repercutem diretamente no Brasil. Os resultados são positivos em apreensões de delinquentes, drogas e armas. A cooperação policial e judicial tem sido aproveitada pelo Brasil, sendo tramitados com eficiência os pedidos de extradição e de transferência de presos, investigações e cartas rogatórias.

12. O Adido Tributário, pertencente aos quadros da Receita Federal, se relaciona com o Ministério da Fazenda, com o Vice-Ministério de Tributação e com a Dirección Nacional de Aduanas. Auxilia na modernização dos serviços tributários e aduaneiros paraguaios e no aperfeiçoamento das normas nacionais correspondentes. Tem sido possível agilizar cada vez mais o intercâmbio de informações e o registro de importações e exportações, a fim de melhorar os controles e combater o contrabando com maior eficácia.

13. O Adido da Polícia Federal, em estreita relação com o Ministério do Interior, a Polícia Nacional e a Secretaria Nacional Antidrogas, tem contribuído amplamente para combater o narcotráfico e os crimes transfronteiriços. Uma ação necessária e exitosa tem sido a erradicação de cultivos ilícitos, por meio da chamada Operação Nova Aliança, feita em território paraguaio com a colaboração da Polícia Federal brasileira, que tem permitido destruir plantações de cannabis, narcótico que se destinaria ao Brasil.

14. Na companhia dos Adidos, realizei viagens às principais cidades da fronteira (Ciudad del Este, Salto del Guairá e Pedro Juan Caballero), onde

visitamos instalações policiais e aduaneiras e nos reunimos com autoridades policiais, judiciárias, governadores e prefeitos dos dois países. Tivemos em mente intensificar os controles alfandegários e o combate à delinquência, além de auscultar as comunidades da fronteira sobre os seus problemas e reivindicações. Contamos com a inestimável colaboração dos Consulados do Brasil nas cidades mencionadas.

15. É no comércio e nos investimentos que tem crescido mais fortemente a relação bilateral. Têm sido frequentes as viagens do Ministro da Indústria e Comércio do Paraguai ao Brasil, no seu esforço de divulgar as oportunidades que este país representa, de aumentar o intercâmbio e de atrair empresas brasileiras. Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil estiveram três vezes no Paraguai desde novembro de 2013.

16. Nesse período houve duas reuniões da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, uma em Brasília, em maio de 2014, e outra em Assunção, em maio de 2016, quando foram encaminhados os problemas que surgem no comércio bilateral e os decorrentes do contrabando e do descaminho. Verificou-se a condição do Brasil como maior parceiro comercial do Paraguai e segundo maior investidor.

17. Procurei impulsionar a negociação de um acordo automotivo bilateral, cuja eventual celebração beneficiará o Paraguai (ao incentivar a sua incipiente indústria automotora) e o Brasil (ao criar condições para maior exportação de veículos).

18. Desde 2014, o Posto vem acompanhando as negociações entre Paraguai e Argentina sobre as bases financeiras do tratado da hidroelétrica binacional de Yacyretá. Já no que se refere ao Brasil, o tratado de Itaipu prevê a possibilidade, a partir do ano de 2023, de revisão de seu Anexo C, o qual trata das bases financeiras e de prestação do serviço de eletricidade. Trata-se de tema relevante para as partes – por exemplo, a binacional Itaipu tem injetado mais de 600 milhões de dólares por ano na economia paraguaia, por conta da exportação de eletricidade ao Brasil.

19. No tocante à integração física entre Brasil e Paraguai, foi concluído, em agosto de 2014, o processo licitatório das obras para construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná, entre Foz do Iguaçu (PR) e

Presidente Franco. Há expectativas por parte do Paraguai em relação ao início das obras. Assinalso também a assinatura, em junho de 2016, do acordo para a construção de ponte internacional sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta, que integrará corredor de exportação bioceânico.

20. Na área cultural, apesar das dificuldades orçamentárias, foi possível executar uma programação cultural considerável, que contou com o apoio de empresas brasileiras instaladas no Paraguai. Destaques dessa programação foram os espetáculos de Antônio Nóbrega e do Coral de Itaipu, em 2015, e de Yamandu Costa, em 2016.

21. A cooperação técnica prestada pelo Brasil ao Paraguai tem se concentrado em áreas como o fortalecimento institucional em vigilância sanitária, a expansão da rede paraguaia de banco de leite e a produtividade algodoeira, nas quais há três projetos em execução. Programas nas áreas de hidrometeorologia e gestão de recursos hídricos transfronteiriços e de pecuária leiteira e silvicultura de precisão foram objetos de acordo complementar, em 2015, e aguardam o início das atividades propostas.

22. No campo da ciência e tecnologia, o Paraguai apresentou proposta de ajuste complementar para projeto de fortalecimento da conectividade à internet, com vistas a promover a interconexão das redes públicas nacionais de banda larga.

23. Registro que o Presidente Horacio Cartes realizou visita de estado ao Brasil em outubro de 2013 e esteve na abertura da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016. Eladio Loizaga foi o primeiro Chanceler a visitar Brasília após a posse do Ministro José Serra.

24. Um dos três eixos do plano de governo apresentado à nação pelo Presidente Horacio Cartes, presente também no Plano Nacional de Desenvolvimento Paraguai 2030, é a "inserção do Paraguai no mundo". Nesse contexto, Assunção foi sede de diversos eventos internacionais, como a Assembleia-Geral da OEA em 2014, encontros de Ministros da Saúde, de Controladores e Tribunais de Contas e de Procuradores e fiscais. Todos contaram com a presença de altas autoridades brasileiras na chefia das delegações. A presidência pro tempore do Mercosul foi exercida pelo

Paraguai no segundo semestre de 2015, fato marcante, após a suspensão do país do bloco regional em junho 2012 e seu retorno no final de 2013. A última cúpula do Mercosul foi realizada em Assunção em dezembro de 2015, quando a presidência foi transferida ao Uruguai.

25. Na mesma linha, foram recebidos em Assunção em 2015 o Papa Francisco, o Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio e o Secretário Geral das Nações Unidas. Em 2016, a Diretora Geral da UNESCO visitou Assunção e foi realizada a Assembleia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Na diplomacia, é notável o empenho do Chanceler em profissionalizar a carreira diplomática e em valorizar a formação e o aperfeiçoamento dos servidores.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

26. Com o relançamento das relações diplomáticas após a posse do Presidente Cartes, a Embaixada tem gozado de amplo acesso às autoridades locais e mantém um diálogo fluido com instituições públicas e com setores da sociedade civil. Isto tem permitido tratar pontualmente de temas de segurança jurídica e trâmites judiciais nas áreas comercial e fundiária, de interesse da comunidade brasileira. O governo paraguaio tem demonstrado empenho em aperfeiçoar a legislação e a administração da justiça, no contexto do esforço para atrair investimentos estrangeiros.

27. A guerra da tríplice aliança ainda comporta uma carga emocional importante, apesar de passados 150 anos do seu início. Algumas iniciativas contribuem para manter viva a memória da guerra, como a valorização dos sítios históricos, promoção de debates e publicações. No âmbito do Mercosul, os Ministros da Cultura estabeleceram o programa "Más Allá de la Guerra", com duração de cinco anos, com os objetivos principais de estimular a pesquisa histórica, recuperar locais de batalhas, restaurar e catalogar documentos. A cada evento comemorativo se observa uma repercussão midiática.

28. A memória da guerra também tem sido utilizada para reivindicar, do Brasil e da Argentina principalmente, a devolução de troféus, como o canhão Cristiano, que se encontra no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. O Brasil já restituiu objetos, como a espada do Marechal Francisco Solano López (em exposição no Palácio Presidencial) e farta documentação, que

constitui a coleção Rio Branco do Arquivo Nacional paraguaio.

29. São frequentes os comentários na mídia sobre Itaipu. Considerada por muitos um empreendimento modelo, que já trouxe e trará grandes benefícios, a hidrelétrica tem sido apresentada na mídia como símbolo de exploração. Também são criticados os negociadores que, no passado, concluíram os tratados que permitiram a realização de dois empreendimentos binacionais grandiosos (Itaipu com o Brasil e Yacyretá, com a Argentina). Se notícias de Itaipu raramente repercutem no Brasil, no Paraguai, ao contrário, são matéria de interesse quase diário e tem presença obrigatória nas campanhas eleitorais.

30. Alguns trâmites burocráticos podem dificultar o encaminhamento dos assuntos do interesse da Embaixada, mas não constituem impedimento maior. É notável o esforço para modernizar e tornar mais eficiente a burocracia paraguaia no executivo, legislativo e judiciário. Por outro lado, há atraso em algumas decisões importantes, inclusive para o preenchimento de cargos públicos. As obras públicas, principalmente a construção de duplicação das rodovias, são outro exemplo.

SUGESTÕES PARA O NOVO TITULAR

31. Começaria pelo necessário exercício de paciência diante da imagem distorcida que certos veículos da imprensa projetam do Brasil. Procurei aproximar-me de alguns jornalistas e colunistas. Recomendaria igual aproximação com formadores de opinião de centros acadêmicos, que dispõem de intelectuais respeitados e se prontificam a um debate honesto. A relação com as universidades também é de grande utilidade.

32. O Posto reúne condições de empregar a promoção da cultura como ferramenta de diplomacia pública, com repercussões para a agenda positiva. Nesse sentido, considero importante seguir apoiando as atividades do Centro Cultural da Embaixada - e de seu teatro - e do Centro de Estudos Brasileiros. Diante do cenário de restrição orçamentária, será importante buscar apoio privado para realizar eventos culturais.

33. Creio ser relevante manter o estímulo aos investimentos brasileiros neste país, que trazem vantagens para as duas partes. A internacionalização

de empresas brasileiras, por si só, é interessante para o País, pois as torna mais resilientes e mais capazes de enfrentar solavancos econômicos. No caso paraguaio, parte desses investimentos tem sido benéfica também para o adensamento da integração produtiva na região. Há empresas que, por exemplo, produzem partes no Paraguai e as exportam para finalização no Brasil, ou produzem no Paraguai, com insumos brasileiros, para reexportação ao Brasil. Nesses e em outros casos, tem sido possível ao Brasil tornar o produto final mais competitivo, seja na disputa com produtos asiáticos dentro do mercado brasileiro, seja na exportação a terceiros mercados. Creio ser de interesse que o capital brasileiro ocupe tanto quanto possível esses espaços, os quais, em sua ausência, serão inevitavelmente preenchidos por terceiros países, especialmente como forma de obter acesso privilegiado ao Mercosul. Por sinal, as vantagens desse fluxo de investimentos não se restringem ao aspecto econômico, mas também alcançam o social. Ao criar empregos de boa qualidade, contribuem para formalizar a economia e, conseqüentemente, reduzir o espaço para a delinquência, o que tem impacto positivo nas fronteiras.

34. Importante parceiro na atração desses investimentos e na expansão das exportações brasileiras é o Foro Brasil Paraguai, com o qual sugiro seja mantida a estreita relação atual. O Foro Brasil Paraguai, como é chamada a câmara de comércio que reúne empresários com interesses no Brasil, nasceu em 2000, por iniciativa da Embaixada, e se constitui hoje em organismo independente e em contínuo crescimento. Além de aumentar a visibilidade do País, o Foro representa importante rede de apoio para os empresários brasileiros recém-instalados.

35. Não há como exagerar a importância da Comissão de Monitoramento Bilateral do Comércio, que permite tratar, naquele âmbito específico, questões que de outra maneira contaminariam o relacionamento entre os dois países. Penso ser importante buscar mobilizar os atores locais de modo a que a próxima reunião se concretize na primeira metade de 2017, em Brasília, mantendo assim a sua periodicidade anual.

36. Considero prioritária a conclusão do acordo automotivo bilateral, cujas tratativas tiveram início no final de 2015. Até o momento, as discussões identificaram convergência sobre ampla cobertura de

produtos para um acordo, o qual contemplaria automóveis, ônibus, caminhões, tratores rodoviários para semirreboques, chassis com motor, reboques e semirreboques, carrocerias e cabines, tratores e demais equipamentos agrícolas, máquinas rodoviárias e autopeças.

37. Ainda no tema econômico-comercial, creio que chegou a hora de retomarmos as conversas para um novo acordo bilateral sobre bitributação. Em consultas com o Governo brasileiro, setores do empresariado têm manifestado interesse na negociação de um Acordo para Evitar a Dupla Tributação ("ADT") com o Paraguai.

38. Penso que seria de utilidade a vinda a Assunção de nova missão multidisciplinar de cooperação técnica, a exemplo da coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação em abril de 2014.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 90, DE 2016

(nº 489/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 489

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Os méritos do Senhor Carlos Alberto Simas Magalhães que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de setembro de 2016.

EM nº 00305/2016 MRE

Brasília, 31 de Agosto de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 578 - C. Civil.

Em 14 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES

CPF.: 067.656.531-04

ID.: 2441 MRE

1950 Filho de Fernando Paulo Simas Magalhães e Tercília Fava Simas Magalhães, nasce em 21 de setembro, em Milão, Itália (brasileiro de acordo com o Inciso II, do Art. 129, capítulo I, Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1974 CPCD - IRBr

1993 CAE - IRBr, O Tratado de Cooperação Amazônica - Um instrumento de Ação Diplomática

Cargos:

1975 Terceiro-Secretário

1978 Segundo-Secretário

1981 Primeiro-Secretário, por merecimento

1987 Conselheiro, por merecimento

1994 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2001 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

2015 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1975 Departamento de Organismos Internacionais, assistente

1975-79 Divisão das Nações Unidas, assistente

1979-82 Embaixada em Washington, Segundo e Primeiro Secretário

1982-85 Embaixada em La Paz, Primeiro Secretário

1985-87 Embaixada em Paris, Primeiro Secretário

1987-91 Coordenação de Documentação Diplomática, Chefe

1991-94 Missão junto à OEA, Washington, Conselheiro

1994-97 Divisão do Mercado Comum do Sul, Chefe

1995 Comissão de Comércio do Mercosul, Chefe de delegação

1997-2001 Missão Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro

2000 Representante Alternado do Brasil junto à Organização Mundial de Comércio, Genebra

2001-03 Presidência da República, Representação Especial para Assuntos do Mercosul (REPSUL), Chefe, substituto

2001 Coordenação-Geral das Negociações Mercosul-União Européia, Coordenador-Geral

2003-08 Embaixada em Rabat, Embaixador

2008-12 Embaixada em Varsóvia, Embaixador

20012-14 Consulado-Geral em Montevideu, Cônsul-Geral

2014-15 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Chefe de Gabinete

2015- Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Subsecretário-Geral

Condecorações:

2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PARAGUAI



Lado anverso da bandeira



Lado reverso da bandeira



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Agosto de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE O PARAGUAI	
NOME OFICIAL:	República do Paraguai
GENTÍLICO:	paraguaio
CAPITAL:	Assunção
ÁREA:	406.752 km ²
POPULAÇÃO:	7 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Espanhol e guarani
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	bicameral (Câmara de Senadores e Câmara de Deputados)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	presidente Horacio Cartes (desde 15 de agosto de 2013)
CHANCELER:	Embaixador Eladio Loizaga (desde agosto de 2013)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI, 2015):	US\$ 28,8 bilhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA - PPP) (FMI, 2015):	US\$ 60,1 bilhões
PIB PER CAPITA (2015):	US\$ 4.114
PIB PPP PER CAPITA (2015):	US\$ 8.585
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	3,01% (2015); 4,7% (2014); 14,04% (2013); -1,2% (2012); 4,3% (2011); 13% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,679 (112º entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	72 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	98,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	6,14% (Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censos)
UNIDADE MONETÁRIA:	guarani
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Manuel María Cáceres Cardozo
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Há registro de 300 mil brasileiros no Paraguai (segunda maior no exterior)

Intercâmbio Comercial (US\$ milhões, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil - Paraguai	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (jan-jul)
Intercâmbio	2.082	3.146	2.269	3.159	3.684	3.604	4.036	4.403	3.357	1.796 (-9,4%)
Exportações	1.648	2.488	1.684	2.548	2.968	2.617	2.996	3.193	2.473	1.144 (-20,3%)
Importações	434	658	585	611	716	987	1.040	1.210	884	652 (+19,4%)
Saldo	1.214	1.830	1.099	1.937	2.252	1.630	1.956	1.983	1.589	492 (-44,7%)

Informação elaborada em 23 de agosto de 2016, por Carlos Gustavo Carvalho da Fonseca Velho.

Revisada por Elói Ritter Filho, Daniel Ferreira Magrini (29/08/16), João Marcelo Queiroz Soares (30/08/16) e Paulo Estivallet de Mesquita (31/08/16).

APRESENTAÇÃO

O Paraguai tem a nona maior população sul-americana, com cerca de 7 milhões de habitantes. É o oitavo maior país da América do Sul em extensão territorial. Em 2015, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) paraguaio foi uma das maiores da América do Sul, atingindo 3% de crescimento. Entre os doze países da América do Sul, o PIB do Paraguai ocupa a décima posição. A independência do país em relação à Espanha foi proclamada em 14 de maio de 1811.

PERFIL BIOGRÁFICO

HORACIO CARTES PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Nascido em Assunção, em 5 de julho de 1956. Ingressou no mercado financeiro em 1989, em atividade que dará origem ao "Banco Amambay", uma das maiores instituições bancárias paraguaias. É proprietário de empresas nos setores de pecuária, tabaco e bebidas. Filiou-se ao Partido Colorado em 2009. Em 21 de abril de 2013, foi eleito presidente da República, com 45,8% dos votos válidos. Tomou posse em 15 de agosto de 2013. Seu mandato é de cinco anos.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações com o Paraguai são prioritárias para o Brasil e atravessam um excelente momento. Seus principais eixos de integração são a cooperação energética, integração de infraestrutura, cooperação fronteiriça e combate a ilícitos transnacionais. Deve-se destacar, ainda, o comércio bilateral, realizado ao amparo das normas do MERCOSUL. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1844.

A hidrelétrica de Itaipu Binacional é um projeto emblemático da integração Brasil-Paraguai. A usina responde por aproximadamente 17% da energia consumida no Brasil e 72% do consumo paraguaio. Em 2015, Itaipu – oficialmente inaugurada em 1984 – voltou a assumir a liderança mundial em produção anual de energia elétrica, ao gerar 89.215 GWh (crescimento de 1,6% em relação a 2014), superando a produção da usina de Três Gargantas (China).

O Brasil é, tradicionalmente, o principal parceiro comercial do Paraguai. Em 2015, a corrente de comércio bilateral alcançou US\$ 3,4 bilhões, sendo US\$ 2,5 bilhões em exportações brasileiras e US\$ 884 milhões em importações. Dentre os principais produtos exportados pelo Brasil, destacam-se adubos e fertilizantes. Dentre os importados, soja, carne e trigo. Tanto a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) quanto a Confederação Nacional da Indústria (CNI) incluíram o Paraguai como "mercado prioritário" para a agenda de trabalho de 2016.

Brasil e Paraguai compartilham 1.339 quilômetros de fronteira, a quarta maior extensão dentre os limites brasileiros. Desse total, 700 quilômetros correspondem à chamada "fronteira seca", na qual inexistem barreiras naturais entre os dois países.

Assuntos consulares: O Brasil tem Consulados-Gerais nas cidades paraguaias de Assunção e Ciudad del Este; Consulados em Pedro Juan Caballero e Salto del Guairá; e Vice-Consulados em Encarnación e Concepción. O Paraguai abriga a segunda maior comunidade brasileira no exterior (estimada em aproximadamente 300 mil pessoas). Embora a presença de brasileiros no Paraguai seja bastante diversificada, a maior parte dedica-se a atividades agropecuárias em Departamentos limítrofes com o Brasil.

Empréstimos e financiamentos oficiais: Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomador soberano do Paraguai.

POLÍTICA INTERNA

Horacio Cartes, do Partido Colorado ("Associação Nacional Republicana"), foi empossado em 15 de agosto de 2013, após vitória nas eleições presidenciais com aproximadamente 46% dos votos. Seu mandato é de cinco anos.

Há duas principais particularidades relativas às eleições presidenciais no Paraguai: (i) não há segundo turno; e (ii) é vedada a reeleição do presidente da República, tanto de forma consecutiva como alternada.

As principais forças políticas no Paraguai são o Partido Colorado ("Associação Nacional Republicana") e o Partido Liberal Radical Autêntico. O Partido Colorado conta com aproximadamente 2 milhões de filiados, 19 dos 45 senadores, 46 dos 80 deputados, 12 dos 17 Governos departamentais e cerca de 140 de 250 Governos municipais. O Partido Liberal Radical Autêntico, por sua vez, tem mais de 1 milhão de correligionários e conta com 13 senadores, 25 deputados, 4 Governos departamentais e 75 Governos municipais.

O Parlamento paraguaio é bicameral, sendo conformado pela Câmara de Senadores e pela Câmara de Deputados. Os 45 Senadores, com mandato de cinco anos, são escolhidos em eleição majoritária em uma única circunscrição nacional. Os ex-presidentes da República são senadores vitalícios com direito a voz, mas não a voto. Atualmente, o Partido Colorado necessita de alianças para obter maioria no Senado. A Câmara dos Deputados é composta de 80 deputados, eleitos para mandato de cinco anos, em circunscrições departamentais. São 17 Departamentos, além da capital Assunção, município autônomo. O partido do presidente Cartes conta com maioria simples nessa Casa.

Os 17 departamentos paraguaios são governados por governadores eleitos em votação majoritária, para mandato de cinco anos.

A independência do Poder Judiciário está prevista na Constituição paraguaia. Seu órgão máximo é a Corte Suprema de Justiça, composta por nove magistrados, nomeados pelo presidente da República, após indicação do Senado Federal a partir de lista tríplice encaminhada pelo Conselho de Magistratura. O mandato dos juízes da Corte Suprema é de cinco anos, renováveis por igual período. Em caso de renovação, adquirem vitaliciedade no cargo até o limite constitucional de 75 anos, sendo removidos apenas por juízo político. Não há concursos públicos para juízes, que são designados pela Corte Suprema de Justiça a partir de indicações do Conselho da Magistratura. Recentemente, foi criada uma "Comissão Nacional de Reforma Judicial" para atualizar as normas de organização do Poder Judiciário.

POLÍTICA EXTERNA

Após a reintegração do Paraguai ao MERCOSUL e à UNASUL, ocorrida com a eleição do presidente Cartes em 2013, a atuação externa do Paraguai pautou-se pela busca de aprofundamento das relações com os países do entorno regional, tendo o Brasil como eixo principal.

O Paraguai tem participado de forma regular nos foros do MERCOSUL. O presidente Cartes compareceu às Cúpulas de Caracas (29/07/2014), de Paraná (17/12/2014) e de Brasília (17/07/15) e foi o anfitrião da Cúpula de Assunção (21/12/15). A Presidência Pro Tempore paraguaia, exercida durante o segundo semestre de 2015, buscou privilegiar a visão comercial do funcionamento do bloco e as negociações comerciais com a União Europeia.

Ainda no âmbito regional, o Paraguai tem sido bastante vocal com relação à situação na Venezuela. O presidente Horacio Cartes e outras altas autoridades paraguaias têm recebido, em Assunção, membros da oposição venezuelana, a exemplo da esposa do dirigente opositor venezuelano Leopoldo López, Lilian Tintori (02/12/15), e do governador do Estado de Miranda, Henrique Capriles (13/06/16). Nas palavras do Chanceler Eladio Loizaga, as relações entre o Paraguai e a Venezuela estão "congeladas".

Atualmente, nota-se ainda o esforço da diplomacia paraguaia para extrapolar a região, bem como para valorizar seu perfil no tabuleiro multilateral. Nesse sentido, destacam-se as viagens do chanceler Eladio Loizaga para a Reunião Ministerial anual da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Paris, 31/05/16) e do presidente Horacio Cartes a Israel (18-19/07/16), a primeira de um Chefe de Estado paraguaio àquele país.

O Paraguai não mantém relações diplomáticas com a República Popular da China, mas sim com a República da China (Taiwan). Recentemente, o presidente Horacio Cartes participou das cerimônias de posse da "presidente" de Taiwan, Tsai Ing-Wen, (18-20/05/16). No mês seguinte, Tsai Ing-Wen realizou visita de Estado ao Paraguai (27-30/06/2016). Apesar disso, Pequim é o segundo maior parceiro comercial do Paraguai, atrás apenas do Brasil.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O PIB paraguaio atingiu US\$ 28 bilhões em termos nominais em 2015 (FMI), em variação interanual positiva de 3%. O Governo paraguaio prevê crescimento de 3,5% em 2016.

A economia paraguaia é baseada na agricultura de exportação (principalmente soja, carne e cereais), que responde por 61,9% das exportações e mais de 1/4 do PIB do país, segundo o Banco Mundial. Outra fonte importante de recursos para a economia paraguaia são os pagamentos do Brasil pela energia produzida por Itaipu. Atualmente, verifica-se expansão do setor industrial, estimulada pela disponibilidade de energia e mão-de-obra barata, pelo fortalecimento da integração com o Brasil e pela abertura da economia local.

A inflação acumulada nos 12 meses até julho de 2016 foi de 2,9%, dentro da meta de 4,5%. A taxa básica de juros é de 5,5% ao ano. As reservas internacionais paraguaias representam cerca de 25% do PIB, equivalentes a sete meses de importações (aproximadamente US\$ 7 bilhões). O câmbio, flutuante com oscilações administradas, atualmente encontra-se em US\$ 1 para G\$ 5.511,46.

A estratégia do presidente Cartes para atrair investidores, promover a segurança jurídica e aprimorar a imagem do Paraguai no exterior aparenta ser exitosa. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) atribuiu ao Paraguai o melhor índice de "ambiente de negócios" entre os países sul-americanos. As agências "Fitch" e "Moody's" elevaram, em 2015, a nota do risco de crédito soberano paraguaio, que agora se encontra a apenas um nível do "grau de investimento".

Os dados do intercâmbio comercial paraguaio refletem o alto grau de abertura comercial do país, equivalente a 69% do PIB em 2015. Por esse indicador, o Paraguai é a economia mais aberta da região. Como comparação, o coeficiente do Brasil aproxima-se de 20%, o do MERCOSUL é de 25%, e o da Aliança para o Pacífico é de 55%.

O Brasil é tanto o principal destino das exportações paraguaias (US\$ 2,6 bilhões) como principal origem das importações daquele país (US\$ 2,5 bilhões). A República Popular da China representa o maior déficit bilateral do comércio paraguaio, chegando a aproximadamente US\$ 2,3 bilhões. Os principais destinos das exportações paraguaias, além do Brasil (31,6% das exportações totais), são Rússia (9,1%), Argentina (8,1%), Chile (7%) e Itália (3,5%). Os principais fornecedores do Paraguai, além do Brasil (25% das importações totais), são China (23,5%), Argentina (14,9%), EUA (7,9%) e Coreia do Sul (2,7%).

O capital brasileiro está presente em diversos setores da economia paraguaia, como autopeças, têxteis e vestuário, calçados, cimentos, frigoríficos e plásticos. Estima-se que o Brasil tenha o segundo maior estoque de capital investido no Paraguai (aproximadamente US\$ 530 milhões), sendo superado apenas pelos EUA (US\$ 866 milhões).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1525	O explorador português Aleixo Garcia visita o território do Paraguai.
1537	Fundação da cidade de Assunção pelo capitão espanhol Juan de Salazar y Espinoza.
1609	Jesuítas espanhóis dão início a atividade missionária na região.
1776	O Paraguai é transferido do Vice-Reino do Peru ao Vice-Reino do Rio da Prata, cuja capital é Buenos Aires.
1811	Independência do Paraguai.
1814	Nomeação de José Gaspar Rodríguez de Francia como Ditador Supremo da República do Paraguai.
1840	Morte de José Gaspar Rodríguez de Francia
1844	Carlos Antonio López assume a Presidência da República do Paraguai.
1862	Posse de Francisco Solano López como presidente do Paraguai.
1864	Início da Guerra do Paraguai com a invasão do Mato Grosso.
1865	Assinatura do Tratado da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai).
1870	Fim da Guerra do Paraguai.
1932-35	Paraguai e Bolívia enfrentam-se na Guerra do Chaco.
1954	O general Alfredo Stroessner toma o poder em um golpe de estado, dando início a mais de 30 anos de ditadura.
1989	Stroessner é deposto em golpe de estado liderado pelo general Andrés Rodríguez, que assume a Presidência.
1992	Promulgada a nova constituição do Paraguai.
1993	Posse de Juan Carlos María Wasmosy como presidente do Paraguai.
1998	Posse de Raúl Alberto Cubas Grau como presidente do Paraguai.
1999	O presidente Cubas renuncia pouco após o assassinato do vice-presidente Luis María Argaña. O presidente do Senado, Luis González Macchi, é designado presidente pelo restante do mandato.
2003	Nicanor Duarte Frutos, do Partido Colorado, toma posse como presidente.
2006	O ex-ditador Alfredo Stroessner morre no exílio, no Brasil, aos 93 anos.
2008	Eleição do ex-bispo Fernando Lugo, da Aliança Patriótica para a Mudança, como presidente do Paraguai. Fim da hegemonia de seis décadas do Partido Colorado.
2012 (junho)	Deposição de Fernando Lugo pelo Congresso paraguaio. O vice-presidente Federico Franco assume a Presidência da República.
2013	Posse de Horacio Cartes, do Partido Colorado, como presidente da República.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1844	Reconhecimento formal da independência paraguaia pelo Império Brasileiro. Assinatura, em Assunção, de Tratado de Aliança, Comércio e Limites entre os dois países (não foi ratificado pelo Brasil).
1850	Assinatura do Tratado de Aliança entre o Brasil e o Paraguai, como resultado de negociações conduzidas em Assunção por Pedro de Alcântara Bellegarde (Missão Bellegarde).
1854	Proibição da passagem de navios estrangeiros pelo Rio Paraguai por Carlos Antonio López e expulsão do encarregado de negócios brasileiro em Assunção. Despacho de força naval brasileira ao Paraguai, em represália.
1856	Assinatura, no Rio de Janeiro, do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Paraguai.
1858	Confirmação, mediante Convenção Bilateral, da "verdadeira inteligência e prática" do Tratado assinado em 1856 entre Brasil e Paraguai, em missão de José Maria da Silva Paranhos a Assunção.
1864	Declaração de guerra pelo Paraguai contra o Império Brasileiro. Início da Guerra do Paraguai (ou Guerra da Tríplice Aliança).
1865	Assinatura do Tratado da Tríplice Aliança contra o governo paraguaio de Solano López por Argentina, Brasil e Uruguai (1º de maio).
1870	Declaração formal de término da Guerra do Paraguai, após a morte de Solano López, pelo Império (4 de abril). Assinatura de Protocolo preliminar de Paz entre a Tríplice Aliança e o governo provisório do Paraguai (20 de junho).
1872	Assinatura do Tratado definitivo de Paz e Amizade Perpétua entre o Brasil e o Paraguai.
1876	Celebração do Tratado de Paz entre Argentina e Paraguai. Retirada das últimas tropas brasileiras no Paraguai.
1877	Assinatura do Protocolo de Montevideu, entre Argentina, Brasil e Uruguai, que confere garantia coletiva à independência, soberania e integridade territorial do Paraguai.
1881	Denúncia do Tratado de 1872 pelo Paraguai.
1883	Assinatura de Novo Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Paraguai, em substituição ao Tratado de Paz de 1872.
1889	Reconhecimento do governo republicano brasileiro pelo Paraguai.
1927	Assinatura do Tratado complementar de Limites entre o Brasil e o Paraguai.
1928	Visita ao Brasil do presidente eleito do Paraguai, José Guggiari (10 de julho). Primeiro choque entre Bolívia e Paraguai pela Região do Chaco; o Brasil se

	mantém neutro (5 de dezembro).
1930	Reconhecimento do novo governo de Getúlio Vargas pelo Paraguai.
1933	Proclamação, por Decreto, da completa neutralidade do Brasil na Guerra do Chaco (23 de maio).
1941	Visita de Getúlio Vargas ao Paraguai (primeira visita oficial de um chefe de Estado brasileiro ao Paraguai).
1943	Visita do presidente do Paraguai, Higinio Morínigo, ao Brasil.
1965	Inauguração da Ponte da Amizade entre Brasil e Paraguai.
1966	Assinatura, em Foz do Iguaçu, da Ata das Cataratas, ponto de partida da chamada “diplomacia das cachoeiras” na Bacia do Prata.
1969	Assinatura, em Brasília, do Tratado da Bacia do Prata, por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.
1973	Assinatura do Tratado de Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná entre o Brasil e o Paraguai para a Construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (Tratado de Itaipu), por ocasião de visita do presidente paraguaio, Alfredo Stroessner. Aprovação do Estatuto da Itaipu Binacional.
1975	Visita do presidente Ernesto Geisel a Assunção. Assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e o Paraguai.
1977	Início das conversações tripartites entre Argentina, Brasil e Paraguai a respeito do aproveitamento energético do Rio Paraná.
1979	Assinatura do Acordo Tripartite sobre coordenação técnico-operativa para o aproveitamento hidrelétrico de Itaipu e Corpus por Brasil, Argentina e Paraguai.
1980	Visita do presidente Figueiredo ao Paraguai, ocasião em que devolve documentos, peças históricas paraguaias e objetos pessoais de Solano López que se encontravam no Brasil.
1984	Inauguração formal da usina hidrelétrica de Itaipu.
1991	Celebração do Tratado de Assunção, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, para a constituição do MERCOSUL.
1996	Visita oficial do presidente Fernando Henrique Cardoso a Assunção (26 de junho).
1998	Visita oficial do presidente paraguaio eleito, Raúl Cubas Grau, a Brasília (29 de maio).
1998	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Assunção em virtude da posse do presidente paraguaio Raúl Cubas (15 de agosto).
1999	Visita oficial do presidente paraguaio, Raúl Cubas Grau, a Brasília (11 de fevereiro).

1999	Concessão de asilo político a Raúl Cubas Grau, após sua renúncia ao cargo de presidente da República do Paraguai.
2000	Visita oficial do presidente paraguaio Luis Ángel González Macchi a Brasília (9-13 de fevereiro).
2001	Visita oficial do presidente Fernando Henrique Cardoso a Assunção (21-22 de junho).
2003	Visita do presidente paraguaio eleito Nicanor Duarte Frutos ao Brasil (maio).
2003	Visita do presidente Lula a Assunção em virtude da posse do presidente Nicanor Duarte Frutos (14-15 de agosto).
2003	Visita de trabalho do presidente Duarte Frutos a Brasília (14 de outubro).
2004	Encontro entre o presidente Lula e o presidente Duarte Frutos em São Paulo (14 de junho).
2004	Visita de trabalho do presidente Nicanor Duarte Frutos a Brasília (26 de agosto).
2004	Visita ao Brasil do presidente Nicanor Duarte Frutos (6 de outubro).
2005	Doação, pela Força Aérea Brasileira, de seis aeronaves T-25 Universal, de fabricação brasileira, à Força Aérea Paraguaia (4 de dezembro).
2005	Decisão de aumentar o valor pago pelo Brasil ao Paraguai pela cessão de energia de Itaipu. Assinatura de acordo para a construção de uma segunda ponte internacional sobre o rio Paraná (8 de dezembro).
2006	Assinatura do Acordo Bilateral para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa e de comunicado conjunto para regularizar a situação de nacionais durante visita do chanceler do Paraguai Rubén Ramírez ao Brasil (11 de setembro).
2007	Assinatura de Memorando de Entendimento para eliminar o fator de correção pela inflação norte-americana dos contratos assinados entre a Eletrobras e a ANDE junto à Itaipu Binacional (19 de janeiro).
2007	Visita oficial do presidente Lula a Assunção. Na ocasião, foram assinados 11 instrumentos bilaterais.
2007	Assinatura da Declaração de Intenções sobre Cooperação Técnica para Elaboração do Projeto Básico da Linha de Transmissão entre a Subestação Itaipu-Margem Direita e a Subestação Limpio, na Cidade de Assunção, com tensão de 500 KV.
2007	Doação brasileira de R\$ 20 milhões ao Fundo de Apoio à Economia Paraguaia, conforme Lei 11.444/07 (3 de dezembro).
2008	Visita do então candidato Fernando Lugo a Brasília, para encontro com o presidente Lula (2 de abril).

2008	Participação do presidente Lula nas cerimônias de posse do presidente Fernando Lugo (15 de agosto).
2008	Visita do presidente Lugo a Brasília (17 de setembro).
2008	Encontro bilateral entre os presidentes Lula e Lugo à margem da Cúpula do MERCOSUL, em Sauipé (17 de dezembro).
2009	Realização da I Reunião Ministerial de Diálogo sobre Itaipu, com a participação dos ministros de Relações Exteriores, Fazenda e Energia dos dois países (26 de janeiro).
2009	Visita de Estado do presidente Fernando Lugo ao Brasil (7 e 8 de maio).
2009	Visita de trabalho do presidente Lula a Assunção, na sequência de Cúpula do MERCOSUL realizada naquela cidade (25 de julho).
2010	Visita de trabalho do presidente Fernando Lugo a Ponta Porã/MS (3 de maio).
2010	Visita de trabalho do presidente Lula a Villa Hayes, nos arredores de Assunção (30 de julho).
2010	Encontro bilateral entre os presidentes Lula e Lugo à margem da Cúpula do MERCOSUL, em Foz do Iguaçu (16 de dezembro).
2011	Participação do presidente Lugo nas cerimônias de posse da Presidenta Dilma Rousseff (1º de janeiro).
2013	Participação da presidenta Dilma Rousseff nas cerimônias de posse do presidente Horacio Cartes (15 de agosto).
2013	Encontro entre os presidentes Horacio Cartes, Nicolás Maduro e Dilma Rousseff à margem da Cúpula da UNASUL, em Paramaribo (30 de agosto).
2013	Visita de Estado do presidente Horacio Cartes ao Brasil (30 de setembro).
2013	Cerimônia de Inauguração da Linha de Transmissão da Subestação de Villa Hayes, com a presença da presidenta Dilma Rousseff e do presidente Horacio Cartes (29 de outubro).
2015	Participação do presidente Horacio Cartes nas cerimônias de posse da Presidenta Dilma Rousseff (1º de janeiro).
2015	Visita de trabalho do ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, ao Paraguai (13 de março).
2015	Visita de trabalho do chanceler Eladio Loizaga ao Brasil (15 de julho).
2016	Reunião dos Ministros das Relações Exteriores e da Defesa (formato 2+2) do Brasil e Paraguai, em Assunção (4 de abril).
2016	Visita de trabalho do chanceler Eladio Loizaga ao Brasil (8 de junho).

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Data de Entrada em Vigor	Publicação
Tratado Definitivo de Paz e Amizade Perpétua.	09/01/1872	26/01/1872	27/03/1872
Tratado de Limites.	09/01/1872	26/03/1872	27/03/19872
Convenção de Arbitramento.	24/02/1911	07/09/1914	16/09/1914
Acordo Administrativo para Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais.	17/11/1919	01/12/1919	03/12/1919
Tratado de Extradicação.	24/02/1922	22/05/1925	30/05/1925
Acordo sobre Navegação do Rio Paraguai.	30/04/1927	30/04/1927	-
Tratado de Limites Complementar ao de 1872.	21/05/1927	22/11/1929	05/12/1929
Acordo para a Constituição de uma Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia para Estudos Econômicos e Culturais.	17/04/1937	17/04/1937	-
Convênio sobre o Estabelecimento em Santos de um Entrepósito de Depósito Franco para as Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Paraguai.	14/06/1941	08/07/1941	29/08/1941
Convênio sobre Tráfico Fronteiriço.	14/06/1941	02/08/1941	29/08/1941
Convênio para a Constituição de Comissões Mistas Encarregadas de Estudar os Problemas de Navegação do Rio Paraguai nas Águas Jurisdicionais dos Dois Países e a Criação de uma Frota Mercante Brasileiro-Paraguaia.	14/06/1941	01/10/1941	28/08/1941
Convênio para Intercâmbio de Técnicos dos Dois Países.	14/06/1941	01/10/1941	29/08/1941
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.	20/12/1952	24/04/1954	28/05/1954
Convênio para o Estabelecimento,	20/01/1956	06/11/1957	07/01/1958

em Concepción, de um Entrepósito de Depósito Franco para as Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Brasil.			
Convênio para o Estabelecimento, em Paranaguá, de um Entrepósito de Depósito Franco para as Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Paraguai.	20/01/1956	06/11/1957	07/01/1958
Convênio de Cooperação para o Estudo do Aproveitamento da Energia Hidráulica dos Rios Acaraí e Mondaí.	20/01/1956	06/09/1957	07/01/1958
Tratado Geral de Comércio e Investimentos.	27/10/1956	06/09/1957	08/01/1958
Convênio de Turismo e Trânsito de Passageiros.	12/09/1958	05/03/1960	01/11/1960
Convênio para o Estabelecimento em Encarnación, de um Entrepósito de Depósito Franco para Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Brasil.	05/11/1959	04/02/1969	10/03/1969
Acordo para a Construção, em Território Paraguaio, da Rodovia que Unirá Concepción a Ponta-Porã.	05/03/1960	05/03/1960	10/05/1960
Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica.	18/08/1961	21/03/1965	30/07/1965
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais ou Documentos Equivalentes.	27/03/1965	25/06/1965	21/06/1965
Acordo sobre a utilização, Conservação e Vigilância da Ponte Internacional sobre o Rio Paraná.	27/03/1965	27/03/1965	21/06/1965
Acordo pelo qual se Aprova o Regulamento e o Plano de Ação da	24/11/1967	24/11/1967	-

Comissão Mista Técnica Brasil-Paraguai.			
Convênio de Cooperação Brasileiro-Paraguai no Combate à Febre Aftosa.	16/05/1969	-	19/06/1969
Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Transportes e Turismo.	26/01/1970	26/01/1970	12/06/1971
Acordo Sanitário.	16/07/1971	26/01/1972	29/03/1972
Tratado para o Aproveitamento Hidroelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, Pertencentes em Condomínio aos Dois Países, Desde e Inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá, até a Foz do Rio Iguaçu, Anexos A, B e C e seis Notas.	26/04/1973	13/08/1973	30/08/1973
Acordo Básico de Cooperação Educacional, Científica e Cultural.	17/10/1973	30/11/1974	26/12/1974
Protocolo sobre Relações de Trabalho e Previdência Social, previsto no Artigo XX do Tratado de Itaipu.	11/02/1974	08/08/1974	20/08/1974
Acordo sobre Integralização do Capital da Itaipu.	10/09/1974	10/09/1974	25/09/1974
Acordo sobre Funcionamento de Estações de Rádio para Serviço de Assistência a Aeronaves Militares dos Dois Países.	10/09/1974	10/09/1974	25/09/1974
Acordo sobre o Estudo do Plano de Integração dos Sistemas de Transportes do Brasil e do Paraguai.	10/09/1974	10/09/1974	25/09/1974
Acordo sobre o Centro de Estudos Brasileiros em Assunção.	10/09/1974	31/10/1974	25/09/1974
Acordo sobre Radioamadorismo.	10/09/1974	10/09/1974	25/09/1974
Acordo Administrativo Complementar sobre Higiene e	08/01/1975	08/01/1975	16/01/1975

Segurança do Trabalho Aplicável aos Trabalhadores Contratados pela Itaipu e seus Empreiteiros e Subempreiteiros de Obras e Locadores e Sublocadores de Serviços.			
Acordo Administrativo Regulamentador da Prestação de Serviços Médicos aos Trabalhadores Contratados pela Itaipu e seus Empreiteiros e Subempreiteiros de Obras e Locadores e Sublocadores de Serviços.	08/01/1975	08/01/1975	16/01/1975
Acordo sobre Estudos dos Rios do Alto Paraná.	08/01/1975	08/01/1975	20/01/1975
Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.	04/12/1975	26/05/1976	23/06/1976
Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927 entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.	04/12/1975	26/05/1976	23/05/1976
Convênio de Cooperação Técnica sobre Telecomunicações e Serviços Postais.	11/02/1976	11/02/1976	23/03/1976
Tratado de Interconexão Ferroviária.	11/04/1980	19/12/1980	16/01/1981
Convênio sobre Cooperação em Matéria de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.	02/07/1982	10/12/1982	05/01/1983
Convênio sobre Cooperação em Matéria de Propriedade Industrial.	02/07/1982	10/12/1982	05/01/1983
Convênio sobre Cooperação no Campo da Promoção do Desenvolvimento Industrial.	02/07/1982	10/12/1982	05/01/1983
Convênio sobre Cooperação em Matéria de Registro de Comércio.	02/07/1982	10/12/1982	05/01/1983

Convênio sobre Cooperação em Matéria de Desenvolvimento Tecnológico de Álcool Carburante.	02/07/1982	10/12/1982	05/01/1983
Convênio para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande.	21/07/1987	07/02/1990	12/03/1990
Acordo de Cooperação Técnica.	27/10/1987	30/08/1990	03/06/1991
Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas.	29/03/1988	14/01/1992	07/02/1992
Acordo para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná.	26/09/1992	30/01/1994	04/04/1995
Acordo sobre Cooperação para o Combate ao Tráfico Ilícito de Madeira.	01/09/1994	29/04/1996	12/07/1996
Acordo para a Conservação da Fauna Aquática nos Cursos dos Rios Limítrofes.	01/09/1994	06/12/1995	07/02/1996
Acordo para Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados.	01/09/1994	18/11/1996	23/01/1997
Acordo Relativo a Cooperação Militar	24/07/1995	12/09/1996	11/12/1996
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	23/10/1996	13/11/1997	29/07/1998
Memorando de Entendimento para a Criação de um Sistema de Consulta e Coordenação	13/10/1998	13/10/1998	-
Protocolo de Cooperação Técnica na Área de Indústria, Comércio e Turismo.	24/11/1998	24/11/1998	06/04/2000
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas e de Menores	10/02/2000	-	-

sob Tratamento Especial.			
Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais.	10/02/2000	27/03/2002	-
Acordo para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná.	08/12/2005	01/10/2008	05/12/2008
Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa.	11/09/2006	07/05/2010	07/05/2010
Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande para Cargas Transportadas por Rodovia, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006, que complementa o "Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande", celebrado em Brasília, no dia 21 de julho de 1987.	11/09/2006	07/05/2010	07/05/2010
Acordo, por troca de Notas, para o Estabelecimento de uma Faixa Non Aedificandi em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai [adicional ao Acordo de 16/9/1980].	09/04/2008	30/05/2011	20/06/2012
Acordo por Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu - Setembro 2009.	01/09/2009	14/05/2011	28/06/2011

Acordo para a Construção de uma Ponte Rodoviária Internacional Sobre o Rio Paraguai entre as Cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta.	08/06/2016	-	EMI pendente de assinatura: Transportes, Fazenda e MPOG.
Acordo sobre Serviços Aéreos.	08/06/2016	-	EMI pendente de assinatura: Transportes

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos do Paraguai

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	14,04%	4,72%	3,01%	2,89%	3,23%
PIB nominal (US\$ bilhões)	28,97	30,88	28,08	26,80	27,91
PIB nominal "per capita" (US\$)	4.270	4.481	4.010	3.768	3.864
PIB PPP (US\$ bilhões)	55,06	58,61	60,98	63,36	66,30
PIB PPP "per capita" (US\$)	8.116	8.503	8.708	8.905	9.182
População (milhões de habitantes)	6,78	6,89	7,00	7,12	7,22
Desemprego (%)	4,99%	6,05%	6,14%	6,23%	6,08%
Inflação (%) ⁽²⁾	3,75%	4,21%	3,10%	4,50%	4,50%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,65%	-0,41%	-1,84%	-1,24%	-1,05%
Dívida externa (US\$ bilhões)	13,41	14,09	14,41	15,47	16,64
Câmbio (G / US\$) ⁽²⁾	4,32	4,46	5,16	5,69	5,70

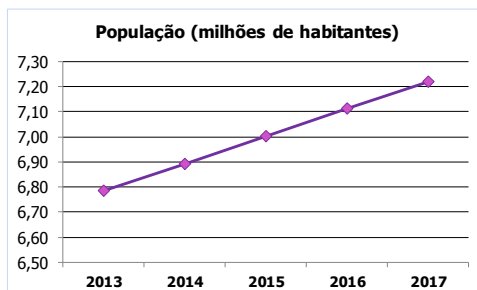
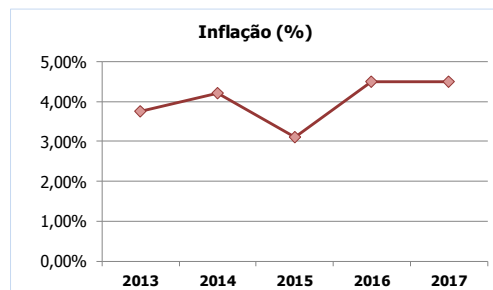
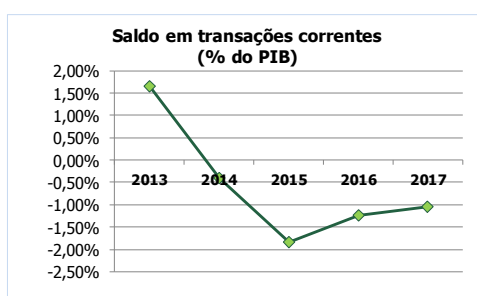
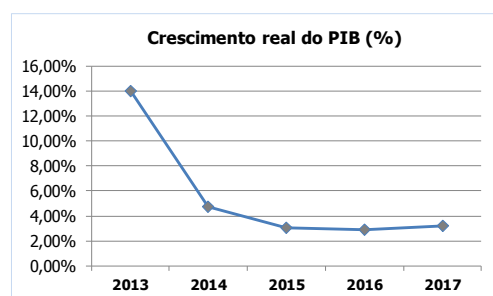
Origem do PIB (2014 Estimativa)

Agricultura	18,9%
Indústria	18,5%
Serviços	62,6%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 3rd Quarter 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

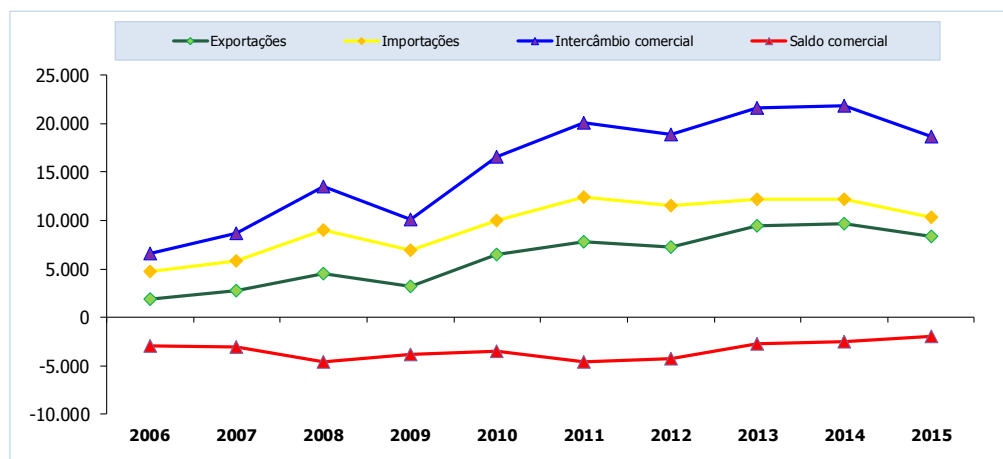


Evolução do comércio exterior do Paraguai
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2006	1.843	11,4%	4.758	45,3%	6.601	33,9%	-2.914
2007	2.817	52,8%	5.859	23,2%	8.677	31,4%	-3.042
2008	4.463	58,4%	9.033	54,2%	13.497	55,6%	-4.570
2009	3.167	-29,0%	6.940	-23,2%	10.107	-25,1%	-3.773
2010	6.505	105,4%	10.033	44,6%	16.538	63,6%	-3.529
2011	7.764	19,4%	12.366	23,2%	20.130	21,7%	-4.603
2012	7.283	-6,2%	11.555	-6,6%	18.838	-6,4%	-4.272
2013	9.456	29,8%	12.142	5,1%	21.598	14,7%	-2.686
2014	9.636	1,9%	12.169	0,2%	21.804	1,0%	-2.533
2015	8.361	-13,2%	10.291	-15,4%	18.652	-14,5%	-1.930
2016(jan-mai)	3.632	-4,2%	3.515	-19,0%	7.147	-12,1%	117,0
Var. % 2006-2015	353,6%	--	116,3%	--	182,6%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

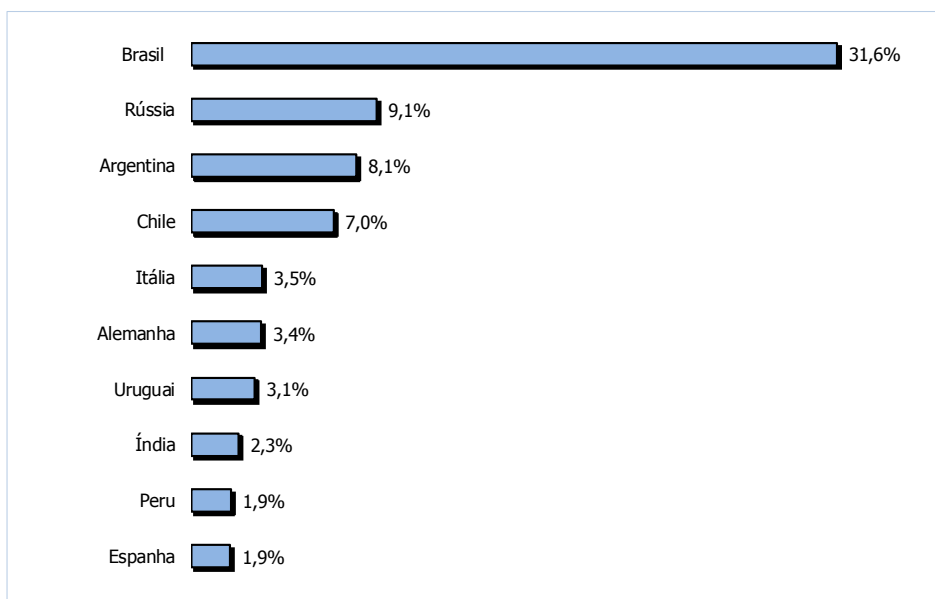


Direção das exportações do Paraguai
US\$ milhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Brasil	2.642	31,6%
Rússia	758	9,1%
Argentina	676	8,1%
Chile	582	7,0%
Itália	290	3,5%
Alemanha	286	3,4%
Uruguai	259	3,1%
Índia	193	2,3%
Peru	161	1,9%
Espanha	160	1,9%
Subtotal	6.007	71,8%
Outros países	2.354	28,2%
Total	8.361	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais destinos das exportações

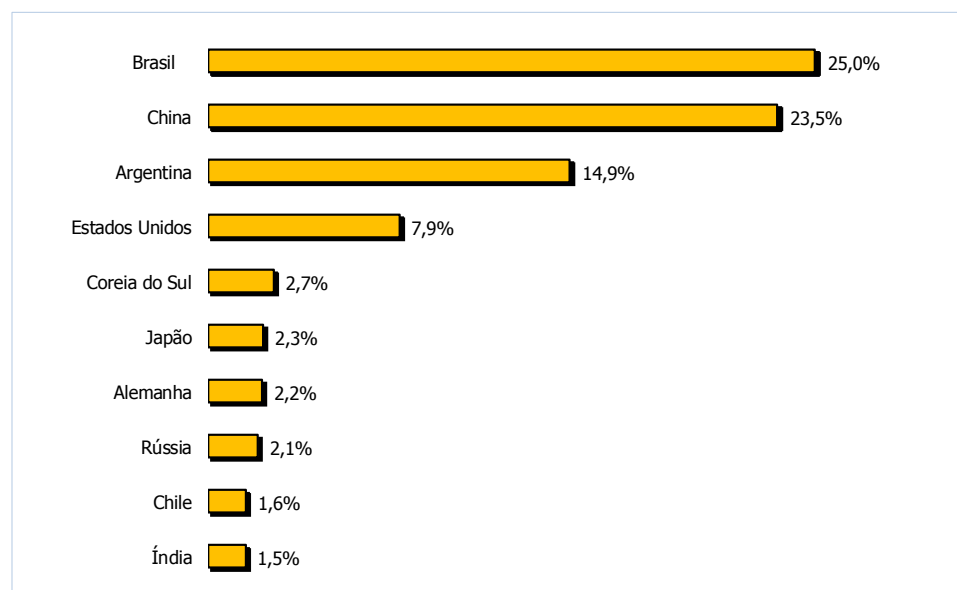


Origem das importações do Paraguai
US\$ milhões

Países	2 0 1 5	Part. % no total
Brasil	2.577	25,0%
China	2.417	23,5%
Argentina	1.535	14,9%
Estados Unidos	812	7,9%
Coreia do Sul	278	2,7%
Japão	234	2,3%
Alemanha	230	2,2%
Rússia	212	2,1%
Chile	161	1,6%
Índia	158	1,5%
Subtotal	8.614	83,7%
Outros países	1.677	16,3%
Total	10.291	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais origens das importações

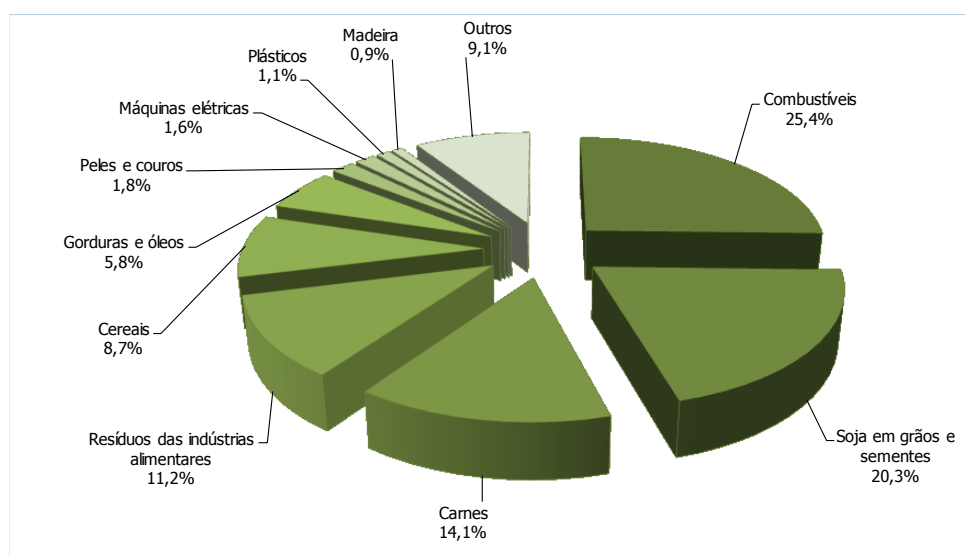


Composição das exportações do Paraguai
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	2.123	25,4%
Soja em grãos e sementes	1.697	20,3%
Carnes	1.181	14,1%
Resíduos das indústrias alimentares	940	11,2%
Cereais	728	8,7%
Gorduras e óleos	484	5,8%
Peles e couros	151	1,8%
Máquinas elétricas	132	1,6%
Plásticos	90	1,1%
Madeira	73	0,9%
Subtotal	7.599	90,9%
Outros	762	9,1%
Total	8.361	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

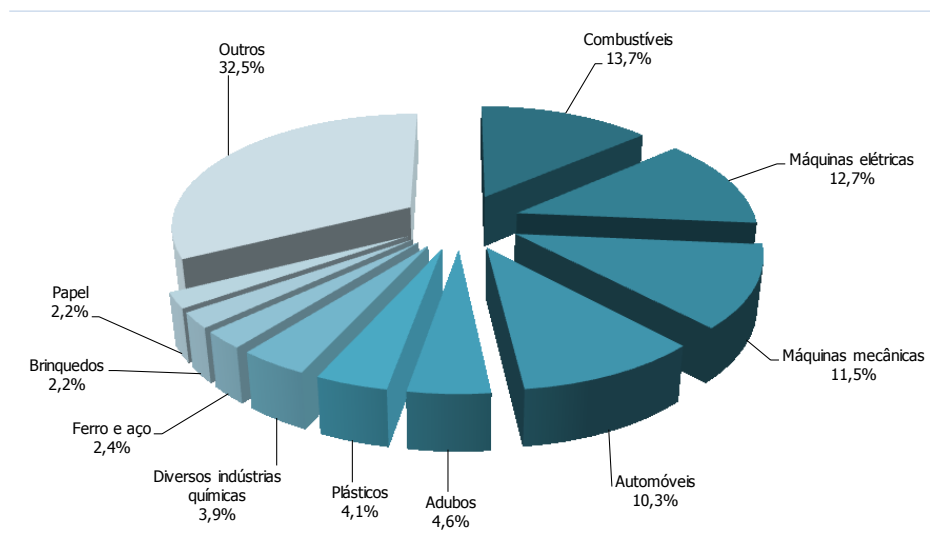


Composição das importações do Paraguai
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part. % no total
Combustíveis	1.409	13,7%
Máquinas elétricas	1.307	12,7%
Máquinas mecânicas	1.185	11,5%
Automóveis	1.061	10,3%
Adubos	472	4,6%
Plásticos	418	4,1%
Diversos indústrias químicas	400	3,9%
Ferro e aço	249	2,4%
Brinquedos	225	2,2%
Papel	223	2,2%
Subtotal	6.950	67,5%
Outros	3.341	32,5%
Total	10.291	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

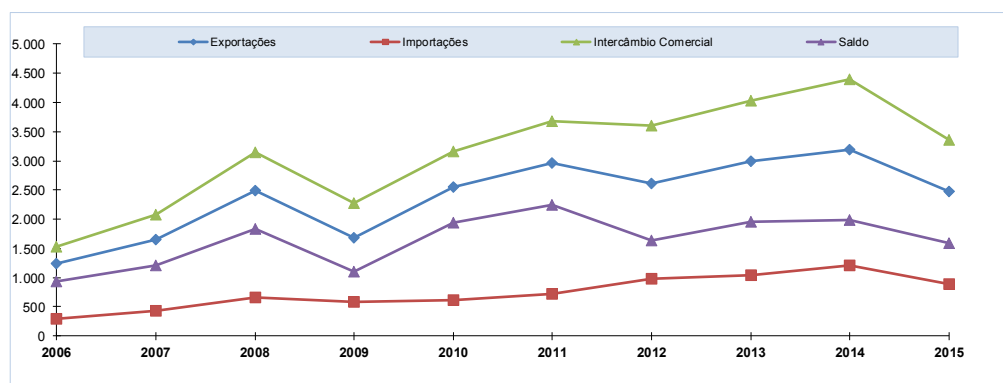
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Paraguai
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	1.234	28,1%	0,90%	296	-7,2%	0,32%	1.530	19,3%	0,67%	938
2007	1.648	33,6%	1,03%	434	46,7%	0,36%	2.082	36,1%	0,74%	1.214
2008	2.488	50,9%	1,26%	658	51,5%	0,38%	3.145	51,0%	0,94%	1.830
2009	1.684	-32,3%	1,10%	585	-11,0%	0,46%	2.269	-27,8%	0,81%	1.098
2010	2.548	51,3%	1,26%	611	4,4%	0,34%	3.159	39,2%	0,82%	1.937
2011	2.969	16,5%	1,16%	716	17,1%	0,32%	3.684	16,6%	0,76%	2.253
2012	2.618	-11,8%	1,08%	988	37,9%	0,44%	3.605	-2,2%	0,77%	1.630
2013	2.997	14,5%	1,24%	1.040	5,3%	0,43%	4.036	12,0%	0,84%	1.957
2014	3.194	6,6%	1,42%	1.210	16,4%	0,53%	4.404	9,1%	0,97%	1.983
2015	2.473	-22,6%	1,29%	884	-26,9%	0,52%	3.358	-23,8%	0,93%	1.589
2016 (jan-jul)	1.144	-20,4%	1,07%	652	19,4%	0,83%	1.796	-9,4%	0,97%	493
Var. % 2006-2015	100,5%	--	--	198,8%	--	--	119,5%	--	--	n.c.

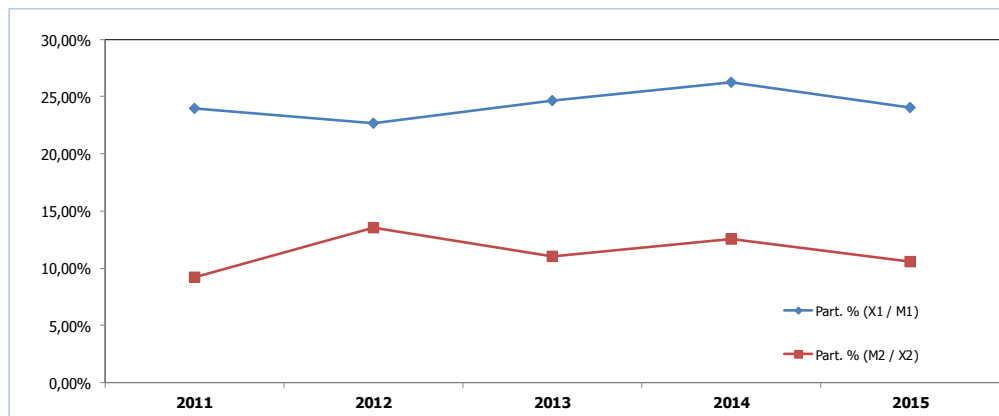
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



Part. % do Brasil no comércio do Paraguai
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2014-2015
Exportações do Brasil para o Paraguai (X1)	2.969	2.618	2.997	3.194	2.473	-22,6%
Importações totais do Paraguai (M1)	12.366	11.555	12.142	12.169	10.291	-15,4%
Part. % (X1 / M1)	24,01%	22,65%	24,68%	26,24%	24,03%	-8,4%
Importações do Brasil originárias do Paraguai (M2)	716	988	1.040	1.210	884	-26,9%
Exportações totais do Paraguai (X2)	7.764	7.283	9.456	9.636	8.361	-13,2%
Part. % (M2 / X2)	9,22%	13,56%	11,00%	12,56%	10,58%	-15,8%

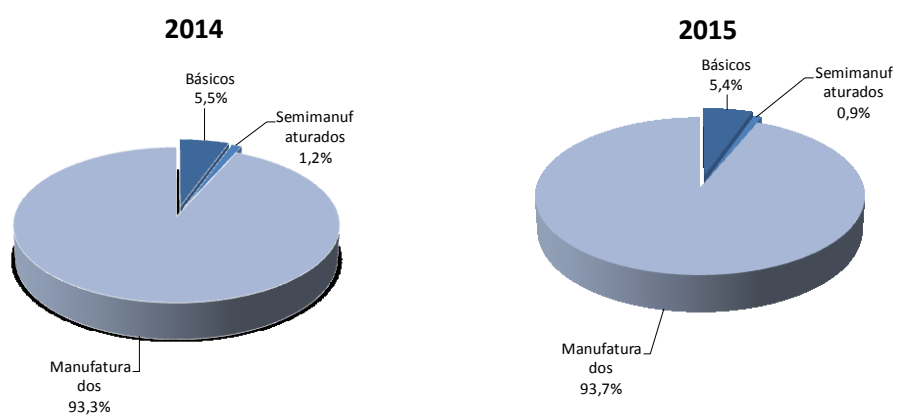
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Paraguai e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



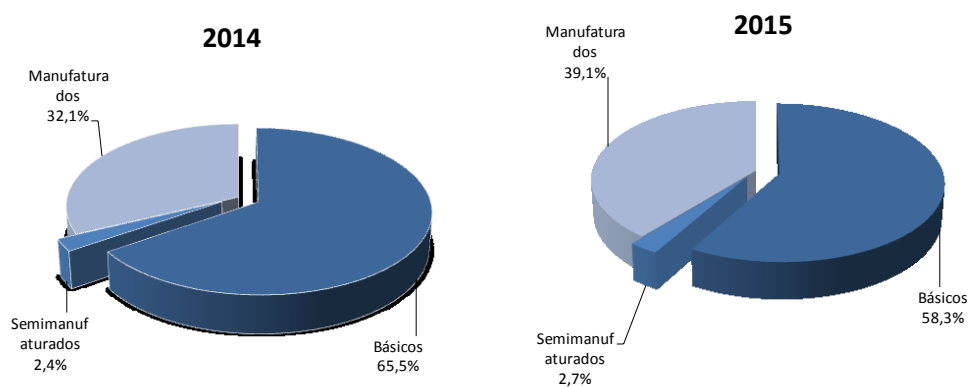
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

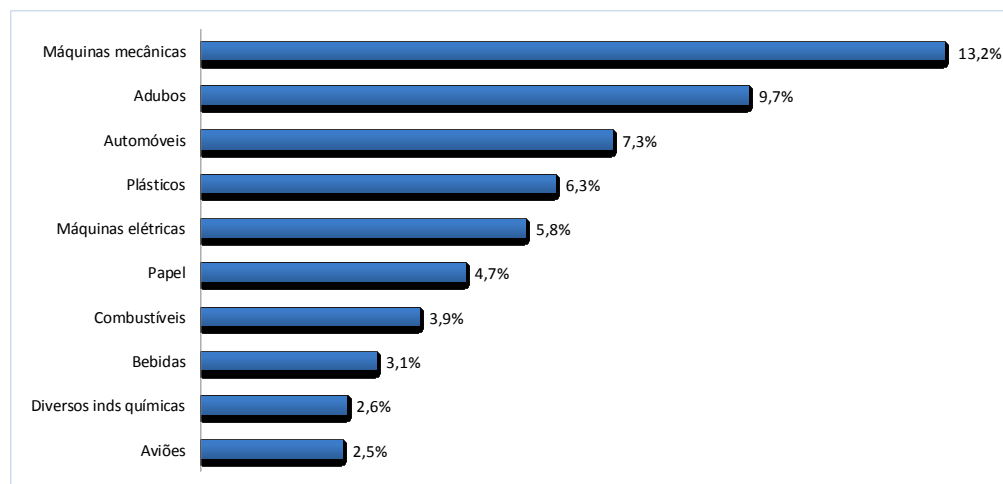
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para o Paraguai
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	477	15,9%	496	15,5%	327	13,2%
Aduos	357	11,9%	326	10,2%	241	9,7%
Automóveis	216	7,2%	196	6,1%	181	7,3%
Plásticos	154	5,1%	176	5,5%	156	6,3%
Máquinas elétricas	128	4,3%	166	5,2%	143	5,8%
Papel	97	3,2%	111	3,5%	116	4,7%
Combustíveis	238	7,9%	372	11,6%	96	3,9%
Bebidas	62	2,1%	88	2,8%	77	3,1%
Diversos inds químicas	70	2,3%	75	2,3%	64	2,6%
Aviões	6	0,2%	0	0,0%	62	2,5%
Subtotal	1.805	60,2%	2.006	62,8%	1.463	59,2%
Outros produtos	1.192	39,8%	1.187	37,2%	1.010	40,8%
Total	2.997	100,0%	3.194	100,0%	2.473	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

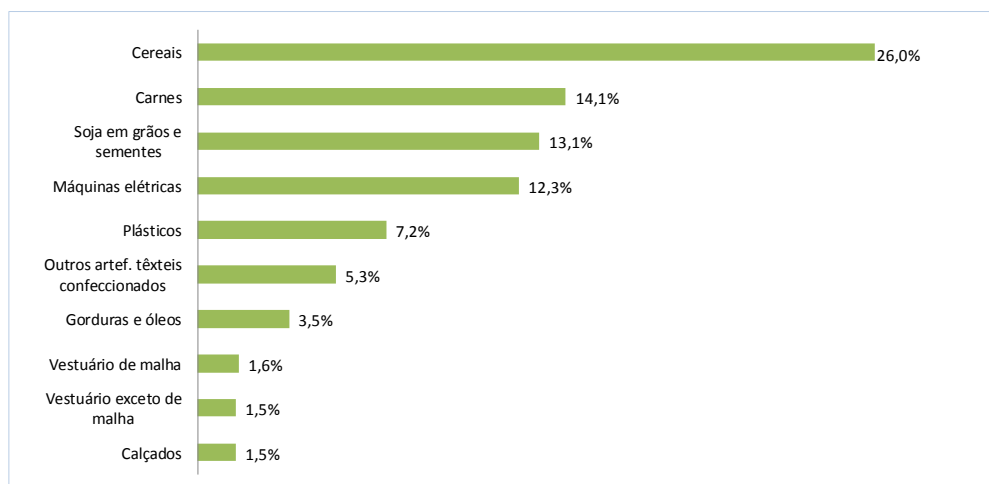


Composição das importações brasileiras originárias do Paraguai
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Cereais	415	39,9%	278	23,0%	230	26,0%
Carnes	108	10,4%	197	16,3%	125	14,1%
Soja em grãos e sementes	121	11,6%	268	22,1%	116	13,1%
Máquinas elétricas	36	3,5%	95	7,9%	109	12,3%
Plásticos	60	5,8%	87	7,2%	64	7,2%
Outros artef. têxteis confeccionados	32	3,1%	50	4,1%	47	5,3%
Gorduras e óleos	40	3,8%	41	3,4%	31	3,5%
Vestuário de malha	12	1,2%	16	1,3%	14	1,6%
Vestuário exceto de malha	16	1,5%	15	1,2%	13	1,5%
Calçados	31	3,0%	24	2,0%	13	1,5%
Subtotal	871	83,8%	1.071	88,5%	762	86,2%
Outros produtos	169	16,2%	139	11,5%	122	13,8%
Total	1.040	100,0%	1.210	100,0%	884	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-jul)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-jul)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Máquinas mecânicas	201	14,0%	150	13,1%	Máquinas mecânicas 13,1%
Azubos	146	10,2%	85	7,5%	Azubos 7,5%
Plásticos	93	6,4%	81	7,0%	Plásticos 7,0%
Automóveis	96	6,7%	77	6,7%	Automóveis 6,7%
Papel	65	4,5%	57	5,0%	Papel 5,0%
Máquinas elétricas	83	5,8%	54	4,7%	Máquinas elétricas 4,7%
Combustíveis	52	3,6%	54	4,7%	Combustíveis 4,7%
Bebidas	45	3,1%	41	3,6%	Bebidas 3,6%
Obras de ferro ou aço	30	2,1%	31	2,7%	Obras de ferro ou aço 2,7%
Tabaco e sucedâneos	35	2,5%	30	2,6%	Tabaco e sucedâneos 2,6%
Subtotal	846	58,9%	659	57,6%	
Outros produtos	590	41,1%	485	42,4%	
Total	1.437	100,0%	1.144	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-jul)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-jul)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Cereais	112	20,6%	221	34,0%	Cereais 34,0%
Soja em grãos e sementes	88	16,0%	118	18,1%	Soja em grãos e sementes 18,1%
Carnes	80	14,7%	81	12,4%	Carnes 12,4%
Máquinas elétricas	68	12,4%	66	10,1%	Máquinas elétricas 10,1%
Plásticos	41	7,4%	32	4,9%	Plásticos 4,9%
Outs arts. têxteis confec.	33	6,1%	24	3,7%	Outs arts. têxteis confec. 3,7%
Gorduras e óleos	21	3,9%	20	3,1%	Gorduras e óleos 3,1%
Vestuário de malha	9	1,6%	7	1,0%	Vestuário de malha 1,0%
Diversos inds químicas	0	0,0%	7	1,0%	Diversos inds químicas 1,0%
Alumínio	6	1,0%	6	1,0%	Alumínio 1,0%
Subtotal	458	83,9%	583	89,4%	
Outros produtos	88	16,1%	69	10,6%	
Total	546	100,0%	652	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Agosto de 2016.

2ª PARTE - DELIBERATIVA

2

RELATÓRIO Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 93, de 2016 (nº 505, de 22 de setembro de 2016, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.*

RELATOR: Senador **JOSÉ AGRIPINO**

É submetida ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República deseja fazer do nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente e deliberar a respeito por voto secreto.

Em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE encaminhou currículo do diplomata.

O indicado, DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, nasceu em 26 de fevereiro de 1954, em Recife – PE. É filho de Carlos Alberto de Souza Pinto e Hilda Fontes Pinto.

Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano de 1980 e tornou-se Terceiro-Secretário. Em 1982, passou a Segundo-Secretário. Por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 1989; a Conselheiro

em 1994; a Ministro de Segunda Classe em 2001; e a Ministro de Primeira Classe em 2007.

No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1985, e o Curso de Altos Estudos em 1999, no qual defendeu a tese “A Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento-OCDE: Uma visão brasileira”, publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, no ano de 2000.

Entre as funções que desempenhou durante sua carreira, merecem destaque: Primeiro-Secretário na Embaixada em Pequim (1989-1992); Assessor na Secretaria-Geral (1993-1995); Conselheiro nas Embaixadas em Paris (1995-1998) e em Pretória (1998-2001); Ministro-Conselheiro na Missão junto à Comunidade Econômica Europeia – CEE (2003-2006); Diretor do Departamento do Serviço Exterior (2006-2010); Subsecretário-Geral do Serviço Exterior (2010-2013); Embaixador no Vaticano (desde 2013).

Recebeu diversas condecorações nacionais e estrangeiras, a exemplo da Ordem do Mérito da Alemanha, 1º grau; Ordem do Rio Branco, Grande Oficial e Grã-Cruz; Medalha do Pacificador; Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial; e Ordem de Pio IX, do Vaticano, Grã-Cruz.

Acompanha a mensagem presidencial sumário executivo elaborado pelo MRE, contendo informações sobre o Canadá, com realce para suas relações com o Brasil.

O Canadá conta com dez províncias, organizadas sob a forma federativa de Estado. Cuida-se de monarquia constitucional parlamentarista, cuja Chefe de Estado é a Rainha Elisabeth II, do Reino Unido, sendo representada pelo Governador-Geral do Canadá.

O país, conhecido por suas riquezas naturais e com economia bem diversificada, ocupa a 9ª colocação no *ranking* mundial do índice de desenvolvimento humano (IDH). Seu comércio, todavia, é bastante dependente dos Estados Unidos da América (EUA), destino de mais de 70% das exportações canadenses. O Canadá integra o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, na sigla em inglês), ao lado do México e dos EUA.

Em termos de política externa, o Canadá mostra-se favorável ao multilateralismo, à paz, à democracia, aos direitos humanos e à abertura comercial. Desse modo, integra diversas organizações internacionais.

No que tange às relações bilaterais, o documento do MRE ressalta os fatores que aproximam os dois países. Ambos são democracias multiétnicas e multiculturais; contam com territórios extensos, sendo que parte deles apresenta pouca densidade populacional e elevado potencial para geração de riquezas; estão entre as maiores economias mundiais; contam com expressivas reservas de água doce; detêm parque produtivo e pauta de bens e serviços de exportação diversificados; caracterizam-se como grandes produtores de alimentos e energia.

O dinamismo das relações entre Brasil e Canadá reflete-se no grande número de visitas bilaterais de alto nível nos últimos anos. A agenda de cooperação abrange os campos de comércio e investimentos; infraestrutura; energia; meio ambiente; educação; ciência, tecnologia e inovação; defesa; e segurança. O Canadá é o país com maior número de estudantes brasileiros no exterior e principal destino de investimentos brasileiros no exterior, com o estoque acumulado de US\$ 15,24 bilhões em 2014.

Toronto, Montreal e Vancouver são as cidades que abrigam a maioria dos cerca de 30 mil brasileiros residentes no Canadá.

Em 2015, o Brasil foi o 13º destino das exportações canadenses e 15º fornecedor de produtos para o Canadá. As exportações brasileiras foram de US\$ 2,36 bilhões, e as importações, de US\$ 2,42 bilhões. Portanto, houve déficit de US\$ 59 milhões e corrente de comércio de US\$ 4,78 bilhões.

Entre 2000 e 2008, a pauta de exportações brasileira tinha considerável participação de manufaturados. Desde 2009, todavia, nota-se “primarização” desses itens, em especial após o crescimento das vendas de óxido de alumínio, óleos brutos de petróleo, além de produtos tradicionais como café e açúcar refinado.

Assim, os principais produtos exportados para o Canadá, em 2015, foram o óxido de alumínio (US\$ 727 milhões), açúcar (US\$ 244 milhões), ouro em bulhão ou em barras (US\$ 220 milhões), café (US\$ 139 milhões), óleos brutos de petróleo (US\$ 99 milhões), aviões (US\$ 90 milhões), bauxita (US\$ 66 milhões) e niveladores (US\$ 45 milhões). Já os principais produtos vendidos pelo Canadá ao Brasil, no mesmo ano, foram cloreto de potássio (US\$ 845 milhões), aviões (US\$ 183 milhões), hulha (US\$ 144 milhões), papel de jornal (US\$ 89 milhões), medicamentos (US\$ 85 milhões), partes de turboreatores ou turbopropulsores (US\$ 75 milhões), helicópteros (US\$ 51 milhões), alumínio (US\$ 39 milhões) e polímeros de etileno (US\$ 37 milhões).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 93, DE 2016

(nº 505/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 505

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Os méritos do Senhor Denis Fontes de Souza Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de setembro de 2016.

EM nº 00316/2016 MRE

Brasília, 13 de Setembro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **DENIS FONTES DE SOUZA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **DENIS FONTES DE SOUZA PINTO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 591 - C. Civil.

Em 22 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Atenciosamente,

DANIEL SIGELMANN
Secretário-Executivo da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DENIS FONTES DE SOUZA PINTO

CPF.: 223255064-87

ID.: 7749 MRE

1954 Filho de Carlos Alberto de Souza Pinto e Hilda Fontes Pinto, nasce em 26 de fevereiro, em Recife/ PE

Dados Acadêmicos:

1977 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco
 1985 CAD-IRBr
 1999 CAE - IRBR, A Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento-OCDE: Uma visão brasileira

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário
 1982 Segundo-Secretário
 1989 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1994 Conselheiro, por merecimento
 2001 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2007 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1979-80 CPCD - IRBr
 1980-82 Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, Assistente
 1982-83 Divisão de Programas de Promoção Comercial, Assistente
 1983-86 Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário
 1986-89 Embaixada em Quito, Segundo-Secretário
 1989-91 Embaixada em Pequim, Primeiro-Secretário e Conselheiro, comissionado
 1991-93 Departamento de Administração, Coordenador-Executivo, Substituto
 1993-95 Secretaria-Geral, Assessor
 1995-98 Embaixada em Paris, Conselheiro
 1998-01 Embaixada em Pretória, Conselheiro
 2001-03 Coordenadoria de Orçamento e Finanças, Coordenador-Geral
 2003-06 Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministro-Conselheiro
 2006 Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, Coordenador-Geral
 2006-10 Departamento do Serviço Exterior, Diretor
 2010-13 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Subsecretário-Geral
 2013 Embaixada no Vaticano

Condecorações:

1986 Ordem do Mérito, Alemanha, 1º grau
 2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
 2009 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
 2011 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
 2011 Medalha do Pacificador, Brasil
 2012 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
 2016 Ordem de Pio IX, Vaticano, Grã-Cruz

Publicações:

2000 A OCDE: Uma visão brasileira, in Coleção de Altos Estudos, FUNAG, Brasília

PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**CANADÁ****INFORMAÇÃO OSTENSIVA****Junho de 2016**

DADOS BÁSICOS SOBRE O CANADÁ	
NOME OFICIAL:	Canadá
CAPITAL:	Ottawa
ÁREA:	9.984.670 km ²
POPULAÇÃO:	35,67 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Inglês (oficial), 59%; francês (oficial), 23%; outros, 18%
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos (42,6%), protestantes (23,3%), outros grupos cristãos (4,4%), muçulmanos (1,9%), outras (11,8%), ateus (16%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia Constitucional Parlamentarista/Estado Federal
PODER LEGISLATIVO:	Poder Legislativo Bicameral, composto pelo Senado (104 membros escolhidos pelo Primeiro-Ministro) e a Câmara dos Comuns (308 membros eleitos por voto direto).
CHEFE DE ESTADO:	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral, David Johnston (desde 01/10/2010).
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Justin Pierre James Trudeau (desde 04/11/2015)
CHANCELER:	Stéphane Dion (desde novembro de 2015)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 1,873 trilhão (Brasil: US\$ 2,356 trilhões)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 1,647 trilhão (Brasil: US\$ 3,172 trilhões)
PIB PER CAPITA (2015)	US\$ 52.287 (Brasil: US\$ 11.527)
PIB PPP PER CAPITA (2015)	US\$ 45.981 (Brasil: US\$15.518)
VARIAÇÃO DO PIB	1,79 (2014); 1,8% (2013); 1,8% (2012); 2,6% (2011); 3,2% (2010); -2,8% (2009); 1,1% (2008); 2,1% (2007)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,913 (9º no ranking; Brasil 0,755/75º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	81 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	6,9% (Statistics Canada)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar canadense
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Riccardo Savone
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de cerca de 30 mil brasileiros residentes

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CANADÁ (fonte: MICS)									
Brasil→Canadá	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	1.486	1.483	1.730	2.966	4.070	3.314	6.685	5.703	4.784
Exportações	513	556	979	1.947	2.361	1.712	3.129	2.701	2.363
Importações	973	927	750	1.019	1.708	1.601	3.556	3.001	2.421
Saldo	-460	-370	229	928	653	110	-426	-299	-59

Informação elaborada por Claudia de Angelo Barbosa em 22/06/2016. Revisada por Claudia de Angelo Barbosa em 22/06/2016.

APRESENTAÇÃO

Segundo maior país em extensão territorial (9.984.670 km²) e 36º país em população no mundo (35,67 milhões em 2014), o Canadá localiza-se na América do Norte. É banhado por três oceanos: ao norte, pelo Oceano Ártico, a oeste pelo Oceano Pacífico e a leste pelo Oceano Atlântico. Sua fronteira ao sul e ao noroeste (Alasca) com os Estados Unidos da América é a mais longa fronteira terrestre do mundo.

Habitado originalmente por populações aborígenes, o Canadá, desde fins do século XV, foi sendo explorado por expedições britânicas, portuguesas e francesas que foram estabelecendo colônias ao longo da costa do Atlântico.

Com a derrota na Guerra dos Sete Anos, em 1763, a França cedeu ao Império Britânico suas colônias na América do Norte (Nova França e Acádia). Em 1867, as províncias do Canadá (hoje compreendendo Ontário e Quebec), New Brunswick (antiga Acádia) e New Scotia juntaram-se para formar uma federação politicamente independente do Reino Unido. Nesse mesmo ano, em 1º de julho de 1867, foi adotado o "Ato da América do Norte", que estabeleceu o "Domínio do Canadá".

Pouco a pouco, outras províncias e territórios foram gradualmente se juntando à Confederação Canadense: Manitoba e Northwest Territories, em 1870; British Columbia, em 1871; Prince Edward Island, em 1873; Yukon Territories, em 1898; Saskatchewan e Alberta, em 1905; Newfoundland and Labrador, em 1949; e Nunavut, em 1999.

Apesar da autonomia política, as relações exteriores do Canadá continuavam sendo controladas pelo Reino Unido, ao abrigo da "Lei da Confederação". Com base nessa legislação, o Canadá participou da Primeira Guerra Mundial, ao lado das tropas britânicas. Essa situação levou, em 1917, à revolta da população francófona do Quebec contra o serviço militar obrigatório.

A resistência da população quebequense aprofundou, ainda mais, a autonomia canadense. Em 1919, o Canadá entrou na Liga das Nações independentemente do Reino Unido. Em 11 de dezembro de 1931, o Estatuto de Westminster formalizou a independência do Canadá. Em 1965, foi adotada a atual bandeira canadense.

Em 1969, o Canadá oficialmente reconheceu-se como bilíngue (inglês e francês). O inglês é a língua materna de 59,7% da população canadense, enquanto 23,2% têm o francês como primeira língua.

O bilinguismo foi uma maneira encontrada para tentar refrear intenções separatistas na província do Quebec. Apesar disso, a história do Canadá é, de tempos em tempos, pontuada pelo separatismo francófono do movimento Front de Libération du Québec (FLQ). Em 1980, foi convocado referendo sobre o *status* do Québec, que, no entanto, decidiu pela permanência da província na federação. Em 1990, tentativas de emendas constitucionais a favor da separação da província tampouco prosperaram. Num segundo referendo, em 1995, a soberania do Québec foi rejeitada por uma estreita margem: 50,6% contra 49,4%.

O tema foi objeto de decisão dos Poderes Judiciário e Legislativo. Em 1997, a Corte Suprema finalmente decidiu que a secessão unilateral de uma província seria considerada inconstitucional. No mesmo ano, o Parlamento aprovou o *Clarity Act*, estabelecendo os termos de uma saída negociada da Confederação canadense.

Atualmente o Canadá é uma federação composta por dez províncias – Ontario, Quebec, Nova Scotia, New Brunswick, Manitoba, British Columbia, Prince Edward Island, Newfoundland and Labrador, Saskatchewan e Alberta – e três territórios – Yukon, Northwest Territories e Nunavut. Nessa monarquia parlamentarista constitucional, a Rainha Elisabeth II, do Reino Unido, é a Chefe de Estado, representada pelo Governador-Geral do Canadá, enquanto o Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro.

O Canadá é um país com alto grau de desenvolvimento humano (9º no *ranking* mundial de IDH). Rico em recursos naturais, o país tem uma economia diversificada, embora seu comércio seja muito dependente dos Estados Unidos, país que absorve mais de 70% das exportações canadenses. Desde 1994, Canadá, EUA e México são parte do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, em inglês).

PERFIS BIOGRÁFICOS

DAVID JOHNSTON GOVERNADOR-GERAL DO CANADÁ



Nascido em Sudbury, Ontário, em 1941, David Johnston é anglicano, casado, e tem cinco filhas. Formou-se em Harvard (“Bachelor of Arts”), em 1963, e obteve graduação e pós-graduação em direito nas Universidades de Cambridge (1965) e de Queen’s (1966).

Tem extensa carreira acadêmica, com especialização em direito corporativo, regulação, políticas públicas e direito da tecnologia da informação. Foi professor das universidades de Queen’s e de Toronto até 1974, quando se tornou reitor da Escola de Direito da Universidade de Western Ontario. Em 1979, assumiu como Diretor (“Principal”) da Universidade de McGill, exercendo o cargo até 1994. Em 1999 tornou-se Presidente da Universidade de Waterloo, cargo que ocupou até outubro de 2010. Durante seu mandato, Johnston contou com o apoio do governo e do setor privado para modernizar a Universidade de Waterloo, o que contribuiu para transformar a região de Waterloo no principal polo de alta tecnologia do Canadá. Também atuou em diversas funções públicas, principalmente em nível provincial, tanto em governos liberais quanto conservadores, e integrou o Conselho de Administração de diversas companhias.

Em 1º de outubro de 2010, Johnston foi indicado pelo então Primeiro-Ministro, o conservador Stephen Harper, para a função de Governador-Geral do Canadá, substituindo a jornalista Michaëlle Jean, de origem haitiana. O Governador-Geral é o representante da Rainha Elizabeth II, na qualidade de Chefe de Estado do Canadá.

JUSTIN TRUDEAU PRIMEIRO-MINISTRO DO CANADÁ



Justin Pierre Trudeau nasceu em Ottawa, em 25 de dezembro de 1971. É filho do ex-Primeiro-Ministro Pierre Elliott Trudeau (1968-1979; 1980-1984) e nasceu enquanto seu pai exercia a Chefia do Governo canadense. Graduou-se em literatura inglesa pela Universidade McGill, de Montreal, e em pedagogia pela Universidade da Colúmbia Britânica. Entre fins da década de noventa e princípios deste século, atuou como professor em escolas primárias e secundárias na área metropolitana de Vancouver, na costa do Pacífico.

Sua militância política é relativamente recente: Trudeau ganhou notoriedade ao discursar no velório do pai, em 2000, mas evitou envolver-se com a política até o fim de uma longa sequência de Governos liberais, em 2006. Com o Partido Liberal na oposição a Harper, Trudeau elegeu-se deputado pelo distrito urbano de Montreal, em 2007, e vem-se reelegendo desde então. Após a *débâcle* eleitoral de 2011 (quando o Partido Liberal foi reduzido à condição de terceira bancada na Câmara dos Comuns), Trudeau postulou-se para a liderança do partido e conquistou-a em 14 de abril de 2013, com uma plataforma centrada na ideia da renovação e na denúncia das práticas que macularam o histórico dos liberais na década anterior (notadamente casos de corrupção no Québec).

Ao longo da campanha de 2015, sustentou que a diversidade étnica e o multiculturalismo seriam o maior trunfo do país. Com a vitória do Partido Liberal, Justin Trudeau assumiu as funções de Primeiro-Ministro do Canadá em 4 de novembro de 2015.

É casado desde 2005 com Sophie Grégoire Trudeau, formada em comunicação pela Universidade de Montreal e ex-apresentadora de televisão. Teve com ela três filhos: Xavier James, Ella-Grace e Hadrien.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Canadá apresentam vários fatores que os aproximam. São sociedades democráticas multiétnicas e multiculturais, com dois dos maiores territórios no mundo (5º e 2º, respectivamente); possuem duas das maiores economias do mundo (7ª e 11ª) e caracterizam-se pela diversificação do parque produtivo e da pauta de bens e serviços de exportação. Brasil e Canadá possuem expressivas reservas de água doce; são grandes produtores de alimentos e energia; e compartilham desafios e oportunidades por contarem com vastas parcelas de seus territórios com baixa densidade populacional e elevado potencial para geração de riquezas (Amazônia e Ártico canadense).

As relações entre o Brasil e o Canadá são marcadas pelo diálogo político e por uma ampla agenda de cooperação em comércio e investimentos; infraestrutura; energia; meio ambiente; educação; ciência, tecnologia e inovação; defesa; e segurança. O Canadá é o principal destino de investimentos brasileiros no exterior, abrigando o estoque acumulado de US\$ 15,24 bilhões em 2014, e é o país que mais abriga estudantes brasileiros no exterior.

O dinamismo do relacionamento Brasil e Canadá tem sido refletido em grande número de visitas bilaterais de alto nível ocorridas nos últimos anos, com destaque para as visitas ao Brasil do então Primeiro-Ministro Stephen Harper, em agosto de 2011, e do Governador-Geral David Johnston, em abril de 2012, que ajudaram a aprofundar as relações bilaterais.

Nessas ocasiões, o Brasil e o Canadá criaram o Fórum de Altos Executivos e o Diálogo de Parceria Estratégica entre Ministros de Relações Exteriores. Adicionalmente, estabeleceram o Diálogo Estratégico de Energia; o Diálogo de Cooperação Espacial; e o Comitê Conjunto para a Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasil e Canadá concordaram, ainda, em levar adiante a colaboração em política agrícola e o Diálogo Político-Militar.

A posse do liberal Justin Trudeau como Primeiro-Ministro do Canadá, em 4/11/2015, deu continuidade ao processo de intensificação do diálogo e da cooperação, tendo em vista a existência de convergências entre Brasília e Ottawa em diversos domínios (multilateralismo, democracia, direitos humanos, meio ambiente, política indigenista e, possivelmente, no tratamento aos refugiados). Destaca-se, ainda, na diplomacia canadense, a prioridade conferida pelo Governo de Justin Trudeau ao tema da mudança do clima, a começar pela escolha de um especialista no tema para a Pasta de Relações Exteriores: o Chanceler Stéphane Dion.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira no Canadá é estimada em cerca de 30 mil pessoas, com predomínio de brasileiros com nível superior completo. As principais cidades onde tal comunidade se encontra são, pela ordem: Toronto, Montreal e Vancouver.

Além da Embaixada em Ottawa, há no Canadá mais quatro postos de representação diplomática do Brasil: os Consulados-Gerais em Toronto, Montreal e Vancouver e a Delegação Brasileira junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), também em Montreal.

Além desses postos, o Brasil conta com Consulados Honorários na seguintes cidades: Halifax, Calgary, Edmonton e Saskatoon.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há créditos do Canadá sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

Em 1º de outubro de 2010, David Johnston tornou-se Governador-Geral do Canadá, substituindo a jornalista Michaëlle Jean, de origem haitiana. Por sua vez, desde 4 de novembro de 2015, Justin Trudeau, do Partido Liberal, é o Primeiro-Ministro, encerrando nove anos do Governo conservador de Stephen Harper (2006-2015).

O Parlamento do Canadá (em inglês *Parliament of Canada*; em francês *Parlement du Canada*) constitui o Poder Legislativo do governo do Canadá, sediado na *Parliament Hill*, na capital do país, Ottawa, província de Ontário. De acordo com o Ato da América do Norte Britânica de 1867, como o Canadá é uma monarquia democrática, o Parlamento é composto pelo monarca do Reino Unido, o Senado e a Casa dos Comuns.

Como representante do monarca, o Governador-Geral aprova os 105 membros do Senado, os quais são indicados pelo Primeiro-Ministro do Canadá. Os 308 membros da Câmara dos Comuns são eleitos diretamente pela população do país, cada membro representando um dos 308 distritos eleitorais em que o país está dividido.

A Câmara dos Comuns, ou Câmara Inferior, é o ramo dominante do Parlamento do Canadá. Já o Senado, ou Câmara Superior, raramente se opõe à Câmara dos Comuns. As tarefas do monarca e do Governador General são puramente cerimoniais e simbólicas. O Primeiro-Ministro e o Gabinete precisam ter o apoio da maioria dos membros da Câmara dos Comuns para permanecer nos cargos, mas não da confiança do Senado ou do monarca. O Senado tem por função rever a legislação, enquanto a monarquia fornece a aprovação real às leis.

POLÍTICA EXTERNA

A despeito da constante alternância de poder entre os dois principais partidos do Canadá (Partido Liberal e Partido Conservador), as características democráticas, multiétnicas e multiculturais do Canadá contribuíram para consolidar uma tradição diplomática do país, conducente à abertura ao mundo e à busca de consenso na agenda global.

Em termos políticos, identifica-se um traço constante da diplomacia canadense em prol do multilateralismo, em favor da paz, da democracia e dos direitos humanos. Em termos concretos, o Canadá costuma ser ativo nos foros multilaterais de direitos humanos, de meio ambiente (mudança do clima e desenvolvimento sustentável), paz e segurança, bem como em assuntos humanitários, com expressiva contribuição do governo canadense em iniciativas de ajuda ao desenvolvimento.

O país é membro dos principais agrupamentos e organismos internacionais. Destacam-se, entre outros, o G7 e o G20 das maiores economias do mundo; Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); Organização das Nações Unidas (ONU); Organização

dos Estados Americanos (OEA); Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Organização Mundial do Comércio (OMC); Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD); Conselho Ártico; *Commonwealth* de Nações; Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BID); Organização da Aviação Civil Internacional (OACI); Tribunal Internacional de Justiça; Fundo Monetário Internacional; Banco Mundial; Organização Internacional do Trabalho; Organização Mundial de Saúde; Grupo de Supridores Nucleares; Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ); Clube de Paris; Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI); Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Organização Mundial de Aduanas; União Postal Universal; Organização Meteorológica Mundial; Comitê Zangger (controle de exportação de bens e tecnologias nucleares); além de ser observador em várias organizações regionais.

Outra tradição canadense é a política externa voltada para a abertura comercial. O país é parte de 11 acordos de livre comércio (ALCs) em vigor – entre os quais o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), com os EUA e México (desde 1994) e ALCs com o Chile, Peru, Israel, e Coreia do Sul, entre outros. Concluiu recentemente as negociações de três ALCs – o Acordo Econômico e Comercial Global Canadá–União Europeia (CETA); a Parceria Transpacífica (TPP) com quatro países do Pacífico americano (EUA, México, Chile e Peru) e sete países do Pacífico asiático (Austrália, Brunei, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Cingapura e Vietnã); e o ALC com a Ucrânia. O Canadá negocia atualmente cerca de sete ALCs (com a Índia, Japão, Cingapura, Caricom, entre outros) e conduz negociação para modernizar o ALC já existente com a Costa Rica. O MERCOSUL e o Canadá mantêm diálogo exploratório sobre a possibilidade de negociação de ALC.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

ECONOMIA DO CANADÁ

No primeiro trimestre de 2016, a economia canadense deu os primeiros sinais de que não sucumbirá à queda de preços do petróleo e de outras *commodities*. Embora a economia venha lutando com baixas taxas de crescimento, parece, por ora, afastada a hipótese de uma recessão. O setor de energia, que corresponde a cerca de 13% do PIB, ainda sofre com a queda de 70% no valor do barril de petróleo de meados de 2014 ao início de 2016. Por outro lado, as exportações de manufaturas e serviços parecem recuperar-se, estimuladas pela desvalorização da moeda nacional, que perdeu 25% de seu valor frente ao dólar dos EUA no mesmo período.

Em seu último relatório trimestral (janeiro-março de 2016), o Banco Central do Canadá elevou, de 1,4% para 1,7%, a estimativa de crescimento para 2016. O Banco estima que o crescimento anualizado no primeiro trimestre tenha alcançado 2,8%, considerado “inesperadamente forte”. O otimismo reflete uma série de fatores recentes que permitem avaliação mais positiva do panorama econômico a curto e médio prazo, tais como o estímulo fiscal lançado pelo governo federal em seu primeiro orçamento, apresentado ao Parlamento em 22 de março, com previsão de déficit de CAN\$ 29,4 bilhões (US\$ 21,6 bilhões) para o ano fiscal de 2016-2017.

Mencionem-se ainda: (i) o crescimento do PIB de 0,6% em janeiro (taxa anualizada), considerado acima do esperado; (ii) a reversão, em março, da tendência de

aumento do desemprego, com queda no índice de 7,3%, registrado no mês anterior (o mais alto em três anos), para 7,1% (houve saldo positivo, no primeiro trimestre, de 33 mil novos postos de trabalho); e (iii) o aumento de 4,8% nas exportações do primeiro bimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

Há, por outro lado, razões para cautela. Um dos indicadores preocupantes é a valorização, nos últimos três meses, da moeda nacional em 15% frente ao dólar norte-americano – fenômeno, por sinal, causado pela recuperação do preço do barril de petróleo (salto de US\$ 30 a US\$ 40). Também a perspectiva de crescimento econômico lento nos Estados Unidos, na China e na Europa pode contribuir para frear as exportações canadenses.

Por esses motivos, o Banco Central decidiu, em reunião de abril, manter em 0,5% a taxa básica de juros, mesmo patamar desde julho de 2015.

Em fevereiro de 2016, a inflação caiu a 1,4% ao ano, após ter alcançado 2% em janeiro – a mais alta desde novembro de 2014. A taxa anual de 2% é, entretanto, precisamente o alvo do Banco Central (BC) para controle do índice de preços. O BC prevê que a economia canadense não alcançará o pleno emprego antes do segundo semestre de 2017, o que afasta, por ora, pressões inflacionárias e dá ao BC espaço de manobra para manter a política de juros baixos, estimulando o consumo e o investimento, e evitando valorização mais acelerada da moeda canadense.

COMÉRCIO EXTERIOR DO CANADÁ

Em 2015, o intercâmbio comercial do Canadá com o mundo foi de US\$ 826 bilhões, o que representa queda de 11,8% em relação às trocas comerciais de 2014. O Canadá exportou US\$ 407 bilhões e importou US\$ 419 bilhões (quedas, respectivamente, de 14% e 9,6% dos valores de 2014), o que resultou num déficit comercial de US\$ 12 bilhões.

Em 2015, os principais destinos das exportações canadenses foram, pela ordem: EUA (76,7%), China (3,9%), Reino Unido (3,1%), Japão (1,9%) e México (1,3%), tendo o Brasil ocupado a 13ª posição.

Quanto às importações canadenses em 2015, as principais origens foram os EUA (53,2%), China (12,2%), México (5,8%), Alemanha (3,2%), Japão (2,8%), Reino Unido (1,7%), e Coreia do Sul (1,5%), tendo o Brasil ocupado a 15ª posição dos principais fornecedores de produtos para o Canadá.

A excessiva dependência comercial dos EUA, acentuada pela entrada em vigência do NAFTA, em 1994, tem levado o governo canadense a buscar uma maior diversificação de parceiros comerciais, mediante a negociação de novos acordos de livre comércio.

COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ

Segundo o MICS, em 2015, as exportações brasileiras foram de US\$ 2,36 bilhões, e as importações, de US\$ 2,42 bilhões, o que perfaz um déficit de US\$ 59 milhões e uma corrente de comércio de US\$ 4,78 bilhões.

A pauta de exportações brasileira chegou a ter participação bastante razoável de produtos manufaturados, sobretudo entre 2000 e 2008: eram frequentes as vendas de automóveis e autopeças, calçados, motores a diesel, além de aviões (que continuam a ter participação importante nas vendas brasileiras). A partir de 2009, observa-se uma progressiva "primarização" nas exportações brasileiras, sobretudo com o crescimento nas vendas de óxido de alumínio e óleos brutos de petróleo, além de produtos mais tradicionais como café e açúcar

não refinado. Em 2015, segundo dados do MICS, os principais produtos exportados pelo Brasil foram o óxido de alumínio (US\$ 727 milhões), açúcar (US\$ 244 milhões), ouro em bulhão ou em barras (US\$ 220 milhões), café (US\$ 139 milhões), óleos brutos de petróleo (US\$ 99 milhões), aviões (US\$ 90 milhões), bauxita (US\$ 66 milhões) e niveladores (US\$ 45 milhões).

A pauta de exportações canadenses é mais equilibrada no que tange à participação de produtos primários, semielaborados e manufaturados. São importantes as vendas de produtos como cloreto de potássio, carvão, papel para a impressão de jornal, trigo e etileno-glicol. O mercado brasileiro também importa do Canadá produtos como turbo-reatores de empuxo, turbo-propulsores, aviões, barcos e partes de máquinas de sondagem. Em 2015, segundo dados do MICS, os principais produtos vendidos pelo Canadá ao Brasil foram cloreto de potássio (US\$ 845 milhões), aviões (US\$ 183 milhões), hulha (US\$ 144 milhões), papel de jornal (US\$ 89 milhões), medicamentos (US\$ 85 milhões), partes de turborreatores ou turbopropulsores (US\$ 75 milhões), helicópteros (US\$ 51 milhões), alumínio (US\$ 39 milhões) e polímeros de etileno (US\$ 37 milhões).

INVESTIMENTOS BILATERAIS

Segundo dados disponíveis da Agência de Estatísticas do Canadá (*Statistics Canada*), o ingresso de Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) originários do Canadá no Brasil manteve-se estável em 2014, na comparação com 2013. Tendo acumulado, em 2014, o fluxo de CAN\$ 10,3 bilhões (US\$ 7,9 bilhões, em valores atualizados), o Brasil figurou na 12ª posição entre os principais destinos de IEDs oriundos do Canadá, abaixo dos seguintes países (valores em bilhões de dólares canadenses): EUA (350,0), Barbados (71,2), Reino Unido (68,8), Ilhas Cayman (36,6), Luxemburgo (31,1), Austrália (26,4), Chile (18,3), Bermuda (17,8), Países Baixos (17,5), Irlanda (15,3) e México (13,0).

No que diz respeito ao estoque de IEDs brasileiros no Canadá, o valor atingiu CAN\$ 19,9 bilhões em 2014 (US\$ 15,24 bilhões, em valores atualizados), com incremento de 8,7% em relação ao ano anterior. O montante eleva o Brasil à 7ª posição entre as principais origens de IED recebido pelo Canadá, após os seguintes países (valores em bilhões de dólares canadenses): EUA (361,4), Países-Baixos (69,2), Luxemburgo (53,6), Reino Unido (48,3), Suíça (27,7) e China (25,1).

Destacam-se no Canadá as operações das empresas: VALE, Votorantim, Gerdau, InBev, JBS, Grupo 3G Capital Management, Marco Polo, Biolab Farmacêutica, e Stefanini. No Brasil, estão presentes empresas canadenses como a Bombardier (transportes ferroviários), Brookfield (vários ramos, sobretudo imobiliário), Blackberry Limited (telecomunicações) e várias mineradoras (Kinross Gold, IAMGold e outras).

Em dezembro de 2014, o Governo federal canadense aprovou a aquisição da rede de "fast food" Tim Hortons (a maior do Canadá; verdadeiro ícone corporativo do país) pela empresa americana Burger King (controlada pelo fundo brasileiro 3G Capital Management), por US\$ 12,5 bilhões. A firma daí resultante passou a ser a terceira maior do setor no mundo, com vendas anuais estimadas em US\$ 23 bilhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DO CANADÁ

ANO	Eventos
1812	Invasão pelos Estados Unidos; guerra termina com vitória britânica
1867	Criada a Confederação do Canadá; política externa permanece sob controle britânico
1896	Descoberta de ouro
1902	Canadá participa da II Guerra dos Boers, na África do Sul, ao lado dos ingleses
1914	I Guerra Mundial: apoio aos britânicos estimula nacionalismo no Quebec francês
1920	Primeiras descobertas de petróleo na região Norte do país
1929	Crise econômica provoca restrições à imigração de origem asiática
1931	Estatuto de Westminster estabelece soberania do Canadá sobre suas relações externas
1942	II Guerra Mundial; forças canadenses participam do desembarque na Normandia
1949	Canadá é membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
1954	Levantadas barreiras à imigração chinesa e ampliado o acesso de imigrantes ao país
1956	Na crise de Suez, Canadá apoia esforços de paz e criação dos “boinas azuis” da ONU
1964	Suprimidas leis que restringiam a imigração baseada em critérios étnicos
1969	Francês torna-se língua oficial no país, ao lado do inglês
1970	Atentados terroristas praticados pelo <i>Front de Libération du Quebec</i>
1974	Aumenta a pesquisa e a produção de petróleo e gás
1975	Após reunião de Rambouillet, forma-se o G7, com participação do Canadá
1980	Maioria do Quebec rejeita a independência da província em plebiscito
1982	Suprimidos direitos remanescentes do Reino Unido pelo “Canada Act”
1982	Constituição reconhece três grupos indígenas: “first nation”, inuit (esquimós) e métis.
1987	Tentativa de maior autonomia para províncias; conflitos em reservas indígenas
1987	Criada Área de Livre Comércio com os EUA
1989	Ingresso na Organização dos Estados Americanos (OEA)
1994	Entra em vigor o NAFTA, área de livre comércio da América do Norte
1995	Plebiscito decide manter, por estreita margem, o Quebec parte do Canadá
2001	Canadá envia tropas ao Afeganistão
2002	Canadá envia tropas ao Iraque
2006	Eleições dão vitória ao Partido Conservador (reeleição em 2008)
2007	Elevação dos preços do petróleo valoriza “areias betuminosas” da região

	de Alberta
2011	Canadá participa da coalização da OTAN na Líbia
2011	Nova vitória do Partido Conservador nas eleições, desta vez com maioria parlamentar.
2012	Canadá rompe relações diplomáticas com o Irã

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1866	Abertura do primeiro escritório comercial do Canadá no Brasil
1876	Visita (não oficial) do Imperador Dom Pedro II ao Canadá
1896	No dia 15 de setembro, o navio Moravia partiu do porto de Montreal com destino a Santos, levando a bordo quase 500 moradores daquela cidade, recrutados como imigrantes pelo estado de São Paulo.
1941	O Brasil abre missão diplomática em Ottawa. O primeiro Embaixador do Brasil no Canadá foi João Alberto Lins de Barros.
1944	Abertura da Embaixada do Canadá no Brasil. Jean Désy foi o primeiro Embaixador do Canadá no Brasil.
1996	Contencioso Brasil-Canadá (Embraer-Bombardier) na Organização Mundial do Comércio (OMC)
1998	Visita do Primeiro-Ministro canadense Jean Chrétien ao Brasil
2001	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Canadá
2004	Visita do Primeiro-Ministro canadense Paul Martin ao Brasil
2011	Visita do Primeiro-Ministro canadense Stephen Harper ao Brasil
2012	Visita do Governador-Geral do Canadá, David Johnston, ao Brasil

ACORDOS BILATERAIS

EM VIGOR

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U.
Tratado de Comércio	17/10/1941	17/04/1943	15/05/1943
Convênio Cultural	24/05/1944	24/05/1944	05/07/1944
Acordo de Radioamadorismo	01/02/1972	01/02/1972	25/02/1972
Acordo de Cooperação Técnica	02/04/1975	06/01/1976	28/01/1976
Ajuste sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista Econômica Comercial	28/06/1976	28/06/1976	16/08/1976
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Renda	04/07/1984	23/12/1985	27/01/1986
Ajuste Complementar ao Acordo	04/09/1984	04/09/1984	21/02/1985

de Cooperação Técnica de 02/04/75, que dispõe sobre Cooperação Técnica em Comunicações e Programas Especiais			
Ajuste Complementar sobre um Projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Inspetores Federais de Carne e de Classificadores de Carcaças no Brasil	23/05/1985	23/05/1985	18/07/1985
Ajuste Complementar que Dispõe sobre Projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Cientistas e Técnicos Brasileiros nos Métodos e nas Técnicas de Pesquisas na Área de Plantio Direto, ao Acordo de Cooperação Técnica de 02 de abril de 1975	28/05/1985	28/05/1985	01/07/1985
Ajuste Complementar sobre Projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Cientistas e Técnicos Brasileiros no Estabelecimento e na Operação de um Sistema Computadorizado de Dados de Solos para o Estado de São Paulo	30/05/1985	30/05/1985	15/07/1985
Ajuste Complementar sobre Projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Cientistas e Técnicos Brasileiros nos Métodos de Pesquisa Zootécnica Relacionada com o Gado de Leite	30/05/1985	30/05/1985	09/07/1985
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, para o Aperfeiçoamento de Especialistas Brasileiros na Área Médica em Tratamento de Câncer	23/04/1986	23/04/1986	06/05/1986
Acordo sobre Transporte Aéreo	15/05/1986	26/07/1990	09/03/1990
Ajuste Complementar sobre Projeto de Cooperação Técnica	22/10/1986	22/10/1986	20/11/1986

para o Aperfeiçoamento de Auditores Fiscais Brasileiros por Meio de Sistemas Computadorizados			
Ajuste Complementar sobre o Projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Especialistas Brasileiros na Produção de Batatas Sementes	05/11/1986	05/11/1986	28/11/1986
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, sobre um Projeto de Cooperação Técnica para a realização Conjunta de Pesquisa e Treinamento na Área de Carnes Mecanicamente Desossadas	16/12/1986	16/12/1986	22/01/1987
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Relativo a Projeto para aprimorar os Processos de Tomada de Decisões nas Áreas de Política, Economia e Administração Mineral no Brasil	25/11/1987	25/11/1987	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Relativo ao Desenvolvimento da Mineração de Ouro em Pequena Escala no Brasil	25/11/1987	25/11/1987	
Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo de Cooperação Técnica de 02/04/75, relativo a Projeto de Cooperação Técnica para o Fortalecimento do Setor de Mineração no Estado da Bahia	25/11/1987	25/11/1987	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 02/04/75, Relativo a Projeto de Cooperação Técnica para prover Treinamento e Consultoria nas Áreas de Mobiliário e Madeira	25/07/1988	25/07/1988	16/12/1988
Ajuste Complementar Relativo a Projeto de Cooperação Técnica	21/12/1990	21/12/1990	21/01/1991

para contribuir para Melhoria da Eficiência e da Produtividade das Indústrias de Processamento de Alimentos da Região Nordeste do Brasil			
Ajuste Complementar Relativo a Projeto de Cooperação Técnica para contribuir para o Atendimento das Necessidades das Instituições Brasileiras que se dedicam à Melhoria da Produtividade dos Setores Público e Privado, principalmente na Região Nordeste do Brasil.	21/12/1990	21/12/1990	21/01/1991
Tratado sobre Transferência de Presos	15/07/1992	16/05/1998	15/04/1998
Acordo de Co-Produção Audiovisual	27/01/1995	05/01/1999	02/03/1999
Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal	27/01/1995	01/11/2008	23/01/2009
Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	22/05/1995	22/04/1997	27/05/1998
Ajuste Complementar Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, para a Implementação de Projetos nos Domínios Circunscritos pelas Políticas de Cooperação Técnica dos Dois Países	22/04/1997	22/04/1997	
Ajuste Administrativo Relativo ao Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	22/04/1997	22/04/1997	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Canadá para Implementar o Projeto ``Aprimoramento do Programa Haitiano de Imunizações ``	23/05/2006	23/05/2006	02/06/2006
Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do	17/11/2008		28/10/2010

Brasil e o Governo do Canadá para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação			
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá	08/08/2011	01/08/2014	25/07/2014
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Quebec	26/10/2011	01/10/2016	15/06/2016

EM TRAMITAÇÃO

TÍTULO	DATA ASSINATURA	INSTÂNCIA
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre Transporte Aéreo	08/08/2011	Casa Civil

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Tabela I – Principais Indicadores Socioeconômicos do Canadá

Principais indicadores socioeconômicos do Canadá

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,22%	2,47%	1,18%	1,45%	1,91%
PIB nominal (US\$ trilhões)	1,84	1,78	1,55	1,46	1,53
PIB nominal "per capita" (US\$)	52.345	50.252	43.332	40.409	41.921
PIB PPP (US\$ trilhões)	1,53	1,60	1,63	1,67	1,73
PIB PPP "per capita" (US\$)	43.679	44.990	45.553	46.199	47.307
População (milhões de habitantes)	35,10	35,50	35,83	36,19	36,51
Desemprego (%)	7,10%	6,93%	6,89%	7,26%	7,43%
Inflação (%) ⁽²⁾	0,96%	1,92%	1,30%	1,40%	2,01%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,15%	-2,28%	-3,31%	-3,54%	-2,98%
Câmbio (C\$ / US\$) ⁽²⁾	1,06	1,16	1,38	1,30	1,20

Origem do PIB (2015 Estimativa)

Agricultura	1,6%
Indústria	28,4%
Serviços	70,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

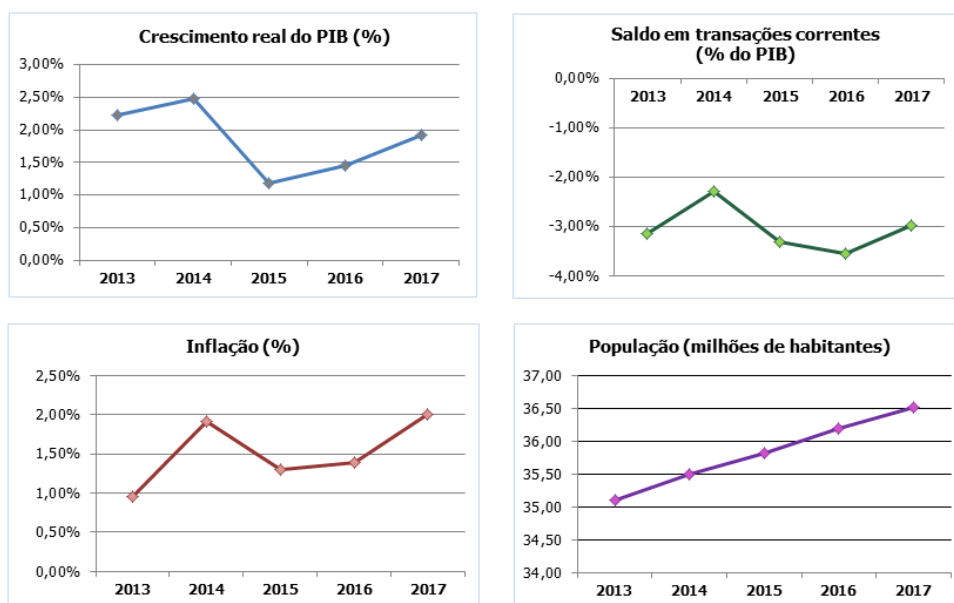


Tabela II – Evolução do Comércio Global do Canadá

Evolução do comércio exterior do Canadá
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	388	7,7%	350	0,0%	738	3,9%	38
2007	420	8,2%	381	8,7%	801	8,4%	39
2008	456	8,5%	409	7,4%	864	8,0%	47
2009	315	-30,8%	321	-21,4%	636	-26,4%	-6
2010	387	22,7%	392	22,1%	779	22,4%	-6
2011	450	16,5%	451	14,9%	901	15,7%	0
2012	454	0,8%	462	2,6%	916	1,7%	-8
2013	457	0,6%	462	-0,1%	918	0,2%	-5
2014	474	3,7%	463	0,3%	937	2,0%	11
2015	407	-14,0%	419	-9,6%	826	-11,8%	-12
Var. % 2006-2015	4,9%	--	19,6%	--	11,9%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

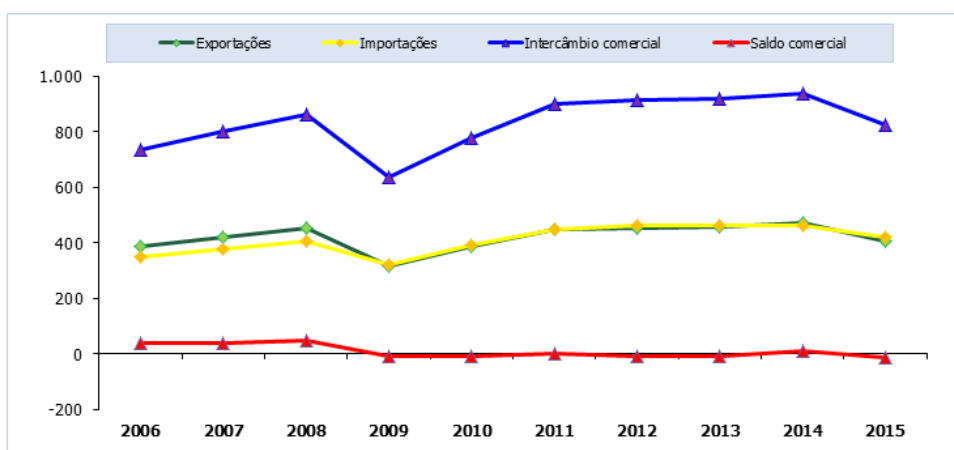


Tabela III – Direção das Exportações do Canadá para o Mundo

Direção das exportações do Canadá
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Estados Unidos	312,1	76,7%
China	15,8	3,9%
Reino Unido	12,5	3,1%
Japão	7,6	1,9%
México	5,1	1,3%
Índia	3,3	0,8%
Coreia do Sul	3,2	0,8%
Hong Kong	3,1	0,8%
Alemanha	2,8	0,7%
Países Baixos	2,8	0,7%
...		
<i>Brasil (13ª posição)</i>	<i>1,8</i>	<i>0,4%</i>
Subtotal	370,0	90,9%
Outros países	37,1	9,1%
Total	407,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais destinos das exportações

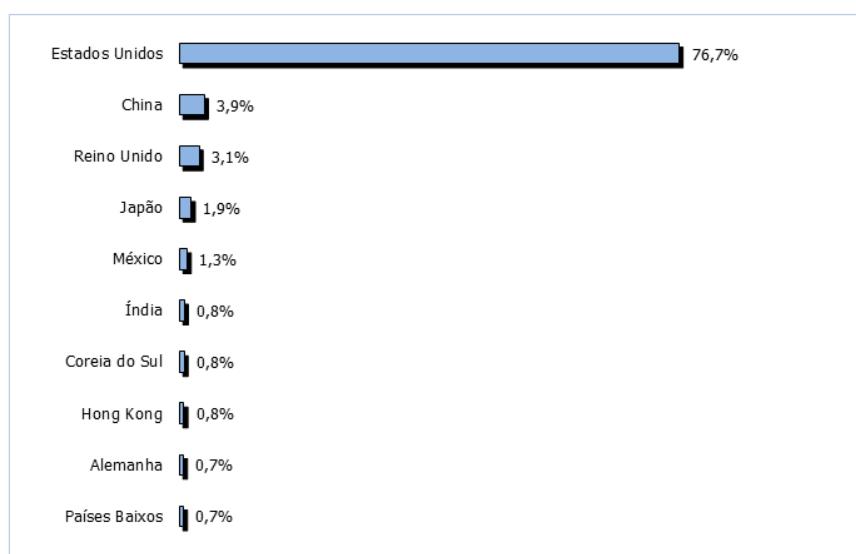


Tabela IV – Origem das Importações do Mundo para o Canadá

Origem das importações do Canadá
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Estados Unidos	223,0	53,2%
China	51,3	12,2%
México	24,4	5,8%
Alemanha	13,6	3,2%
Japão	11,6	2,8%
Reino Unido	7,2	1,7%
Coreia do Sul	6,2	1,5%
Itália	5,8	1,4%
França	5,3	1,3%
Taiwan	4,3	1,0%
...		
<i>Brasil (15ª posição)</i>	<i>2,9</i>	<i>0,7%</i>
Subtotal	355,6	84,9%
Outros países	63,2	15,1%
Total	418,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais origens das importações

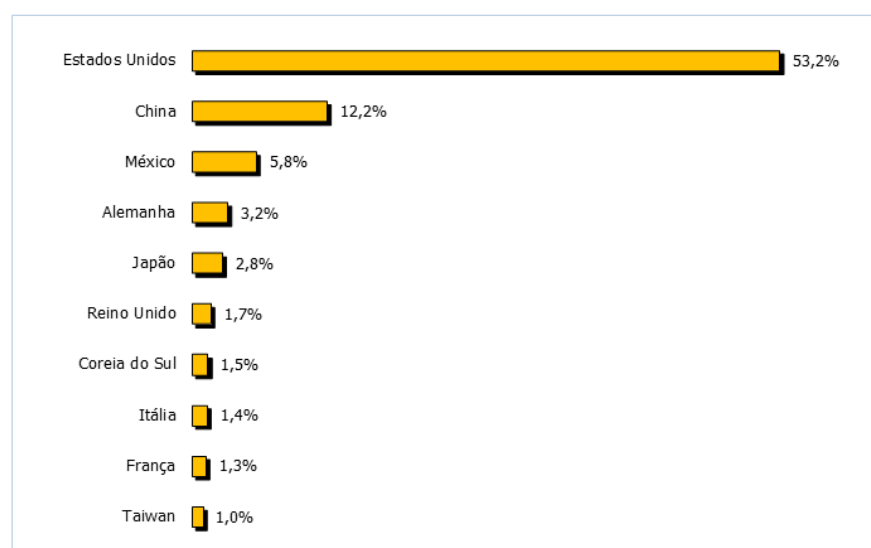


Tabela V – Composição das Exportações do Canadá para o Mundo

Composição das exportações do Canadá
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	77,5	19,0%
Automóveis	60,1	14,8%
Máquinas mecânicas	31,0	7,6%
Ouro e pedras preciosas	17,9	4,4%
Máquinas elétricas	13,2	3,2%
Plásticos	12,5	3,1%
Aviões	12,3	3,0%
Madeira	11,8	2,9%
Alumínio	8,2	2,0%
Papel	7,7	1,9%
Subtotal	252,2	61,9%
Outros	154,9	38,1%
Total	407,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

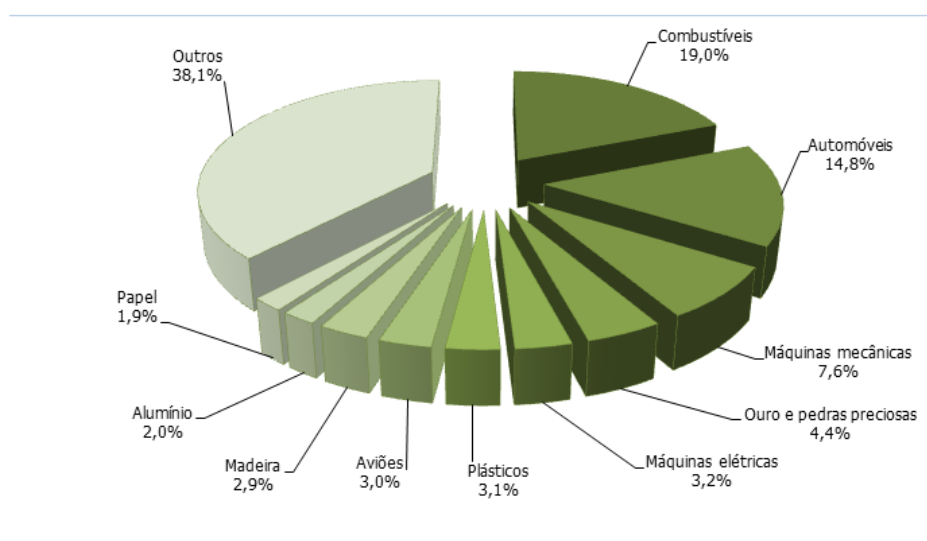


Tabela VI – Composição das Importações Globais do Canadá

Composição das importações do Canadá
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Automóveis	66,8	16,0%
Máquinas mecânicas	63,2	15,1%
Máquinas elétricas	41,3	9,9%
Combustíveis	29,7	7,1%
Plásticos	15,0	3,6%
Instrumentos de precisão	12,2	2,9%
Farmacêuticos	11,4	2,7%
Ouro e pedras preciosas	10,9	2,6%
Obras de ferro ou aço	9,8	2,3%
Aviões	8,8	2,1%
Subtotal	269,0	64,2%
Outros	149,8	35,8%
Total	418,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais grupos de produtos importados

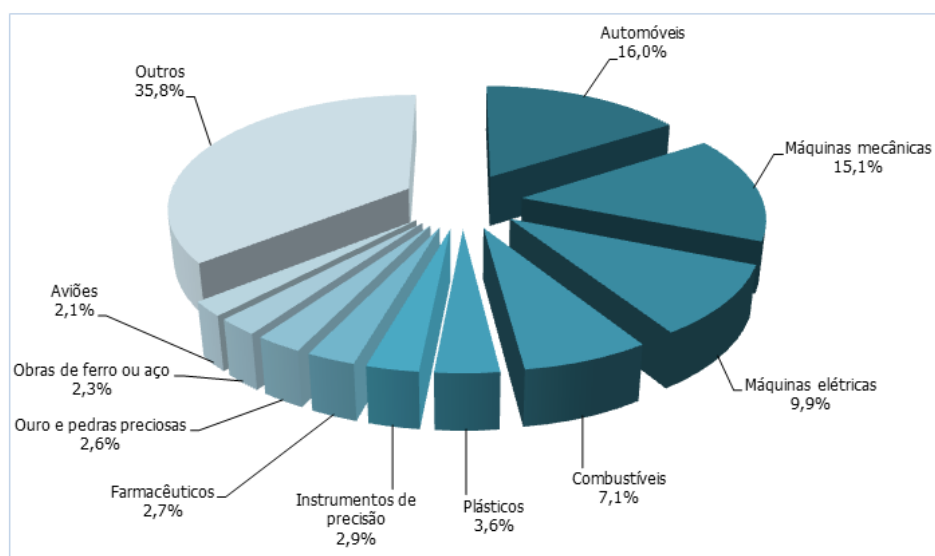


Tabela VII – Evolução do Intercâmbio Brasil-Canadá

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Canadá
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	2.281	17,1%	1,66%	1.194	17,2%	1,31%	3.475	17,1%	1,52%	1.087
2007	2.362	3,6%	1,47%	1.708	43,1%	1,42%	4.070	17,1%	1,45%	653
2008	1.866	-21,0%	0,94%	3.210	87,9%	1,86%	5.077	24,7%	1,52%	-1.344
2009	1.712	-8,3%	1,12%	1.602	-50,1%	1,25%	3.314	-34,7%	1,18%	110
2010	2.321	35,6%	1,15%	2.714	69,4%	1,49%	5.035	51,9%	1,31%	-393
2011	3.130	34,8%	1,22%	3.556	31,0%	1,57%	6.686	32,8%	1,39%	-427
2012	3.080	-1,6%	1,27%	3.074	-13,6%	1,38%	6.154	-8,0%	1,32%	6
2013	2.702	-12,3%	1,12%	3.002	-2,3%	1,25%	5.703	-7,3%	1,18%	-300
2014	2.316	-14,3%	1,03%	2.713	-9,6%	1,18%	5.029	-11,8%	1,11%	-398
2015	2.363	2,0%	1,24%	2.421	-10,8%	1,41%	4.784	-4,9%	1,32%	-59
2016 (jan-abr)	669	-10,7%	1,20%	636	-17,9%	1,49%	1.306	-14,4%	0,36%	33
Var. % 2006-2015	3,6%		--	102,8%		--	37,7%		--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

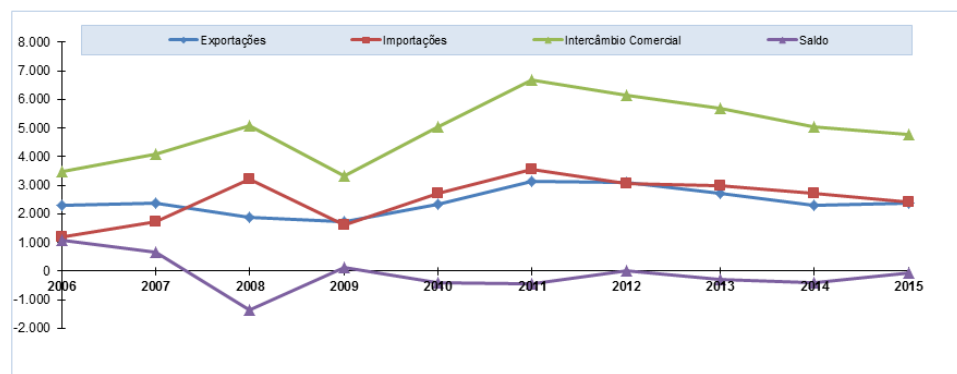


Tabela VIII – Participação do Brasil no Comércio Global do Canadá

Part. % do Brasil no comércio do Canadá
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para o Canadá (X1)	3.130	3.080	2.702	2.316	2.363	-24,5%
Importações totais do Canadá (M1)	450.580	462.366	461.764	463.029	418.801	-7,1%
Part. % (X1 / M1)	0,69%	0,67%	0,59%	0,50%	0,56%	-18,8%
Importações do Brasil originárias do Canadá (M2)	3.556	3.074	3.002	2.713	2.421	-31,9%
Exportações totais do Canadá (X2)	450.430	454.099	456.605	473.557	407.140	-9,6%
Part. % (M2 / X2)	0,79%	0,68%	0,66%	0,57%	0,59%	-24,7%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Canadá e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*

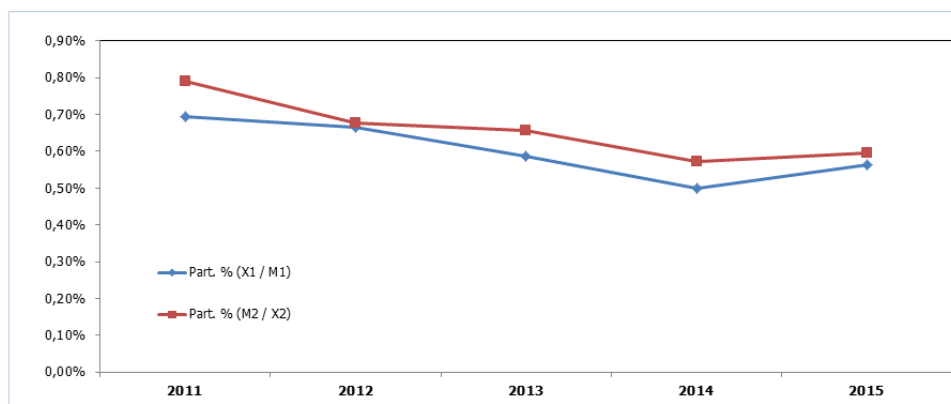


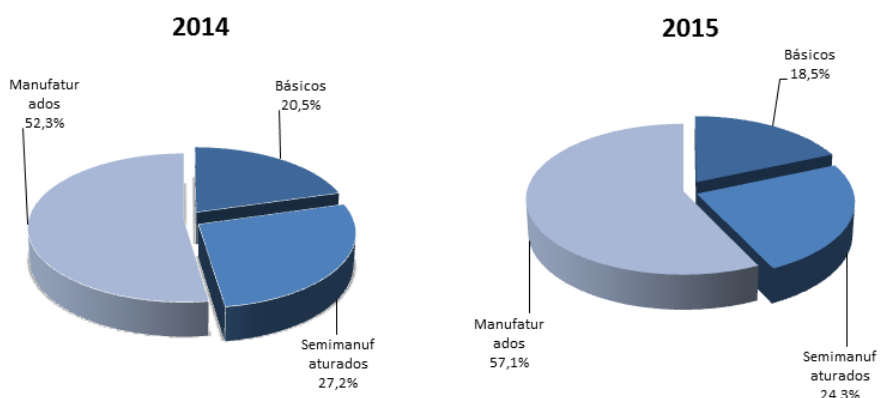
Tabela IX – Exportações e Importações Brasil-Canadá por Fator Agregado

Exportações e importações brasileiras por fator agregado

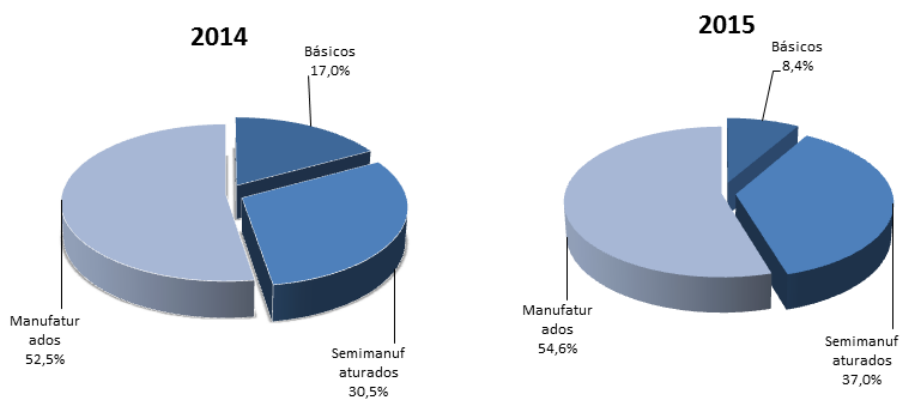
US\$ milhões

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

Tabela X – Composição das Exportações do Brasil para o Canadá

Composição das exportações brasileiras para o Canadá
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos inorgânicos	576	21,3%	640	27,6%	738	31,2%
Açúcar	432	16,0%	343	14,8%	255	10,8%
Ouro e pedras preciosas	199	7,4%	198	8,6%	225	9,5%
Café	88	3,3%	141	6,1%	140	5,9%
Máquinas mecânicas	160	5,9%	151	6,5%	130	5,5%
Ferro e aço	67	2,5%	103	4,4%	127	5,4%
Combustíveis	580	21,5%	147	6,3%	113	4,8%
Aviões	14	0,5%	5	0,2%	104	4,4%
Minérios	86	3,2%	97	4,2%	79	3,3%
Máquinas elétricas	79	2,9%	62	2,7%	46	1,9%
Subtotal	2.281	84,4%	1.887	81,5%	1.957	82,8%
Outros produtos	421	15,6%	429	18,5%	406	17,2%
Total	2.702	100,0%	2.316	100,0%	2.363	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

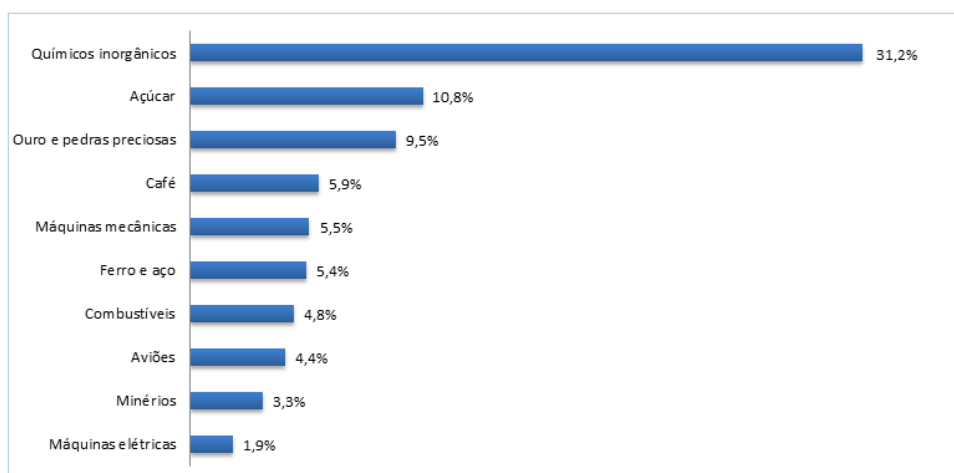


Tabela XI – Composição das Importações do Canadá para o Brasil

Composição das importações brasileiras originárias do Canadá
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Adbos	1.039	34,6%	772	28,5%	850	35,1%
Máquinas mecânicas	412	13,7%	327	12,1%	304	12,6%
Aviões	117	3,9%	221	8,1%	260	10,7%
Farmacêuticos	44	1,5%	76	2,8%	148	6,1%
Combustíveis	284	9,5%	289	10,7%	147	6,1%
Máquinas elétricas	129	4,3%	87	3,2%	100	4,1%
Papel	170	5,7%	161	5,9%	98	4,0%
Plásticos	119	4,0%	107	3,9%	93	3,8%
Instrumentos de precisão	70	2,3%	58	2,1%	53	2,2%
Automóveis	133	4,4%	104	3,8%	51	2,1%
Subtotal	2.517	83,9%	2.202	81,2%	2.104	86,9%
Outros produtos	485	16,1%	511	18,8%	317	13,1%
Total	3.002	100,0%	2.713	100,0%	2.421	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015

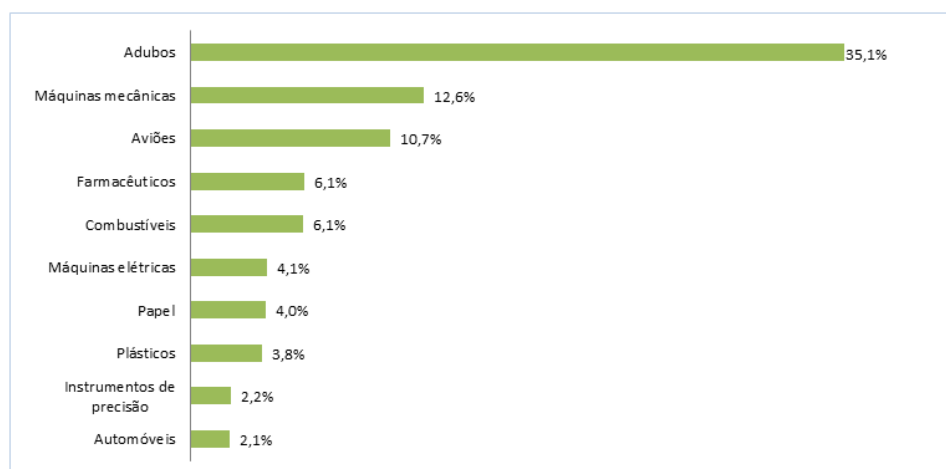


Tabela XII – Composição do Intercâmbio Brasil-Canadá (dados parciais - 2016)

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Químicos inorgânicos	264	35,2%	213	31,8%	Químicos inorgânicos 31,8%
Ouro e pedras preciosas	63	8,4%	138	20,6%	Ouro e pedras preciosas 20,6%
Máquinas mecânicas	60	8,0%	44	6,6%	Máquinas mecânicas 6,6%
Açúcar	45	6,0%	41	6,1%	Açúcar 6,1%
Café	43	5,7%	37	5,5%	Café 5,5%
Minérios	18	2,4%	21	3,1%	Minérios 3,1%
Máquinas elétricas	17	2,3%	20	3,0%	Máquinas elétricas 3,0%
Ferro e aço	41	5,5%	17	2,5%	Ferro e aço 2,5%
Químicos orgânicos	10	1,3%	11	1,6%	Químicos orgânicos 1,6%
Obras de pedra, gesso, cimento	13	1,7%	11	1,6%	Obras de pedra, gesso, cimento 1,6%
Subtotal	574	76,6%	553	82,6%	
Outros produtos	175	23,4%	116	17,4%	
Total	749	100,0%	669	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Adubos	166	21,4%	197	31,0%	Adubos 31,0%
Farmacêuticos	31	4,0%	177	27,8%	Farmacêuticos 27,8%
Máquinas mecânicas	115	14,8%	86	13,5%	Máquinas mecânicas 13,5%
Combustíveis	79	10,2%	23	3,6%	Combustíveis 3,6%
Papel	38	4,9%	21	3,3%	Papel 3,3%
Plásticos	35	4,5%	19	3,0%	Plásticos 3,0%
Máquinas elétricas	30	3,9%	19	3,0%	Máquinas elétricas 3,0%
Instrumentos de precisão	21	2,7%	13	2,0%	Instrumentos de precisão 2,0%
Aviões	135	17,4%	11	1,7%	Aviões 1,7%
Hortaliças	2	0,3%	6	0,9%	Hortaliças 0,9%
Subtotal	652	84,1%	572	89,9%	
Outros produtos	123	15,9%	64	10,1%	
Total	775	100,0%	636	100,0%	

RELATÓRIO DE GESTÃO EMBAIXADA DO BRASIL EM OTTAWA, CANADÁ
EMBAIXADOR PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS

Logo após minha indicação para o cargo de embaixador do Brasil em Ottawa, tive a honra de ser sabatinado pelo Senado Federal em 19 de setembro de 2013. Aprovado, assumi o posto a 16 de dezembro do mesmo ano. Se faço aqui esse registro cronológico, não é por quaisquer razões curriculares, mas porque ajuda a explicar por que encontrei, no Canadá, um panorama substancialmente diverso daquele que esperava encontrar.

Com efeito, entre uma data e outra, a 6 de outubro de 2013, a imprensa brasileira registrou denúncias de que agências de inteligência canadenses haviam monitorado instituições brasileiras. Diante disso, assumi o posto com a dupla missão de obter do governo canadense as explicações devidas e -- quando superada essa etapa -- de ajudar a recompor um relacionamento que forçosamente se ressentiu do episódio.

(1) O PRINCÍPIO DE MINHA GESTÃO

Apresentei minhas credenciais ao Governador-Geral David Johnston pouco mais de um mês após minha chegada, a 28 de janeiro de 2014. Embora breve, procurei tratar o encontro com o governador-geral como algo mais que um trâmite protocolar. Johnston não era, afinal, uma pessoa sem incidência no desenvolvimento das relações entre o Brasil e o Canadá. Acadêmico respeitado com passagens pelos órgãos de direção de três universidades canadenses, David Johnston fizera da cooperação educacional uma das ideias-força a promover, enquanto aqui ocupasse o posto de representante de Sua Majestade Elizabeth II, rainha do Reino Unido e do Canadá (entre mais de uma dezena de outras jurisdições). E com essa missão Johnston viera ao Brasil entre 23 e 28 de abril de 2012.

Quero crer que, já na apresentação de minhas credenciais, comecei a construir uma relação que se nos revelou instrumental para preservar e fortalecer a cooperação numa área estratégica para o Brasil -- e isto a despeito do momento delicado de nossas relações políticas. Em dois anos e meio à frente da embaixada, tive a satisfação de colher alguns bons frutos nessa área, enquanto o Canadá permanecia, por exemplo, como o terceiro principal destino dos bolsistas brasileiros no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras.

Naquele momento, no entanto, o fundamental era impedir que a cooperação se visse afetada, ali onde ela era relevante para o Brasil, e acredito que os dois governos trabalharam adequadamente nesse sentido. No mais, dei sequência a uma série de contatos que visavam a recompor o diálogo político

com o lado canadense, e um passo fundamental nesse sentido foi a visita que fez a Brasília, a 15 de maio de 2014, o vice-ministro adjunto dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Peter M. Boehm (que era, naquele momento, o mais graduado e influente dos diplomatas de carreira canadenses).

(2) A RECOMPOSIÇÃO DO DIÁLOGO E DA COOPERAÇÃO BILATERAIS

Ultrapassada essa etapa, o diálogo político restabeleceu-se gradualmente, com as reuniões que mantiveram os titulares dos dois ministérios de Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado e John Baird, a 24 de setembro de 2014 (à margem da 69ª AGNU, em Nova York), e Mauro Vieira e Rob Nicholson, a 9 de abril de 2015 (à margem da 7ª Cúpula das Américas, no Panamá). Entrementes, o Canadá se fizera representar por seu ministro dos Negócios Estrangeiros, ainda John Baird, por ocasião da posse da presidente da República Dilma Rousseff, a 1º de janeiro de 2015. (Aquele foi, a propósito, um gesto perfeitamente inusual para o Canadá, que não costuma fazer-se representar em cerimônias dessa natureza por autoridades de nível ministerial.) Finalmente, a então presidente Dilma Rousseff avistou-se com o recém-empossado primeiro-ministro Justin Trudeau a 15 de novembro de 2015, à margem da cúpula do G-20 realizada em Antália, na Turquia.

Restabelecido o diálogo político, as duas partes puderam retomar os foros e mecanismos de cooperação. Esta não será a ocasião para um relato exaustivo de tudo o que se fez nesses âmbitos. Registrem-se, então, apenas os principais marcos desse processo:

(i) A 12 de dezembro de 2014, realizou-se, em Brasília, a oitava reunião do Conselho Econômico e Comercial Conjunto Brasil-Canadá, sob a copresidência do subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do MRE e do vice-ministro de Comércio Internacional canadense, e com a participação de oito agências do governo brasileiro. Esta foi a primeira reunião do mecanismo desde novembro de 2012, e a pauta de discussões envolveu a evolução do comércio e investimentos bilaterais; conjuntura econômica global; troca de impressões sobre políticas oficiais de responsabilidade corporativa; temas de cooperação aduaneira e tributária; aviação civil; harmonização tarifária; ciência, tecnologia e inovação; cooperação educacional; temas da agenda econômica multilateral (OMC, G20); e negociações comerciais em outras instâncias.

(ii) Em julho de 2015, a ministra dos Transportes canadense assinou memorando de entendimento para cooperação na área de aviação civil. O documento contempla iniciativas de colaboração em segurança e navegação aéreas, gestão de

aeroportos, serviços regionais e indústria aeroespacial. (Para entrar em vigor, o memorando carece ainda da assinatura do titular da Agência Nacional de Aviação Civil)

(iii) Em 7 e 8 de março de 2016, já sob o governo liberal de Justin Trudeau, realizou-se em Ottawa a quarta edição do Diálogo Político-Militar Brasil-Canadá. As duas delegações contaram com a participação de autoridades do ministérios de Relações Exteriores e Defesa dos dois países. O mecanismo não se reunia desde 4 de abril de 2013, e nesta edição foi possível repassar a ampla agenda de cooperação efetiva e potencial nos domínios da defesa e segurança. Foi digna de nota a troca de impressões sobre missões de paz, à luz da experiência adquirida pelo Brasil no Haiti e do desejo canadense de recuperar protagonismo nessa área e nos organismos multilaterais de modo geral.

(iv) Ainda no terreno da defesa, em minha gestão a embaixada dedicou absoluta prioridade à conclusão das negociações de um Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa, que se vinham realizando desde, pelo menos, 2006. A conclusão das tratativas deu-se, finalmente, a 12 de fevereiro do ano corrente, e a minuta a ser assinada está sob análise da Consultoria Jurídica do Itamaraty. O acordo prevê ampla gama de modalidades e áreas de cooperação, em especial nos seguintes domínios: (a) aquisição de produtos e serviços de defesa; (b) questões de governança e institucionais na gestão da defesa nacional; (c) ciência e tecnologia; (d) pesquisa, desenvolvimento e produção; (e) operações domésticas e internacionais; (f) assistência humanitária e defesa civil; (g) operações de manutenção da paz "sob a égide da ONU"; (h) exercícios militares conjuntos; (i) apoio logístico; (j) Direito militar e Justiça militar; (k) treinamento e instrução militares; (l) sistemas e equipamentos militares; (m) questões estratégicas regionais ou internacionais; e (n) quaisquer outras áreas relacionadas à defesa, por decisão conjunta das duas partes.

(v) Também se registraram avanços na cooperação em matéria eleitoral: entre 16 e 20 de outubro, visitou esta capital o ministro do Supremo Tribunal Federal e, à época, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, José Antônio Dias Toffoli, a convite do organismo canadense homólogo -- o Elections Canada -- para acompanhar as eleições canadenses de 19 de outubro. Durante sua visita, para além da programação organizada pelo Elections Canada, o ministro Dias Toffoli também se entrevistou com a presidente da Suprema Corte canadense, a sr^a. Beverly MacLachlin.

(3) OUTRAS AÇÕES DIPLOMÁTICAS

Fora dos mecanismos formais de cooperação entre governos, procurei sempre, na medida do possível e dos recursos destinados a este posto, incrementar a interlocução

com agentes capazes de influir positivamente no relacionamento entre as sociedades brasileira e canadense.

Destaco, muito especialmente, a minha participação em duas edições seguidas (2014 e 2015) da conferência anual da `Prospectors and Developers Association of Canada` (PDAC). O evento congrega anualmente, em Toronto, representantes de empresas e governos interessados no setor da mineração. Recordo que o setor responde por parcela significativa dos investimentos canadenses do Brasil e -- desde a aquisição da INCO pela Vale, por US\$ 17,5 bilhões, em 2006 -- dos investimentos brasileiros do Canadá. Nas duas ocasiões, proferi discursos sobre as perspectivas da economia brasileira, o quadro geral do relacionamento bilateral e sobre oportunidades de investimentos no Brasil.

4) DESENVOLVIMENTOS EM OUTROS ÂMBITOS

De resto, houve, ao longo destes dois anos e meio, desenvolvimentos outros que independem da ação do agente diplomático brasileiro, mas que me cumpre registrar pelo que têm de ilustrativo do quadro atual do relacionamento.

4.1. COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Se, por um lado, o comércio bilateral contraiu-se, de 2013 para cá, é também verdade que deixo o posto sem que haja contenciosos vigentes, como os que marcaram o relacionamento na virada do milênio. A contração registrada não decorre de causas específicas ao relacionamento bilateral: é antes um padrão que se tem observado nas relações entre o Brasil e diversas nações desenvolvidas, e que lança raízes na conjuntura econômica brasileira.

De todo modo, observo que, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, as exportações brasileiras caíram de US\$ 2,70 bilhões em 2013 para US\$ 2,31 bilhões em 2014, oscilando positivamente para US\$ 2,36 bilhões em 2015. As importações caíram por três anos consecutivos: de US\$ 3,00 bilhões em 2013 para US\$ 2,71 bilhões em 2014 e US\$ 2,42 bilhões em 2015. Com esses resultados, o comércio foi deficitário para o Brasil nos três anos: US\$ 229,84 milhões em 2013, US\$ 397,71 milhões em 2014 e US\$ 58,87 milhões em 2015. (As cifras da agência canadense de estatísticas, a StatCan, divergem das brasileiras. segundo os números canadenses, o Brasil teria alcançado superávit nos três anos de minha gestão: US\$ 1,11 bilhão em 2013, US\$ 1,16 bilhão em 2014 e US\$ 1,16 bilhão em 2015.)

Recordo que esta embaixada não conta com um setor de promoção comercial. Até por isso, os Consulados-Gerais do Brasil em Montreal, Toronto e Vancouver decerto poderiam complementar este diagnóstico com sugestões para aprofundar e diversificar as trocas bilaterais. De minha parte, observo

que o Canadá é um mercado razoavelmente aberto e que as barreiras comerciais que há são conhecidas (em especial para carnes e lácteos). No futuro, caberia realizar consultas, junto aos setores brasileiros afetados, com vistas a desenhar estratégia para a abertura desses mercados.

Em contrapartida, em matéria de investimentos, a presença brasileira no Canadá aumentou substancialmente. Isto se deu graças à aquisição da rede de `fast food` Tim Hortons (a mais popular do país) pelo fundo brasileiro 3G Capital Management (por intermédio de sua `holding` americana Burger King), em dezembro de 2014. O valor da operação foi estimado em US\$ 12,5 bilhões, e a empresa daí resultante passou a ser a terceira maior do mundo no setor, com vendas anuais estimadas em US\$ 23 bilhões.

Para além disso, capitais brasileiros mantêm presença importante em ramos como a mineração (Vale), bebidas alcoólicas (AB InBev, proprietária da cervejaria Labatt), cimento e produtos de construção (Votorantim), siderúrgica (Gerdau), automotivo (Marcopolo) e farmacêutico (Biolab). Em 2013 (últimos dados disponíveis), o estoque de investimentos brasileiros no Canadá ascendia a US\$ 17,22 bilhões (uma cifra substancialmente superior à do estoque de investimentos canadenses no Brasil: US\$ 10,39 bilhões). Com esses números, o Brasil era a sexta principal origem de investimentos no Canadá. (Dados da Statistics Canada.)

4.2. COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cooperação educacional tem sido um dos eixos mais dinâmicos das relações bilaterais. Símbolo máximo daquele dinamismo é o fato de o Canadá ter alcançado a terceira posição entre os destinos de estudantes brasileiros na primeira fase do programa Ciência sem Fronteiras. Desde 2011, mais de sete mil estudantes foram contemplados com bolsas para frequentar instituições pós-secundárias canadenses.

A esse programa vieram somar-se variadas iniciativas conjuntas. Entre as parcerias formais estabelecidas no período, destacam-se o acordo firmado entre a Capes e o Mitacs (<<http://www.mitacs.ca>>), em dezembro de 2014 (que criou 450 bolsas de estágio de pós-graduação a brasileiros no Canadá); e o memorando de entendimento celebrado entre a Universities Canada e a Associação Brasileira de Reitores de Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), em junho de 2015.

Em paralelo à formalização de termos de colaboração, têm sido promovidas ações para adensar o fluxo de estudantes e pesquisadores entre os dois países, nos dois sentidos. O Mitacs, em 2015, acrescentou o Brasil à lista de destinos do programa `Globalink Partnerships Awards`, que oferece bolsas a mestrandos e doutorandos canadenses que desejam realizar estágios em empresas e universidades. O Consórcio CALDO

(<<http://www.caldo.ca>>) e o `Canadian Bureau for International Education` (CBIE, <<http://www.cbie.ca>>) têm estimulado a vinda de brasileiros para estudar no Canadá (o primeiro, por meio da organização das feiras de divulgação EduCanada; o segundo, com a criação da rede de ex-intercambistas brasileiros "Canada-Brazil Alumni Network" e do programa "Líderes em Educação Brasil-Canadá").

Também merece registro o fato de que o Brasil é o principal país de origem dos estudantes que vêm ao Canadá estudar idiomas (inglês ou francês). Segundo a Languages Canada, mais de 20 mil brasileiros ingressaram no país, em 2014, com o propósito específico de estudar um dos dois idiomas oficiais. Nesse contexto, há um dado que cumpre salientar: desde que aqui cheguei, todos os anos a Escola de Línguas das Forças Armadas canadenses tem ministrado cursos de língua inglesa a oficiais das Forças Armadas brasileiras, que ao regressar ao Brasil estarão capacitados a atuar como professores do idioma.

4.3. COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Durante minha gestão, foram mantidos contatos regulares entre as copresidências brasileira e canadense do Comitê Conjunto para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, instituído em 2011. Semestralmente, realizaram-se videoconferências que permitiram a definição de planos de ação e a organização de atividades conjuntas (dedicadas, muitas vezes, a explorar as fronteiras do conhecimento). Menciono, como exemplo significativo de atividades com essa natureza, a realização de workshop bilateral sobre nanotecnologia à margem da feira `Nanotradeshaw`, em outubro de 2015, em São Paulo.

Registro, de resto, que, em abril de 2016, o Conselho Nacional de Pesquisa do Canadá assinou termos de cooperação com a Fapesp e com a Finep. Nos dois casos, os instrumentos voltam-se ao financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico conduzidos por pequenas empresas.

Em suma, os parágrafos precedentes servirão para ilustrar a importância dos temas educacionais e de ciência, tecnologia e inovação no universo mais amplo das relações bilaterais. Num caso como no outro, busquei fomentar entendimentos, seja facilitando contatos entre instituições brasileiras e suas homólogas canadenses, seja pelo meu envolvimento pessoal em encontros com estudantes brasileiros em Ottawa, em conferências e simpósios especializados (destaco aqueles organizados pelo CBIE, em novembro de 2014, e pelo CALDO, em junho de 2016) e em visitas a universidades locais.

(5) SUGESTÕES DE AÇÕES FUTURAS

À luz do que precede, e a título de contribuição para meu sucessor, permito-me formular as seguintes recomendações de ação.

(i) Restabelecido o diálogo político, é importante perseverar para que ele recobre o dinamismo registrado até o princípio desta década. Concretamente, é necessário que se retomem as reuniões de consultas políticas entre vice-ministros de Relações Exteriores, com vistas à posterior retomada dos encontros anuais do Diálogo de Parceria Estratégica estabelecido em 2011, no nível de chanceleres, que se reuniu em duas ocasiões.

(ii) Ao longo da última década, observou-se importante expansão dos investimentos brasileiros no Canadá, ao passo que capitais canadenses mantiveram presença importante no Brasil. Paralelamente, como se viu, um número substancial de alunos brasileiros realizou estudos no Canadá, sob diversos programas públicos ou privados, ao passo que se estabeleceram vínculos importantes entre instituições de ensino brasileiras e canadenses. Diante disso, creio que estão dadas as contribuições para que atores privados com interesses nos dois países -- investidores, acadêmicos, cientistas, diretores de instituições de ensino -- sejam ouvidos acerca do desenvolvimento futuro do relacionamento. Os dois governos deveriam idealizar foros que permitam a esses atores manifestar, de maneira orgânica, suas demandas e sugestões, à semelhança de mecanismos que existem com países como os EUA (CEO Forum) ou a Alemanha (Comissão Mista de Cooperação).

(iii) Em seu discurso de posse à frente do Ministério das Relações Exteriores, o chanceler José Serra estabeleceu como diretrizes "[acelerar] o processo de negociações comerciais" em bases bilaterais, dando especial atenção à necessidade de "ampliar o intercâmbio com parceiros tradicionais, como a Europa, os Estados Unidos e o Japão". Creio que, nesse esforço, o Canadá não deveria ser relegado a um segundo plano. A seu favor, hão de contar o tamanho não desprezível de seu mercado e, sobretudo, a rede de acordos comerciais que teceu ao longo das décadas (que abrangem os principais países e blocos com os quais o Brasil deseja negociar). Nesse sentido, conviria intensificar o diálogo com os atores relevantes, no governo e na sociedade canadense, com vistas a gerar interesse e a explorar possibilidades de um acordo comercial entre o Mercosul e o Canadá.

(iv) Não devemos deixar perder-se a dinâmica positiva criada pela Ciência sem Fronteiras e pelos demais acordos entre entidades educacionais brasileiras e canadenses. Mesmo num cenário de maior escassez de recursos, seria importante preservar um fluxo mínimo de bolsistas e pesquisadores. Parece-me igualmente importante realizar um breve diagnóstico do estado atual das relações com o Canadá na área da educação e avaliar o que pode ser aproveitado e melhorado. Em meus

contatos neste âmbito, pude averiguar que a experiência de intercâmbio de tem sido, em termos gerais, muito positiva, mas que há espaço para aprimoramento e para garantir, sobretudo, que o investimento feito pelo Brasil gere os frutos desejados. Cito, unicamente a título de exemplo, a necessidade de estabelecer uma relação mais forte e permanente entre as universidades de origem e de destino de nossos estudantes, para facilitar o reconhecimento de créditos e a criação de linhas duradouras de pesquisas conjuntas.

(v) No campo da ciência, tecnologia e inovação, já dispomos de acordo, estrutura e plano de trabalho para avançar. São claras as complementariedades numa série de temas, tais como energia, biotecnologia, ciências do mar (pesquisas polares, energia maremotriz), nanotecnologia e tecnologias da informação e comunicação. Creio, portanto, que é preciso buscar dar seguimento e investir no que já foi feito, sobretudo por meio do fortalecimento daquele que é o foro-chave para articulação de iniciativas bilaterais na área: o Comitê Conjunto para Cooperação em C,T&I. De imediato, seria necessário redobrar esforços para que, mesmo no atual contexto de restrições orçamentárias, se possa realizar em breve a terceira reunião do Comitê.

(vi) Como se viu, busquei dedicar atenção especial aos temas de defesa, por vislumbrar aí um potencial de cooperação ainda não explorado (inclusive diante de semelhanças importantes entre os dois países nesse domínio, como a necessidade de defender vastíssimas regiões remotas -- a Amazônia e o Ártico -- que encerram enormes riquezas em recursos naturais). Além do Diálogo Político-Militar a que me referi, esse potencial de cooperação foi identificado nas visitas que fizeram ao Canadá o então chefe do departamento-geral de Pessoal do Exército Brasileiro (e hoje chefe do Gabinete de Segurança Institucional), general Sergio Westphalen Etchegoyen, a 22 de setembro de 2014, e o comandante do Exército Brasileiro, general Eduardo Villas-Bôas, entre 29 de maio e 4 de junho de 2016. Também estive no Brasil, com propósitos semelhantes, o comandante do Exército Canadense, tenente-general Marquis Hainse, entre 25 e 27 de março de 2015. Creio que, para explorar plenamente o potencial existente nessa área, seria de todo conveniente que esta Embaixada pudesse contar com uma Adidância residente de Defesa. Proposta nesse sentido encontra-se sob análise do ministério da Defesa já há alguns anos. Acredito que é chegado o momento de implementá-la.

(vii) Para o desenvolvimento futuro das relações entre o Brasil e o Canadá, será de crucial importância buscar um trânsito de pessoas tão livre quanto possível entre os dois países. Nesse sentido, seria desejável manter ativo o Grupo de Trabalho Bilateral sobre Mobilidade, que deveria ter-se

reunido no segundo semestre de 2015, no Canadá. Esse foro poderá ajudar a acelerar, por exemplo, a extensão aos nacionais brasileiros das autorizações eletrônicas de viagem (ETA). O ETA, na essência, é uma autorização de viagens de emissão fácil e rápida, pela Internet, e deverá aplicar-se aos brasileiros que, no passado, já tenham obtido vistos canadenses, ou que disponham de visto válido para viajar aos EUA. No momento, o benefício só se aplica a nacionais de países para os quais já exista regime de isenção de vistos. Segundo as autoridades canadenses, o atraso na entrada em vigor do ETA para o Brasil resulta de problemas técnicos. A expectativa é que ocorra até o final de 2016. Caso essa facilidade em termos de vistos se confirme, o Brasil precisará refletir sobre a possibilidade de adotarmos alguma medida de reciprocidade, tendente a facilitar o ingresso de canadenses em território brasileiro.

(viii) Ao longo de minha gestão, os diplomatas lotados neste posto e eu buscamos manter diálogo tão fluido como frequente com os três consulados-gerais existentes no Canadá (Montreal, Toronto e Vancouver), além da missão junto à OACI. Num país das dimensões do Canadá, isto é imprescindível para a coerência da ação diplomática -- sobretudo se levarmos em conta a particularidade de a capital nem de longe rivalizar com o dinamismo de outras regiões, como aquelas onde estão sediados os três consulados. Numa situação ideal de abundância de recursos, deveria ser possível ao embaixador do Brasil viajar mais pelo país para intensificar contatos com atores relevantes para o fortalecimento de nossas relações materiais. Infelizmente, a simples leitura dos relatórios de gestão de meus antecessores mostra que esse é problema antigo e recorrente. Diante disso, eu me permitiria recomendar que se intensifique o exercício de coordenação e troca de informações entre os postos no Canadá, inclusive com a criação de um diálogo mais estruturado a respeito dos diversos temas de interesse comum. Paralelamente, é imprescindível que se continue a buscar o financiamento adequado às necessidades de trabalho do posto, que forçosamente incluem o deslocamento do chefe do posto às províncias canadenses.

2ª PARTE - DELIBERATIVA

3



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

PARECER Nº , DE 2016 - CRE

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL sobre o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Mercosul, com sede no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RELATOR: Senador **TASSO JEREISSATI**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 17, de 2007, em epígrafe, de autoria do nobre Senador Paulo Paim.

Inicialmente encaminhada à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa, a presente proposição foi arquivada ao final da 54ª Legislatura, nos termos do art. 322 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014, tendo sido posteriormente desarquivada em virtude da aprovação do Requerimento nº 78, de 2015.

A matéria foi então redistribuída à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprovou o parecer de autoria do Senador Blairo Maggi, pela rejeição em razão de sua inconstitucionalidade. Finalmente, o projeto veio ter a este colegiado, cabendo-me a missão de relatá-lo.

A proposição em exame compõe-se de seis artigos.

O art. 1º autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Mercosul, no Estado do Rio Grande do Sul. Com esse objetivo, deverá criar o

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

cargo de reitor da respectiva universidade e demais cargos de direção e funções gratificadas necessárias à implantação da entidade; dispor sobre a organização, competências, atribuições, denominação de unidades e cargos, suas especificações e funções e lotar na referida universidade, por concurso público e transferência, inclusive mediante redistribuição de cargos, aqueles que se fizerem necessários ao seu funcionamento.

O art. 2º dispõe que a Universidade do Mercosul visará à oferta de educação superior, compreendendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para as questões dos países membros do Mercosul e o atendimento aos estudantes dessas nações.

O art. 3º determina que a Universidade do Mercosul terá estatuto e regimento próprios, que deverão obedecer à legislação brasileira e a protocolos e acordos internacionais que assegurem reconhecimento imediato de seus diplomas acadêmicos de graduação e pós-graduação, sem necessidade de revalidação.

Segundo dispõe o art. 4º, a Universidade do Mercosul deverá ter em seu Conselho de Administração, além de maioria de profissionais de carreira universitária, sujeitos à legislação brasileira, representantes oficiais dos países membros, de acordo com normas a serem acordadas no âmbito do Mercosul.

O art. 5º estipula que a Universidade integrará o sistema de ensino da União e por ela será mantida. Ademais, autoriza-a a receber aportes financeiros dos países membros, de acordo com o que determine o seu estatuto.

O art. 6º contém a costumeira cláusula de vigência.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Trata-se de louvável iniciativa do Senador Paulo Paim. A proposição pretende criar a Universidade do Mercosul, cuja sede deverá ser instalada no Estado do Rio Grande do Sul.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Os programas acadêmicos da referida instituição de ensino terão como objetivo a educação superior, devendo incluir o estudo e análise das questões concernentes aos países membros do Mercosul. Adicionalmente, seu foco de atenção será o atendimento aos estudantes provenientes dos Estados Partes do bloco.

Segundo ressalta a Justificação, há aproximadamente um milhão de potenciais candidatos aos cursos de graduação na Região Sul do País, para os quais faltam vagas nas universidades federais e estaduais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Daí a necessidade de criação de novas instituições de ensino superior na Região, com vistas particularmente ao atendimento das necessidades das populações carentes a quem, por questões financeiras, é vedado o acesso às instituições universitárias privadas.

Ademais, a situação geográfica do Rio Grande do Sul, Estado mais meridional do Brasil, fazendo fronteira com a Argentina e o Uruguai, a ele confere situação peculiar, muito apropriada à implantação, naquelas terras, da sede da Universidade do Mercosul.

Um dos méritos do PLS nº 17, de 2007, é, sem dúvida, o de fortalecer os vínculos entre os Estados membros do bloco por meio do fomento da vinda de estudantes originários da Argentina, Paraguai e Uruguai ao Brasil, com o objetivo de cursarem a Universidade do Mercosul. A iniciativa contribui para o conhecimento mútuo entre as populações dos Estados Partes do agrupamento regional e para a intensificação de suas relações culturais.

Entretanto, a proposição em análise padece de vício de inconstitucionalidade, no qual incorrem os projetos de lei que pretendem autorizar o Poder Executivo a tomar alguma iniciativa.

Com efeito, a criação de universidades federais, ou de qualquer outro órgão público, recai no âmbito da competência exclusiva do Poder Executivo, conforme determina o art. 61, §1º, inciso II, alínea “e”, da Constituição Federal.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Já é pacífica a jurisprudência consagrada tanto pelo Supremo Tribunal Federal (STF), como pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) desta Casa, assim como pela Câmara dos Deputados, segundo a qual são inconstitucionais os projetos de lei de iniciativa parlamentar que visem a conceder autorização para que outro Poder pratique atos inseridos no âmbito de sua respectiva competência, quando versem sobre matéria de iniciativa reservada a esse Poder, como é o caso do presente projeto. Ademais, a lei autorizativa carece do elemento de coerção, porquanto não dispõe de instrumentos para forçar o Poder Executivo a cumprir aquilo que estabelece, faltando-lhe, por conseguinte, a necessária eficácia para que possa produzir efeitos jurídicos.

Ademais, assinale-se que a matéria em epígrafe, de iniciativa unilateral brasileira e que não se insere nas negociações do Mercosul, não poderia pretender assegurar o reconhecimento imediato de diplomas acadêmicos nos demais países do agrupamento regional sem necessidade de revalidação, “obedecendo a protocolos e acordos internacionais”, como estabelece o art. 3º. O dispositivo em questão encontra-se, também, eivado de inconstitucionalidade, por interferir na competência privativa do Presidente da República de celebrar tratados, convenções e atos internacionais, conforme estipulada no art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal.

Finalmente, cabe ressaltar a existência da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), localizada no Paraná, em funcionamento desde 2010, que se caracteriza por promover o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária não apenas com os países do Mercosul, como também com os demais países da América Latina. Oferece cursos em áreas de interesse mútuo dos países latino-americanos, com ênfase em temas considerados estratégicos para o desenvolvimento e a integração regionais.

III – VOTO

Pelo exposto, manifestamo-nos pela rejeição do PLS nº 17, de 2007.

Sala da Comissão,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

, Presidente

, Relator



CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 52, DE 2015

Da REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2007, do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Mercosul com a sede no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RELATOR: Senador **BLAIRO MAGGI**

I - RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 17, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, cujo propósito é autorizar o Poder Executivo a criar a Universidade do Mercosul, sediada no Estado do Rio Grande do Sul.

O conteúdo normativo do PLS cinge-se a seis artigos. O art. 1º do projeto, em seu *caput*, autoriza o Poder Executivo a criar a mencionada universidade e nos três incisos autoriza também a criação do cargo de Reitor da Universidade e demais cargos de direção; a dispor sobre a organização administrativa da unidade de ensino e abrir concurso público e transferências para lotar as vagas a serem criadas.

O art. 2º estabelece que a universidade “terá que como objetivo a oferta de educação superior, compreendendo atividades indissociadas de ensino, pesquisa e extensão, tendo como focos de atenção as questões dos países membros do Mercosul e o atendimento dos estudantes dessas nações”.

O art. 3º determina que a Universidade do Mercosul terá estatuto e regimento próprios, obedecendo à legislação brasileira a protocolos e acordos internacionais que orientem suas ações aos países membros do Bloco e assegurem o reconhecimento imediato de seus diplomas acadêmicos de graduação e pós-graduação, sem necessidade de revalidação.

O art. 4º estipula que o Conselho Superior da Universidade a ser criada terá, além da maioria de profissionais de carreira universitária sujeitos à legislação brasileira, representantes oficiais dos países membros do Bloco, após protocolos que assim disponham.



CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira

O último artigo de conteúdo, o 5º, diz que a Universidade integrará o sistema de ensino superior da União, devendo por ela ser mantida, mas poderá receber aportes financeiros dos países membros do Mercosul.

Na justificação, o Senador Paulo Paim registra que a criação da Universidade do Mercosul é necessária por duas razões: primeiro, a expansão do próprio sistema de educação superior, diante da demanda crescente de concluintes do ensino médio nos Estados da Região Sul do Brasil. Com dados de 2006, ele estima em cerca de 390 mil estudantes aptos para entrar no ensino superior. Somando-se a outras classes de pessoas que anseiam pelo ingresso na universidade, esse número teria alcançado um milhão de pessoas. Considera o Senador Paim que, mesmo com a existência de cerca de 250 mil vagas em cursos de graduação nas universidades federais e nas instituições privadas existentes na Região Sul, haveria ainda a necessidade de expansão número de entidades federais de educação superior na Região.

A esse argumento numérico, o Senador Paulo Paim agrega a consideração estratégica da posição geográfica do Rio Grande do Sul para os objetivos do Mercosul. Segundo o autor do Projeto, os laços de amizade do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai passam pelo território do Rio Grande do Sul e a Universidade do Mercosul ali sediada seria o coroamento dessa integração, além da institucionalização de atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma a contribuir na formação dos jovens dos quatro países no desenvolvimento científico, artístico e cultural e, sobretudo, no fomento das relações de amizade no Sul do continente.

O PLS em exame deverá, ainda, ser submetido à decisão terminativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Não houve apresentação de emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

À luz do que determina a Resolução nº 1, de 2011 – CN, alterada pela Resolução nº 2, de 2015-CN, compete a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul “apreciar e emitir parecer a todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional, inclusive as emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul” (art. 3º, inciso I). O PLS em tela é matéria de interesse do Mercosul, embora não seja emanado de algum de seus órgãos decisórios.

Em que pesem as nobres intenções que motivaram a apresentação do projeto sob análise, sobressai, em face da iniciativa parlamentar da proposição, o



CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira

incontornável vício de inconstitucionalidade que incorrem os projetos de lei com caráter autorizativo, conforme jurisprudência a respeito do assunto.

Assim, a criação da Universidade do Mercosul, ou de qualquer órgão público, depende de projeto de lei de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, consoante o disposto no art. 61 da Constituição Federal, § 1º, inciso II, alínea “e”.

Desse modo, a pretensão está eivada do vício formal de iniciativa, fato este que impõe a sua rejeição, pois a iniciativa legislativa para tratar sobre administração pública no âmbito da União é o Presidente da República, conforme dispõe o art. 61, §1º, II, *e, in verbis*:

Art. 61.

§ 1º São de iniciativa privada do Presidente da República as leis que:

.....

II – disponham sobre:

.....

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI :

.....

Ressalte-se, ademais, que o art.84, III, da Constituição Federal, que estabelece as matérias de competência privativa do Presidente da República, corrobora o previsto no supracitado art. 61, *in verbis*:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....

III- Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição:

.....

A reserva da iniciativa legislativa decorre da separação dos Poderes, que é princípio basilar do sistema constitucional brasileiro, conforme consta do art. 2º da Constituição Federal. Trata-se de princípio constitucional fundamental que tem em vista a



CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira

desconcentração do poder político mediante o exercício da autonomia administrativa por cada um dos Poderes. Dessarte, não é lícito a um Poder usurpar a competência de outro e decidir sobre sua organização administrativa.

A iniciativa parlamentar, tal qual a contida no projeto, tem o sentido de estabelecer atribuições administrativas ao poder Executivo, não obstante tratar-se de projeto autorizativo.

O Senado Federal vinha acatando projetos autorizativos com fundamento no Parecer nº 527, de 1998 – CCJ. Todavia, recentemente, está CCJ, mediante o Parecer sobre o Requerimento nº 3, de 2011, da CE, opinou no sentido de que sejam *declarados inconstitucionais os projetos de lei de iniciativa parlamentar que visem a conceder autorização para que outro Poder pratique atos inseridos no âmbito de sua respectiva competência, quando versem sobre matéria de iniciativa reservada a esse Poder (projetos de lei autorizativa)*.

É esse, por igual, o entendimento da Câmara dos Deputados, apoiado tanto na doutrina quanto na jurisprudência sobre o tema. Tendo em vista que a Câmara é a Casa revisora dos projetos que têm origem no Senado Federal, como é o caso em análise, e que o complexo processo de elaboração das leis ainda exige a participação do Poder Executivo, mediante a sanção do Presidente da República a projeto de lei, não há como esperar que proposição com vício de iniciativa possa ter êxito.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é abundante e pacífica com respeito à impossibilidade de lei de iniciativa de parlamentar dispor sobre matéria administrativa do Poder Executivo, seja no âmbito da União, do estado ou do município. Nesse sentido, foram julgadas as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.857, 3.180, 1.275, 2.808, 603, 1.144, 3.254, 2.799-MC, 2.443-MC e 1.301.

De acordo com essa orientação, o projeto autorizativo carece do postulado da coerção, elemento essencial para que a norma possa produzir seus efeitos no mundo jurídico. Daí o acerto de se considerar inconstitucional um projeto dessa natureza que se mostra ineficaz por não ter o poder de impelir o Poder Executivo a cumprir seus mandamentos.

Ressalta, ademais, que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou, na forma de Emenda Substitutiva, o Projeto de Resolução do Senado nº 74, de 2009, que insere no art. 224 do Regimento Interno da Casa a hipótese de indicação, para sugerir a outro poder de adoção de providência, realização de ato administrativo ou de gestão, ou ainda o envio de projeto de matéria de sua exclusiva iniciativa.

Enfatizamos, todavia, o nosso entendimento de que a criação de instituição de ensino que fomente a integração, assim como a já existente Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu, Paraná, merece o

B



CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira

apoio de todos nós brasileiros por estar revestida de elevados e indiscutíveis propósitos, cabendo, no entanto, ao Poder Executivo incorporar essa ideia, após iniciativa políticas, mediante apresentação de projeto de lei com essa finalidade.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela rejeição do PLS nº 17, de 2007, em razão de sua inconstitucionalidade, a teor do disposto no art.61, § 1º, inciso II, alínea e, da Constituição Federal.

Sala da Representação, em 8 de julho de 2015

Senador **BLAIRO MAGGI**

Relator



CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PROJETO DE LEI Nº 17, DE 2007 (Do Senado Federal)

PARECER DA REPRESENTAÇÃO

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela rejeição do Projeto de Lei nº 17, de 2007, do Sr. Paulo Paim, nos termos do Parecer do Relator, Senador Blairo Maggi.

Estiveram presentes os senhores:

Senadores Roberto Requião, Presidente; Paulo Bauer, Vice-Presidente; Acir Guargacz, Antonio Carlos Valadares e Blairo Maggi; e os deputados Edio Lopes, Vice-Presidente, Arlindo Chinaglia, Carlos Henrique Gaguim, Danrlei de Deus Hinterholz, Dilceu Sperafico, Geovania de Sá, Heráclito Fortes, Jean Wyllys, José Stédile, Luiz Carlos Busato, Marcelo Aro, Rocha, Rômulo Gouveia, Ronaldo Benedet, Wilson Filho e Takayama.

Plenário da Representação, em 8 de julho de 2015.

Senador **ROBERTO REQUIÃO**
Presidente



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 17, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Mercosul, com sede no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade do Mercosul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no *caput*, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar o cargo de Reitor da Universidade do Mercosul e demais cargos de direção e funções gratificadas necessárias à instituição da entidade;

II – dispor sobre a organização, competências, atribuições, denominação de unidades e cargos, suas especificações e funções;

III – lotar na Universidade do Mercosul, por concurso público e transferência, inclusive mediante redistribuição de cargos, aqueles que se fizerem necessários ao funcionamento da entidade.

Art. 2º A Universidade do Mercosul terá como objetivo a oferta de educação superior, compreendendo atividades indissociadas de ensino, pesquisa e extensão, tendo como focos de atenção as questões dos países membros do Mercosul e o atendimento aos estudantes dessas nações.

Art. 3º A Universidade do Mercosul terá estatuto e regimento próprios, obedecendo à legislação brasileira e a protocolos e acordos internacionais que orientem suas ações aos países membros do Bloco e assegurem reconhecimento imediato de seus diplomas acadêmicos de graduação e pós-graduação, sem necessidade de revalidação.

Art. 4º A Universidade do Mercosul terá em seu Conselho Superior de Administração, além de maioria de profissionais de carreira universitária sujeitos à legislação brasileira, representantes oficiais dos países membros, de acordo com normas acordadas pelo Bloco.

Art. 5º A Universidade do Mercosul integrará o sistema de ensino da União e por ela será mantida, podendo receber aportes financeiros dos países membros, segundo seu estatuto.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A criação da Universidade do Mercosul se faz imperiosa por dois motivos.

O primeiro é o da expansão do próprio sistema de educação superior, diante da demanda crescente de concluintes do ensino médio nos Estados da Região Sul do Brasil.

Nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no ano de 2006, estiveram matriculados no ensino médio 1.371.024 adolescentes e 265.834 jovens e adultos, totalizando 1.636.858 estudantes. Estima-se que 30% deste total, ou seja, 391.057 tenham concluído a educação básica, passando a ser postulantes potenciais de cursos de graduação superior. Some-se a este número os milhares de jovens e adultos que, tendo concluído o ensino médio ou exames supletivos em anos anteriores, não lograram ser aprovados em vestibulares das universidades públicas e continuam tentando nelas entrar. Seguramente, está perto de um milhão o número de potenciais candidatos aos cursos de graduação na Região Sul do País. Para esses, quantas são as vagas disponíveis nas doze universidades federais e estaduais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ? Aproximadamente 50 mil.

É bem verdade que existem quase 200 mil vagas em cursos de graduação de instituições privadas, nas capitais e em mais de uma centena de cidades dos três estados. Entretanto, é sabido que nos últimos dez anos o perfil dos concluintes do ensino médio evoluiu muito, constituindo-se eles, na maioria, de jovens de classes populares, impedidos, por sua situação financeira, de arcar com o ônus de mensalidades escolares.

Destas considerações se conclui a necessidade de expansão do número de instituições federais de educação superior na Região e de mais vagas nas já existentes – o que tem acontecido em volume crescente no atual governo.

Mas, é um segundo argumento que trago à consideração dos parlamentares para justificar este projeto: a situação estratégica do Rio Grande do Sul para sediar uma universidade de alcance internacional.

Com efeito, de há muito se cultivam laços de amizade do Brasil com a Argentina, Uruguai e Paraguai que passam pelo território riograndense. Com a criação do Mercado Comum do Sul – o Mercosul – se fortaleceram e se intensificaram as relações comerciais, turísticas e culturais com os países da Bacia do Prata.

A Universidade do Mercosul vem coroar esse processo, com a institucionalização de atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma a contribuir na formação dos jovens dos quatro países, em nível superior, no desenvolvimento científico, artístico e cultural e, sobretudo, no fomento de relações de amizade que confirmem a paz no Sul de nosso continente.

As conversações entre os membros do Bloco já apontam para a construção desta instituição, que, inclusive, poderá se tornar um centro de ensino cujos diplomas tenham validade internacional. Venho, com este projeto, chamar a atenção para sua urgência e indicar como sede o Rio Grande do Sul.

Espero merecer a atenção dos nobres pares para o presente projeto, que, certamente, beneficiará populações do Brasil e dos países vizinhos. Passarão eles a ter maiores oportunidades de se conhecer e de crescer na cultura, na ciência e nas profissões, respondendo a seus desafios de desenvolvimento.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 2007.



Senador PAULO PAIM

(À Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e à Comissão de Educação, a quem caberá a decisão terminativa)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, em 8/2/2007

2ª PARTE - DELIBERATIVA

4

PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2009, do Senador Flexa Ribeiro, que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde.*

Relator: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 259, de 2009, do Senador Flexa Ribeiro, altera o art. 23 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que *dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*, com o objetivo de ampliar o rol de serviços de assistência à saúde em que é facultada a participação de empresas ou de capitais estrangeiros.

Originariamente, o projeto foi distribuído às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo a esta a decisão terminativa.

Em 5 de dezembro de 2012, o então Senador Vital do Rêgo requereu a tramitação da proposição também nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o que foi aprovado em 12 de dezembro de 2012.

Em 9 de dezembro de 2014, a CAE aprovou parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Em 2 de setembro de 2015, a CCJ aprovou, nos termos do relatório de minha autoria, parecer pela prejudicialidade da matéria.

O projeto defende a participação de capital estrangeiro na assistência a saúde, por intermédio de doação de organismo internacional vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), além de entidade de cooperação técnica e de financiamento e empréstimo.

O projeto elenca a série de atividades que poderão ser financiadas por capital estrangeiro, a saber: hospital-geral; laboratórios de análises clínicas, de anatomia patológica e de genética humana; serviço de fisioterapia e serviço de diagnóstico por imagem.

A exploração prevista no projeto nesses casos dar-se-á por pessoa jurídica organizada sob a forma de sociedade anônima, com, no mínimo, 51% do capital votante pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Além disso, o projeto faculta a participação do capital estrangeiro em hospital-geral filantrópico e em serviço de saúde sem fim lucrativo.

Em todos os casos, o PLS nº 259, de 2009, estabelece a necessidade de autorização do órgão nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) e veda a participação em hospitais não filantrópicos nas seguintes situações: (i) com número de equipamentos de hemodiálise superior a 10% do número de leitos; (ii) cuja taxa de ocupação de leitos por pacientes submetidos a cirurgia cardiovascular, terapia ou propedêutica hemodinâmica ou transplantes de órgãos, tecidos e partes do corpo humano seja superior a 30% da taxa de ocupação total dos leitos; e (iii) cuja soma das taxas de ocupação de leitos por pacientes de quimioterapia e de radioterapia seja superior a 30% da taxa de ocupação total de leitos.

A justificação do projeto é a possibilidade de entrada de novos recursos financeiros no setor, que poderão baratear os preços da assistência à saúde, bem como auxiliar a recuperação dos hospitais filantrópicos, que passam por sérias dificuldades. Por outro lado, as restrições impostas visam a evitar que atividades consideradas estratégicas e de interesse nacional sejam controladas pelo capital estrangeiro.

II – ANÁLISE

Reiterando os termos do parecer aprovado na CCJ, onde também me coube a relatoria, destaco que, no ano passado, entrou em vigor a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, que alterou o art. 23 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em sentido semelhante ao pretendido pelo PLS nº 259, de 2009.

Porém, a referida Lei é mais ampla que o projeto e, assim como o substitutivo aprovado na CAE, elimina restrições desnecessárias à participação do capital estrangeiro nele existentes.

Com isso, o PLS nº 259, de 2009, ficou prejudicado, de acordo com o art. 334, inciso II, do RISF, segundo o qual “o Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado, em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação”.

III – VOTO

Em razão do exposto, voto pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 259, de 2009.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA sobre o Projeto de Lei
do Senado nº 259, de 2009, do Senador Flexa
Ribeiro, que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de*
setembro de 1990, para permitir a participação
de empresa e de capital estrangeiro
na assistência à saúde.

SF/15821.24997-83

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP****I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 259, de 2009, do Senador Flexa Ribeiro, altera o art. 23 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – a Lei Orgânica da Saúde –, com o objetivo de ampliar o rol de serviços de assistência à saúde em que é facultada a participação de empresas ou capitais estrangeiros.

No inciso I do art. 23 proposto pelo projeto, prevê-se a possibilidade de participação de capital estrangeiro por intermédio de doação de organismo internacional vinculado à Organização das Nações Unidas, além de entidade de cooperação técnica e de financiamento e empréstimo.

No inciso II, elenca-se uma série de atividades que poderão ser financiadas por capital estrangeiro, a saber: hospital geral; laboratórios de análises clínicas, de anatomia patológica e de genética humana; serviço de fisioterapia; e serviço de diagnóstico por imagem. Nesses casos, o projeto prevê uma restrição: que a exploração se dê por pessoa jurídica organizada sob a forma de sociedade anônima com no mínimo cinquenta e um por

cento do capital votante pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Já nos incisos III e IV, faculta-se a participação do capital estrangeiro em hospital geral filantrópico e em serviço de saúde sem fim lucrativo.

O PLS nº 259, de 2009, prevê, ainda, a necessidade de autorização do órgão nacional do SUS (art. 23, §1º) em qualquer caso e veda a participação a que se referem os incisos II e III em hospitais nas seguintes situações: (i) com número de equipamentos de hemodiálise superior a 10% do número de leitos; (ii) cuja taxa de ocupação de leitos por pacientes submetidos à cirurgia cardiovascular, terapia ou propedêutica hemodinâmica ou transplantes de órgãos, tecidos e partes do corpo humano seja superior a 30% da taxa de ocupação total de leitos; e (iii) cuja soma das taxas de ocupação de leitos por pacientes de quimioterapia e de radioterapia seja superior a 30% da taxa de ocupação total de leitos.

Em sua justificção, o autor ressalta que a medida proposta possibilitará a entrada de novos recursos financeiros no setor, que poderão baratear os preços da assistência à saúde, bem como auxiliar na recuperação dos hospitais filantrópicos, que passam por “sérias dificuldades”. As restrições impostas visam evitar que atividades consideradas estratégicas e de interesse nacional sejam controladas pelo capital estrangeiro.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou um substitutivo ao projeto em 9 de dezembro de 2014. Após a análise desta Comissão, a matéria seguirá para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e, em caráter terminativo, para Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão o exame da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade da presente proposição.

Destacamos, de início, que o PLS nº 259, de 2009, atende aos preceitos constitucionais de competência e iniciativa do Congresso Nacional e às normas constitucionais específicas sobre a matéria.

Conforme previsto no art. 24, incisos I e XII, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito

financeiro e direito econômico e sobre proteção e defesa da saúde. Além disso, o art. 48, inciso XIII, determina a competência do Congresso Nacional para dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente, sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações. A proposição respeita, ainda, a reserva de iniciativa do Presidente da República, prevista no art. 61, §1º da Constituição Federal. Nesse sentido, não há que se falar em vício de iniciativa do projeto em análise.

Sob o ponto de vista material, o art. 172 da Carta Magna estipula que a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros. Adicionalmente, o art. 199, §3º, veda a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei. O PLS nº 259, de 2009, visa justamente a regulamentar os casos nos quais a participação de capital estrangeiro na assistência à saúde no País será permitida.

Não vislumbramos, ademais, qualquer óbice no que tange à juridicidade e à técnica legislativa.

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi aprovado texto substitutivo que retirou as limitações previstas no texto original do projeto em relação à participação de empresas ou capitais estrangeiros, ampliando, dessa forma, a possibilidade da aplicação desse capital sem as restrições anteriormente previstas.

Nota-se, contudo, que, no início de 2015, surgiu fato novo e relevante, qual seja, a publicação da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, que, entre outros assuntos, altera o art. 23 da Lei nº 8.080, de 19 de



SF/15821.24997-83

setembro de 1990, em sentido semelhante ao pretendido pelo PLS nº 259, de 2009.

A redação da referida Lei, tal como o texto substitutivo aprovado na CAE, retira, acertadamente, várias limitações em relação à participação do capital estrangeiro presentes no texto original do PLS nº

259, de 2009. Dessa forma, as principais balizas encontradas no projeto ora em análise estão presentes no texto da Lei nº 13.097, de 2015, com uma

relevante diferença: a abrangência da Lei é mais ampla, corrigindo restrições desnecessárias existentes no PLS nº 259, de 2009, tal como apontado no parecer da CAE.

Por essa razão, pronunciamo-nos pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 259, de 2009, em face da incidência do previsto no art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, segundo o qual: *“o Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado, em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação”*.

III – VOTO

Do exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2011.

Sala da Comissão, 2 de setembro de 2015.

Senador JOSÉ MARANHÃO, Presidente

Senador VALDIR RAUPP, Relator

PARECER Nº , DE 2014

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2009,
do Senador Flexa Ribeiro, *que altera a Lei nº 8.080,
de 19 de setembro de 1990, para permitir a
participação de empresa e de capital estrangeiro na
assistência à saúde.*

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 259, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, altera o art. 23 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde) – a Lei Orgânica da Saúde –, para ampliar o rol de serviços de assistência à saúde em que a participação de empresas ou capitais estrangeiros é permitida, a saber: hospital geral, inclusive filantrópico; laboratórios de análises clínicas, de anatomia patológica e de genética humana; serviço de fisioterapia; e serviço de diagnóstico por imagem. Excluem-se desse rol os serviços de cirurgia cardiovascular, terapia ou propedêutica hemodinâmica, quimioterapia, radioterapia, hemodiálise e transplantes, bem como bancos de órgãos, tecidos e partes do corpo humano, por serem considerados “estratégicos” e “de interesse nacional”.

Ademais, de acordo com o projeto, a participação de empresas ou capitais estrangeiros é facultada somente aos hospitais gerais cujo número de equipamentos de hemodiálise seja inferior a 10% do número de leitos; cuja taxa de ocupação de leitos por pacientes submetidos a cirurgia cardiovascular, terapia ou propedêutica hemodinâmica ou transplantes de órgãos, tecidos e partes do corpo humano seja inferior a 30% da taxa de ocupação total de leitos; e cuja soma das taxas de ocupação de leitos por pacientes de

quimioterapia e de radioterapia seja inferior a 30% da taxa de ocupação total de leitos.

Além disso, o projeto de lei em comento estabelece outra restrição: a participação de empresas ou capitais estrangeiros será permitida apenas às pessoas jurídicas organizadas sob a forma de sociedades anônimas, com no mínimo 51% do capital votante pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Na justificação da proposição, o autor ressalta que a medida proposta possibilitará a entrada de novos recursos financeiros no setor, que poderão baratear os preços da assistência à saúde, bem como auxiliar na recuperação dos hospitais filantrópicos, que passam por “sérias dificuldades”.

O projeto, após análise por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), será apreciado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em 3 de junho de 2013, por força da aprovação do Requerimento nº 29, de 2013–CAE, de iniciativa dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa, foi realizada audiência pública com a finalidade de instruir a proposição sob análise, com a presença dos seguintes convidados: Bruno Sobral de Carvalho, Diretor de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM); Kenys Menezes Machado, Coordenador Geral de Análise Antitruste 2, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); Daniel Coudry, Diretor Executivo da Associação Nacional de Hospitais Privados (ANAHP); Fausto Pereira dos Santos, Diretor do Departamento de Regulamentação, Avaliação e Controle de Sistemas, da Secretaria de Assistência à Saúde (SAS), do Ministério da Saúde; e Maria do Socorro de Souza, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Na CAE, o projeto recebeu emenda do Senador Francisco Dornelles com vistas a suprimir um dispositivo que permite a participação direta ou indireta de empresa ou de capital estrangeiro no caso de sociedade

anônima com no mínimo 51% do capital votante pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos destinada a instalar, operacionalizar ou explorar seguro-saúde e plano privado de assistência à saúde. Argumenta o Senador, que existe no nosso ordenamento jurídico uma lei especial – a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que *dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* –, que já permite esse tipo de participação, e de forma mais ampla que a estabelecida pelo PLS sob análise.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAE opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de matérias que lhe sejam submetidas.

Inicialmente, ressaltamos que o PLS nº 259, de 2009, atende aos preceitos constitucionais de competência e iniciativa do Congresso Nacional e às normas constitucionais específicas sobre a matéria, a saber: i) art. 24, incisos I e XII, pelos quais compete à União, no âmbito da legislação concorrente, legislar sobre direito financeiro e direito econômico e sobre proteção e defesa da saúde, respectivamente; ii) art. 48, inciso XIII, que incumbe ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações; iii) art. 172, que dispõe que a lei disciplinará investimentos de capital estrangeiro, incentivará reinvestimentos e regulará remessa de lucros, com base no interesse nacional; e iv) art. 199, § 3º, que restringe a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País aos casos previstos em lei. Da mesma forma, a proposição não afronta a reserva de iniciativa do Presidente da República de que dispõe o § 1º do art. 61 da CF. O projeto de lei também não apresenta óbices no que tange à juridicidade e à técnica legislativa empregada.

Nada obstante, poucos anos após a promulgação da CF, o Brasil iniciou reformas liberalizantes na ordem econômica, que visavam abrir a economia ao capital estrangeiro, uma das demandas do paradigma da globalização:

- a Emenda Constitucional (EC) nº 5, de 1995, que quebrou o monopólio estatal da distribuição local de gás canalizado;
- a EC nº 6, de 1995, que eliminou a diferenciação entre empresa nacional e estrangeira, revogou o art. 171 da CF, o qual permitia que a lei beneficiasse empresas controladas por sócios brasileiros, e abriu ao capital estrangeiro a pesquisa e lavra de recursos naturais, bem como o aproveitamento dos potenciais de energia elétrica;
- a EC nº 7, de 1995, que estendeu ao capital estrangeiro, mediante regulamentação, a navegação de interior e de cabotagem, conforme o art. 178 da CF;
- a EC nº 8, de 1995, que quebrou o monopólio estatal das telecomunicações e deslocou as funções de regulação do setor para órgão específico, conforme o art. 21, XI, da CF;
- a EC nº 9, de 1995, que quebrou o monopólio da União na pesquisa, lavra de jazidas e transporte de petróleo e gás, bem como no refino do petróleo e na importação e exportação de petróleo e derivados, conforme o art. 177 da CF, que mantém o monopólio da União, mas permite que a União contrate com empresas estatais ou privadas para realizar os serviços;
- a EC nº 13, de 1996, que incluiu o resseguro no sistema financeiro, preparando as condições para a privatização do setor, conforme o art. 192, II, da CF;
- a EC nº 19, de 1998, que ampliou as obrigações das empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividades econômicas de produção ou comercialização e de prestação de serviços, conforme o art. 173 da CF;
- a EC nº 36, de 2002, que alterou o art. 222 da CF e flexibilizou as regras de propriedade de empresas jornalísticas

e de radiodifusão, criando novas formas de capitalização e novas regras de acesso ao mercado;

- a EC nº 40, de 2003, que modificou o art. 192 para permitir a regulamentação separadamente dos diversos aspectos relativos ao sistema financeiro, inclusive a participação do capital estrangeiro; e
- a EC nº 49, de 2006, que exclui os radioisótopos do monopólio da União sobre os minérios e minerais nucleares e possibilitou a produção, a comercialização e a utilização sob regime de permissão.

Mantiveram-se, contudo, restrições específicas ao ingresso do capital e de empresas estrangeiras em determinados setores da economia, tais como o Sistema Financeiro Nacional - SFN (art. 192), o setor de assistência à saúde (art. 199) e a área de comunicação social (art. 222), a saber:

- a) Sistema Financeiro – o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) restringiu a participação do capital estrangeiro no SFN até que se regulamentasse o art. 192 da CF, sendo vedadas a instalação de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior e o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no Brasil, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, ressalvadas as autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do governo brasileiro. A partir de 1995, contudo, o Poder Executivo autorizou, por meio de decreto, a entrada de várias instituições financeiras internacionais no País, de forma que a participação de bancos com controle estrangeiro no patrimônio líquido do segmento bancário cresceu.
- b) Comunicação Social – o § 1º do art. 222 da Carta Magna estabelece o limite máximo de 30% para a participação de

capital estrangeiro, restringindo a gestão a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

- c) Saúde – o § 3º do art. 199 da Constituição Federal veda a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde, salvo nos casos previstos em lei.

Nesse sentido, as medidas propostas pelo Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2009, continuam essa tendência liberalizante da Lei Maior. Porém, embora introduza avanços nessa questão, cumpre sugerir alterações de conteúdo na proposição no sentido de aprimorá-la.

Primeiramente, não se justificam as exigências que constam do inciso II do art. 23 da Lei Orgânica da Saúde, introduzido pelo art. 1º do projeto, de que a participação direta ou indireta de empresa ou de capital estrangeiro na assistência à saúde ocorra somente por meio de “pessoa jurídica organizada sob a forma de sociedade anônima com no mínimo cinquenta e um por cento do capital votante pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos”.

Em verdade, a referida restrição parece-nos adaptação de normas já superadas, que versavam sobre restrições e impedimentos da participação de estrangeiros, pessoas físicas ou jurídicas, em empresas mercantis ou cooperativas, especificamente o § 1º do art. 1º da Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas (revogada pela Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007), combinado com o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo (revogado pela Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado).

Igualmente, não vislumbramos razão de “interesse nacional”, como mencionado na justificação do projeto, que motive a vedação da participação de empresas ou capital estrangeiros nos tipos de hospitais descritos nos incisos do § 2º do mencionado art. 23, ou seja, aqueles que possuem serviços de atenção à saúde de alta complexidade e alto custo, tais como serviços de hemodiálise, de cirurgia cardiovascular, de terapia ou

propedêutica hemodinâmica, de transplantes de órgãos, tecidos e partes do corpo humano, de quimioterapia ou de radioterapia, que, por óbvio, são segmentos que se beneficiariam de maiores investimentos. Ao contrário, consideramos que tal medida instituiria inequidade injustificável no âmbito do sistema público de saúde, o que é vedado pela CF – art. 196 –, pois dela depreende-se que pessoas com determinadas doenças têm maior relevância para o País do que outras.

Por essas razões, e no sentido de tornar a proposição menos sujeita a questionamentos que podem gerar insegurança jurídica, apresentamos substitutivo ao projeto de lei que busca tornar o seu texto mais claro e conciso, bem como reduzir, ainda mais, as restrições impostas às empresas e capitais estrangeiros na área da saúde. Isso se justifica pela possibilidade do aporte de novos investimentos no setor, que continua extremamente carente de recursos, e pelo consequente aumento de competitividade nesse segmento, em face da introdução de novos agentes econômicos e de novas práticas de gestão, pesquisa e inovação tecnológica.

Por fim, cumpre ressaltar que a preocupação expressa na audiência pública retromencionada, de que a entrada de empresas e capitais estrangeiros seja condicionada à ampliação e expansão dos serviços, evitando-se a mera transferência de propriedade de hospitais, já está devidamente contemplada em nosso arcabouço legal pela CF, cujo art. 172 estabelece que “a lei disciplinará, **com base no interesse nacional**, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros”.

Com relação à emenda proposta pelo Senador Francisco Dornelles, consideramos que ela fica devidamente atendida pelo substitutivo aqui apresentado, que manteve os termos da Lei dos Planos de Saúde no tocante à participação de empresas e capitais estrangeiros no setor de saúde suplementar.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2009, pela rejeição da Emenda nº 1–CAE e aprovação da Emenda nº 2-CAE, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CAE (SUBSTITUTIVO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2009

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 23.** A participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde é permitida apenas nos seguintes casos:

I – doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos;

II – em serviços de saúde mantidos, sem finalidade lucrativa, por empresas, para atendimento de seus empregados e dependentes, sem qualquer ônus para a seguridade social;

III – em serviços hospitalares, serviços ambulatoriais e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia;

IV – nas hipóteses previstas em legislação específica.

Parágrafo único. A participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde obedecerá à legislação brasileira, submetendo-se a controle e fiscalização pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo autoridade sanitária.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2014.

Senador LINDBERGH FARIAS, Presidente

Senador VALDIR RAUPP, Relator “ad hoc”



SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2009

ASSINAM O PARECER, NA 34ª REUNIÃO, DE 09/12/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

SEN. VALDIR RAUPP - RELATOR "AD HOC"

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4. Humberto Costa (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
VAGO	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. VAGO
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Wilder Moraes (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, SD, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Vicentinho Alves (SD)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Alfredo Nascimento (PR)	4. VAGO





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 259, DE 2009

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23. É permitida a participação direta ou indireta de empresa ou de capital estrangeiro na assistência à saúde nos seguintes casos:

I – por intermédio de doação de organismo internacional vinculado à Organização das Nações Unidas, e de entidade de cooperação técnica e de financiamento e empréstimo;

II – em pessoa jurídica organizada sob a forma de sociedade anônima com no mínimo cinquenta e um por cento do capital votante pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos destinada a instalar, operacionalizar ou explorar:

a) hospital geral;

2

b) laboratórios de análises clínicas, de anatomia patológica e de genética humana;

c) serviço de fisioterapia;

d) serviço de diagnóstico por imagem;

e) ações e pesquisas de planejamento familiar;

f) seguro-saúde e plano privado de assistência à saúde;

III – em hospital geral filantrópico;

IV – em serviço de saúde sem finalidade lucrativa, mantido por empresa para atendimento de seus empregados e dependentes, sem qualquer ônus para a seguridade social.

§ 1º Em qualquer caso, é obrigatória a autorização do órgão de direção nacional do SUS, submetendo-se a seu controle as atividades que forem desenvolvidas e os instrumentos que forem firmados.

§ 2º É vedada a participação a que se referem os incisos II e III do *caput* em:

I – hospital com número de equipamentos de hemodiálise superior a dez por cento do número de leitos;

II – hospital cuja taxa de ocupação de leitos por pacientes submetidos a cirurgia cardiovascular, terapia ou propeleutica hemodinâmica ou transplantes de órgãos, tecidos e partes do corpo humano seja superior a trinta por cento da taxa de ocupação total de leitos;

III – hospital cuja soma das taxas de ocupação de leitos por pacientes de quimioterapia e de radioterapia seja superior a trinta por cento da taxa de ocupação total de leitos. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O *caput* do art. 199 da Constituição Federal é bastante claro ao determinar que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada. Todavia, os parágrafos desse artigo estabelecem condições, entre elas a vedação da participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros nessa atividade, salvo nos casos previstos em lei. Outro dispositivo constitucional – o art. 172 – estabelece que os investimentos de capital estrangeiro devem ser disciplinados por lei, com base no interesse nacional.

3

Atualmente, a participação de empresas e capitais estrangeiros na assistência à saúde é permitida apenas em alguns casos: ações e pesquisas de planejamento familiar; seguro-saúde e planos privados de assistência à saúde; doações por organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos; e serviço de saúde sem finalidade lucrativa, mantido por empresa para atendimento dos seus empregados e dependentes.

São notórias as dificuldades enfrentadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no desempenho de todas as ações destinadas a cumprir os ditames do art. 196 da Carta Magna, segundo os quais a saúde é direito de todos e dever do Estado. A assistência médico-hospitalar, a reabilitação física, os exames laboratoriais e de diagnóstico por imagens são exemplos de componentes da assistência à saúde para as quais o SUS não dispõe de serviços que atendam satisfatoriamente a população.

Diante da impossibilidade de o SUS satisfazer plenamente o direito à saúde, a iniciativa privada procura suprir as necessidades da população mediante a oferta das ações que não são de execução reservada ao setor público. Assim, proliferam no País os hospitais, os laboratórios de análise clínica e os serviços de fisioterapia, de hemodiálise e de diagnóstico por imagem.

Essa proliferação de serviços de saúde, no entanto, nem sempre acarreta benefícios para a população no que diz respeito à diminuição dos custos da assistência à saúde. O tratamento em uma unidade de terapia intensiva (UTI) de um hospital particular pode ser tomado como exemplo de modalidade assistencial inacessível a paciente que não disponha de grande patrimônio ou que não seja amparado por um plano privado de assistência à saúde. Basta que o doente de classe média tenha que se internar em uma UTI particular durante alguns dias para que grande parte do seu patrimônio seja dissipada pela conta hospitalar.

Esse aspecto cruel da assistência prestada por estabelecimentos privados é resultante, muitas vezes, da cartelização dos preços cobrados pelos hospitais. As tabelas impostas pelas associações de hospitais tanto a planos de saúde quanto aos pacientes particulares eliminam a concorrência e provocam aumentos dos custos hospitalares.

A proposição que apresentamos tem a finalidade de permitir que empresas e capital estrangeiro participem da assistência à saúde da população brasileira, inclusive em hospitais filantrópicos, setor assistencial que passa por sérias dificuldades resultantes, principalmente, da insuficiente remuneração dos serviços prestados ao SUS.

A fim de evitar que algumas atividades assistenciais consideradas estratégicas e de interesse nacional sejam controladas pelo capital estrangeiro, a proposição impõe restrições. Cirurgia cardiovascular, terapia e propedêutica hemodinâmica, quimioterapia, radioterapia, hemodiálise e transplantes são atividades que

4

utilizam medicamentos, equipamentos e insumos de altíssimo custo e são passíveis de controle por monopólios ou oligopólios. Por esse motivo, são consideradas estratégicas e de interesse nacional e a sua exploração por empresa que conte com capital estrangeiro deve ser reservada a hospitais gerais cujas taxas de ocupação de leitos por pacientes dessas atividades não ultrapassem um limite razoável.

Também por serem estratégicos e de interesse nacional, as ações e serviços relacionados com vigilância sanitária e epidemiológica; banco de sangue humano; produção de hemoderivados; e banco de órgãos, tecidos e partes do corpo humano devem ser operacionalizados apenas pelo SUS ou por empresa brasileira de capital genuinamente nacional.

Estamos convictos de que a medida proposta possibilitará a entrada de recursos que contribuirão para que os preços da assistência à saúde tornem-se menos onerosos à população, ao SUS e aos planos privados. Estamos convictos, também, de que a proposição receberá o apoio dos nobres Parlamentares de ambas as Casas Legislativas.

Sala das Sessões,

Senador **FLEXA RIBEIRO**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 172. A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.

Seção II DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

5

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º - A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.

Art. 23. É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde, salvo através de doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos.

§ 1º Em qualquer caso é obrigatória a autorização do órgão de direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), submetendo-se a seu controle as atividades que forem desenvolvidas e os instrumentos que forem firmados.

§ 2º Excetuam-se do disposto neste artigo os serviços de saúde mantidos, em finalidade lucrativa, por empresas, para atendimento de seus empregados e dependentes, sem qualquer ônus para a seguridade social.

(À Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

Publicado no **DSF**, em 17/06/2009.

2ª PARTE - DELIBERATIVA

5



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**
PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de
Resolução do Senado nº 56, de 2015, do Senador
Jorge Viana, que *institui o Grupo Parlamentar
Brasil-Mongólia*.

Relator: Senador **LASIER MARTINS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 56, de 2015, do Senador Jorge Viana, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia*. Cuida-se, nos termos do art. 1º da proposição, de *serviço de cooperação interparlamentar*, cuja finalidade é *incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos*.

Integrarão o Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia os membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem (art. 2º).

O art. 3º enumera, de forma exemplificativa, as atividades de cooperação interparlamentar, com destaque para:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **Lasier Martins**

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares.

O Grupo Parlamentar terá regulamento interno ou, na falta deste, será regido por decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor (art. 4º, *caput*). Subsidiariamente à resolução decorrente da aprovação deste projeto e ao regulamento interno do grupo, aplicam-se o Regimento Comum do Congresso Nacional, o Regimento Interno do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados, nesta ordem (art. 4º, parágrafo único).

Na justificação, o autor do PRS destaca o adensamento, nos últimos anos, das relações entre Brasil e Mongólia, destacando que ambos buscam atrair investimentos estrangeiros sobretudo na área da mineração. Assinala, ainda, os acordos bilaterais celebrados pela Mongólia com China e Rússia. E conclui destacando que a *maior aproximação entre os dois países por meio da “diplomacia parlamentar” pode resultar em frutos econômicos, políticos e culturais*.

A proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 24 de novembro de 2015, e este que subscreve designado Relator.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Nada encontramos no Regimento Interno do Senado Federal (RISF) que impeça a criação de grupos parlamentares. De fato, a iniciativa tem precedentes virtuosos, e esses grupos se revelam importantes para a atividade parlamentar. Estamos seguros de que a participação no grupo parlamentar que se pretende criar por meio do PRS nº 56, de 2015, caracteriza-se como função própria do mandato de Senador.

Ademais, a proposição representa o exercício da chamada “diplomacia parlamentar”, a qual tem se mostrado cada vez mais relevante



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **Lasier Martins**

nas relações internacionais e contribuído para a democratização dos processos decisórios nesse campo.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 56, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 56, DE 2015

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Brasil-Mongólia, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

2

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou de seu regulamento interno, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional e dos Regimentos Internos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nesta ordem.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Situada no centro leste da Ásia, a Mongólia está estrategicamente posicionada entre China e Rússia. A economia do país é fortemente estimulada pela exploração de recursos minerais, como cobre, ouro e urânio. O país conta com 2,9 milhões de habitantes divididos em 21 províncias e 1 municipalidade (Ulan Bator). Cuida-se de República Parlamentarista com legislativo unicameral.

Assim com o Brasil, a Mongólia busca atrair investimentos estrangeiros sobretudo na área da mineração. Nesse sentido, o país celebra acordo bilateral com a China visando à criação de futura zona de cooperação econômica. Os mongóis têm, ainda, importantes parcerias econômicas com a Rússia.

Verifica-se, assim, que maior aproximação entre os dois países por meio da “diplomacia parlamentar” pode resultar em frutos econômicos, políticos e culturais. Conhecimento mais amplo de ambas as realidades pelos respectivos representantes do povo há de inspirar verdadeira “fertilização cruzada” entre os dois Estados.

Em face dessas considerações, a criação de grupo parlamentar Brasil-Mongólia certamente constituirá importante instrumento na construção de diálogo político apto a sedimentar os laços não só econômicos, mas também culturais e sociais entre os dois países.

Esclarecemos, por fim, que as disposições do projeto de resolução do Senado que ora apresentamos seguem àquelas previstas em resoluções já editadas por esta Casa, quando da criação de outros grupos parlamentares.

Sala das Sessões,

Senador **JORGE VIANA**

3

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Diretora)

2ª PARTE - DELIBERATIVA

6



SENADO FEDERAL

Senador Armando Monteiro

PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 48, de 2016, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia*.

RELATOR: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 48, de 2016, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que almeja instituir o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia, o qual, de acordo com o art. 1º da proposição, é definido como “serviço de cooperação interparlamentar”, cuja finalidade é “incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos”.

Neste escopo, indica o projeto que o Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional, mediante livre adesão (art. 2º) e detalha a forma de cooperação entre os Parlamentos (art. 3º), a incluir visitas, realização de eventos, permuta de publicações e intercâmbio.

O Grupo Parlamentar será regido por regulamento interno próprio ou, na falta deste, por decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor (art. 4º, *caput*). Subsidiariamente, o Regimento Comum do Congresso Nacional, o Regimento Interno do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados, nessa ordem, serão aplicáveis (art. 4º, parágrafo único).

**SENADO FEDERAL****Senador Armando Monteiro**

Por fim, além da cláusula de vigência (art. 6º), determina o projeto de resolução que as atas das reuniões e demais atos do Grupo serão devidamente publicados no Diário do Congresso Nacional (art. 5º).

Ademais, na justificação, são realçados os interesses fronteiriços e o antigo relacionamento bilateral diplomático e comercial, intensificados nos últimos anos como elementos catalisadores para a aproximação parlamentar entre os dois países.

O PRS nº 48, de 2016, não recebeu emendas.

Além desta Comissão, a proposição também foi distribuída à Comissão Diretora.

II – ANÁLISE

Do ponto de vista formal, o PRS nº 48, de 2016, atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não divergindo seus termos do que já é praticado na Casa para grupos parlamentares bilaterais.

O fundamento regimental não é literal, porém repousa nas prerrogativas gerais de Senador, além de não haver vedação; ao contrário, ampla é a prática de institucionalização de grupos parlamentares similares, em nome da diplomacia parlamentar.

Quanto ao mérito, a aproximação com a Colômbia é louvável, devendo ser sublinhados os argumentos do autor.

Nos últimos anos, tem sido priorizado pelo Brasil o trabalho pelo redimensionamento das relações comerciais com a Colômbia. Ao longo de 2015 e 2016, o governo brasileiro atuou de forma contundente para o estabelecimento de uma nova moldura comercial, mais abrangente, e que inclui acordos em temas tarifários e não tarifários.



SENADO FEDERAL

Senador Armando Monteiro

Nesse sentido, cabe mencionar algumas das iniciativas mais recentes, a começar pelo esforço em andamento para promover a antecipação dos cronogramas de desgravação tarifária no âmbito do ACE-59.

Brasil e Colômbia também assinaram em 2015 novo Acordo Automotivo, que entrou em vigência em 2016, definindo cotas com 100% de preferência tarifária por um período de três anos, para veículos de passageiros e de carga. Antes desse acordo, os produtos brasileiros do setor pagavam, em medida, 16% de alíquota de importação para acessar o mercado colombiano. Dentro das cotas estabelecidas pelo novo acordo, a alíquota passou a ser de 0%.

Para impulsionar ainda mais investimentos, foi assinado também no ano passado um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), o primeiro firmado pelo Brasil na América do Sul.

Nos dois últimos anos, também foram iniciadas as negociações bilaterais em compras governamentais, e ainda assinado o Protocolo de Serviços (Mercosul-Colômbia).

A cooperação parlamentar é um modo de implementar o princípio constitucional, a reger nossas relações internacionais, que determina à República Federativa do Brasil a buscar “a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (art. 4º, parágrafo único, da Constituição Federal). O Parlamento insere-se nesse mandamento constitucional.

A Câmara dos Deputados, mediante a Resolução nº 17, de 17 de maio de 2012, criou o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia, com teor semelhante. De acordo com o parágrafo único do art. 1º desta Resolução, quaisquer membros do Congresso Nacional poderiam compor aquele Grupo, similarmente ao que dispõe o art. 2º da presente proposição. Assim, senadores poderiam, em tese, compor o Grupo da Câmara dos Deputados. Contudo, apesar desta abertura à composição plural, muitas vezes essas comissões, na prática, são integradas apenas por membros de uma das Casas, não retirando, portanto, a novidade desta proposição. Não



SENADO FEDERAL

Senador Armando Monteiro

será a primeira vez que haverá grupos parlamentares homônimos em ambas as casas.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 48, de 2016.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 48, DE 2016

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia.

AUTORIA: Senador Aloysio Nunes Ferreira

DESPACHO: Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Diretora



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
GABINETE do Senador Aloysio Nunes Ferreira

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2016

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Brasil-Colômbia, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;



SF/16304.72612-00



SENADO FEDERAL
GABINETE do Senador Aloysio Nunes Ferreira

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou de seu regulamento interno, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional e dos Regimentos Internos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nesta ordem.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A República da Colômbia é o quarto país da América do Sul em extensão territorial e segundo mais populoso, com cerca de 48 milhões de habitantes. A fronteira entre Brasil e Colômbia tem aproximadamente 1.600km de extensão é o principal ponto de contato populacional é a região que abarca as cidades de Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru).



SF/16304.72612-00



SENADO FEDERAL
GABINETE do Senador Aloysio Nunes Ferreira

As relações diplomáticas entre Brasil e Colômbia datam da década de 1820, mas os dois países permaneceram relativamente isolados um do outro por muito tempo. Brasil e Colômbia celebraram o Tratado de Limites e Navegação Fluvial em 1907, que veio a ser complementado pelo Tratado de Limites e Navegação de 1928, instrumentos que possibilitaram um relacionamento entre os dois países desprovido de contenciosos fronteiriços.

Ao longo das últimas décadas, o relacionamento bilateral se intensificou impulsionado por visitas bilaterais e pelo empenho em aprofundar a cooperação política e nos campos do comércio e dos investimentos. Destacam-se, entre os mecanismos de diálogo bilaterais a Comissão Bilateral de Chanceleres, a Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral e a Comissão de Vizinhança e Integração.

O relacionamento comercial com o Brasil se dá sob o marco do Acordo de Complementação Econômica no. 59 (ACE-59), subscrito entre os países do Mercosul e a Colômbia, Equador e Venezuela. Foi assinado recentemente um Entendimento Automotivo entre Brasil e Colômbia. De 2005 a 2015, o comércio entre o Brasil e a Colômbia cresceu mais de 100%, de US\$ 1,5 bilhão, para US\$ 3,3 bilhões. A pauta de exportações brasileiras para a Colômbia é diversificada e composta, sobretudo, por produtos manufaturados. Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Colômbia em 2015 foram máquinas, instrumentos mecânicos e veículos automóveis.

O processo de paz em curso com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e o Exército do Povo (FARC-EP) e com o Exército de Libertação Nacional (ELN) é tema de grande relevância na agenda bilateral. O Brasil tem apoiado os esforços de paz na Colômbia por meio de cooperação





SENADO FEDERAL
GABINETE do Senador Aloysio Nunes Ferreira

prestada por militares brasileiros na área de desminagem humanitária. Além disso, foi criado, em março de 2016, o Grupo de Amigos do Brasil para a Paz na Colômbia, com o objetivo de promover o diálogo e encontrar maneira de contribuir ainda mais para a implementação de uma paz estável e duradoura no país.

A conclusão do processo de paz na Colômbia abre a oportunidade para maior aproximação entre os dois países. Os parlamentos podem desempenhar papel relevante nesse esforço, inclusive garantindo a aprovação de instrumentos jurídicos que regulam a integração e de cooperação entre os dois países. O estabelecimento do arcabouço institucional ora proposto tem por objetivo criar um canal eficaz para a promoção do diálogo e da cooperação interparlamentar entre o Brasil e a Colômbia.

Sala das Sessões,

Senador Aloysio Nunes Ferreira



2ª PARTE - DELIBERATIVA

7



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 743, DE 2016

Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13 do RISF, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, a participação de S.Exa. no Fórum Parlamentar por ocasião da Segunda Reunião de Alto Nível da Parceria Global para a Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (PGCDE), organizado pelo Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, que acontecerá de 28 novembro a 1º de dezembro de 2016, em Nairóbi (Quênia).

AUTORIA: Senadora Ana Amélia

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

SF/16679.32471-20

Para efeito do disposto no art. 39, comunico que estarei ausente do país no período de 25 de novembro a 02 de dezembro de 2016.

Senadora **Ana Amélia**
(PP/RS)



GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Ofício 057/16

Brasília, 06 de outubro de 2016

*UIP
Nairóbi 28/11 a
12/12/16*


Ao
Exmo. Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência que será realizado em Nairóbi, Quênia, o Fórum Parlamentar por ocasião da Segunda Reunião de Alto Nível da Parceria Global para a Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (PGCDE), de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2016.

Muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de autorizar, na forma da alínea "a" inciso II do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a participação dos Senadores relacionados em anexo que integrarão a delegação brasileira da União Interparlamentar no referido evento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.


Senador Ciro Nogueira
Presidente

*6 OUT 2016
Recebi em 06/10/2016
às 13:02
MARCIO GOMES*